



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Educação Física e Desportos

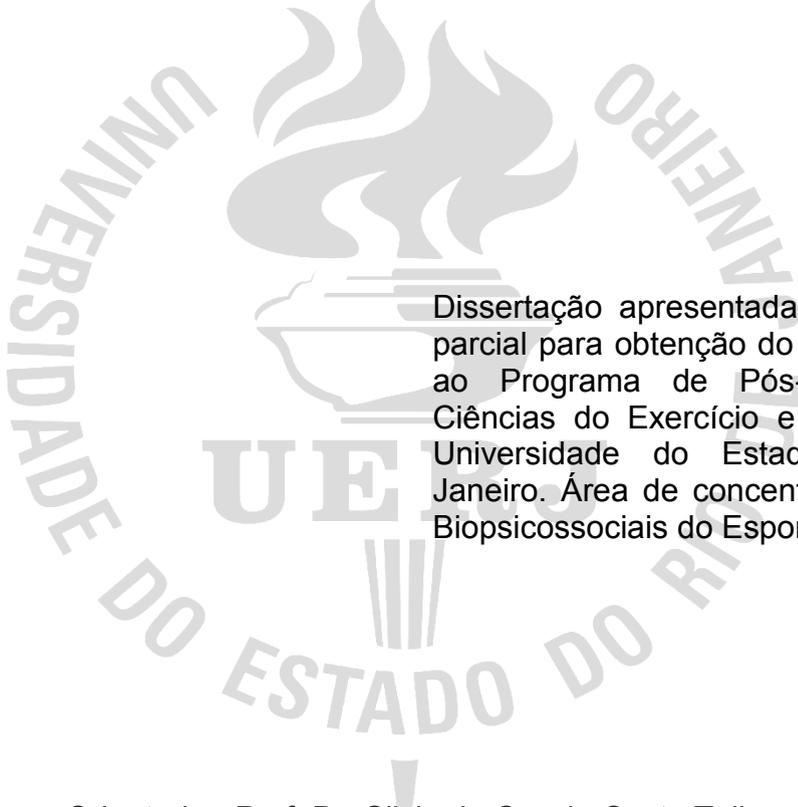
Carla Cristina Santos Oliveira

**Fatores desencadeadores para o início da prática esportiva dos
atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos
Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020**

Rio de Janeiro
2021

Carla Cristina Santos Oliveira

**Fatores desencadeadores para o início da prática esportiva dos atletas
brasileiros nos Jogos Olímpicos
Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Aspectos Biopsicossociais do Esporte.

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Cassio Costa Telles

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

O49 Oliveira, Carla Cristina Santos.
Fatores desencadeadores para o início da prática
esportiva dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos
Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020 / Carla Cristina
Santos Oliveira. – 2021.
177 f. : il.

Orientador: Silvio de Cassio Costa Telles.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Educação Física e Desportos.

1. Atletas olímpicos – Brasil - Teses. 2. Esportes – Política
governamental – Teses. 3. Esportes e Estado – Teses. 4.
Olímpiadas – Teses. I. Telles, Silvio de Cassio Costa. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Educação Física e Desportos. III. Título.

CDU 796.071(81)

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carla Cristina Santos Oliveira

**Fatores desencadeadores para o início da prática esportiva dos atletas
brasileiros nos Jogos Olímpicos
Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Aspectos Biopsicossociais do Esporte.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio de Cassio Costa Telles (Orientador)
Instituto de Educação Física e Desportos - UERJ

Prof^a. Dra. Bianca Gama Pena
Departamento de Inovação - UERJ

Prof. Dr. Marcelo Moreira Antunes
Instituto de Educação Física e Desportos - UERJ

Prof. Dr. Silvestre Cirilo dos Santos Neto
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mario Rui Coelho Teixeira
Universidade de Évora

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a minha mãe, a minha querida avó,
ao meu irmão, a minha madrinha e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo. As oportunidades que encontrei por todo o caminho da minha vida e pelas bênçãos e inspirações que eu recebi sempre. Agradeço por ter escolhido pessoas tão especiais como minha família.

Agradeço a minha família, as pessoas a quem devo tudo. Por todo o incentivo e todos os meus passos desde que tenho consciência da vida. Minha mãe, Ana Cristina, obrigada por seu exemplo de luta e conquistas, pelo seu amor incondicional, por sua capacidade de abdicar das coisas por mim e pelo meu irmão e principalmente por sua compreensão. Obrigada por ser a melhor amiga e companheira que eu poderia ter.

A minha avó, Iteclia, agradeço por todo apoio que sempre me deu em tudo que fiz e seu mimo absoluto por mim e meu irmão. Obrigada ao meu irmão, Carlos Alberto, por no primeiro contato comigo, já ter demonstrado todo amor que sente por mim, por ter me dado a honra de ter o mesmo nome que você, obrigada por me incentivar em toda a minha caminhada acadêmica.

Agradeço a minha tia e madrinha Valdneá, por me apoiar em todos os meus sonhos e, por sempre me incentivar a fazer tudo que me fizesse feliz. Agradeço às minhas amigas, Amanda, Livia e Marcella, que estiveram do meu lado durante os momentos difíceis, que superei durante a produção deste texto.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma passaram pela minha caminhada e contribuíram para o meu sucesso.

Deus sabe dos teus sonhos.

Autor desconhecido

RESUMO

OLIVEIRA, Carla Cristina Santos. *Fatores desencadeadores para o início da prática esportiva dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020*. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte) – Instituto de Ciências do Exercício e do Esporte, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudo se apoia na teoria de que as políticas públicas e/ou programas de incentivo do governo, influenciam os atletas olímpicos brasileiros e o cenário esportivo atual. Além disso, busca elencar fatores que podem servir como base para exemplificar as relações existentes no esporte brasileiro, caracterizando-o como um fenômeno social que apresenta concepções econômicas e políticas. Baseou-se também no envolvimento do Estado, nas estratégias de intervenção para a descoberta de talentos esportivos e nos fatores desencadeadores para o sucesso de uma nação em eventos olímpicos, como elementos relevantes para o desenvolvimento do esporte nacional. Desse modo, acreditamos que diversos esportes têm núcleos/origens e exercem influência no desenvolvimento de cada modalidade, visto que, são facilitadores do surgimento de atletas. Além de ser um facilitador, no que concerne a implementação e/ou investimento de políticas públicas, nesses “celeiros específicos” o que otimizaria os recursos proporcionando mais assertividade facilitando o alcance dos objetivos propostos pelas confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro, além da probabilidade de novos talentos esportivos serem descobertos em cada modalidade e de haver uma manutenção dos resultados obtidos pelos atletas de alto rendimento. O objetivo do presente estudo é identificar e discutir o local de iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros que participaram e participarão dos Jogos no período de 2012 a 2020. Para o alcance dos objetivos, uma pesquisa com integração entre análise quantitativa e qualitativa será realizada. A amostra deste estudo foi composta pelas delegações brasileiras participantes das edições supracitadas dos Jogos Olímpicos as quais 259 atletas (136 homens e 123 mulheres) compuseram a equipe brasileira em 2012, a delegação recorde de 465 atletas (209 mulheres e 256 homens) em 2016 e em 2020, o Brasil levou 317 atletas a Tóquio (167 homens e 150 mulheres) Como critério de exclusão, serão desconsiderados os atletas naturalizados ou que não iniciaram a prática esportiva da modalidade que o levou aos Jogos Olímpicos em território brasileiro. Os resultados apontam para os clubes como sendo o maior local que possibilitou a iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros. No que concerne o “Bolsa-A atleta”, as modalidades que tiveram mais beneficiários do programa foram Atletismo, Handebol e Judô. Concluímos que as políticas públicas voltadas ao esporte são essenciais para um país que busca tronar-se uma potência olímpica. Contudo, a condição para tornar-se uma não olímpica não reside nesse tipo de investimento, mas sim na percepção de que os fatores que envolvem a melhora da qualidade de vida de toda uma população são mais contundentes para o acesso ao esporte e ao lazer: saúde, moradia, educação, segurança, tecnologia, dentre outros.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. Atletas olímpicos brasileiros. Descoberta de talentos.

RESUMEN

OLIVEIRA, Carla Cristina Santos. *Factores desencadenantes del inicio de la práctica deportiva de los atletas brasileños en los Juegos Olímpicos Londres 2012, Río 2016 y Tokio 2020*. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte) – Instituto de Ciências do Exercício e do Esporte, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudio se basa en la teoría de que las políticas públicas y/o los programas de incentivos gubernamentales influyen en los atletas olímpicos brasileños y en el escenario deportivo actual. Además, busca enumerar factores que pueden servir de base para ejemplificar las relaciones existentes en el deporte brasileño, caracterizándolo como un fenómeno social que presenta concepciones económicas y políticas. También se basó en el involucramiento del Estado, en estrategias de intervención para el descubrimiento de talentos deportivos y en los factores desencadenantes del éxito de una nación en los eventos olímpicos, como elementos relevantes para el desarrollo del deporte nacional. De esta forma, creemos que varios deportes tienen núcleos/orígenes e influyen en el desarrollo de cada modalidad, ya que son facilitadores del surgimiento de atletas. Además de ser un facilitador, en cuanto a la implementación y/o inversión de políticas públicas, en estos "graneros específicos" que optimizarían recursos aportando más asertividad facilitando la consecución de los objetivos propuestos por las confederaciones y el Comité Olímpico Brasileño, además de la probabilidad de que se descubran nuevos talentos deportivos en cada modalidad y que se mantengan los resultados obtenidos por los atletas de alto rendimiento. El presente estudio tiene como objetivo identificar y discutir el lugar de iniciación deportiva de los atletas olímpicos brasileños que participaron y participarán de los Juegos de 2012 a 2020. Para alcanzar los objetivos, se realizará una investigación con integración entre análisis cuantitativo y cualitativo. afuera. La muestra de este estudio estuvo compuesta por las delegaciones brasileñas participantes en las ediciones de los Juegos Olímpicos antes mencionadas, en las que 259 atletas (136 hombres y 123 mujeres) integraron la selección brasileña en 2012, la delegación récord de 465 atletas (209 mujeres y 256 hombres) en 2016 y en 2020, Brasil llevó 317 atletas a Tokio (167 hombres y 150 mujeres) Como criterio de exclusión, los atletas naturalizados o que no comenzaron a practicar el deporte que los llevó a los Juegos Olímpicos en territorio brasileño serán ser ignorado. Los resultados apuntan a los clubes como el mayor espacio que posibilitó la iniciación deportiva de los atletas olímpicos brasileños. En cuanto a la "Bolsa-Atleta", las modalidades que más beneficiados tuvieron del programa fueron Atletismo, Balonmano y Judo. Concluimos que las políticas públicas dirigidas al deporte son fundamentales para un país que busca convertirse en una potencia olímpica. Sin embargo, la condición para convertirse en no olímpico no reside en este tipo de inversiones, sino en la percepción de que los factores que implican mejorar la calidad de vida de toda una población son más determinantes para el acceso al deporte y al ocio: salud, vivienda. , educación, seguridad, tecnología, entre otros.

Palabras-clave: Atletas Olímpicos Brasileños; Juegos Olímpicos; Descubrimiento de Talento.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	REVISÃO DE LITERATURA	21
1.1	Campo Esportivo	21
1.1.1	<u>Estado e Esporte</u>	21
1.1.2	<u>Fenômeno Social – Concepções econômicas e políticas</u>	25
1.1.3	<u>Esporte e Descoberta de Talentos</u>	27
1.1.4	<u>Talento esportivo</u>	28
1.1.5	<u>Detecção, seleção e promoção de talentos</u>	29
1.1.5.1	Métodos e teorias para detecção de talentos	31
1.1.5.2	Dermatoglifia	31
1.1.5.3	Cineantropometria	33
1.1.6	<u>A estratégia Z</u>	34
1.2	Esporte e Políticas Públicas	35
1.2.1	<u>Políticas Públicas</u>	36
1.2.2	<u>Políticas Públicas de Esporte no Brasil</u>	37
1.2.2.1	O Decreto Lei 3199/41	38
1.2.2.2	A primeira Lei para o Esporte	42
1.2.2.3	Lei Agnelo-Piva	45
1.2.2.4	Programa “Bolsa- Atleta”	47
1.2.2.5	Lei de Incentivo ao Esporte ou Lei de Incentivo Fiscal	49
1.2.2.6	Segundo Tempo	50
1.2.2.7	Estação Cidadania	51
1.3	O que faz de uma nação uma potência olímpica?	52
2	MÉTODO	60
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	62
3.1	Iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros	62
3.2	Programa Bolsa-Atleta	125
3.2.1	<u>Atletismo</u>	126

3.2.2	<u>Badminton</u>	127
3.2.3	<u>Basquete</u>	128
3.2.4	<u>Boxe</u>	129
3.2.5	<u>Canoagem</u>	130
3.2.6	<u>Ciclismo</u>	131
3.2.7	<u>Esgrima</u>	132
3.2.8	<u>Futebol</u>	133
3.2.9	<u>Ginástica Artística</u>	134
3.2.10	<u>Ginástica Rítmica</u>	135
3.2.11	<u>Ginástica de Trampolim</u>	136
3.2.12	<u>Golfe</u>	137
3.2.13	<u>Handebol</u>	138
3.2.14	<u>Hipismo</u>	139
3.2.15	<u>Hóquei sobre Grama</u>	140
3.2.16	<u>Judô</u>	141
3.2.17	<u>Levantamento de Peso</u>	142
3.2.18	<u>Luta Olímpica</u>	143
3.2.19	<u>Maratonas Aquáticas</u>	144
3.2.20	<u>Nado Artístico</u>	145
3.2.21	<u>Natação</u>	145
3.2.22	<u>Pentatlo Moderno</u>	147
3.2.23	<u>Polo Aquático</u>	148
3.2.24	<u>Remo</u>	149
3.2.25	<u>Rugby 7</u>	150
3.2.26	<u>Saltos Ornamentais</u>	151
3.2.27	<u>Skate</u>	152
3.2.28	<u>Surfe</u>	153
3.2.29	<u>Taekwondo</u>	154
3.2.30	<u>Tênis</u>	155
3.2.31	<u>Tênis de Mesa</u>	156
3.2.32	<u>Tiro com Arco</u>	157
3.2.33	<u>Tiro Esportivo</u>	158
3.2.34	<u>Triatlo</u>	159
3.2.35	<u>Vela</u>	160
3.2.36	<u>Vôlei</u>	161

3.2.37	<u>Vôlei de Praia</u>	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

Registros históricos apontam que os primeiros Jogos Olímpicos da Antiguidade ocorreram na Grécia no ano de 776 a.C. Além das competições de aptidão física, os eventos contemplavam também o caráter religioso de culto aos deuses. Os cidadãos competiam entre si visando demonstrar supremacia física e o seu respeito para com os deuses do Olimpo. A vitória nos Jogos Olímpicos significava, além de prestígio pessoal, a glória da cidade de origem do competidor (COB, 2019).

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna atravessaram o século XX e sobreviveram a duas Grandes Guerras, dois boicotes declarados e alguns disfarçados, mas não suportou a força do poder financeiro que prevaleceu sobre o espírito do amadorismo após os Jogos de Los Angeles - 1984. (RÚBIO, 2010, p. 64)

As conjunturas que possibilitaram o desenvolvimento do esporte moderno foram bastante específicas e reveladoras do local e tempo histórico em que aconteceram. O renascimento do entusiasmo pelos estudos clássicos foi principalmente suscitando na intelectualidade o fascínio que a cultura helênica representava sobre a cultura europeia, além da oportunidade de desvelar episódios relacionados aos Jogos Olímpicos da Antiguidade por meio da exploração de sítios arqueológicos, o que levou Pierre de Coubertin a tomar para si a incumbência de estruturar uma instituição que pudesse ser apropriada para zelar por aquilo que transformaria a sociedade daquele período: o esporte (RÚBIO, 2010).

Segundo Rúbio (2015), os jogos para o Barão Pierre de Coubertin eram como um encontro apropriado para a representação da competitividade masculina. Assim, era possível perceber no esporte questões relacionadas à política, tais como força, robustez, destemor, moralidade e masculinidade. Estava estabelecida, no século XX, a competição que viria a se tornar um dos maiores fenômenos socioculturais.

O crescimento da importância do evento pode ser observado nos números entre Grécia em 1896 e Sydney em 2000. As modalidades saltaram de nove para 26. Os países participantes passaram de 13 para 197. De 250 atletas homens na Grécia, o total entre mulheres e homens em Sydney ficou em torno de 10 mil. A evolução dos números é um bom indicador de que na atualidade o esporte adquiriu a importância e o prestígio de que desfrutava na Grécia Helênica. (RÚBIO, 2002, p. 138).

Até o final do século XIX, as práticas esportivas estavam relacionadas a eventos tradicionais, religiosos, sem qualquer intervenção do governo. Eram formadas por entretenimentos locais e informais; no entanto, poderia haver intervenção governamental direcionada àquilo que garantisse exclusividade à elite local no que concerne a práticas como a caça, ou às de cunho militar. Desde então, o esporte passou por circunstâncias que suscitaram a necessidade de se estabelecerem normas comuns, assim como de organizar eventos e competições, o que fez surgir organizações direcionadas especificamente ao crescimento e gerenciamento do esporte, propiciando diversificação, popularização e desenvolvimento (BUENO, 2008).

Se é fato que o esporte nasceu e se organizou na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX com base na sociedade civil, hoje o padrão é outro. Os Estados operam massivamente sobre o esporte. O Esporte de Alto Rendimento é mantido como espetáculo comercial gerado pelos atletas nas diferentes formas de competições, seja em campeonatos e/ou torneios. Está balizado, portanto, no mercado e no mundo particular, bem como é considerado seletivo e excludente, tanto em relação a prática como ao consumo. A magia da competitividade é interpretada como fator relevante para a expansão do fenômeno esportivo e, conseqüentemente, sua crescente popularização mundial (BUENO, 2008).

O esporte de alto rendimento é produzido, gerenciado, organizado e desenvolvido por estruturas internacionais e nacionais, hierarquizadas em comitês, confederações, federações e ligas que juntas constituem o sistema esportivo dos países, regiões, estados e mesmo municípios. O movimento olímpico é o mais completo paradigma desta categoria esportiva. Por sua importância política na esfera das relações internacionais, muitos países optaram por modelos de forte apoio estatal para o desenvolvimento do EAR¹, seja de forma indireta, financiando organizações não governamentais e quase governamentais dedicados ao seu desenvolvimento, como na maioria dos países ocidentais, seja por direção direta do Estado. (BUENO, 2008, p. 17).

O organismo do atleta sofre grande exigência, em vista do nível atual dos êxitos desportivos. Desse modo, um importante ponto a ser considerado no período contemporâneo de amadurecimento do esporte é a organização de uma seleção

¹ Esporte de Alto Rendimento

desportiva cientificamente estruturada, o que favorece a identificação de jovens talentos. (DIAS; CORRÊA, 2015).

Acreditamos que a influência das políticas públicas não é o único fator interveniente na iniciação e manutenção esportiva de um atleta no alto rendimento. Em sua maioria, os atletas precisam ser identificados como um “talento” para que possam vir a competir em busca de medalhas. Segundo Kiss *et al.* (2004), “talento esportivo” é o termo utilizado para intitular indivíduos que detêm – em determinado momento – aptidão especial, grande potencial ou vultosa capacidade, no desempenho esportivo. Tal habilidade especial pode ser inata ou até mesmo ser desenvolvida com o tempo e com base nos treinos.

A prática esportiva sem uma orientação leva ao afastamento prematuro de adolescentes com destinos promissores. Porém ainda é muito comum entre os nossos treinadores a impressão de que se vai detectar talentos com base no virtuosismo, ou que é possível detectar o fenômeno por pura sorte (DIAS; CORRÊA, 2015, p. 168).

O fator determinante para a motivação de crianças e jovens ao se inserirem em uma atividade esportiva é sobretudo a diversão, seguida da necessidade de se destacar em algo que fazem, relações sociais, amizade, fazer exercício e melhora das suas habilidades. Tal motivação é parte do processo de busca da evolução ou continuidade da própria capacidade em atividades nas quais uma qualidade é exigida, podendo haver sucesso ou fracasso. O processo de detecção, seleção e promoção de um talento esportivo é demasiadamente complexo, por envolver muitas variáveis de diferentes naturezas, sejam biológicas, psicológicas e até mesmo sociais (COLANTONIO, 2007). Para Paoli (2007, p. 60), “o processo de detecção e seleção de talentos, independente da modalidade esportiva, está relacionado aos fatores social, cultural, econômico, ético, pedagógico, etc.”.

No Brasil, na maior parte dos casos, a descoberta de talentos ocorre embasada na vivência de cada treinador, e o posicionamento deste especialista acaba sendo o único meio para diagnosticar, em idade precoce, toda a heterogeneidade de fatores intervenientes na performance específica de uma modalidade que podem ser traçados na idade adulta e, em consonância, identificar um indivíduo de alto nível. Para que as experiências de crianças e adolescentes frente aos programas esportivos possam ser positivas, é importante que estes sejam estruturados e coordenados por indivíduos cientes das necessidades e expectativas

do público alvo, assim como ocorre com as políticas públicas (COLANTONIO, 2007; DIAS; CORRÊA, 2015).

Uma política pública, independentemente de seu objetivo principal ao ser implementada, passa, no entanto, por debates e discussões em torno de um projeto, consultas a especialistas e análise de possíveis consequências. Somente será possível compreender e explorar seus resultados em um momento posterior, para que ocorram avaliações e reformulações, a fim de que se torne uma política pública mais efetiva (CORRÊA, 2016).

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. (SOUZA, 2006, p. 22).

Pesquisas indicam que o projeto de desenvolvimento do esporte nacional é antigo e teve início no começo do último século, fruto de um desejo da elite governamental brasileira. Dois eixos nortearam as ações para viabilizá-lo, ambos em concordância com a inclusão dos valores esportivos do alto rendimento: o desenvolvimento do futebol e o das modalidades olímpicas (BUENO, 2008).

Para tanto, em 1995, os Jogos da Juventude foram criados pelo Ministério da Educação e Desporto, com o objetivo principal de promoção e desenvolvimento da prática esportiva de alto rendimento entre os jovens. O projeto se desenrola por meio das competições, as quais visam à descoberta de novos talentos, baseada em avaliações dos participantes, buscando identificar as potencialidades de cada atleta. Os Jogos da Juventude são integrados pelas seleções estaduais, as quais seguem os regulamentos estabelecidos pelas respectivas confederações. Podem ser vistos como uma oportunidade para os técnicos das seleções brasileiras selecionarem novos atletas, o que, segundo o Portal do Esporte, possibilitou o surgimento de grandes revelações da história dos Jogos da Juventude, entre elas: Sarah Menezes e Mayra Aguiar (BRASIL. Ministério da Cidadania.).

Tubino (1993; 2017) destaca a importância de se entender o esporte em três manifestações: educação, participação ou popular/lazer e performance ou rendimento. Para o autor, maior equívoco é o esporte-educação ser interpretado como um ramo do esporte-rendimento, quando na verdade o ideal seria que fosse entendido como um elo na formação permanente de crianças e jovens no que

concerne o exercício pleno da cidadania, uma prática auxiliadora no desenvolvimento de indivíduos. O esporte-educação pode ser desmembrado em esporte educacional e escolar: o educacional é aquele que mais se aproxima de conteúdos socioeducativos, enquanto o escolar se baseia no desenvolvimento e espírito esportivo, possibilitando uma aproximação do esporte-desempenho, frente às competições escolares.

O esporte-participação se manifesta por meio do princípio do prazer lúdico, em meio ao lazer, e no emprego construtivo do tempo livre, fora das obrigações do dia a dia; além disso, tem como objetivo o bem-estar social. Não há envolvimento com regras institucionalizadas, portanto pode ser visto como a manifestação esportiva que mais se aproxima de caminhos democráticos, já que não privilegia talentos, ou seja, iguala as possibilidades de prática para todos os indivíduos. Por meio dele, é possível perceber o desenvolvimento de um espírito comunitário, a promoção da integração social, pois o esporte-popular/lazer é o que mais se aproxima do jogo; sem deixar de lado os aspectos relacionados a saúde (TUBINO, 1993; 2017).

O esporte-performance foi a manifestação que orientou o conceito de esporte por um tempo. Traz consigo os propósitos de novos êxitos esportivos e a vitória sobre os adversários nos mesmos códigos, sendo exercido sob regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade. É essa manifestação social que propicia o espetáculo esportivo, o qual, por sua vez, traz a tendência de transformar o esporte em mercadoria veiculada pelos meios de comunicação de massa. Foi por meio dele que se deu o surgimento do esporte olímpico e o esporte como instrumento político-ideológico (TUBINO, 1993; 2017).

O governo, na tentativa de apoiar os atletas em suas carreiras esportivas, implementa algumas políticas públicas que impulsionam e fomentam o esporte brasileiro. Para isso, houve, no extinto Ministério do Esporte², uma secretaria especial para tratar especificamente do esporte de rendimento, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, a qual foi responsável por desenvolver e implementar ações que visassem à melhora do desempenho esportivo do Brasil (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2017).

² Atualmente, o esporte brasileiro é gerenciado pela Secretaria Especial do Esporte, a qual faz parte do quadro de secretarias do Ministério da Cidadania. O Antigo Ministério do Esporte foi extinto por meio da medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

A Rede de Centros de Excelência Esportiva – um conjunto de centros onde são desenvolvidas pesquisas nas áreas científica e tecnológica direcionadas exclusivamente ao esporte, treinamento desportivo e desenvolvimento de atletas – é composta por recursos humanos, estruturas físicas e administrativas, além de Instituições de Ensino Superior. O objetivo da rede Cenesp é a detecção, seleção e aperfeiçoamento de talentos esportivos, especialmente os provenientes das modalidades olímpicas e paraolímpicas (GAYA, 2003).

Em 2004, foi implantado o programa de Descoberta do Talento Esportivo do Ministério do Esporte, cujo objetivo é identificar jovens que apresentam, em atividades físicas, níveis de desempenho superiores ao da média da população. Essa descoberta vai permitir a inserção, o desenvolvimento e o aprimoramento no esporte competitivo, proporcionando um aumento de quantidade e qualidade à base esportiva nacional. Os selecionados são alocados em um banco de dados, que seria disponibilizado ao COB e instituições que quisessem investir no futuro dos atletas. A rede Cenesp dá suporte ao programa de descoberta do talento esportivo (BRASIL. Secretaria Especial do Esporte.; GAYA, 2005).

A elaboração e realização de programas bem planejados nesta área fornecerão meios para o desenvolvimento dos esportes de desempenho / rendimento das novas gerações nos diferentes locais de sua prática, a saber: nas escolas, clubes, universidades e, nos diferentes níveis de organização política, ou seja, municipal, estadual, nacional e internacional. (COLANTONIO, 2007, p.130).

Dentre os programas, destaca-se o Bolsa-Atleta, cujo objetivo é a manutenção, o desenvolvimento e a preparação de atletas de rendimento em e para competições esportivas nacionais e internacionais, com base em investimentos feitos diretamente aos atletas (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2017).

Corrêa *et al.* (2014) afirmam que a necessidade de apoio do governo para o desenvolvimento e fomento do esporte brasileiro já se justificava desde a tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Além disso, segundo os autores, a discussão ganhou mais força devido à participação do Brasil nos jogos Olímpicos de Sidney 2000, em que não chegou a conquistar uma medalha de ouro. O Programa Bolsa Atleta visa atestar mínimas circunstâncias para que os atletas estejam

dedicados exclusivamente³ às competições e aos treinos, o que contribui para a conservação e o desenvolvimento do atleta de alto rendimento, conseqüentemente uma manutenção dos níveis ótimos de performance (CAMARGO; MEZZADRI, 2017). O auxílio ocorre por meio de um repasse fixo mensal, cujo valor que pode variar de acordo com as regras estabelecidas por cada categoria de bolsa.

Inicialmente, a lei que institui o programa previa as seguintes categorias: a) Estudantil; b) Nacional; c) Internacional; d) Olímpica e Paralímpica, as quais abarcam atletas que tenham destaque em eventos indicados à gerência do programa pelas respectivas confederações e relacionados às suas categorias, além de também precisarem ter 14 anos completos. No entanto, posteriormente à instituição do programa em 2010, o texto original foi alterado por uma Medida Provisória, que depois se tornou a Lei 12.395/2011, para inclusão da categoria Base, a qual se destina aos atletas que participam com altivez nas categorias iniciantes. Além disso, a mesma lei criou a categoria Pódio, que contempla atletas de modalidades individuais previstas no programa dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos que estejam nas primeiras 20 posições do ranking mundial. (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2017; CAMARGO; MEZZADRI, 2017). Sendo assim, segundo Reis *et al.* (2016), os valores atualizados para cada categoria de bolsa são: Base - R\$ 370,00; Estudantil - R\$ 370,00; Nacional - R\$ 925,00; Internacional - R\$ 1.850,00; Olímpico e Paraolímpico - R\$ 3.100,00; Pódio - até R\$ 15.000,00.

Antes da implementação do programa Bolsa Atleta, a tentativa do governo de incentivo ao desenvolvimento esportivo brasileiro ocorreu por meio de leis que sofreram alterações e acréscimos ao longo de alguns anos. Essa relação se iniciou com o Decreto-Lei nº. 594/1969, o qual instituiu que a Loteria Esportiva Federal destinaria 30% de seus rendimentos líquidos para programas de Educação Física e atividades esportivas. Posteriormente, surgem as leis Zico (Lei nº. 8.672/1993) e Pelé (Lei nº. 9.615/1998), que, embora não tenham alterado o padrão de financiamento do esporte no País, possibilitaram a exploração do jogo de bingo pelos clubes de futebol (BUENO, 2008; MATIAS *et al.*, 2015).

Novamente, em consonância com o desempenho do Brasil nos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, foi sancionada mais uma lei para amparar o esporte,

³ Acreditamos ser difícil um atleta se dedicar com exclusividade aos treinamentos, com somente o valor da bolsa, o que corrobora a alteração no texto original da lei, por meio da Lei 12.395/11, a qual permitiu que o atleta participe do programa e receba concomitantemente auxílio financeiro de patrocinadores.

a Lei nº. 10.264/2001, denominada Lei Agnelo-Piva, cujo objetivo foi modificar parte do art. 56º da Lei Pelé, que lidava com os recursos destinados ao esporte. Em específico, foi modificada a redação do inc. VI, que tratava de “outras fontes”, para “dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios”.

Nesse sentido, Matias et al. (2015, p. 100) complementam que, desses recursos, “85% são destinados ao COB e 15% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Contudo, deste total repassado para as duas entidades, 10% deverão ser investidos no desporto escolar e 5% no desporto universitário.

Além das leis supracitadas, é mister apresentar a Lei de Incentivo ao Esporte, Lei 11.438/2006, a qual permite que pessoas físicas e jurídicas façam uso de parte do que pagariam de Imposto de Renda para investir em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Os investimentos variam de 1% a 6% do imposto devido, respectivamente para empresas e pessoas físicas (BRASIL, 2006).

De acordo com as reflexões abordadas nesta seção, formulamos como problema norteador desta dissertação, a seguinte questão: **Onde surgem os atletas olímpicos brasileiros que participaram dos Jogos no período de 2012 a 2020?**

Objetivos

Objetivo Geral

Identificar e discutir o local de iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros que participaram e participarão dos Jogos no período de 2012 a 2020.

Objetivos Específicos

- i- Identificar quantos atletas olímpicos brasileiros, participantes de tais edições dos Jogos Olímpicos, foram contemplados com bolsas de fomento esportivo;
- ii- Verificar se as confederações das modalidades olímpicas têm projetos de iniciação esportiva, nos locais de surgimento (“celeiro”) de tais atletas;
- iii- Identificar o valor investido no esporte brasileiro, dentro de cada ciclo olímpico;

- iv- Identificar as modalidades contempladas pelo Programa Bolsa-Atleta, além de destacar o total de bolsas concedidas a cada uma;
- v- Apresentar, por modalidade, o local de surgimento dos atletas olímpicos brasileiros.

Hipótese

Acreditamos que diversos esportes têm núcleos/origens e exercem influência no desenvolvimento de cada modalidade, visto que são facilitadores do surgimento de atletas. Além da facilitação no que concerne à implementação e/ou ao investimento de políticas públicas, nesses “celeiros específicos”, o que otimizaría os recursos proporcionando mais assertividade e facilitando o alcance dos objetivos propostos pelas confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro?

Pressupomos que o crescimento em investimentos direcionados aos locais de inserção esportiva, específicos de cada modalidade, influenciam no amadurecimento do esporte brasileiro. As políticas públicas contribuem para a permanência e o desenvolvimento do atleta de alto rendimento, que muitas vezes pode ser reflexo dessas mesmas políticas. Assim, é importante a discussão em torno das políticas públicas, visto que investimentos nos núcleos de iniciação podem ser fatores determinantes na descoberta de talentos.

As políticas públicas devem estar atentas aos locais de iniciação da prática esportiva para, assim, favorecer esses locais de surgimento específico de atletas. A academia Champions, localizada no bairro da Cidade Nova, na periferia de Salvador, por exemplo, vem se apresentando como um “berço” para a descoberta de talentos do Boxe, visto que atletas que participaram e até mesmo obtiveram medalhas nas últimas edições dos Jogos Olímpicos são advindos dessa instituição.

A Champions foi responsável pela formação de três dos nove representantes brasileiros da modalidade, na Rio 2016, assim como de atletas participantes de outras edições dos Jogos desde Seul, 1988. Segundo a Folha de São Paulo, a Champions é mantida por meio de recursos próprios do treinador Luiz Dórea e, com o auxílio de ex-alunos, funciona como projeto social, disponibilizando aulas gratuitas de boxe, já tendo atendido em torno de seis mil crianças e adolescentes nas últimas três décadas. (SETO; PITOMBO, 2016)

Outro exemplo é o Badminton, que recebe investimentos do Comitê Olímpico Brasileiro para fomentar a prática esportiva em projetos sociais, o qual já se mostrou como o principal núcleo para a descoberta dos talentos, apresentando 100% dos atletas participantes dos Jogos Rio 2016. Assim como o Hóquei sobre grama, que teve 62% de seus praticantes iniciando em clubes e, segundo dados da Confederação, o projeto dedicado à iniciação esportiva na modalidade tem sua inserção em clubes.

Justificativa e Relevância

A necessidade do debate relacionado às políticas públicas se evidencia a partir da fala de Bueno (2008):

O mais claro é que os governos usam do esporte quase exclusivamente como instrumento para outros objetivos. O aumento do apoio governamental tem, sem dúvida, beneficiado o esporte, mas a patronagem estatal tem também seu preço, o mais comum é a manipulações de recursos e programas com finalidades eleitorais. Por outro lado, o aumento da importância dada pela população às questões do esporte bem como o crescente número de organismos da sociedade civil envolvidos com a área tem também contribuído para maior controle e transparência neste setor. (p. 47).

Desse modo, no atual momento em que o esporte brasileiro se encontra, investimentos são feitos e mantidos, políticas públicas são criadas e gerenciadas para beneficiar tanto esporte de rendimento como a base, potencializando o desempenho dos atletas, a manutenção dos resultados e dos ambientes de treinamento, além de promover a descoberta de novos talentos. Na medida em que os investimentos sejam feitos de maneira adequada, há uma maior probabilidade de novos talentos esportivos serem descobertos em cada modalidade e de haver uma manutenção dos resultados obtidos pelos atletas de alto rendimento.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Campo Esportivo

Nesta seção, são abordados alguns aspectos relacionados ao envolvimento do Estado no meio esportivo, em âmbito nacional e internacional, delineados desde o século XIX. Também são apresentadas algumas possíveis justificativas que corroboram tal envolvimento. Além disso, o esporte é caracterizado como um fenômeno social que apresenta concepções econômicas e políticas.

1.1.1 Estado e Esporte

O desenvolvimento esportivo em um país, de alguma maneira, sempre esteve atrelado à atuação do Poder Público. O esporte se apresenta como fenômeno representativo social relevante, o que enseja o Estado a se apoderar deste ativo para os mais diversos fins. (CUNHA, 2012, p. 27).

O envolvimento do Estado pode se tornar necessário, por mínimo que seja, pelo fato de o esporte ser uma atividade necessária a todos. Esse envolvimento pode se justificar por algumas razões. Primeiro, por ser assunto de saúde pública, ter cunho preventivo e terapêutico, haja vista que, por meio do esporte, é possível combater o sedentarismo, o estresse e outras males da vida moderna, o que corrobora o fato de que, ao ser reconhecida a relevância que o lazer e o entretenimento exercem nas sociedades atuais, é dever do Estado ampliar as possibilidades de acesso da população a essas atividades. Dessa forma, a participação do Estado se justifica pela necessidade de se constituir e conduzir o esporte profissional, justamente pelo prestígio e orgulho que as competições e resultados podem produzir nos aspectos nacional e internacional (BUENO, 2008; CAZORLA PRIETO, 1979).

De acordo com Bueno (2008) e Tubino (1987), a atmosfera liberal do século XIX permitiu o surgimento e o fortalecimento do esporte moderno, momento no qual a participação do Estado não era vista com naturalidade. Dessa forma, o esporte foi

se organizando como uma prática privada. A insignificância econômica e o mínimo prestígio político e social também podem ser considerados razões para a não valorização inicial. Tal quadro começou a mudar nos anos de 1930, internacionalmente, quando o esporte passou a ter uso ideológico por países menos democráticos, e os países democráticos passaram a interferir com intenção de regulação: “Foi Hitler que, na década de 1930, percebeu que o esporte poderia, pelo seu grande apelo popular, tornar-se um poderoso instrumento de propaganda política” (TUBINO, 1993, p. 20).

Com essa intenção, aproveitando o fato de Berlim sediar os Jogos Olímpicos de 1936, organizou a competição no sentido de que fosse um ato internacional de constatação da supremacia da raça ariana sobre as demais. [...] Hitler e Mussolini usaram as práticas esportivas para a formação das juventudes nazista e fascista, num primeiro ensaio de mau uso do esporte como mecanismo de controle das massas. (TUBINO, 1993, p. 21).

A partir desse momento, o esporte foi transformado em um dos palcos mais efetivos de disputa e propaganda político-ideológica, o capitalismo e o socialismo criaram robustas estruturas que visavam à obtenção de vitórias internacionais esportivas, o que comprovaria a supremacia do regime político. Países com menos condições socioeconômicas seguiram o exemplo, e o Brasil estava entre os da América Latina que passaram a utilizar o esporte como mais um dos controles estatais. Alguns eventos marcantes comprovam o uso do esporte para a disputa ideológico-política, que teve início nos anos 1950, como a participação da União Soviética nos Jogos Olímpicos de Helsinque, em 1952, o aumento dos investimentos direcionados para o esporte de rendimento, em especial nos Estados Unidos, além das grandes estruturas montadas pelos países socialistas, cujo objetivo era que a qualidade e a primazia fossem alcançadas em razão da quantidade de praticantes. Atualmente, tal prática pode ser denominada como “massificação do esporte” e possivelmente se apresenta nos anseios de todas as modalidades esportivas, diferentemente do contexto citado anteriormente, uma vez que se apresenta em diversos países, não só nos socialistas (TUBINO, 2017).

O Brasil comandado por Getúlio Vargas, nesse momento, estava entre os democratas e os autocratas, enquanto alguns países, a princípio, não demonstraram apoio ao esporte por considerarem uma atividade burguesa e por terem enveredado pela revolução comunista, só começando a direcioná-lo ao alto rendimento a partir

da década de 1960, com a intenção de contestação ideológica ao bloco ocidental (BUENO, 2008).

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem, contudo, democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato, a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, frequentemente voltados para a propaganda e doutrinação. (GEBARA, 2002, p. 13-14).

No que concerne à relação do esporte com os governos, é possível perceber alguns tópicos uniformes, mesmo que cada país siga suas particularidades. A prevalência de diferentes padrões de relacionamento entre o Estado e o esporte salienta que os esquemas construídos ao longo da história pautam-se por diversos princípios a respeito do esporte como fenômeno político-social e por múltiplas abordagens referentes à ideia de Estado. São também diversificadas as tentativas de esclarecimento dos argumentos que ocasionaram, e ainda ocasionam, a intervenção do setor público no campo esportivo (LINHALES, 1996; BUENO, 2008).

Para Houlihan (2001), o envolvimento dos Estados com esporte se justifica pelas seguintes razões:

- Controle e seleção das práticas esportivas e do passatempo da população

A exemplo disso, na França e na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, foi função do Estado garantir as benesses de classes para as práticas elitistas, como a caça, e expandir as possibilidades de lazer para a população urbana. O governo da América do Norte do século XVII preocupou-se com o embargo das atividades afrontosas à moralidade protestante, como as corridas de cavalo, as brigas de galo, os sistemas de apostas, entre outras. Assim como o empenho em reprimir esportes considerados bárbaros e sangrentos ocorreu nos dois séculos seguintes (HOULIHAN, 2001; BUENO, 2008).

- Saúde e lazer

Os benefícios do esporte e do lazer foram explorados com fins de saúde pública por alguns Estados, durante o século XIX. A legislação vitoriana possibilitou ao governo inglês, particularmente nos centros industriais, a construção de áreas destinados a banhos públicos e para atividades aquáticas, o que promoveu uma melhora na higiene pública. Além disso, a construção de parques públicos viabilizou

espaços propícios para a prática e o desenvolvimento de esportes coletivos nascentes, como o *Rugby*, o *Cricket* e o próprio *Football*, mesmo que o objetivo inicial tenha sido a melhora nas condições de vida da população das grandes cidades. Tal padrão produziu reflexos nas primeiras décadas do século XX, na América, em outros países da Europa, na Austrália e até mesmo no Brasil. O *Fitness and Amateur Sport Act*, que ocorreu no Canadá em 1961, é apontado como a primeira grande ingerência governamental no esporte moderno, no âmbito da saúde e do lazer, devido à inquietude do Estado frente ao crescente sedentarismo (HOULIHAN, 2001; BUENO, 2008).

- Integração social

O receio da fragilidade social na classe dos trabalhadores levou a Inglaterra a legislar em favor do incentivo à prática de atividades físicas e do treinamento militar durante a segunda metade do século XIX e utilizou o movimento “Muscular Christian”⁴ como meio de aliciamiento da disciplina da classe trabalhadora. Entre os anos de 1930 e 1960, o aumento na oferta de programações esportivas e a facilidade no acesso aos parques podem ser interpretados, em momentos diferentes da história, como causa para a diminuição da criminalidade juvenil entre negros americanos, para o equilíbrio da violência étnica e de outros problemas encontrados nos subúrbios das grandes cidades francesas. No Brasil, é frequente que o esporte seja observado como meio para a integração social, o que continua em ascensão na maioria dos países (HOULIHAN, 2001; BUENO, 2008).

- Preparação para o serviço militar

Austrália, Canadá, Inglaterra e EUA aprovaram desde o fim do século XIX, diversas leis que fundamentaram o desenvolvimento do tiro esportivo e da preparação física pela melhora na preparação militar em eventos de guerra. Esse pensamento se apresentou no Brasil a partir da República Velha e se acentuou no decorrer do Estado Novo. A interferência do campo militar no crescimento e no encaminhamento para determinadas modalidades esportivas faz parte das características históricas da maior parte dos países (HOULIHAN, 2001; BUENO, 2008).

⁴ *This was the belief that physical activity and sports, especially team sports, developed character, fostered patriotism, and instilled virtues that would serve their participants –and their participants' God – well in later life. In other words, team games taught their own high ethic, and that ethic could and should be a Christian one.*

- Prestígio internacional

No período posterior à 2ª Guerra Mundial, os Estados, logo se perceberam os prós e os contras que as conquistas e os fracassos esportivos, nos grandes eventos, representavam no prestígio nacional e internacional, afetando indiretamente a popularidade dos governos. Brasil e Argentina, na década de 1970 e em alguns anos de 1980, utilizaram suas identidades no futebol para afirmarem seus regimes internacionalmente e abrandar a insatisfação popular interna, justamente por não serem capazes de competir em condições iguais na maioria das modalidades olímpicas. Outros países, dos blocos africano e asiático, usaram o financiamento esportivo, direcionado à elite do esporte, para conquistarem visibilidade internacional e suporte a seus regimes. No entanto, há casos em que o desprestígio impossibilitou a participação de determinado Estado por rejeição ao modelo de governo, como a África do Sul, que, devido ao Apartheid, foi banida do grupo esportivo internacional entre os anos de 1980-1990 (HOULIHAN, 2001; BUENO, 2008).

- Possibilidade de desenvolvimento econômico

O esporte possibilita a geração de novos mercados para serviços e produtos, o que atua positivamente contra as disfunções provocadas pelas crises econômicas e o desemprego consequente (HOULIHAN, 2001; CARVALHO, 2013).

Progressivamente o esporte vem se tornando politicamente relevante, uma vez que fez-se uma ferramenta produtiva para diferentes objetivos, o que despertou interesse por sua normalização, disseminação e até “exploração” dos recursos e de diversos rendimentos do sistema esportivo. De tal maneira, que secretarias e ministérios específicos do esporte e de seu desenvolvimento, foram sendo instituídas por diversos países (HOULIHAN, 2001; CARVALHO, 2013).

1.1.2 Fenômeno Social – concepções econômicas e políticas

As atividades tidas como esportivas, sejam elas competitivas ou não, se fazem invariavelmente presentes em todas as sociedades. É fato que, em dois séculos de existência, o esporte moderno se transformou de atividade elitista, restritas a grupos de escolas britânicas e depois europeias, a um

fenômeno mundial que hoje envolve milhões de praticantes, bilhões de aficionados e, anualmente, trilhões de dólares em negociações de atletas, venda de produtos, serviços, marketing e contratos televisivos de eventos. (BUENO, 2008, p. 62).

O esporte é uma instituição social que possui atributos e apelo institucional somente reproduzidos pela religião; nenhum outro tipo de instituição dispõe da geração da mística, da nostalgia e da conservação de ideais culturais, assim como o esporte. Nenhuma outra prática da vida humana coaduna conceitos tão contraditórios, o habitual com o excepcional, a diversão com a competição e o ideológico com o substancial (BUENO, 2008).

O esporte é apontado como uma das práticas sociais mais crescentes e imponentes do século XX, com uma grande velocidade de expansão. É a entidade mais unânime em sua autenticidade. Não obstante a paixão e a passionalidade que geram uma série de elogios e alegações em seu favor, desvela também seus repressores, fortemente, na área sociológica (ELIAS; DUNNING, 1992; ROBSBAWM; RANGER, 1984; BARBERO, 1993; BROHM, 1993; BUENO, 2008).

O primeiro passo para uma compreensão sociológica do esporte [...] é encará-lo como um fato social, isto é, como algo socialmente construído, que existe fora das consciências individuais de cada um, mas que se impõe como força imperativa capaz de penetrar intensamente no cotidiano de nossas vidas, influenciando nossos hábitos e costumes. (HELAL, 1990, p. 13).

As convergências presentes entre a sociedade, o esporte e o Estado justificam-se na diversidade de interesses em voga e no debate pela probabilidade de consolidação e atuação de tais interesses. Desse modo, a política tomou seu lugar nas relações da esfera esportiva, seja no campo da sociedade ou no campo do Estado, apesar de ser necessário distinguir variações relacionadas ao grau dessa politização, bem como as limitações e perspectivas que são impostas ao mundo moderno, para o desenvolvimento do esporte (LINHALES, 1996).

A sociedade atual converteu o esporte em um setor economicamente dinâmico e atrativo. O crescente interesse pelo esporte e o desenvolvimento participativo da sociedade em atividades esportivas desencadearam um impacto econômico que incrementa a compra de espetáculos esportivos, serviços, equipamentos, classes, vestimentas, publicidade, patrocínio e outros. (CARRAVETTA, 1996, p. 52).

A partir dos anos de 1960, com a evolução das telecomunicações, a mídia esportiva alcançou dimensão e poder, o que a tornou um fator de amadurecimento

do esporte e disseminação de novas modalidades, visando a uma contínua ampliação de nicho comercial. Além disso, o esporte passou por algumas adequações para melhor atender aos interesses da mídia, tais como: a) modificação de regulamentos e formatos de disputas, com o objetivo de adaptar a programação da televisão, por exemplo, ao voleibol, ao basquetebol, ao futebol, ao tênis; b) vínculo com investidores da indústria midiática, visando adquirir os direitos dos setores profissionais e de imagem de clubes (BUENO, 2008).

O fato é que, hoje, o esporte é janela para afirmações nacionalistas, manipulação da população, manifestações e reivindicações populares, regulação de negócios pelo Estado e mesmo para atentados terroristas. Para governos, o esporte apresenta dupla face: a dos problemas com a violência, corrupção e uso de drogas, e outra como oportunidade para a ampliação da educação, das políticas de lazer e demais objetivos políticos, inclusive a autolegitimação. (BUENO, 2008, p. 68).

A importância do aspecto político no esporte se apresenta por gerar fortes fatores de caráter nacionalista, ou seja, razões emotivas e simbólicas, o tal sentimento de reconhecimento e pertencimento a uma nação, princípios que são naturalmente estimulados para servir a interesses específicos de uma agenda política. O movimento olímpico pode ser considerado o maior e o principal propulsor do esporte para sua internacionalização e para a geração de vínculo com o conceito de nação, o que direciona compulsoriamente à politização do esporte. Como consequência desse direcionamento, o poder de uma nação passou a ser mensurado pelo rendimento esportivo, demonstrado em medalhas e recordes (BUENO, 2008; HOBBSAWM; RANGER, 1984; BRACHT, 1997).

1.1.3 Esporte e Descoberta de Talentos

Nesta seção, são abordados alguns conceitos e estratégias de intervenção na vida social, que geralmente são empregados para que ocorra a descoberta de talentos esportivos, além das etapas possíveis de abordagem que podem ser empregadas para que tal descoberta possa ser efetiva e alcance os objetivos traçados durante todo o processo.

1.1.4 Talento esportivo

No senso comum, o indivíduo que tem "talento" é aquele que apresenta, em um estabelecido campo, uma aptidão singular, além da normalidade. É ponderado que as capacidades psicológicas e motoras de um sujeito tido como talentoso se apresentam desde o seu nascimento, assim como o sistema neurofisiológico e as estruturas anatômicas, que podem ser reconhecidas, estimuladas e desenvolvidas no processo de socialização, desde que haja possibilidades para tal (BOHME, 1994)

São caracterizados como detentores de talento os indivíduos dotados de particularidades valorizadas e apreciadas cultural e historicamente. Além de valores culturais, na distinção do talento, fatores que devem ser levados em conta são a formação individual obtida e as circunstâncias sociais. Faz parte do processo de formação do talento toda a mescla de cada um dos traços natos, inatos ou aprendidos, sociais e culturais, bem como suas inter-relações (BÖHME, 1994; CSIKSZENTMIHALYI *et al.*, 1997; GUENTHER, 2000; MENDONÇA, 2007).

O talento pode ser visto como uma construção social, já que algumas características possuem maior valor no contexto em que são apresentadas, Além disso, a construção de um talento é baseada em traços individuais, os quais são relativamente transmitidos e parcialmente aperfeiçoados com o processo de desenvolvimento; padrões culturais, os quais indicam determinados comportamentos como relevantes e de valor; e campos sociais, onde é determinada, por indivíduos e entidades, a valorização ou não do desempenho (CSIKSZENTMIHALYI *et al.*, 1997).

Um indivíduo dotado de talento esportivo é aquele cujas estruturas anatomofisiológicas, capacidades e outras especificidades, como o comportamento, possibilitam, com grandes chances, que, com determinada preparação, seja possível obter a competência de atletas de categorias nacional e internacional (SILVA, 2005; MARTIN, 1999). Para Werneck (2003, p. 115), "talento esportivo ou aquisição esportiva deve-se entender como o conjunto de condições básicas da criança ou do jovem para o desenvolvimento do desempenho esportivo" (WEINECK, 2003, p. 115).

Uma pessoa que tem uma aptidão acima da média em determinado campo de ação é considerada um "talento". Essa aptidão pode ser desenvolvida de acordo

com a oportunidade de estimulação e do processo de socialização ao qual essa pessoa é submetida. No esporte de rendimento, utiliza-se o termo “talento esportivo” para caracterizar aquelas pessoas que têm notáveis capacidades biológicas e psicológicas, uma aptidão especial que, dependendo do contexto social, poderá apresentar elevado desempenho no esporte (BOHME, 1994; LANARO FILHO *et al.*, 2001).

Talento esportivo é a denominação dada a uma pessoa, na qual se aceita, com base em seu comportamento/atitudes ou com fundamento em suas condições de comportamento herdadas e adquiridas, que possui uma aptidão especial, ou uma grande aptidão para o desempenho esportivo. (CARL, 1988 *apud* BOHME, 1994, p. 91).

1.1.5 Detecção, seleção e promoção de talentos

Há uma relação de interdependência entre a detecção, a seleção e a promoção de um Talento Esportivo, por estarem fundamentadas em como ocorre a determinação desse talento, seja no início, nas fases de detecção/seleção, como no decorrer do treinamento em longo prazo, e a promoção. Na detecção, busca-se reconhecer um numeroso volume de crianças com disposição e aptidão para integrar um programa esportivo geral, ou seja, a detecção de talentos é a oportunidade de executar um prognóstico de longo prazo sobre um indivíduo que demonstra capacidades e características necessárias para ser parte integrante de um grupo composto por atletas de excelência desportiva (MELO DIAS, 2015; COLANTONIO, 2007; KISS *et al.*, 2004; BOHME, 2004; MATSUDO, 2007).

A seleção esportiva é baseada na descoberta dos traços padronizados apresentados pelos melhores atletas de tal modalidade esportiva, isto é, o conjunto de atitudes que possibilitam um prognóstico em curto prazo. Tal conjectura baseia-se na hipótese de que o indivíduo possui particularidades necessárias para manifestar uma performance superior à dos outros membros, assim como nível de aprendizagem, “treinabilidade” e maturidade. Na seleção, é possível identificar aqueles que demonstram estarem aptos para passar a um nível elevado de treinamento. Os impasses da seleção agravam-se pelo fato de que ter conhecimento sobre o padrão final do campeão ou recordista não é a única necessidade, mas

também saber e entender que qualidades foram evidenciadas nas etapas de aperfeiçoamento e como este ocorreu, o que possibilita um treinamento de maneira dirigida e coerente (MELO DIAS, 2015; COLANTONIO, 2007; KISS *et al.*, 2004; BOHME, 2004; MATSUDO, 2007).

A promoção ocorre por meio da aplicação dos métodos de treinamento, que, aliados a impecáveis condições de treinamento, devidas condições sociais, que podem relacionar-se desde o apoio familiar, o ambiente escolar e as possibilidades de treino e prática, até o apoio oferecido pelo meio onde o jovem talento está inserido, entre outras ações, permitem o desenvolvimento do talento até o alto rendimento COLANTONIO, 2007; KISS *et al.*, 2004; BOHME, 2004).

São muitos os fatores (biológicos e afetivos) que interferem no desempenho esportivo, o qual é a consequência de vários processos internos em diferentes níveis, não apenas de elaboração e de decisão do movimento, mas de inúmeras regulações autonômicas, tais como frequência cardíaca, frequência respiratória, substratos energéticos, temperatura, equilíbrio hormonal, as quais sofrem influências motivacionais e emocionais; todos esses processos se adaptam às interferências de fatores ambientais, com especial ênfase ao treinamento físico. Esses fatores atuam direta e indiretamente sobre o substrato genético, determinando um resultado real em determinado instante e situação; portanto, pode-se dizer que o desempenho esportivo é multifatorial, além de ter interpretações ou determinantes distintos em função das diferentes áreas de estudo da Ciência do Esporte.

Sugere-se que talento é o resultado individual de um processo dependente de diversos aspectos: das relações temporais existentes entre as disposições genéticas, a idade relacionada com a fase do seu desenvolvimento, as exigências de desempenho esportivo no treinamento, assim como de qualidades psicológicas. (MELO DIAS, 2015, p.171).

A identificação de talentos faz parte de um processo de evolução, portanto não deveria ser realizada com base no desempenho demonstrado em apenas um momento, seja por meio de teste ou mensuração, visto que tal desenvolvimento se torna evidente no decorrer das etapas de treinamento, testagem e mensuração sistemáticas, simultaneamente à atuação em eventos competitivos (MELO DIAS, 2015).

Fatos importante que deve ser considerado é a especialização precoce, pois não deve haver antecipação dos modos de treinamento, assim como sobrecarga do

organismo para que o crescimento não seja comprometido. Se a ordem das etapas não for obedecida, o desenvolvimento orgânico do atleta poderá ser dificultado, e o cuidado com as crianças e adolescentes que não são enquadrados no perfil de prováveis talentos esportivos. Em oportunidade posterior à avaliação, deve-se identificar o tipo de desporto ou atividade que melhor se enquadra nas habilidades de cada um, a fim de incentivar a prática desportiva para mantê-los na iniciação esportiva, sem abandonar o objetivo de manutenção e/ou promoção da qualidade de vida (MELO DIAS, 2015; LANARO FILHO, 2001; COLANTONIO, 2007).

A criança é orientada para se destacar nos desportos coletivos, nos desportos individuais, em alguma atividade física. Se você incentiva a criança a participar de determinada atividade, ela se esforçará em fazer o melhor, mesmo que não seja em um nível de alto rendimento. A criança terá prazer em praticar aquela atividade. (MELO DIAS, 2015, p.173).

Os projetos de iniciação esportiva devem ser delineados visando proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento para o maior número possível de crianças e jovens, salientando a atividade e conduzindo aqueles que se destacam para níveis mais elevados, onde darão seguimento ao processo de evolução do potencial (MELO DIAS, 2015; LANARO FILHO, 2001; COLANTONIO, 2007).

1.1.5.1 Métodos e teorias para detecção de talentos

Quanto à detecção de talentos, não se encontra um modelo ou tese em que seja possível apostar 100%; contudo, foram estabelecidos métodos que auxiliam na conclusão se o indivíduo pode ou não ser considerado um candidato a talento. A estatística se mostra em todas as teorias como instrumento principal, visto que são buscados padrões comparativos, reconhecimento de sujeitos acima da normalidade, traços nos componentes fisiológicos que permitam que ocorra uma diferenciação significativa entre os indivíduos (WEINECK, 1999; BEZERRA, 2008).

1.1.5.2 Dermatoglia

A Dermatoglifia é um método que vem sendo alinhado a outros meios de avaliação para analisar impressões digitais, marcas genéticas informativas e objetivas comuns a todos, já que são independentes de fatores como etnia e nacionalidade. Por meio dela, são observadas as impressões digitais dos dedos das mãos, com o objetivo de fazer uma possível correlação com as capacidades essenciais ao esporte, como força, resistência, coordenação e velocidade, o que pode facilitar na orientação, escolha e especialização esportiva adequada (CUNHA; FERNANDES FILHO, 2005).

Tal método foi inventado pelo Dr. Harold Cummins, nos anos de 1926, inicialmente para revelar patologias congênitas e alterações no desenvolvimento; no entanto, em 1942, foi idealizado um protocolo denominado “Protocolo de Cummins & Midlo”, o qual permite que sejam feitas comparações e relações diante dos resultados dermatoglíficos para traçar perfis de níveis de habilidades esportivas (PAIVA NETO *et al.*, 2016).

A Dermatoglifia surge como ferramenta norteadora para a orientação de talentos esportivos; por meio da identificação das modalidades, é feito o encaminhamento adequado para a melhor adaptação das potencialidades ou compensação de características genéticas pouco manifestadas nos indivíduos. Quando da prescrição de treinamento para rendimento atlético, o foco está na maximização das potencialidades, condição esta que encaminha os atletas aos melhores resultados possíveis a partir das características genéticas observadas. (NODARI JUNIOR; FIN, 2016, p. 51).

Segundo Rizzi (2014), é necessário que se entenda como ocorre o funcionamento básico dos fatores que controlam o corpo humano. Tais fatores são divididos em dois grupos de características: as fenotípicas, que interferem em 30% das atividades; e as genotípicas, que influenciam 70%. Ainda não há a possibilidade de modificação das características hereditárias, dessa forma, por meio da herança genética, é possível, analisar a predisposição ao desencadeamento de algumas doenças, assim como a probabilidade de herdar habilidades físicas de seus antecedentes.

Com o crescimento do esporte e dos eventos esportivos, em busca da performance, tornou-se necessário analisar o treinamento desportivo e a descoberta de talentos por outros ângulos, visando principalmente potencializar as habilidades específicas de cada atleta. Desse modo, descobriu-se que a herança genética pode ser um forte influenciador durante a prática esportiva, o que coloca a Dermatoglifia

na condição de um método que analisa os indivíduos de forma única. No campo esportivo, o estudo é feito através da análise dos desenhos digitais, cada um dos quais tem um significado (PAIVA NETO *et al.*, 2016).

De acordo com Souza *et al.* (2018), para que seja feita a análise das impressões digitais, é preciso considerar os chamados dermatóglifos. Trata-se de sistemas de cristas e sulcos do estrato córneo da pele, que se apresentam como revestimento da parte ventral dos dedos, das palmas das mãos e das plantas dos pés de cada ser humano. Além disso, são consideradas as IDs, ou seja, as cristas epidérmicas, que se apresentam nas falanges distais, as quais podem ser interpretadas como um selo genético. Dessa forma, por meio da dermatoglifia e da leitura das cristas dermopapilares, surge a possibilidade de descoberta de novos talentos no esporte, por meio da análise de aspectos como coordenação motora, força, resistência e velocidade.

Para isso, são detectados três tipos de figuras nas impressões digitais: Arco (A) – considerada a figura mais simples da Dermatoglifia, por se caracterizar pela ausência de núcleo e delta, está atrelada a força; Presilha (L) – vista como uma figura de complexidade média, já que apresenta somente um delta e um núcleo, está relacionada a velocidade e a explosão; e Verticilo (W) – figura considerada como a mais complexa, apresenta um núcleo e dois deltas, relaciona-se com a coordenação motora (PAIVA NETO *et al.*, 2016; SOUSA; RIZZO; SILVA, 2018).

1.1.5.3 Cineantropometria

As medidas e as avaliações em cineantropometria objetivam investigar, conhecer, selecionar e categorizar os indivíduos, estabelecer e manter padrões, indicar o progresso individual, motivar, além de fornecer diretrizes para a pesquisa (CARNAVAL, 1998; BOUZAS & GIANNICHI, 1996; BEZERRA, 2008).

Dessa maneira, “por meio das técnicas cine antropométricas, é possível estabelecer critérios em relação a variáveis morfológicas e de desempenho motor nas diferentes fases do crescimento e desenvolvimento dos atletas” (HEBBELINCK, 1989; MATSUDO, 1996), o que traria “benefícios para os profissionais que atuam

com o esporte de alto rendimento, que teriam dados concretos e fundamentados auxiliando os processos de promoção de talentos” (MASSA *et al.*, 2003, p. 102).

As características cine antropométricas são específicas de cada modalidade esportiva. Desse modo, de acordo com as particularidades relativas à modalidade expostas pela literatura, a disseminação de resultados auxilia na prática do profissional no que concerne aos processos de detecção, seleção e promoção de talentos (BEZERRA, 2008).

1.1.6 A estratégia Z

Quem quiser descobrir o fora de série precisa estar muito bem treinado em reconhecer o que é normal. Por essa razão, o Celafiscs (Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul) buscou por muitos anos valores normativos de diferentes variáveis de aptidão física de nossa população, assim como sua variabilidade. (MATSUDO, 2007, p.197).

Com isso, desenvolveu-se a estratégia-Z CELAFISCS, um programa que propõe a identificação de talentos esportivos por meio de escores do padrão de referência da aptidão física da população e de grupos competitivos de alto nível. “Esse instrumento permite diagnosticar o perfil de aptidão física e determinar, em termos percentuais, o quanto um determinado indivíduo se aproxima ou se afasta da média populacional” (MASSA, 1999, p.132).

A estratégia-Z pode ser aplicada em larga escala, justamente pela facilidade de aplicação e baixo custo, além de auxiliar na análise de um sistema fundamentado para a detecção de futuros talentos (MASSA, 1999; BEZERRA, 2008; MATSUDO, 2007). O índice Z se determina a partir da fórmula:

$$Z = \frac{x - u}{\mu} \quad \text{ou} \quad Z = \frac{x^* - u}{\mu}$$

onde: z = distância em relação à média ou critério padrão de referência populacional; x = resultado do indivíduo em uma dada variável; x* = média de uma equipe em uma dada variável; u = média populacional ou critério padrão de referência da variável, na idade e sexo do indivíduo; μ = desvio padrão populacional da variável, na idade e sexo do indivíduo (MATSUDO, 2007).

A utilização de escores padronizados nos processos de promoção de talentos esportivos parece ser um passo importante frente a subjetividade ainda presente nesses processos, porém a busca de análises mais sofisticadas se faz desejável para que se possa caminhar em direção a uma técnica que permita abordar as relações entre as variáveis e a importância das mesmas nos diferentes períodos que envolvem o treinamento a longo prazo. (MASSA *et al.*, 1999, p.132).

A relação entre a falta de conhecimento e a anuência dos técnicos esportivos, das investigações e metodologias desenvolvidas na literatura, com o objetivo de colaborar na determinação e predição do desempenho de atletas, explica as dificuldades ligadas às questões do talento esportivo. Por outro lado, torna-se importante que ocorra um diálogo entre os profissionais e os teóricos, visto que muitos pesquisadores conhecem profundamente a teoria das ciências do esporte, mas não têm experiência na prática do desenvolvimento dos programas de identificação e promoção de talentos. Tal interação possibilita que os conhecimentos adquiridos por ambas as partes se tornem importantes e se complementem para que o objetivo seja alcançado (MATSUDO, 1996; LANARO FILHO *et al.*, 2001; BEZERRA, 2008).

A detecção de talentos deve ser uma preocupação de técnicos, pesquisadores, como também de instituições esportivas (Confederações, federações, clubes, entre outros) e do Governo Federal (na figura do Ministério dos Esportes). Devem ser planejados e elaborados meios para que talentos não sejam desperdiçados. Não basta apenas criar um grande centro de treinamento num dos estados da federação, sem que haja uma massificação do esporte nos outros estados, como também meios para detecção de talentos e centro de treinamento intermediário para a preparação destes atletas. (BEZERRA, 2008, p. 6)

1.2 Esporte e Políticas Públicas

Nesta seção, são abordados o conceito e as etapas, procedimentos e estratégias de intervenção na vida social, que geralmente são empregados para que uma política pública possa ser efetiva e alcance os objetivos traçados durante todo o processo. Também abordamos as intervenções estatais em relação ao esporte, seja por meio de decretos, leis, programas de incentivo a atletas ou instituições esportivas, e algumas das políticas públicas que podem ter influenciado no cenário esportivo atual.

1.2.1 Políticas Públicas

Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. (SARAVIA, 2007, p. 28).

Política pública não apresenta um conceito único, devido à complexidade de delimitar e entender as suas instâncias (públicas, privadas ou governamentais), desde o que vem a ser uma política pública, quem define as necessidades, bem como a metodologia para a implementação. As variadas sociedades têm distintos padrões de articulação política, seja em como conceber, realizar, financiar e investir ou nas demandas e questionamentos da população que acabam por determinar diferentes definições. (ROSSETO JUNIOR; BORIN, 2017)

A expressão “políticas públicas” apresentou-se como parte do domínio social nos últimos anos, além de constante nos discursos eleitorais e governamentais, no debate popular, na academia e nos organismos politicamente estruturados da sociedade (FONSECA, 2013). “[...] é definida de forma minimalista como “o governo em ação”, [...], e sua viabilização só é possível se houver um projeto definido e a mobilização de recursos [...]” (FONSECA, 2013 p. 4-3).

As políticas públicas ou as funções que o Estado desempenhava no século XVIII e na primeira metade do XIX, eram focadas na segurança pública e na defesa externa de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia e maior participação e reivindicações da sociedade, as responsabilidades do Estado se ampliaram. (ROSSETO JUNIOR; BORIN, 2017, p.155).

Políticas públicas são deliberações que compreendem questões de ordem pública com amplo alcance, visando ao regozijo de uma coletividade. Para Amabile (2012), em sua maioria, são estruturadas por meio de um procedimento decisório no qual se apresentam variáveis complexas que afetam a realidade, mas também

podem ser entendidas como ferramentas de atuação pública. “As políticas públicas são a concretização da ação governamental. [...]. Podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva ou regulatória e inspiram o constante debate sobre a modernização do Estado [...]” (AMABILE, 2012, p. 390).

Desde a segunda metade do século XIX, os governos apresentavam vários meios de intervenção na vida social; entretanto, na segunda metade do século XX, ocorreram grandes alterações nas políticas públicas, ampliando a sua complexidade, em razão do surgimento de variadas formas de políticas, governos e participação popular (ROSSETO JUNIOR; BORIN, 2017).

Em outras palavras, no mundo real da política, “políticas públicas” expressa uma infindável teia de interesses, que congrega desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um dado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo. (FONSECA, 2013, p. 404).

Classes estruturadas se alternam como condicionantes das variáveis, envolvendo-se de maneira direta e indireta, ativa e passiva, com o processo de tomada de decisão que sustenta tais políticas. Dessa forma, não é comum que as finalidades das políticas públicas sejam definidas de antemão a não ser de forma mais genérica, assim como o atendimento do interesse da população. É certo, apesar disso, que há uma integração de política pública ao atendimento de necessidades notadamente coordenadas e selecionadas por meio de diligências do governo: “As políticas públicas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade” (AMABILE, 2012, p. 390).

De acordo com Lima e D'Ascenzi (2013), há etapas a serem adotadas no que se refere à implementação de políticas públicas, ou seja, formulação, implementação e avaliação. De maneira a simplificar o processo, pode-se definir a fase da formulação como a etapa composta pelos métodos de definição e seleção dos problemas a serem contemplados com a intervenção estatal, produção de resoluções ou meios e tomada de decisão. A implementação concerne à aplicação do que foi deliberado anteriormente, enquanto a avaliação refere-se ao questionamento sobre a repercussão de tal política (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

1.2.2 Políticas Públicas de Esporte no Brasil

1.2.2.1 O Decreto Lei 3199/41

Segundo Bueno (2008), o primeiro marco da legislação esportiva no Brasil ocorreu no governo de Getúlio Vargas, com o Decreto-Lei n.º 1.056 de 19/01/1939, cujo texto menciona a criação da Comissão Nacional de Desportos - CND, que tinha o objetivo de “realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país” (BRASIL, 1939). A Comissão elaborou o Código Nacional de Desporto, além de subsidiar a elaboração do Decreto-Lei n.º 3.199, que viria a ser o segundo e mais relevante ato legal direcionado ao esporte, apontado como referência para o início da ação estatal.

O Decreto-Lei n.º 3.199, de 14/04/1941, trazia seu objetivo principal já nas primeiras linhas: “[...] estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país” (BRASIL, 1941). O CND, foi nomeado como instituição responsável pela organização esportiva do Brasil, conforme se infere no artigo 3º do decreto:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais; b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas; d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções. (BRASIL, 1941).

Participaram do CND indivíduos de diferentes grupos, no entanto também houve a participação de pessoas ligadas à Confederação Brasileira de Desportos, haja vista a pressão que a antiga entidade exercia sobre o governo, o que veio a ser reforçado pelo fato de ter sido a única confederação eclética concebida pelo DL 3.199. (BUENO, 2008).

Em 1941, a razão do Decreto n.º 3.199, foi o abastardamento das atividades desportivas. Precisava-se pôr ordem na vida desportiva. Até então, só havia

amadorismo. Veio o profissionalismo e iniciou-se uma briga geral. Quiseram extinguir a própria CBD. O grupo do profissionalismo, liderado pelo Sr. Arnaldo Guinle, do Fluminense, não admitia entidades ecléticas. Chegou a criar a CBF. Só que a CBD estava filiada à Fifa. Arnaldo Guinle lutou para que a Fifa desfiliasse a CBD e atraísse a CBF. Argumentava como o fato verdadeiro de que o maior número de clubes de futebol estava subordinado a CBF, que a CBD já não representava o futebol brasileiro. No meio de tudo, a CBD procurou tirar jogadores de clubes não-filiados a ela para formar uma seleção. Daí houve um tumulto nacional. Foi impossível organizar um selecionado brasileiro. Os grandes clubes realmente estavam com a CBF e caiu vertiginosamente, jogando contra equipes de terceira categoria. Urgia disciplinar e pacificar o desporto brasileiro. (LYRA FILHO, s/d, *apud* MANHÃES, 2002, p. 36-7).

Desse modo, enquanto o futebol gerava toda essa movimentação no cenário esportivo, as modalidades olímpicas encontravam-se em dificuldades econômicas, o que lhe afetava até mesmo o sustento, por exemplo, as dificuldades encontradas pelos atletas participantes dos Jogos de 1932, em Los Angeles, haja vista que o governo argumentava faltarem recursos financeiros. Os atletas, no entanto, sem mesmo dispor de recursos próprios, chegaram a Los Angeles embarcados em um navio cargueiro de café, onde os atletas tiveram que trabalhar para manter a carga em condições viáveis de ser comercializada e, assim, custear a viagem. O Brasil terminou as Olimpíadas de 1932 sem medalhas, e o atleta do País mais ovacionado na ocasião foi o último colocado dos 10.000m do atletismo, mesmo tendo caído por três vezes durante a prova. Adalberto Cardoso percorreu 600 km entre as cidades de São Francisco e Los Angeles em 24 horas. O atleta chegou à pista do estádio olímpico pouco antes da disputa, o que só possibilitou que ele vestisse o uniforme para participar da prova, inclusive correndo descalço. Enquanto corria, sua história era contada no microfone pelo locutor, a quem é dado o crédito pela invenção do apelido dado ao brasileiro: "Iron Man". (COB, 2020; COSTA, 2014).

A nadadora Maria Lenk participou dos Jogos de Los Angeles na condição de primeira mulher brasileira e sul-americana participante da competição, no entanto não alcançou grandes resultados, possivelmente por conta das precárias condições de viagem, além da impossibilidade de treinamento durante o tempo em que estava no navio. Com melhor preparo físico, Maria Lenk retornou aos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Nesse momento, a delegação brasileira contava com mais outras quatro mulheres: a esgrimista Hilda Kramer, e as nadadoras Helena Salles, Scylla Venâncio e a irmã caçula de Maria, Sieglinde Lenk. As condições de viagem continuavam precárias, mas, dessa vez, o problema relacionado aos treinos foi

contornado pela oportunidade de, na falta de uma piscina, as nadadoras treinarem em um tanque, no qual “nadavam” sem ao menos sair do lugar (MARIN, 2015).

O projeto do Comitê Olímpico Brasileiro, que estava abandonado desde 1914, foi recriado por dirigentes de outras modalidades olímpicas em 1935, visando à especialização por modalidades para garantir maior apoio, o que pode ser contemplado com a publicação do decreto. No entanto, o papel do antigo COB no cenário esportivo havia sido ocupado pela CBD, o que resultou em desencontros na organização brasileira para os Jogos de Berlim de 1936, em que as duas entidades enviaram uma delegação cada, gerando desconforto para o Comitê Olímpico Internacional. Ao final, os atletas participaram da competição pelo COB, já que o COI não aceitou a possibilidade de o País ser representado por duas instituições distintas (BUENO, 2008; COB, 2020)

Esse embate entre as instituições provocou problemas no registro dos atletas participantes da edição dos jogos de Berlim, já que alguns atletas que foram por meio da CBD não constavam na listagem oficial de participação do evento, enquanto alguns foram reconhecidos como membros da delegação olímpica já no final do século XX, porém ainda há dúvidas sobre outros que afirmam terem participado, mas não constam em registro algum (RÚBIO, 2015).

Posterior a essas questões, surgiu o questionamento acerca da descentralização e especialização das modalidades esportivas com base em confederações específicas, reduzindo assim o controle institucional da CBD, à qual restaria a função burocrática de representação internacional. Tal movimentação ia de encontro ao processo de centralização de Vargas, portanto contribuiu como reforço para o desejo de intervenção estatal no esporte. Sendo assim, o Estado justifica o decreto com base na eminência de controle e democratização do setor esportivo, assumindo o papel de mediador de conflitos (LINHALES, 1996; BUENO, 2008)

Veronez classifica o novo padrão de intervenção do Estado no esporte como totalitário, centralizado, burocrático e corporativista, em que o governo busca expansão de sua soberania ao produzir ou influir em aparelhos para imprimir relações de dominação/subordinação do capitalismo, em um período exasperante entre os interesses da burguesia rural e da industrial, sem exposição das disposições de hegemonia fundamentais para protagonizar a composição e o

estabelecimento de um projeto de modernização da sociedade (VERONEZ, 2005; BUENO, 2008).

É no sentido de contribuir para eliminar uma determinada estrutura de poder, valores sociais e relações de produção a ela associados, substituindo-os por outros que estejam de acordo com as necessidades de uma nova sociedade produtora de mercadorias, que o esporte será instrumentalizado como elemento disciplinador, promotor do nacionalismo e de específicos valores morais e cívicos. (VERONEZ, 2005, p. 177).

O DL 3.199 organizou a base esportiva no Brasil, priorizando menos sua promoção e mais o controle estatal ante as entidades e instituições esportivas, como meio de impossibilitar possíveis atividades subversivas. O CND abraçou diversas funções dentro do esporte, o que poderia ser entendido até como uma sobreposição da administração pública sobre o setor privado esportivo, visto que o órgão tomou para si a responsabilidade de reconhecimento, filiação, desfiliação, intervenção e penalidades, até mesmo questões relacionadas aos atletas e aos clubes, como contratos, controle financeiro, multas, entre outras. Então, pode-se dizer que foi formado um esquema de fiscalização, já que as ligas, as federações e as confederações reportavam-se ao CND, que por sua vez deveria se submeter ao Ministério de Educação e Saúde (BUENO, 2008).

Na tentativa de “socializar o esporte”, categorias foram implementadas visando diferentes grupos sociais, que seriam de grande valia para destacar e favorecer o modelo político empregado pelo governo. No processo de construção da Constituição de 1937, já havia o desejo de se organizarem ações direcionadas à infância e à juventude.

Dentre as novas categorias, podemos destacar o programa esportivo Juventude Brasileira, aprovado pelo Decreto-Lei nº 2.072, o qual dispunha sobre a necessidade de existir uma instituição nacional que regesse a educação física, moral e cívica de tal grupo, plano similar ao da Juventude Hitlerista (LINHALES, 1996) .

O programa poderia vir a ser um fator favorável na busca por novos talentos esportivos nesse momento da história esportiva do País, porém isso somente veio a ocorrer em 1995, com a implementação dos Jogos da Juventude, cujo objetivo era preparar a juventude brasileira para cumprir os deveres econômicos e relacionados à defesa da nação.

A política esportiva foi resultado de um governo corporativista que tinha como objetivo controlar toda forma de manifestação social, minar conflitos civis e políticos e normatizar, controlar e utilizar as entidades públicas e privadas de acordo com sua orientação político-ideológica. Sendo assim, o desenvolvimento de uma política de esporte adveio do interesse do Estado em regular, normatizar e disciplinar o setor esportivo. (CARVALHO, 2013, p. 32).

1.2.2.2 A primeira Lei para o Esporte

Posterior ao DL 3199/41, o esporte brasileiro enfrentou obstáculos por um bom tempo, já que a herança principal de tal decreto foi sua burocratização, uma vez que todo o poder dado ao CND resultou cada vez mais na submissão das outras entidades esportivas. Esse quadro esteve presente no cenário esportivo nacional até a década de 1970, período no qual o Brasil passou por um novo período de autoritarismo, que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985. Nesse momento, os militares revogaram o DL 3.199 e estabeleceram a sanção de um novo estatuto para o sistema esportivo; sendo assim, foi promulgada, em meio ao regime militar, a Lei nº 6251, em 8 de outubro de 1975, regulamentada pelo Decreto n.º 80.228, de 25/08/1977. Esse foi o primeiro texto legal que destacou a Política Nacional de Educação Física e Desportos e tratou do Sistema Desportivo Nacional (TUBINO, 1999).

Já em seu artigo 1º, a lei reforça que a organização desportiva nacional obedecerá às resoluções estabelecidas pelo CND, que por sua vez estaria ligado ao Ministério da Educação e Cultura, classificando-o como um órgão regulamentador e disciplinador do Desporto Nacional. O conceito das atividades que seriam comandadas pelo ato legal é descrito no artigo 2º, que versa sobre “desporto, a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas” (BRASIL, 1975). Portanto, o esporte que seria contemplado pelo modelo de governo, em relação às políticas públicas, seria o que prezava pela lógica da competição. Além disso, ficou estabelecido que a promoção e o incentivo à prática desportiva, nas diversas modalidades, era papel da União (BRASIL, 1975; CARVALHO, 2013).

O texto da lei determinou que o Poder Executivo possuía a responsabilidade de definir o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), cabendo ao

Ministério da Educação e Cultura a elaboração do Plano Nacional, com os seguintes objetivos:

I - Aprimoramento da aptidão física da população; II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas; III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais; V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer. (BRASIL, 1975).

A primeira lei para o esporte brasileiro, além das atribuições supracitadas, regulamentava acerca do apoio financeiro, que a partir daquele momento não seria dependente apenas dos recursos oriundos da Loteria Esportiva – o uso dos recursos da Loteria Federal havia sido regulamentado pela Lei nº 66.118/70, que destinava 30% do total dos recursos diretamente ao CND – mas de dotações orçamentárias destinadas a programas, projetos e atividades desportivas e de recursos provenientes:

I - Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; II - Do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social; III - Do reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos; IV - De receitas patrimoniais; V - De doações e legados; e VI - De outras fontes. (BRASIL, 1975).

O COB foi reconhecido como uma instituição civil organizada, segundo a lei e em consonância com as disposições do Estado, uma associação regulada de acordo com o COI, que detinha independência e autonomia a qual lhe permitiu integrar o Sistema Desportivo Nacional. A ele couberam alguns direitos segundo a redação da lei, a qual define a organização e direção do desporto amador, com o apoio das confederações desportivas nacionais, na participação brasileira nos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e em outros de igual natureza; a promoção de torneios de âmbito nacional e internacional; a propagação do ideal olímpico no território nacional; o cumprir e fazer cumprir, no território brasileiro, os estatutos, regulamentos e decisões do COI, bem como os de organizações desportivas continentais com que haja vínculo; a representação do olimpismo brasileiro junto aos Poderes Públicos.

Além dos direitos supracitados, coube ao COB a adoção de providências relativos à organização e à realização dos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e outros de igual natureza, na possibilidade de o Brasil ser escolhido como local sede. Tal adoção só se tornou possível por meio das edições dos Jogos Pan-Americanos

de 2007 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, os quais aconteceram 32 e 41 anos depois, respectivamente, visto que já haviam ocorrido, em 1963, os Jogos Pan-Americanos de São Paulo (BRASIL, 1975).

Na seção Medidas de Proteção Especial dos Desportos, dispõe-se que a loteria Esportiva também estaria atrelada ao atendimento do preparo e à participação das delegações brasileiras em eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, os Jogos Pan-Americanos e o Campeonato Mundial de Futebol, e ainda que deveria ser determinado um dia em que se realizasse um concurso cuja renda líquida total se destinasse a esse fim. Similar ao descrito nessas medidas, foi elaborada em 2001 a Lei nº 10.264, a Lei Agnelo-Piva.

Outro ponto relacionado ao investimento no esporte brasileiro refere-se ao Imposto de Renda, determinando-se que poderão ser abatidas da renda bruta ou deduzidas do lucro as contribuições ou doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas às entidades esportivas que proporcionem a prática de pelo menos três esportes olímpicos, contudo “o total das contribuições ou doações admitidas como despesas operacionais não poderá exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) do lucro operacional da empresa, antes de computada essa dedução”. Assim, a Lei de Incentivo ao Esporte –, a Lei nº 11.438 foi sancionada em 29 de dezembro de 2006, constituindo-se em um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento do esporte brasileiro em todos os níveis (BRASIL, 1975; BRASIL, 2006).

Em consonância às medidas de proteção especial dos desportos descritas na Lei nº 6251 de 1975, a partir de 2006 passou a ser permitido que empresas e pessoas físicas investissem parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, Lei nº 11.438, de 2006. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido.

Essa Lei inicialmente teria prazo de validade até o ano calendário de 2015, no entanto, em 2015, foi feita uma alteração no seu texto, prevendo que tal medida possa ser adotada até o ano de 2022. Os projetos desportivos e paradesportivos beneficiados devem estar entre pelo menos uma das categorias: desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento.

Alguns autores (BUENO, 2008; CARVALHO, 2013) argumentam que a configuração advinda da Lei nº 6.251 foi atrelada a valores disciplinadores, corporativistas, que adotaram as divisões esportivas amadoras e profissionais como elementos principais da política esportiva, alegando que o esporte estaria presente na agenda governamental pela possibilidade do Estado se apoderar e utilizá-lo como instrumento para galgar objetivos político-ideológicos, além da possibilidade de essa lei servir como meio de ascensão do desporto nacional o que, no entanto, acabou não acontecendo. Dessa forma, não houve um planejamento para o esporte como direito social, mas um discurso de promoção social por meio do esporte.

No entanto, mesmo diante desses questionamentos, pode ser observado que o esporte olímpico ganhou espaço nesse momento da história esportiva brasileira, haja vista que o Comitê Olímpico foi reconhecido, investimentos passaram a ser direcionados às modalidades olímpicas, bolsas passaram a ser concedidas aos alunos de qualquer nível que se sagrassem campeões desportivos, nas áreas estadual, nacional e internacional, assim como ocorre no programa “Bolsa- Atleta” e nos investimentos da Lei Agnelo-Piva, em que são direcionados investimentos, sem a intervenção de qualquer outra instituição, a atletas brasileiros e confederações brasileiras, respectivamente. O programa “Bolsa- Atleta”, especificamente, possibilita um financiamento mais robusto aos atletas das modalidades individuais, que alcançam excelência em suas categorias, ou seja, o tão sonhado pódio.

Já o esporte de base não tinha tanto valor, o que possivelmente poderia dificultar o processo de inserção de talentos no esporte brasileiro, semelhante ao que ocorre nos dias de hoje, em que, apesar de os atletas receberem apoio financeiro, não se tem definido o principal local de iniciação esportiva de cada modalidade, o que pode inviabilizar a implementação de políticas públicas mais assertivas no que concerne à descoberta, à detecção e à promoção de talentos esportivos.

1.2.2.3 Lei Agnelo-Piva

Elaborada como uma modificação que trata dos recursos para o esporte na Lei Pelé, 9.615/98, a Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, nomeada como Agnelo-Piva, estabelece que 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares sejam direcionados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, recebendo 85% e 15%, respectivamente, a serem exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos. No entanto, em 2015, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o valor destinado ao esporte brasileiro ampliou de 2% para 2,7%, o que também alterou o valor repassado ao Comitê Paralímpico Brasileiro, mudando de 15% para 37% (BRASIL, 2001).

Para cumprimento da lei, os valores recebidos pelo COB e pelo CPB devem ser repassados às confederações a eles filiadas. A lei foi recebida com entusiasmo pela comunidade esportiva, já que, segundo o COB, os recursos advindos da Lei Agnelo/ Piva são essenciais para o desenvolvimento do esporte olímpico no País, a preparação dos atletas brasileiros para competições esportivas, como os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos, além de favorecerem a busca da juventude brasileira no que se refere aos frutos de uma vida saudável por meio do esporte e dos Valores Olímpicos (COB, 2019).

É perceptível que uma evolução qualitativa ocorreu no cenário olímpico brasileiro desde a promulgação da lei supracitada. A participação brasileira nos Jogos de Sidney 2000 havia sido considerada o segundo melhor desempenho na história das edições, estando o Brasil no 53º lugar no quadro de medalhas; já em 2004, nos Jogos Olímpicos de Atenas, o Brasil terminou a competição entre os 20 primeiros no quadro de medalhas, chegando ao 16º lugar, o que nunca havia ocorrido na história olímpica do País (COB, 2020).

É inegável o poder transformador do esporte dentro da sociedade. Os dados que trago aqui são do impacto da Lei Agnelo/ Piva no esporte brasileiro e no Movimento Olímpico. Desde a sua implantação, a transformação é extremamente significativa dentro da nossa história. Os números de conquistas em Jogos Olímpicos são superiores a todas as outras edições antes do ano 2000. Em 18 edições, o Brasil chegou a 66 conquistas em Jogos Olímpicos. Só nas últimas quatro edições foram 63 medalhas. (BICHARA, 2019)⁵.

⁵Jorge Bichara, diretor de esportes do Comitê Olímpico Brasileiro, em entrevista.

Outras políticas públicas que possivelmente influenciaram o esporte olímpico brasileiro, nas últimas edições dos Jogos Olímpicos, são a Lei de Incentivo ao Esporte e o Programa Bolsa-Atleta, já que entraram em vigor em 2004 como políticas de fomento ao esporte e aos atletas.

1.2.2.4 Programa Bolsa-Atleta

O Bolsa-Atleta, importante programa governamental, caracterizado como o maior programa de apoio individual ao atleta, é mantido desde 2005 pelo governo brasileiro. Foi implementado por meio da promulgação da Lei 10.891/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.342/2005, com o objetivo de beneficiar os atletas praticantes do esporte de alto rendimento que alcançavam bons índices e resultados em eventos competitivos nacionais e internacionais de sua modalidade, além de ampliar as possibilidades de financiamento esportivo no País de uma maneira diferente da que já existia, já que o atleta não teria intermediários no momento de receber o benefício. Entre os pré-requisitos para obtenção do benefício, está a vinculação dos candidatos a alguma entidade de prática esportiva, além da participação em competição esportiva no Brasil ou no exterior, no ano anterior. Inicialmente, também era necessário que o atleta não recebesse patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, o que deixou de ser cobrado a partir de 2012, com a Lei 12.395/2011, a qual permitiu que o atleta participe do programa e receba concomitantemente auxílio financeiro de patrocinadores, possibilitando, assim, que o indivíduo conte com mais uma fonte de recurso para suas atividades (MEZZADRI *et al.*, 2016; DIAS *et al.*, 2016; SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2020).

A distribuição das bolsas segue uma ordem, de acordo com a modalidade esportiva que o atleta pratica. Os atletas de modalidades filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro ou ao Comitê Paraolímpico Brasileiro são classificados com prioridade para que, posteriormente, o benefício seja destinado aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico, ou seja, modalidades

que compõem o programa dos Jogos Pan-americanos e outras que não estão contempladas nessas competições. A concessão do benefício para os atletas participantes de modalidades individuais e coletivas que não fizerem parte do programa olímpico ou paraolímpico limita-se a 15% dos recursos disponíveis pela União para o Programa Bolsa-Atleta (BRASIL, 2004).

De acordo com a redação da Lei nº 12.395, de 2011, o atleta deverá preencher alguns requisitos para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas-Atleta de Base, Nacional, Internacional, Olímpico ou Paraolímpico, Pódio, e possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos e máxima de 20 (vinte) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil, até o término das inscrições; II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva; III - estar em plena atividade esportiva; IV - apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo-se todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca; V - ter participado de competição esportiva em âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta, com exceção da Categoria Atleta Pódio; VI - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil; VII - encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo Ministério do Esporte; VIII - estar ranqueado na sua respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Pódio. (BRASIL, 2011).

Não podendo candidatar-se à Bolsa-Atleta, segundo a Lei nº 13.051, de 2014, o atleta que estiver cumprindo suspensão ou que tenha sido condenado mais de uma vez pelo Tribunal de Justiça Desportiva, por violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes. Sendo assim, os atletas que se enquadrarem nessas situações terão o pagamento da bolsa suspenso por período igual ao da suspensão ou, até mesmo, vedação de concorrência a uma nova Bolsa-Atleta nos 2 (dois) primeiros exercícios subsequentes ao da última condenação (BRASIL, 2014).

Além do financiamento feito por meio do programa Bolsa Atleta, foi lançado, em 2012, o Plano Brasil Medalhas, com o objetivo de que o Brasil estivesse no quadro de medalhas entre os 10 primeiros países olímpicos e entre os 5 primeiros paralímpicos dos Jogos Rio 2016. A implementação da Bolsa Atleta Pódio, pela lei 12.395/ 2011, pode ser interpretada como uma das principais iniciativas do Plano

Brasil Medalhas. Nessa nova categoria do Bolsa-Atleta, os benefícios variam entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil (MEZZADRI *et al.*, 2016).

De acordo com Mezzadri *et al.* (2016), foram distribuídas 50.714 bolsas, divididas entre as modalidades de esportes olímpicos, paralímpicos, não olímpicos e de inverno, entre os anos de 2005 e 2016. Os esportes olímpicos foram os maiores beneficiários do programa no período, com 33.149 bolsas, seguidos dos esportes paralímpicos, com 11.420 bolsas.

Tabela 1 - Distribuição de bolsas

MODALIDADE	TOTAL DE BOLSAS	% BOLSAS
Atletismo	3.452	10,41%
Handebol	2.328	7,02%
Judô	2.180	6,58%
Canoagem	2.115	6,38%
Natação	2.045	6,17%
Tiro esportivo	1.590	4,80%
Taekwondo	1.526	4,60%
Rugby de 7	1.273	3,84%
Ciclismo	1.226	3,70%
Polo aquático	1.226	3,70%
Luta olímpica	1.155	3,48%
Boxe	1.139	3,44%
Voleibol	1.068	3,22%
Vela	1.068	3,22%
Basquetebol	963	2,91%
Futebol	910	2,75%
Tênis de mesa	807	2,43%
Esgrima	803	2,42%
Remo	761	2,30%
Hóquei sobre grama	705	2,13%
Badminton	559	1,69%
Levantamento de peso	496	1,50%
Tiro com arco	442	1,33%
Nado sincronizado	418	1,26%
Ginástica artística	413	1,25%
Tênis	402	1,21%
Vôlei de praia	400	1,21%
Ginástica rítmica	382	1,15%
Ginástica de trampolim	234	0,71%
Triatlo	233	0,70%
Saltos ornamentais	224	0,68%
Pentatlo moderno	213	0,64%
Golfe	163	0,49%
Hipismo	125	0,38%
Maratonas aquáticas	105	0,32%
TOTAL	33.149	100%

Fonte: MEZZADRI *et al.*, 2016.

1.2.2.5 Lei de Incentivo ao Esporte ou Lei de Incentivo Fiscal

A Lei de Incentivo ao Esporte é uma lei que possibilita o investimento em projetos desportivos e paradesportivos por pessoas físicas ou jurídicas, por meio da dedução do Imposto de Renda devido. Foi promulgada em 29 de dezembro de 2006 sob o nº 11.438. As deduções de que trata a lei são limitadas a 1% do imposto

devido para empresas que não são tributadas em lucro real, e 6% do imposto devido declarado pela pessoa física, não sendo dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ao doador ou patrocinador (BRASIL, 2006).

Os projetos desportivos e paradesportivos que poderão ser favorecidos com os recursos oriundos dos incentivos previstos por essa lei são o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. Turíbio (2017) assim descreve esses projetos: o esporte educação se baseia em conceitos como participação, inclusão, cooperação, podendo-se dizer que possui uma vertente formativa; o esporte de participação, diferente do esporte de rendimento, não se compromete com regras institucionais ou de qualquer tipo, busca o bem-estar de seus praticantes e se sustenta no preceito da ludicidade prazerosa; o esporte de rendimento, por muitos caracterizado como esporte de alto nível ou alta competição, é institucionalizado, disputado, constituindo-se por regras pré-definidas especificamente para cada tipo e modalidade esportiva, além de ser organizado por federações e confederações.

Enquanto, nesse momento, visavam-se novas possibilidades de fomento à iniciação esportiva (que também é um fator importante para que o Brasil possa ter representatividade em edições de competições olímpicas), a evolução da qualidade brasileira nos Jogos Olímpicos se manteve em Pequim, 2008. O Brasil iniciou a competição com dois recordes, com um número elevado de participantes, 277 atletas, além de representação em 32 modalidades; e conquistou inéditas 3 medalhas de ouro, além de quatro de prata e nove de bronze, participando de 38 finais (COB, 2020).

1.2.2.6 Segundo Tempo

No que concerne à descoberta de talentos, além do programa “Descoberta do Talento Esportivo” e da Rede de Centros de Excelência Esportiva, o programa “Segundo Tempo” mostrou-se de grande importância para o cenário olímpico do

Brasil, haja vista que, entre os atletas participantes dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o projeto foi citado como local de iniciação.

Por meio da Portaria nº 32, de 17 de março de 2005, o então Ministro de Estado do Esporte regulamentou a implementação do “Programa Segundo Tempo”, cujo objetivo era popularizar o acesso à prática e à cultura esportiva, contribuir para a aptidão física, o bem-estar mental, a interação/inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania, o que pode vir a favorecer o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades de múltiplas vivências esportivas. O Programa Segundo Tempo se destina, prioritariamente, a populações localizadas em áreas de vulnerabilidade social e sua implementação se deu mediante parcerias com instituições públicas e privadas, por meio das quais foram formados núcleos para o atendimento aos participantes do programa em especial, alunos matriculados nas unidades públicas de ensino fundamental e médio (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2019).

1.2.2.7 Estação Cidadania

Visando o legado olímpico, o Ministério do Esporte elaborou o conceito do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), pelo advento da segunda etapa do programa de aceleração do crescimento (PAC 2). O projeto, inicialmente denominado Centro de Iniciação ao Esporte, tornou-se Estação Cidadania por meio da portaria nº 876, de 15 de maio de 2019. No que concerne ao legado de infraestrutura esportiva, direcionada à iniciação esportiva, advinda dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o programa para construção de Estações Cidadania está entre os maiores, por possibilitar a ampliação da oferta de equipamento público esportivo de qualidade.

Além de incentivar a iniciação esportiva nos locais onde há maior índice de vulnerabilidade social, o projeto suscita valores de cidadania e consolida relações sociais e familiares. No espaço físico das unidades, são integradas atividades culturais e a prática de esportes voltados para o alto rendimento, estimulando a detecção de talentos esportivos e a formação de atletas entre crianças e jovens. Em

cada unidade, podem ser ofertadas até 13 modalidades olímpicas (atletismo, badminton, basquete, boxe, esgrima, ginástica rítmica, handebol, judô, levantamento de peso, taekwondo, tênis de mesa, vôlei), seis paralímpicas (esgrima em cadeira de rodas, goalball, halterofilismo, judô, tênis de mesa, vôlei sentado) e uma não olímpica (futsal) (BRASIL, 2019).

1.3 O que faz de uma nação uma potência olímpica?

Nesta seção, são abordados alguns estudos e pesquisas que visaram investigar as variáveis que poderiam exercer influência no desempenho de uma nação campeã e, assim, interferir nos resultados obtidos pelos países em competições internacionais. Também abordamos, com mais profundidade, uma pesquisa na qual o Brasil esteve como protagonista, na qual investigaram-se especificamente alguns fatores-chave, como as políticas públicas e a organização do cenário esportivo brasileiro, que podem ter influenciado na participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016, destacando os pontos que poderiam ser modificados, visando a um melhor desempenho nos Jogos de Tóquio 2020.

Aspectos como PIB ou PIB *per capita* e população são interpretados como indicadores de sucesso de atletas em eventos olímpicos; o PIB, por possibilitar maior conforto ao arcar com os custos provenientes de instalações direcionadas ao treinamento de excelência, enquanto grandes números populacionais permitem que mais indivíduos com potencialidades específicas do esporte sejam selecionados para o nicho do alto rendimento. Alguns desses aspectos já vinham sendo debatidos desde o século passado, assim como os destacados por Ball (1972), sendo estes fatores de caráter demográfico tais como urbanização, taxas de analfabetismo, além de uma posição econômica autossustentável, ou seja, bem desenvolvida (BALL, 1972; JOHNSON; ALI, 2000).

No entanto, Bernard & Busse (2004), em seu estudo, no qual foram analisados 150 países entre 1960 e 1996, além de encontrarem significância em relação às variáveis população e PIB per capita, salientam o fator *país-sede* e destacam ainda que a população não deve ser interpretada como algo isolado ou

como único fator determinante, pois países com alto índice populacional deveriam ganhar mais medalhas em comparação aos outros.

O fator país-sede também foi destacado positivamente em outros estudos (HOFFMAN; GING; RAMASAMY, 2004), haja vista que sediar o evento olímpico pode ser uma maneira de ampliar os investimentos, assim como o apoio aos esportes nos anos que antecedem os jogos. As nações vizinhas podem também colher frutos dessa variável, talvez pela facilidade e pela redução nos gastos de deslocamento para o local do evento.

Outros estudos foram realizados em edições diferentes e considerando variáveis além das supracitadas (JOHNSON; ALI, 2000), no entanto, na maior parte, concluiu-se que as respostas mais relevantes em relação ao sucesso de uma nação, nos Jogos Olímpicos, estão atreladas ao PIB, à população e suas variáveis específicas, como educação, saúde, taxa de desemprego, etc.

Dentre os estudos que buscam entender os aspectos que influenciam no desempenho de um país, tornando-o campeão, o que mais se aproxima dos objetivos desta revisão é o modelo teórico para análise dos fatores políticos relativos ao esporte e predição de sucesso internacional das nações no âmbito esportivo, desenvolvido por De Bosscher *et al.* (2006), o SPLISS, cujo objetivo é identificar as políticas esportivas que levam uma nação ao sucesso internacional e como isso ocorre, além de buscar informações pertinentes à eficácia e à eficiência das políticas na elite do esporte.

Entre os anos de 2011 e 2012, Bohme *et al.* realizaram uma pesquisa na qual buscaram analisar a efetividade das políticas públicas de esporte, possibilitando uma autoavaliação das nações contempladas no estudo. O projeto foi baseado no modelo SPLISS, que destaca a existência de fatores influenciadores do sucesso internacional em três níveis: macro, meso e micro. O Macro caracteriza-se por determinantes como fatores culturais, sistemas políticos, doping, naturalização de atletas, entre outros; no Micro, apresentam-se os fatores que influenciam no desempenho individual do atleta, ou seja, genética e aspectos pessoais, como família e o meio; enquanto no nível Meso, consideram-se os fatores relacionados às políticas de esporte, que podem favorecer o desempenho dos atletas. Segundo Bosscher *et al.* (2016, p. 37), “as chances de sucesso dos países e de seus atletas

aumentarão, dependendo da efetividade de suas políticas e investimentos para o esporte de alto rendimento”.

Figura 1 - Fatores influenciadores do sucesso internacional

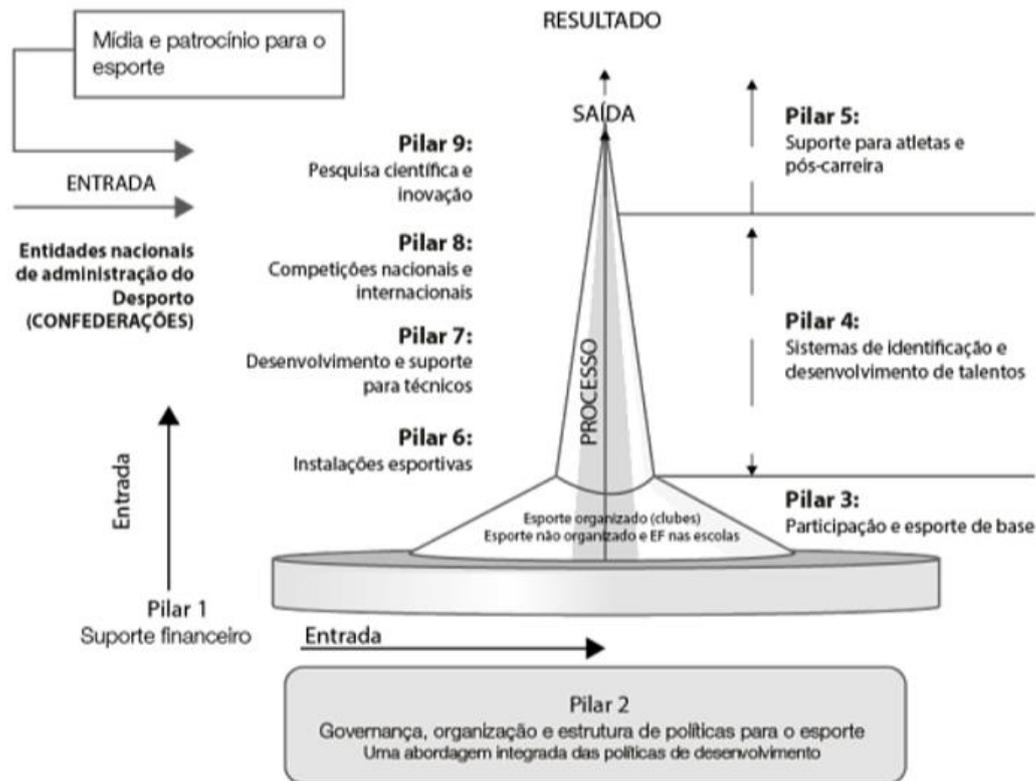


Fonte: BOHME *et al.*, 2016.

Tal modelo foi utilizado no projeto SPLISS 2.0 por Bosscher *et al.* (2015), visando os Jogos Olímpicos Rio 2016, para analisar o Brasil e mais 14 países, com o objetivo de entender o que poderia influenciar os resultados que seriam obtidos pelas nações em tal edição dos jogos. Os denominados fatores-chave que podem influenciar o caminho para o sucesso, no que concerne às políticas, podem ser divididos em 9 pilares, situados em dois níveis: a entrada, onde está o pilar 1: apoio financeiro para o esporte de alto rendimento e para o esporte em si – investimentos mais robustos na área podem gerar mais oportunidades para que os treinamentos ocorram em circunstâncias ideais – e processos onde estão os pilares de 2 a 9 – nos quais contempla-se o que é investido e como é utilizado o investimento esportivo, o que pode levar a nação ao sucesso internacional, além da eficiência e eficácia de tais políticas, que são: (2) organização e estrutura de políticas esportivas de elite; (3) participação esportiva; (4) identificação e desenvolvimento de talentos; (5) suporte atlético na carreira; (6) instalações esportivas; (7) fornecimento e desenvolvimento

de treinadores; (8) competição nacional e internacional; (9) pesquisa científica e inovação (BOSSCHER *et al.*, 2015).

Figura 2 - Pilares que influenciam o caminho para o sucesso



Fonte: BOHME *et al.*, 2016.

O resultado da pesquisa evidenciou que, no Brasil, os investimentos vêm sendo destinados, com mais ênfase, ao esporte de alto rendimento desde o início da história esportiva do País. Como já citado nesta revisão, diversas são as fontes de arrecadação de recursos financeiros para o esporte, sejam elas verbas públicas, direcionamento de percentuais de impostos, loterias, patrocínios, entre outros. No entanto, não há uma centralização desses recursos, tampouco há uma manutenção dos valores investidos em cada ciclo ou ano olímpico, pois os investimentos em sua maioria não são cíclicos, podendo muitas vezes estar atrelados à política de governo empregada naquele momento (BASTOS; BÖHME, 2016).

No que diz respeito à estrutura de políticas para o esporte brasileiro, Meira & Bastos (2016) caracterizaram o modelo brasileiro como misto, já que é preenchido por duas instituições de diferentes esferas, sendo uma governamental e outra não

governamental: a Secretaria Especial do Esporte, que está sob o comando do Ministério da Cidadania, e o COB. No entanto, o que pode ser observado pelos resultados encontrados no método SPLISS 2.0 é que as ações realizadas por essas instituições se mostraram de maneira isolada, podendo haver até mesmo sobreposição de algumas delas. Além disso, algumas dessas ações têm caráter imediatista, deixando de lado o princípio das políticas e investimentos de longo prazo.

Um aspecto positivo na estrutura de gerenciamento do esporte brasileiro é a relação existente entre o antigo Ministério do Esporte e o COB, em que se estabelecem os critérios para o repasse de valores às confederações, além do monitoramento sobre a utilização dos recursos, por meio de relatórios enviados pelas próprias confederações. Com base em pesquisas comparativas internacionais, é possível inferir que o esporte de alto rendimento brasileiro necessita de uma gestão dos projetos e programas em âmbito nacional, seja para acompanhamento ou avaliação, para que, dessa forma, haja a possibilidade de serem replicados entre as regiões do País (MEIRA; BASTOS, 2016).

Seguindo os estudos apresentados anteriormente, o Brasil está entre os países com elevados índices populacionais; no entanto, como observado anteriormente (BERNARD & BUSSE, 2004; JOHNSON & ALI, 2000), nem sempre esse é um fator determinante para o sucesso de uma nação em eventos internacionais. Essa percepção corrobora os resultados encontrados pelo SPLISS 2.0, segundo o qual o Brasil apresenta uma carência de políticas públicas que promovam a participação da população como um todo, especialmente crianças e adolescentes, em atividades esportivas e no esporte de base.

Nesse contexto, Filho *et al.* (2016) sugerem que o ambiente escolar poderia favorecer muito o surgimento de atletas, contudo não é muito explorado para esse fim. Os autores não identificaram políticas nacionais que visem o fomento esportivo nesse meio, tampouco políticas públicas de qualidade que favoreçam a massificação no esporte. Os clubes se mostraram significativamente como meio para participação esportiva, no entanto não se encontram igualmente distribuídos no território nacional, o que favorece somente algumas regiões onde os índices de desenvolvimento são mais elevados.

No entanto, a relação da massificação da prática esportiva com a obtenção de

resultados depende da qualidade da prática desses jovens que foram “cultivados” na base, assim como da eficiência e eficácia das políticas empregadas nesse setor.

Um desafio para a elaboração de políticas nacionais é a dimensão territorial do Brasil, com distintas regiões sob o ponto de vista econômico e social. Desse modo, existe a necessidade de se coordenar e integrar ações nacionais, estaduais e municipais. Diante de um cenário em que as escolas e os clubes apresentam poucas medidas para ampliar a oferta da prática esportiva, outras entidades, por exemplo, ONGs para o esporte, as entidades do sistema S (Sesi, Sesc, Senac e Senai) e os municípios, surgiram como alternativa para suprir essa carência no País e parecem estar desempenhando algum papel na formação de atletas no Brasil. (SILVA FILHO *et al.*, 2016, p.168).

O Brasil apresentou dados mais defasados em relação à descoberta, à identificação e ao desenvolvimento de talentos esportivos, contudo nenhum dos fatores elencados como fatores de sucesso pôde ser observado de maneira direta durante a pesquisa, o que pode corroborar com o que foi analisado nos questionamentos sobre a massificação do esporte brasileiro. As estratégias de descoberta de talentos não se apresentam de maneira integrada, assim como os investimentos, em sua maioria, não são feitos na base ou visando à identificação e à formação de novos atletas. O foco muitas vezes recai sobre atletas que já se encontram no ápice de suas carreiras, o que reflete uma política de investimento imediatista, sugerindo que, no Brasil, não há uma tendência de geração de novos talentos. O caminho para a descoberta de novos talentos esportivos, no Brasil, acaba por se basear na “sorte”, não se configurando como um processo de longo prazo em que a ciência se apresentaria como parte integrante (BÖHME *et al.*, 2016).

Em relação ao acompanhamento e à gestão da carreira esportiva, considerados fatores importantes no desenvolvimento do atleta de alta performance, Nogueira *et al.* (2016) destacam a importância da criação – ou até mesmo do aprimoramento – de programas que auxiliem os atletas no momento pós carreira, não só atletas olímpicos, mas também atletas amadores, programas que os preparem para as transições que se apresentarão durante a carreira. Tais pontos, além de serem contribuintes para o sucesso esportivo, demonstram que as diferenças entre os meios e condições de vida e treinamento dos atletas podem influenciar diretamente no seu desempenho em competições. Um programa que pode ser destacado como meio de apoio financeiro é o Bolsa- Atleta, no entanto,

[...] de acordo com dados coletados no próprio ano olímpico, percebe-se que atletas de alto rendimento no país não estão sendo devidamente assistidos em diversos aspectos importantes para o alcance de bons resultados nas Olimpíadas, e que atletas considerados amadores, ou seja, que não atendem aos critérios de atleta de alto rendimento, ou que pertençam a modalidades não olímpicas, não têm apoio financeiro pós-carreira. (NOGUEIRA *et al.*, 2016, p. 231).

No que diz respeito à infraestrutura apresentada pelo Brasil, alguns aspectos podem ser considerados como positivos, visto que o Comitê Olímpico Brasileiro reaproveitou as instalações do Parque Aquático Maria Lenk, visando meios de avaliar e acompanhar o desempenho dos atletas durante os treinamentos físicos. As forças armadas também desempenham um papel favorável nesse quesito, já que na Base Militar de Deodoro têm sido praticadas as modalidades de tiro esportivo, hipismo e pentatlo moderno. O Projeto Futuro, gerenciado pelo governo de São Paulo e referência no desenvolvimento do atletismo e do judô, pretende aumentar sua rede com novos Centros de Excelência distribuídos pelo interior do estado (MAZZEI; AMARAL, 2016).

Outro ótimo exemplo é o Centro de Treinamento de Saquarema, da CBV, o qual atende modalidades como remo, vôlei e vôlei de praia, sendo considerado o mais completo do país. As instalações advindas dos eventos que ocorreram no Brasil desde os Jogos Pan-americanos de 2007 podem ser consideradas também como pontos positivos; no entanto, vale ressaltar que a falta de gerenciamento e manutenção, em momentos subsequentes, provoca um desuso dessas estruturas. Além disso, é importante que análises específicas por modalidade sejam feitas, com vistas a facilitar um diagnóstico a respeito das necessidades reais de cada uma (MAZZEI; AMARAL, 2016).

Quanto à existência de programas de aperfeiçoamento dos técnicos, não havia por parte do ME, tampouco há pela Secretaria Especial do Esporte, esse tipo de iniciativa, no entanto existem diversos programas que apoiam o desenvolvimento do esporte de alto rendimento em si. O ponto preocupante nessa equação é o controle desses mesmos programas, já que se caracterizam pela descontinuidade, apresentando-se de forma pontual, sem algum tipo integração, o que pode vir a prejudicar a formação do atleta. Dessa forma, destaca-se a importância de uma aglutinação dos recursos, visando à promoção do desenvolvimento nos aspectos relacionados a pesquisa e tecnologia (KANETA *et al.*, 2016).

O Brasil apresentou um panorama positivo em relação à participação e à organização em eventos esportivos. Entretanto, um olhar mais cuidadoso para a organização do calendário competitivo, principalmente em relação aos momentos de preparação e desenvolvimento dos atletas, pode ser de grande valia (MAZZEI; SILVA JÚNIOR, 2016).

No presente panorama, é possível verificar um aumento do número de eventos esportivos internacionais no Brasil a partir de 2002. Também foi identificado um aumento no investimento financeiro para a organização de eventos internacionais no País, para a organização de eventos nacionais voltados para jovens talentos e para a participação de atletas brasileiros em competições internacionais fora do Brasil. Apenas com essas informações, identificou-se uma evolução positiva no desempenho (total de medalhas) do país nas últimas edições dos Jogos Olímpicos e Pan-americanos. (MAZZEI; SILVA JUNIOR, 2016, p. 315).

No que diz respeito a pesquisa científica e inovação, podemos afirmar que a comunicação nesse cenário é falha, haja vista os materiais científicos, que poderiam auxiliar na prática específica de cada modalidade, muitas vezes não chegarem até os técnicos e atletas, mesmo que o COB dissemine conteúdos por meio da revista Laboratório Olímpico. Além disso, mesmo que esse tipo de conhecimento chegue aos membros das comissões técnicas, alguns interpretam que talvez não tenha relevância na prática, o que não costuma ocorrer em outros países.

2 MÉTODO

Para o alcance dos objetivos, uma pesquisa com integração entre análise quantitativa e qualitativa foi realizada. Segundo Goldenberg (2004),

Como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões. É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema. (GOLDENBERG, 2004, p. 61).

A integração entre pesquisa quantitativa e qualitativa permite que haja um cruzamento das conclusões do autor, de maneira a se obter maior convicção de que os dados não são resultado de um método específico ou de alguma circunstância em particular. O pesquisador não se restringe ao que pode ser coletado em uma ocasião, podendo apurar diferentes questões em diferentes momentos e fazer uso de dados estatísticos e fontes documentais (GOLDENBERG, 2004).

A pesquisa qualitativa ocupa um assumido lugar entre as diversas possibilidades de se analisar os fenômenos que cercam os seres humanos e as relações sociais (GODOY, 1995).

[...]um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. (GODOY, 1995, p. 21).

Tal caráter metodológico ocupa-se, portanto, das questões da realidade que não podem ser quantificadas, direcionando-se à compreensão e elucidação do processo das relações sociais. Partindo de aspectos amplos que vão se esclarecendo no decorrer da análise, a investigação qualitativa pode, no entanto, ser dirigida por meio de diferentes caminhos, que, neste caso, serão traçados com o auxílio da análise documental, que será realizada buscando angariar as informações de forma fidedigna e uniforme (GODOY, 1995; SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Entende-se como análise documental o conceito de Moreira (2005), que a classifica da seguinte forma:

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. (MOREIRA, 2005, p.98).

A utilização de documentos em pesquisa possibilita o acréscimo da dimensão do tempo ao domínio do social. A análise documental proporciona a análise do processo de maturação ou de desenvolvimento de indivíduos, conceitos, ideias, hábitos, costumes, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). A pesquisa documental caminha próximo da pesquisa bibliográfica, em alguns casos não sendo fácil distingui-las. Enquanto esta utiliza matrizes constituídas por instrumentos já elaborados, compostos fundamentalmente por livros e artigos científicos, aquela dispõe de fontes sem tratamento analítico, mais variadas e dispersas, tais como: jornais, revistas, tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais (FONSECA, 2002).

Dessa forma, no intuito de desvelar o surgimento dos atletas olímpicos brasileiros participantes do Jogos Olímpicos de 2012, 2016 e 2020, através da análise documental, serão compulsados documentos oficiais referentes às convocações dos atletas e outros sites que permitam, por meio de cruzamento de dados, investigar tal origem.

Metodologicamente, a primeira ação consistirá na análise do Relatório Oficial produzido pelo Comitê Olímpico Internacional referente a todas as provas das Olimpíadas de 2012, 2016 e 2020, para que assim seja construída a relação dos atletas brasileiros que efetivamente competiram. Como critério de exclusão, serão desconsiderados os atletas reservas, os lesionados e aqueles que compuseram a delegação, mas não participaram de nenhuma prova.

A amostra deste estudo foi composta pelas delegações brasileiras participantes das edições supracitadas dos Jogos Olímpicos: a de 2012, com 259 atletas (136 homens e 123 mulheres); a de 2016, delegação recorde, com 465 atletas (209 mulheres e 256 homens); e a de 2020, composta por 317 atletas (167 homens e 150 mulheres).

As informações não encontradas no Comitê Olímpico Brasileiro (COB) foram pesquisadas em livros como a obra “Atletas Olímpicos Brasileiros”, que reuniu breve relato de todos os atletas olímpicos desde a primeira participação brasileira em 1920, em Antuérpia, Bélgica. Também foram consultados sites de confederações, sites particulares dos atletas, revistas eletrônicas, entrevistas disponíveis na internet, redes sociais, enfim, quaisquer materiais que possibilitassem o cruzamento dos dados, conferindo maior fidedignidade aos resultados.

Em virtude das dificuldades de encontrar informações de todos os atletas olímpicos brasileiros, algumas informações relativas ao local que desencadeou a prática da modalidade que o levou às competições olímpicas foram obtidas a partir de contato com a federação ou mesmo através das vias de comunicação direta do atleta. Além disso, as confederações foram consultadas no que concerne os projetos desenvolvidos, com o objetivo de favorecer a iniciação esportiva, a descoberta de talentos para a modalidade. Tal consulta foi executada, via site ou até mesmo e-mail.

No que tange às políticas públicas, selecionou-se o Programa Bolsa Atleta, que será submetido a uma análise quantitativa, sobre a qual esclarece Fonseca (2002):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, 2002, p. 20).

Segundo Ramos (2013), há três propósitos básicos que justificam o emprego de métodos quantitativos para pesquisa de problemas da prática social:

Descrever e/ou comparar características de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições; estabelecer relações causais. Isto é, verificar os efeitos de variáveis em outras, suas magnitudes particulares e o efeito em bloco de uma série de variáveis independentes em outra que é a dependente; inferir resultados para uma população a partir de resultados obtidos em uma amostra (estatisticamente representativa). (RAMOS, 2013, p. 61).

Para isso, verificaram-se relatórios anuais emitidos pelo Ministério do Esporte (website), além do banco de dados do Programa Inteligência Esportiva (IE) UFPR/Ministério do Esporte, onde estão cadastrados e caracterizados os atletas beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, de acordo com as listas divulgadas no Diário Oficial da União. O Programa Inteligência Esportiva (IE) desenvolveu um banco de dados (big data), estruturado na forma de um grande conjunto de registros sobre o esporte de alto rendimento do Brasil. Segundo o site do programa, atualmente o banco conta com mais de 50 mil atletas, além de ferramentas de acesso aos relatórios do banco de dados do IE relacionados ao financiamento dos atletas por meio do Programa Bolsa-Atleta do Governo Federal.

A ética é parte inerente do saber científico. Dessa forma, é indispensável ter a compreensão de que ela deverá ser o ponto essencial de todo o método para a tomada de decisões e intervenções junto aos envolvidos na pesquisa científica. O objetivo é buscar uma constância entre o processo de análise científica e a conservação dos participantes de tal investigação, promovendo o exercício do respeito e da responsabilidade a favor de uma melhor qualidade de vida e preservação da integridade de todos (AMORIM, 2019).

“Toda pesquisa que envolva direta ou indiretamente os seres humanos tem obrigatoriamente que ser apreciada por um CEP” (ARAUJO, 2003, p. 60). À vista disso, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE- UERJ) e aprovada sob o número CAAE 18921319.2.0000.5282.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os dados encontrados acerca da iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros participantes das edições dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020, assim como as informações coletadas sobre o Bolsa Atleta na base de dados do programa Inteligência Esportiva, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério da Cidadania.

Foram compulsadas 37 modalidades em que o Brasil competiu nas edições olímpicas supracitadas, perfazendo o total de 1040 atletas, dos quais 27 foram excluídos do estudo por serem estrangeiros ou terem iniciado a prática esportiva na modalidade que os levou aos Jogos Olímpicos fora do território brasileiro. Diante de tal amostra, não foi possível encontrar dados concretos acerca da iniciação esportiva de 52 atletas, ou seja, 5%.

Em um primeiro momento, serão apresentadas informações sobre a iniciação esportiva dos atletas brasileiros, além do local que predomina como “celeiro” de cada modalidade, para, posteriormente, apresentar dados a serem discutidos em relação ao Programa Bolsa Atleta e à influência exercida por essa política pública.

3.1 Iniciação esportiva dos atletas olímpicos brasileiros

A partir de publicações feitas pelo COB, foi definido o fator desencadeador para o atleta a praticar tal modalidade esportiva. Após análise, por similitude, os atletas foram divididos em categorias: escola, clube, academia/escolinha, projeto social e outros.

Para divisão em categorias, foram estabelecidos os seguintes critérios.

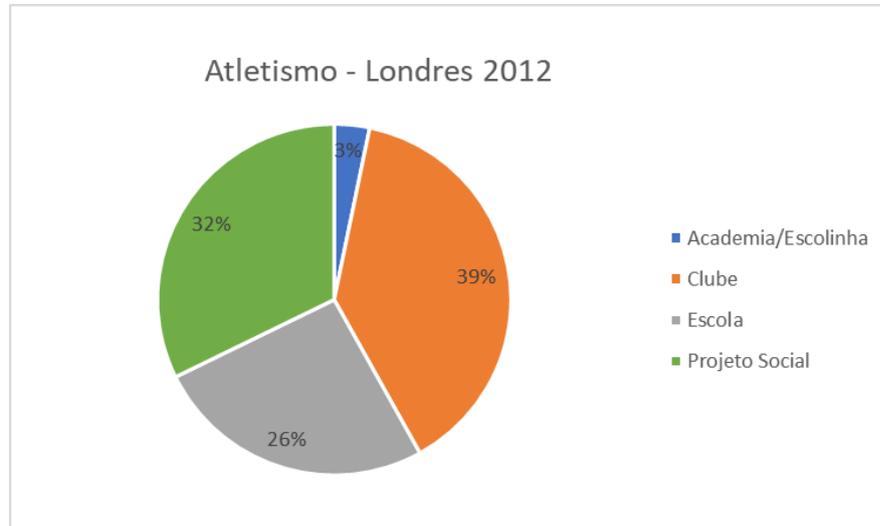
1. Escola – Atleta que relatou que a escola, ou outra instituição de ensino, foi o principal fator desencadeador para o início da prática da modalidade em que disputou os jogos olímpicos;

2. Clube – Atleta que define o clube ou agremiação desportiva como o principal desencadeador para o início da prática da modalidade em que disputou os jogos olímpicos;
3. Academia/Escolinha – Atleta que afirma que a academia ou escolinha de esporte foi o principal desencadeador para o início da prática na modalidade em que ele disputou os jogos olímpicos;
4. Projeto Social – Atleta que alega que um projeto social, tanto proveniente de Organizações Não Governamentais – ONG, quanto de políticas públicas provenientes do governo – federal, estadual ou municipal – foi o principal desencadeador para o início da prática da modalidade em que ele disputou os jogos olímpicos;
5. Outros – Atleta que não se enquadra em nenhum dos tópicos acima a respeito do principal fator desencadeador para o início da prática da modalidade em que ele disputou os jogos olímpicos.

Com base nos dados analisados, foi definido o local que proporcionou ao atleta a oportunidade de praticar tal modalidade esportiva, que o levou aos Jogos Olímpicos em cada uma das edições, assim como a política pública/fomento que recebeu ao longo do ciclo olímpico para se manter na carreira. Por conta da falta de informação ou até mesmo ausência de resposta dos atletas e das confederações, não foi possível coletar dados sobre toda a amostra.

O Brasil é um país com grande potencial esportivo, pois apresenta um número elevado de habitantes. Além disso, o país tem uma população com grande diversidade étnica e cultural. No entanto, observou-se uma carência de informações sobre políticas públicas nacionais que fomentem a participação esportiva da população como um todo, e, em especial, a participação de crianças e de adolescentes. (SILVA FILHO *et al.*, 2016, p. 167).

Gráfico 1 – Atletismo – Londres 2012



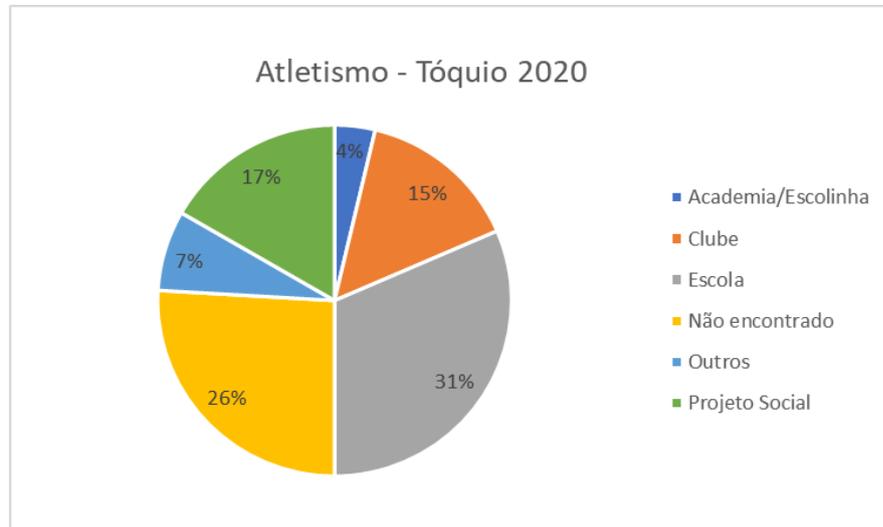
Fonte: dados da pesquisa.

No que concerne Londres 2012, dos 36 atletas de atletismo que participaram da pesquisa, havia 18 de cada sexo. Diante dessa quantidade de atletas, na análise dos dados encontrados, os Clubes foram os locais onde a maioria teve o primeiro contato com a modalidade, entre os quais citamos o São Paulo Esporte Clube, o qual abriga o projeto “Kiatleta” que busca oportunizar a prática do atletismo a crianças e jovens, além de apoiar possíveis talentos. Outros atletas tiveram a primeira oportunidade no atletismo, em Projetos Sociais, dentre eles estão a Vila Olímpica do Salgueiro, localizada no bairro do Andaraí, zona norte do Rio de Janeiro (onde, infelizmente, devido a uma obra na agremiação carnavalesca do Salgueiro, a pista de atletismo não se encontra mais em condições de uso) e a Vila Olímpica de Duque de Caxias, localizada na baixada fluminense. O Estádio Célio de Barros, no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, também esteve entre os locais que possibilitaram a descoberta de talentos para o atletismo brasileiro. Outros projetos citados pelos atletas foram o “Mangueira do Futuro”, da prefeitura de Codó no Maranhão, e o projeto olímpico USP/XEROX.

Além da influência dos professores de educação física para a prática do atletismo, alguns atletas participaram dos Jogos Escolares. Trata-se de competições do esporte escolar realizadas desde anos de 1969, no entanto, a partir dos anos de 2005, o gerenciamento passou a ser feito pelo COB, com o apoio do Ministério do

Esporte (YONESHIGUE, 2021; COB, 2012; ALVES, 2016; KIOURANIS, 2017; SÃO PAULO FC, 2021).

Gráfico 2 – Atletismo – Tóquio 2020

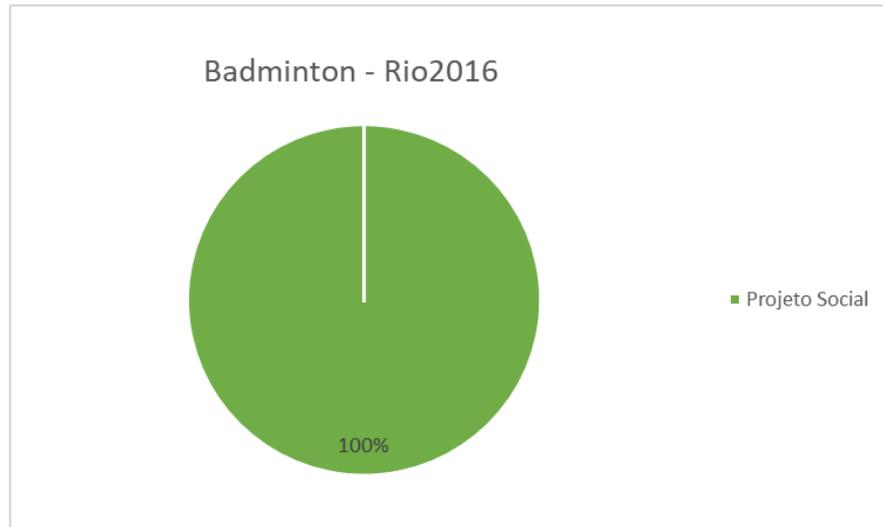


Fonte: dados da pesquisa.

O panorama da iniciação esportiva na Rio 2016 e Tóquio 2020 se assemelha, pois tiveram as maiores delegações: 67 e 54, respectivamente. A participação do atletismo no Japão só será menor do que a registrada nos Jogos Rio 2016, considerada a 2ª maior na história. A equipe conta com um grupo feminino mais experiente, em que mais da metade das convocadas já participaram de algum evento olímpico, enquanto os homens, em sua maioria, são estreantes (CBTA; AGÊNCIA BRASIL, 2021). Além disso, a categoria “Outros”, correspondente a uma parcela dos atletas que puderam ter contato com a modalidade através de provas de corrida de rua, esteve entre os locais nas duas edições.

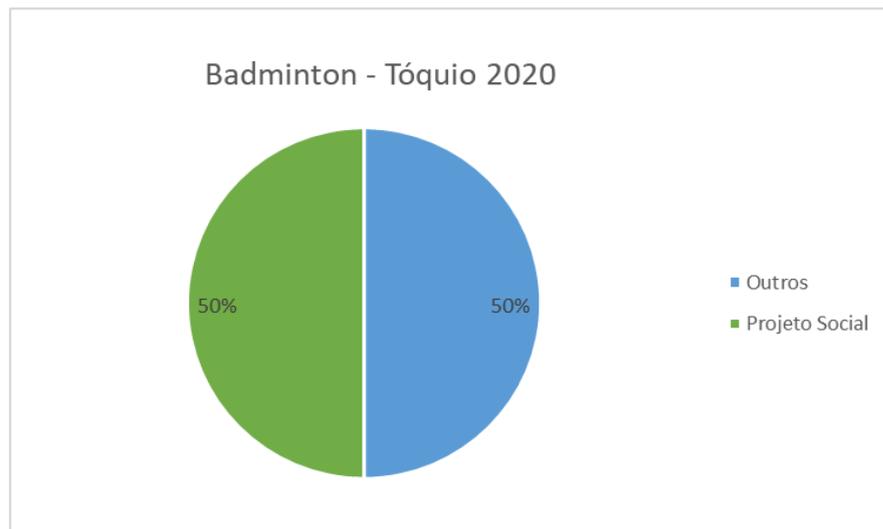
Infelizmente, não foi possível encontrar informações sobre a iniciação esportiva de 26% dos atletas de Tóquio, devido a uma dificuldade de comunicação com a Confederação Brasileira de Atletismo, além da falta de dados sobre o assunto, em sites online.

Gráfico 3 – Badminton – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 4 – Badminton – Tóquio 2020



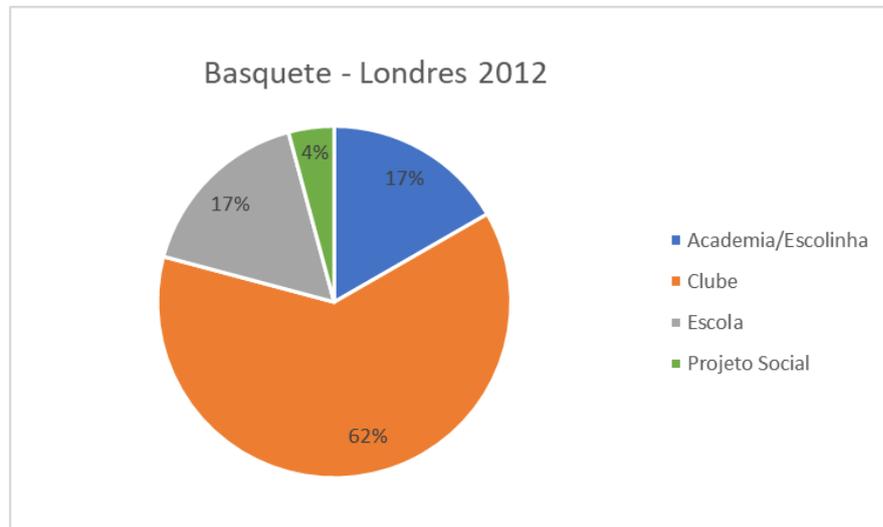
Fonte: dados da pesquisa.

O Badminton passou a integrar o programa olímpico a partir dos Jogos de Barcelona 1992, no entanto o Brasil somente iniciou sua participação na modalidade a partir dos Jogos Rio 2016, com uma equipe tímida composta por apenas 2 atletas, 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, que iniciaram a prática na modalidade através de Projetos Sociais, assim como os integrantes da equipe brasileira de Tóquio 2020 (REDE DO ESPORTE, 2021).

Em Tóquio 2021, o Brasil conseguiu alcançar sua primeira vitória olímpica na história da modalidade, a qual foi alcançada pelo atleta que teve seu primeiro contato com o Badminton em um Projeto Social, localizado em uma comunidade

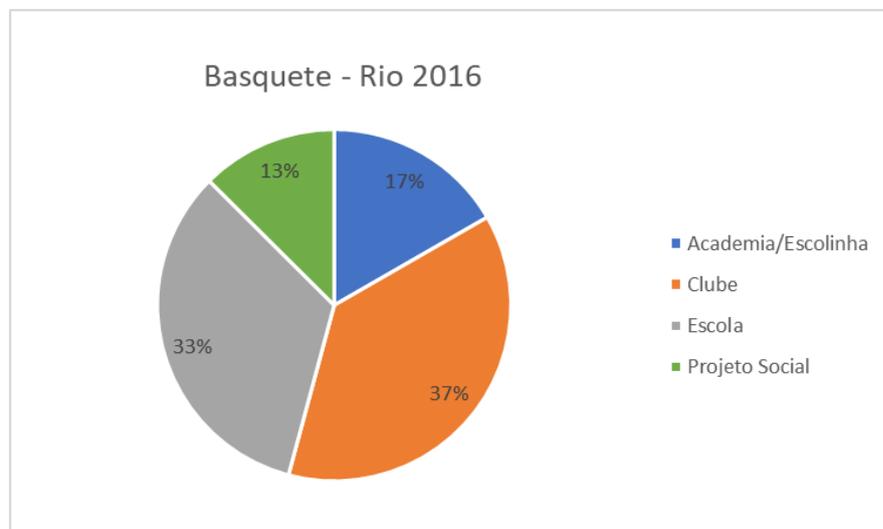
carente do Rio de Janeiro; este mesmo atleta esteve nos Jogos Rio 2016 (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Gráfico 5 – Basquete – Londres 2012



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 6 – Basquete – Rio 2016

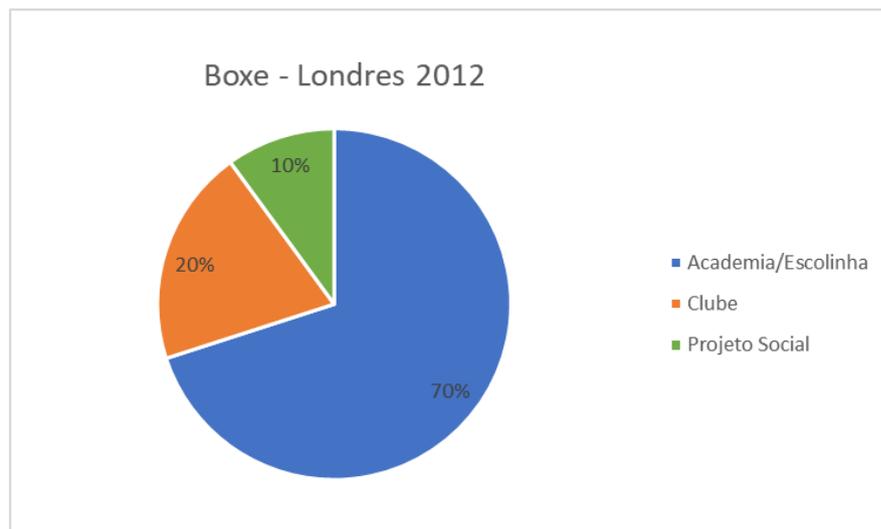


Fonte: dados da pesquisa.

O Basquete brasileiro não classificou nenhuma equipe para os Jogos de Tóquio 2021, no entanto, em Londres 2012 e Rio 2016, estiveram presentes as seleções feminina e masculina, totalizando 24 atletas em cada edição. A modalidade se mostra como uma referência para os clubes, mesmo a escola sendo um local de fácil acesso à modalidade por conta da educação física escolar.

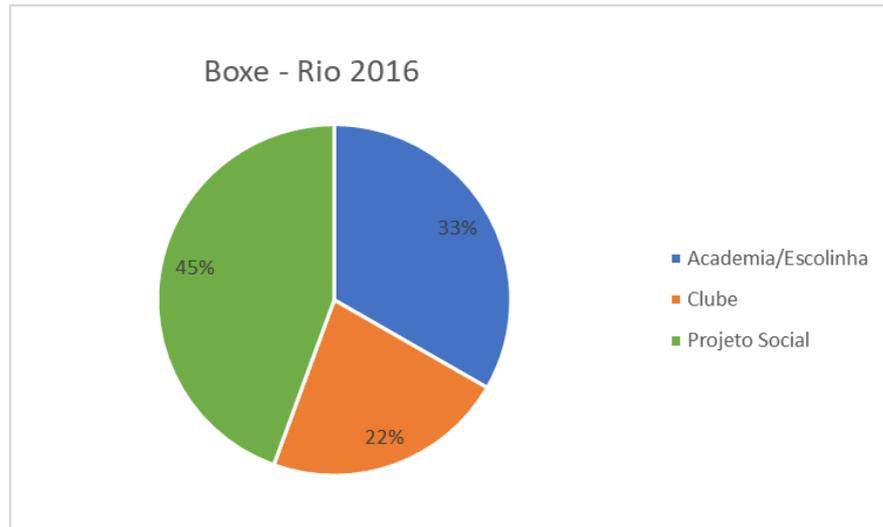
Um dado interessante é que os Projetos Sociais tiveram um aumento no número de atletas entre as duas edições dos Jogos. Um dos atletas esteve nos dois eventos olímpicos, citando o apoio da Vila Olímpica da Mangueira, a qual faz parte de um projeto financiado pela Nike e apoiado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Instituto Esporte e Educação, o qual visa que crianças e jovens tenham uma melhor experiência esportiva, como local essencial para a continuidade na prática da modalidade. Destacamos um outro projeto social, presente no Centro Esportivo Miécimo da Silva, localizado em Campo Grande, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, que possibilitou a descoberta de um atleta da modalidade. O centro esportivo já foi considerado um dos maiores equipamentos públicos da América Latina. (COB, 2016; IEE, 2021; JORNAL DO BRASIL, 2016; PCRJ, 2021).

Gráfico 7 – Boxe – Londres 2012



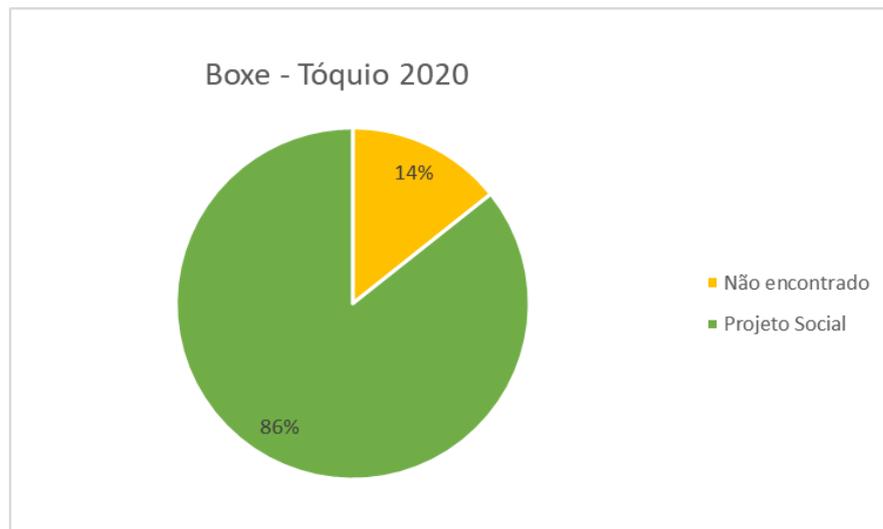
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Boxe – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 9 – Boxe – Tóquio 2020

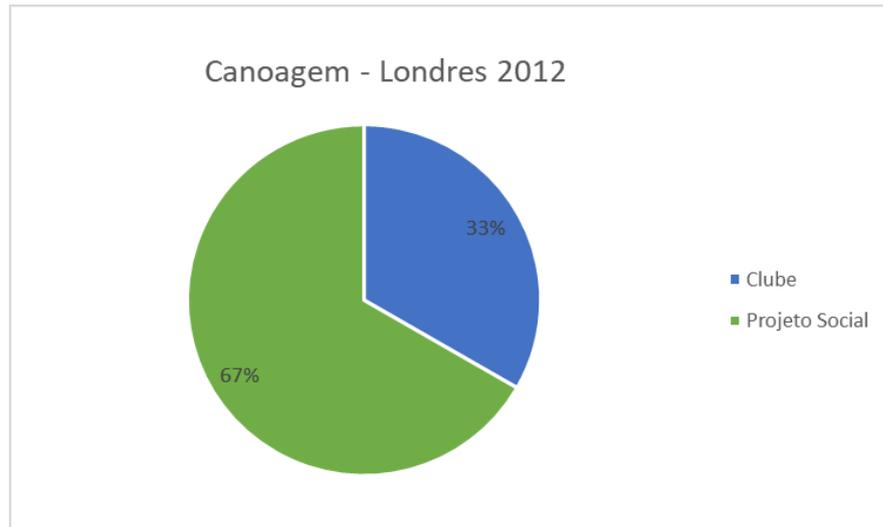


Fonte: dados da pesquisa.

O caso do Boxe olímpico brasileiro caminha muito próximo ao da Academia Champions, localizada no bairro Cidade Nova, em Salvador, Bahia. A partir desse Projeto Social, 14 atletas olímpicos brasileiros, desde Barcelona 1992, tiveram a chance de iniciar a prática esportiva na modalidade; três deles são medalhistas olímpicos, um em cada uma das edições dos jogos (bronze em Londres, ouro no Rio e ouro em Tóquio). Segundo o fundador do projeto, mais de 8 mil crianças e jovens já passaram por lá, possibilitando, assim, que a modalidade ganhe cada vez mais

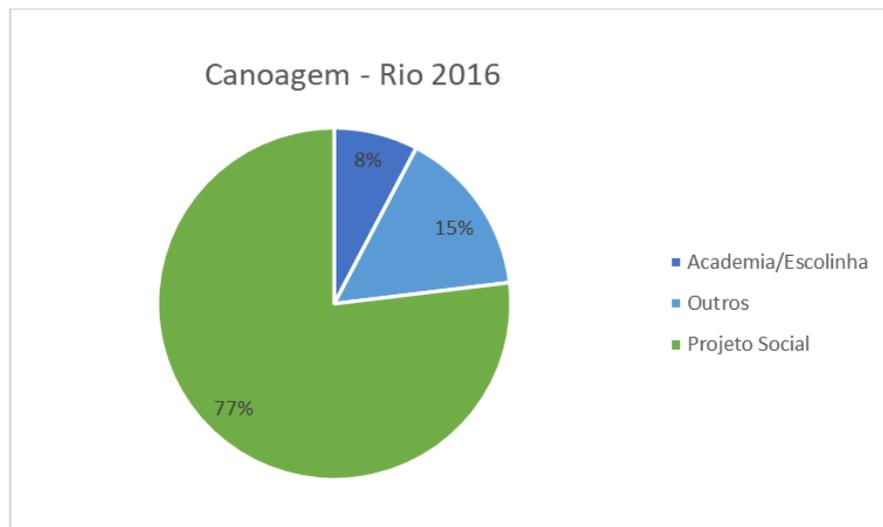
força e expansão em terras soteropolitanas. No entanto, o projeto sofre com dificuldades, já que, durante seus 31 anos de existência, somente pôde contar com apoio governamental no ano de 2012, quando foi patrocinado pela estatal Bahiagás por um ano (RELLSTAB; SARMENTO, 2021; FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Gráfico 10 – Canoagem – Londres 2012



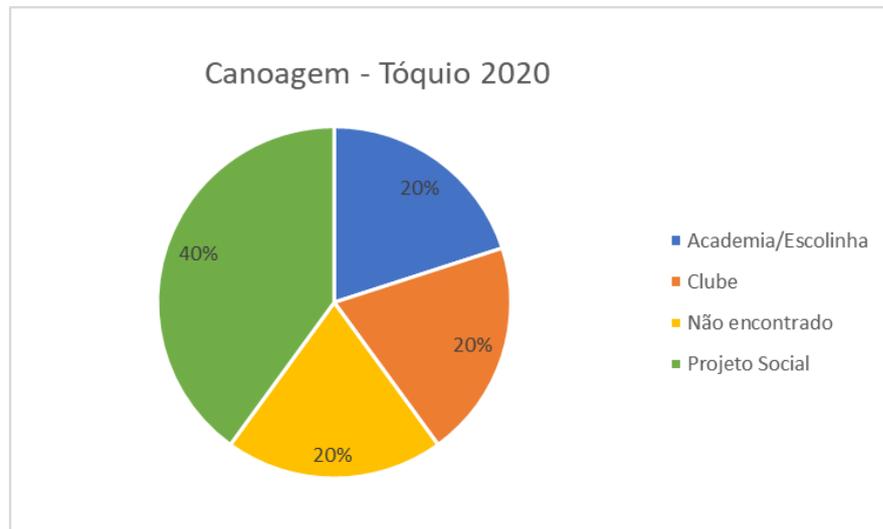
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 11 – Canoagem – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

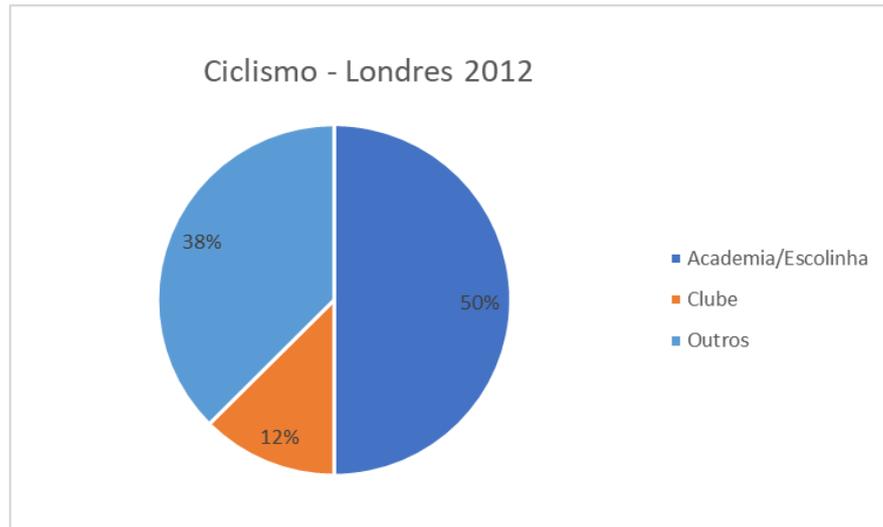
Gráfico 12 – Canoagem – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

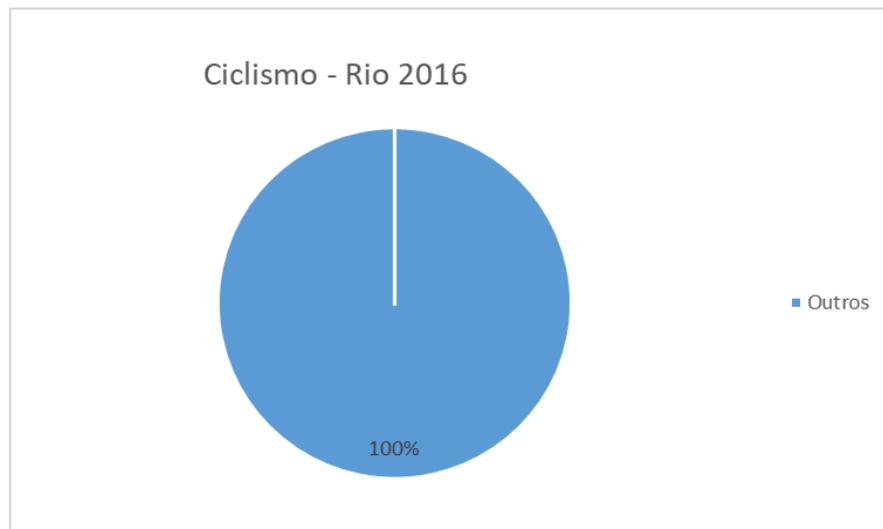
Os Projetos Sociais que mais evidenciaram atletas para a modalidade, nos Jogos Rio 2016, foram os projetos “Navega São Paulo”, um projeto da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do estado de São Paulo destinado a jovens de 10 a 15 anos, o qual busca o desenvolvimento e fortalecimento dos conceitos de sustentabilidade ambiental, além da formação de atletas e servir também como uma ferramenta de inclusão social; e o Programa “Segundo Tempo”, que firma parcerias com os governos estaduais e municipais, visando atender crianças e jovens entre 6 e 17 anos, oferecendo práticas esportivas orientadas. Estes possibilitaram que 6 dos 11 atletas participantes dessa edição iniciassem na canoagem. Outros projetos foram nomeados “Meninos do Lago” (Foz do Iguaçu) e “Ayrton Senna” (USP) (COB, 2016; GOVERNO FEDERAL, 2021; SÃO PAULO, 2010).

Gráfico 13 – Ciclismo – Londres 2012



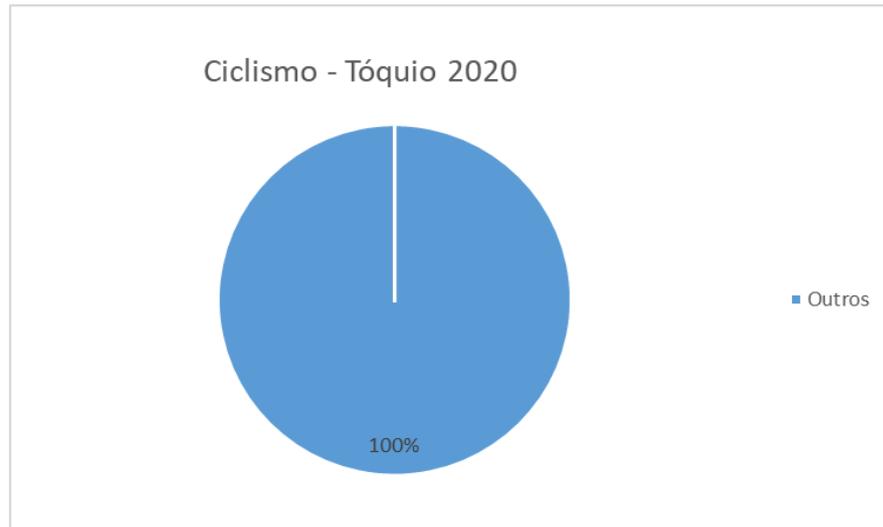
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 14 – Ciclismo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

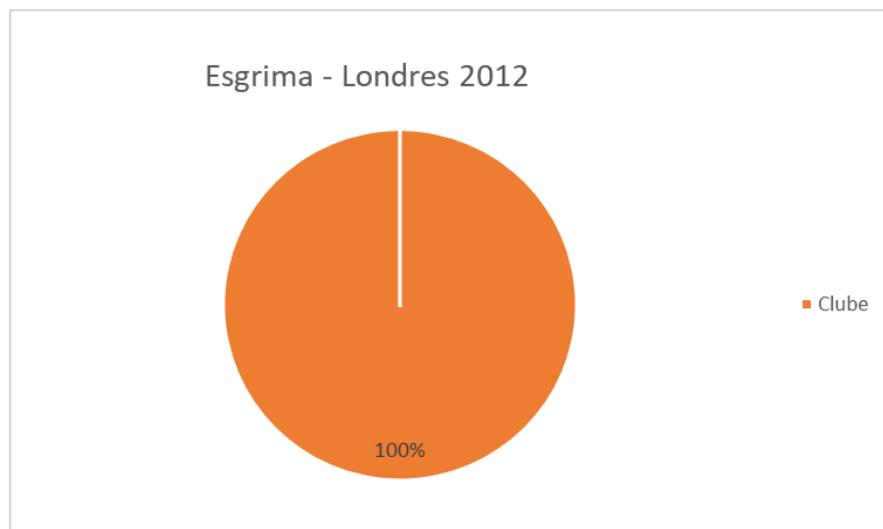
Gráfico 15 – Ciclismo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

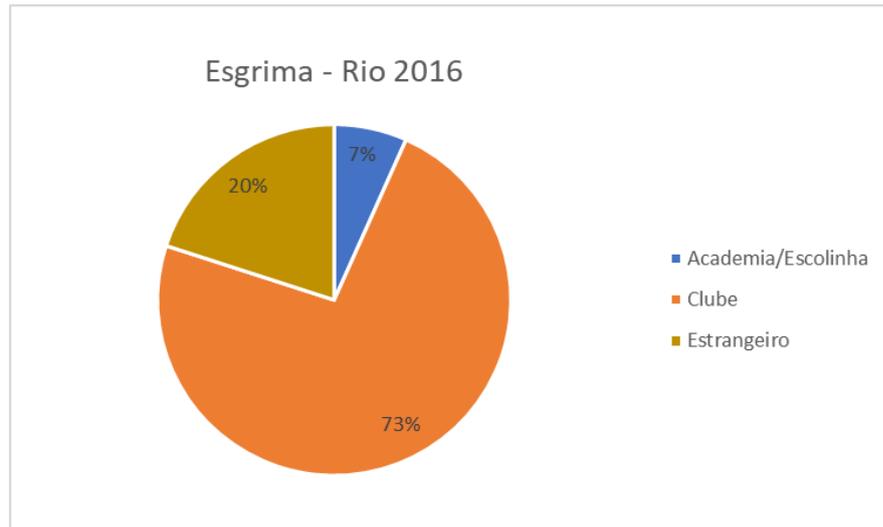
De acordo com os dados encontrados sobre a iniciação esportiva dos atletas do ciclismo brasileiro, a categoria “Outros” esteve presente nos três ciclos olímpicos. Tal dado pode ser justificado pelo fato de que, segundo as informações encontradas e fornecidas pelos atletas, não há uma grande necessidade de ir a um local específico para a prática, ou seja, para iniciar e se manter na modalidade, o que possivelmente acabou acarretando uma baixa representatividade dos outros locais destacados por outras modalidades; no entanto, ainda em Londres 2012, houve atletas que iniciaram a prática em Academias/Escolinhas (COB, 2016).

Gráfico 16 – Esgrima – Londres 2012



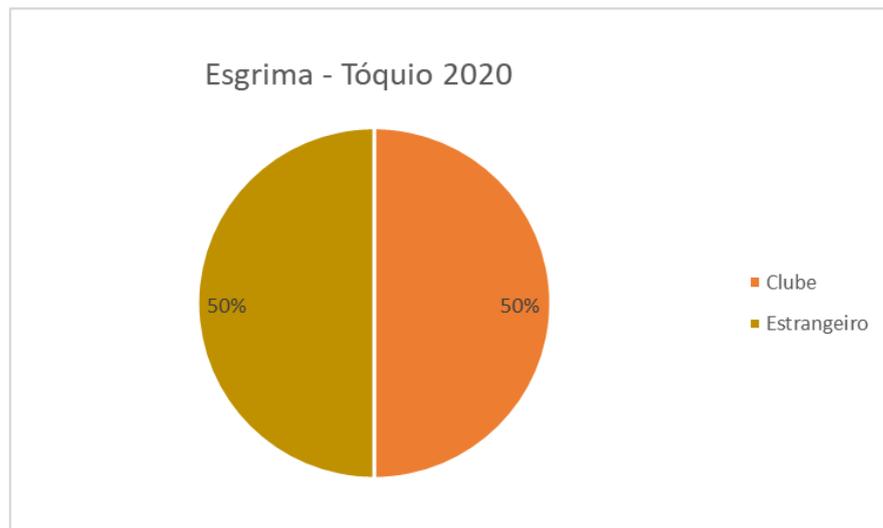
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 17 – Esgrima – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 18 – Esgrima – Tóquio 2020

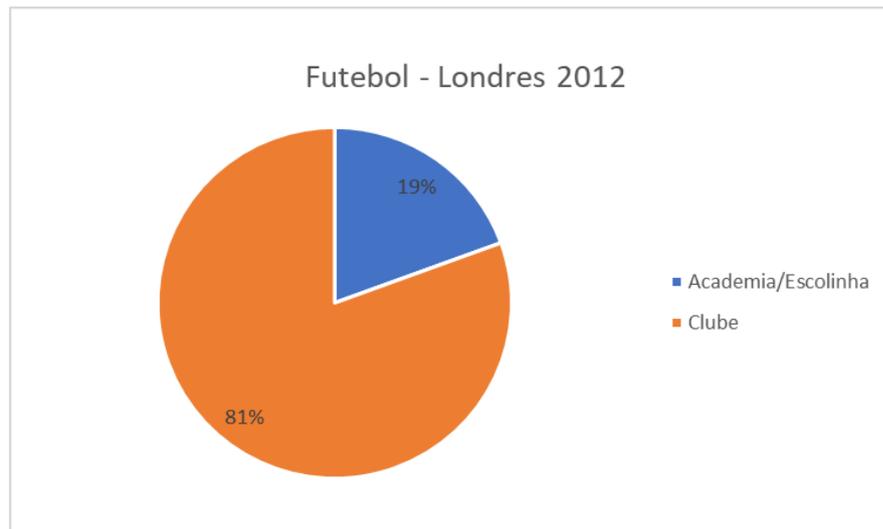


Fonte: dados da pesquisa.

No caso da Esgrima brasileira, foram identificados atletas que iniciaram sua prática fora do território brasileiro; no entanto, mesmo estando fora do nicho determinado para este estudo, um dado chamou atenção: dois desses atletas, ao serem questionados sobre sua iniciação esportiva, relacionaram a prática na modalidade com a Escola, o que nos faz considerar se isso realmente poderia refletir a realidade das unidades escolares brasileiras, pois esses atletas iniciaram suas práticas na Itália, local que também é citado por alguns como melhor local para praticar a modalidade. Diante disso, levando em consideração somente os atletas

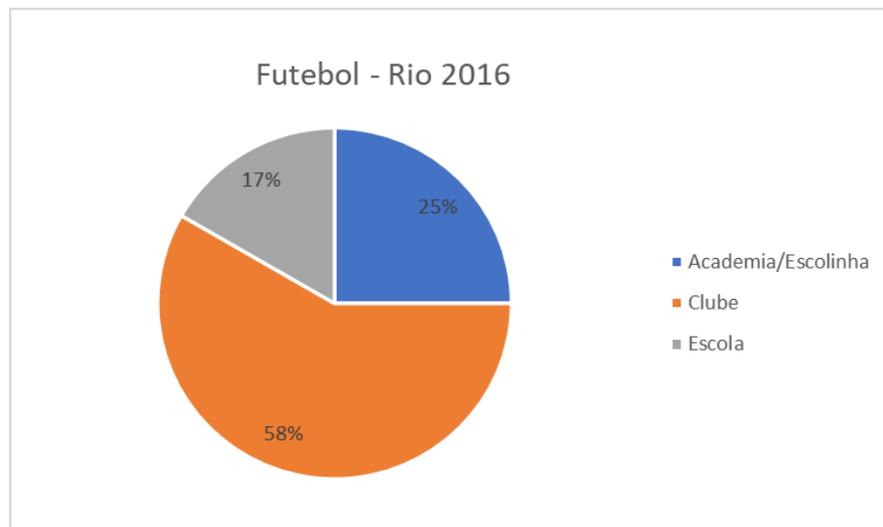
que cumpriram os pré-requisitos para estarem na amostra do estudo e estão concentrados nos clubes, a instituição mais citada foi o Esporte Clube Pinheiros, localizado em São Paulo, o qual abriga diversas modalidades e diversos atletas olímpicos brasileiros (COB, 2016).

Gráfico 19 – Futebol – Londres 2012



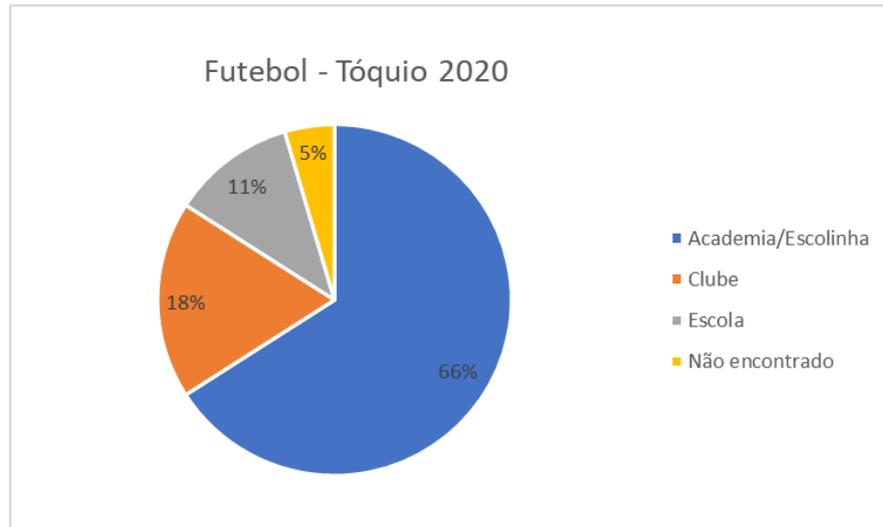
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 20 – Futebol – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

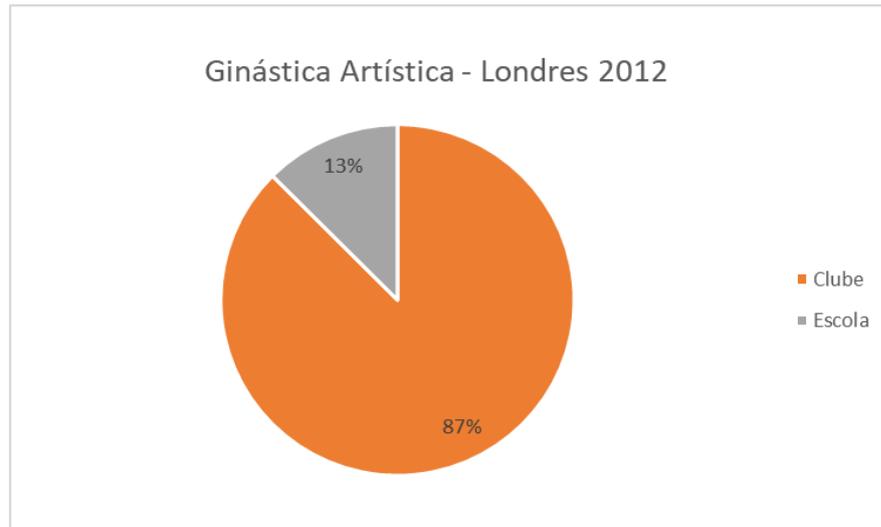
Gráfico 21 – Futebol – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

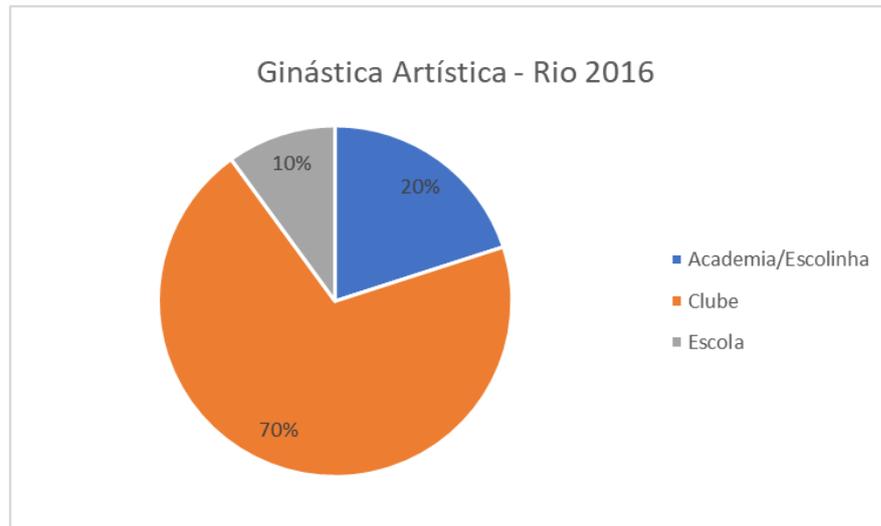
O panorama do Futebol Olímpico brasileiro não diferiu muito entre as três edições dos Jogos, concentrando a iniciação esportiva em Clubes e Escolinhas, locais em que normalmente essa modalidade tem mais espaço. Por exemplo, alguns atletas iniciaram no Futebol por meio de “peneiras” e das categorias de bases de grandes clubes, principalmente no masculino; no entanto, uma característica bem específica da seleção feminina é o aparecimento das Escolas como local de iniciação, para posteriormente as jogadoras chegarem aos Clubes, fato este que ocorreu com onze atletas. Dentre os Clubes e Escolinhas estão o Napoli de Cuiabá, o Clube de Regatas Vasco da Gama, o Clube Juventus de São Paulo, o Santos Futebol Clube, o São Paulo Futebol Clube, entre outros.

Gráfico 22 – Ginástica Artística – Londres 2012



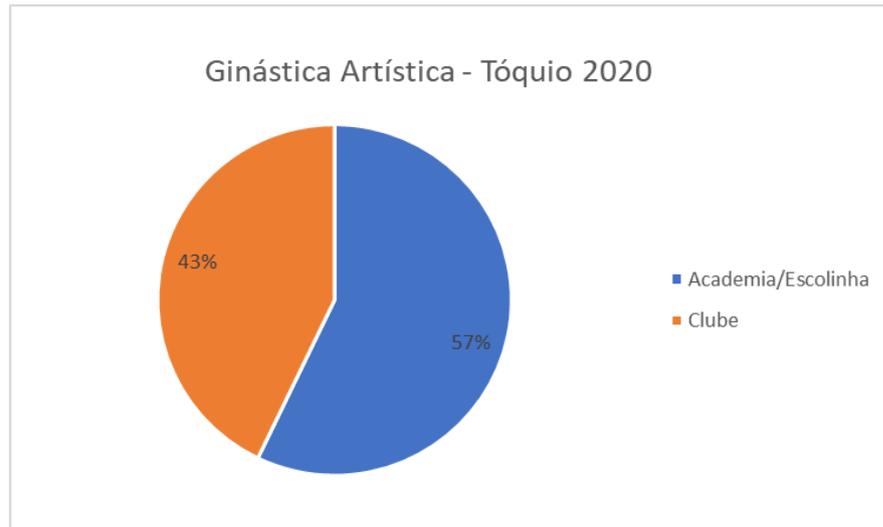
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 23 – Ginástica Artística – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

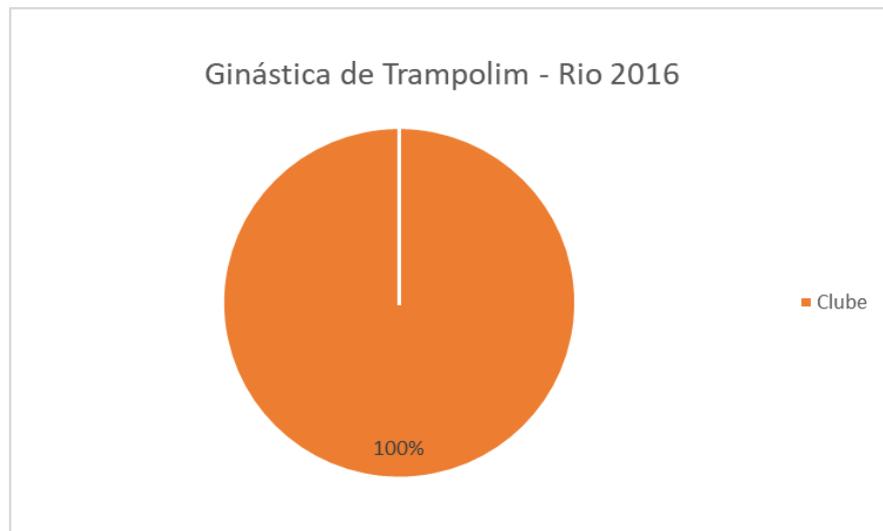
Gráfico 24 – Ginástica Artística – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

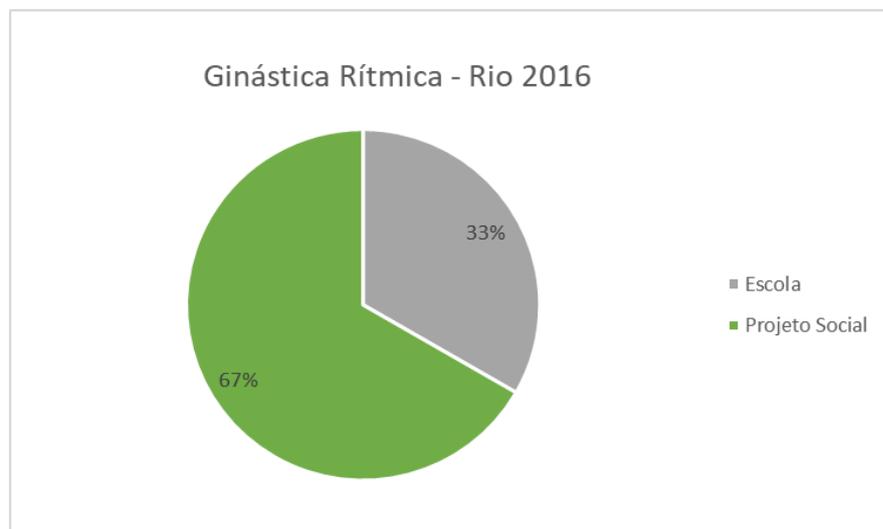
Os atletas da Ginástica Artística brasileira desenvolveram em apenas três dos nichos listados por outras modalidades. Dentre os clubes citados estão o MESC, localizado em São Bernardo do Campo; o Sesi, de Santo André; e o Flamengo, clube carioca que atualmente abriga diversos atletas da modalidade, inclusive atletas que não foram descobertos lá, mas que, devido à estrutura do clube, escolheram representá-lo em competições. Além disso, uma Escola particular de Ribeirão Preto, o COC, possibilitou a iniciação esportiva de um dos atletas da seleção brasileira de ginástica. Dentre as Academias/Escolinhas, é possível citar uma dentro do Centro Universitário Moacir Bastos (UNIESP), em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro.

Gráfico 25 – Ginástica de Trampolim – Rio 2016



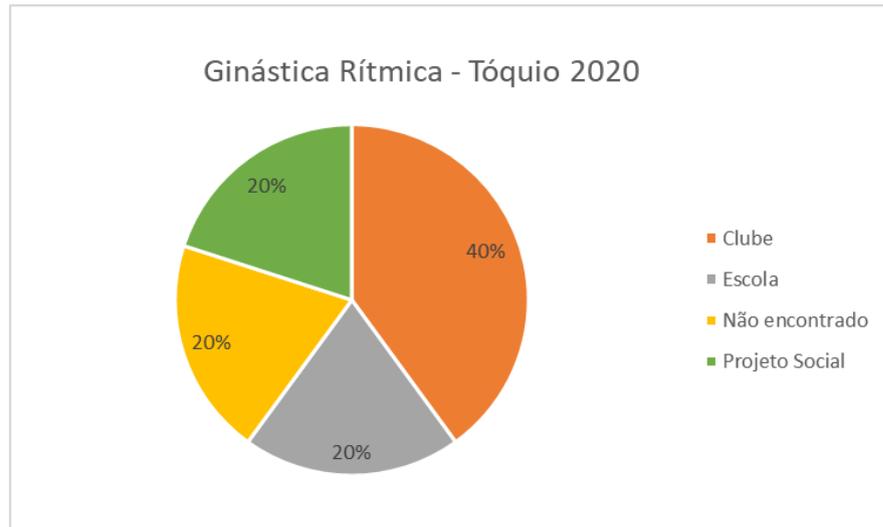
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 26 – Ginástica Rítmica – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

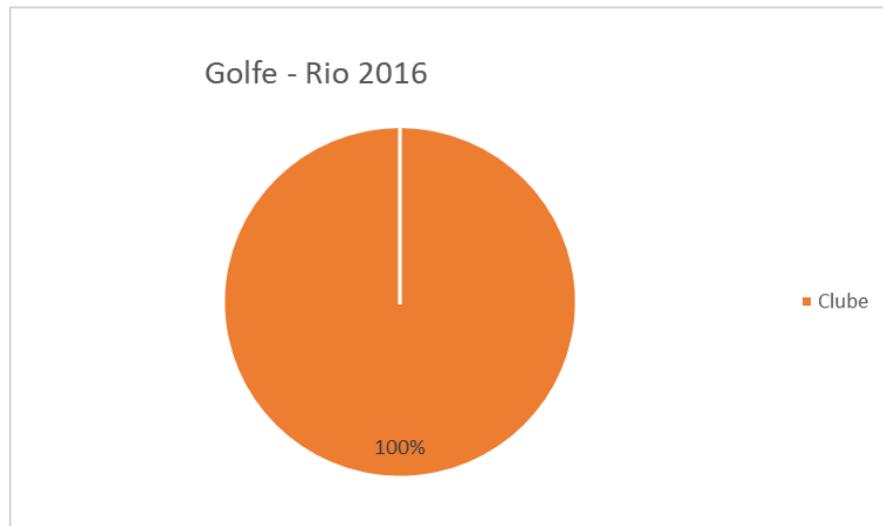
Gráfico 27 – Ginástica Rítmica – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

A ginástica rítmica brasileira apresenta um padrão de iniciação interessante, já que a Escola possibilitou, nas duas edições dos Jogos Olímpicos, que duas atletas diferentes iniciassem sua prática; no entanto, por uma questão de localização, as duas atletas tiveram o primeiro contato no mesmo município: Vitória – ES. Além disso, os dois projetos sociais citados pelas atletas estão na mesma região geográfica do País e, em um deles, há uma concentração de bons resultados na modalidade em eventos nacionais e internacionais: o projeto de Ginástica Rítmica de Toledo e o projeto “Ginástica Rítmica Feminina” da Associação Desportiva e Recreativa da Universidade Norte do Paraná, ambos no estado do Paraná (COB, 2016; OTD, 2021).

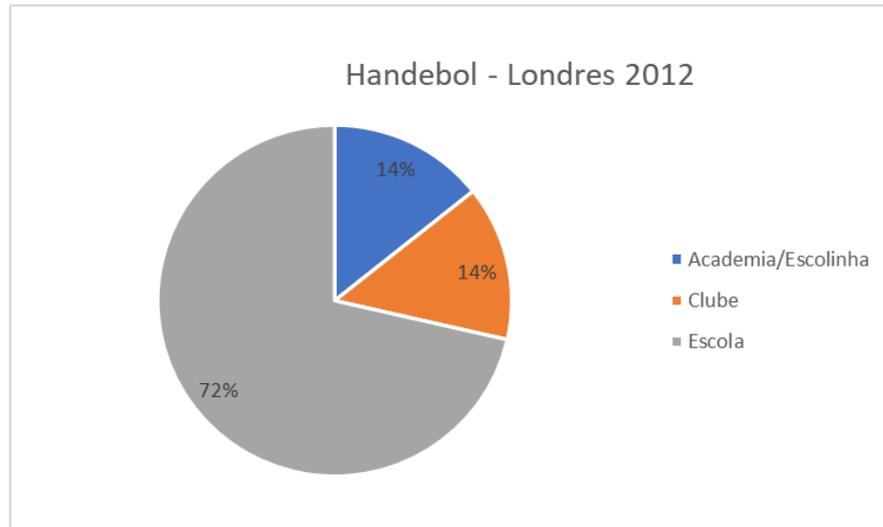
Gráfico 28 – Golfe – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

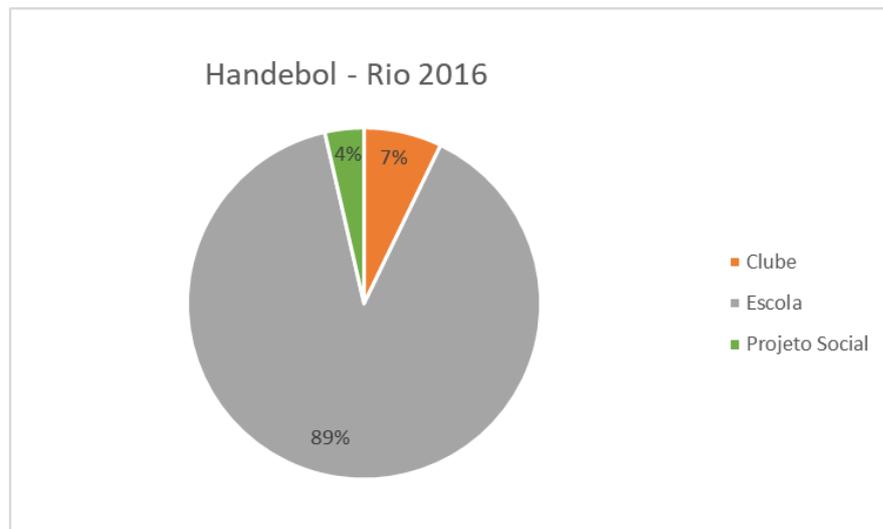
Segundo COB, o Golfe fez parte do programa olímpico outras duas vezes antes dos Jogos Rio 2016: em Paris 1900 e Saint Louis 1904; no entanto, somente após a 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional foi votado o retorno da modalidade ao programa, possibilitando que o primeiro campeão olímpico dos últimos 100 anos pudesse ser premiado no Rio 2016. O Brasil teve três representantes na modalidade, mas não houve classificação de atletas para os Jogos de Tóquio 2021, o leva a crer que, possivelmente por questões relacionadas à estrutura necessária para a prática, os clubes se destacaram como o único local de iniciação esportiva (COB, 2021; COB, 2016).

Gráfico 29 – Handebol – Londres 2012



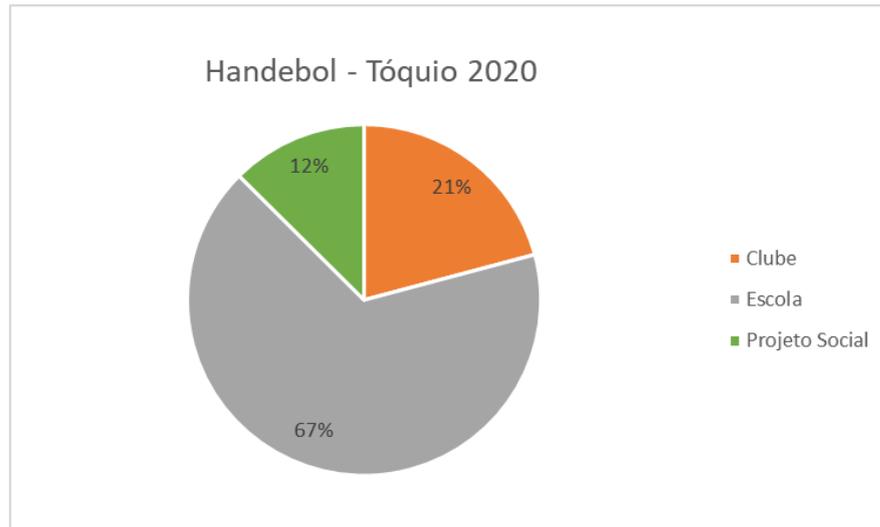
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 30 – Handebol – Rio 2016



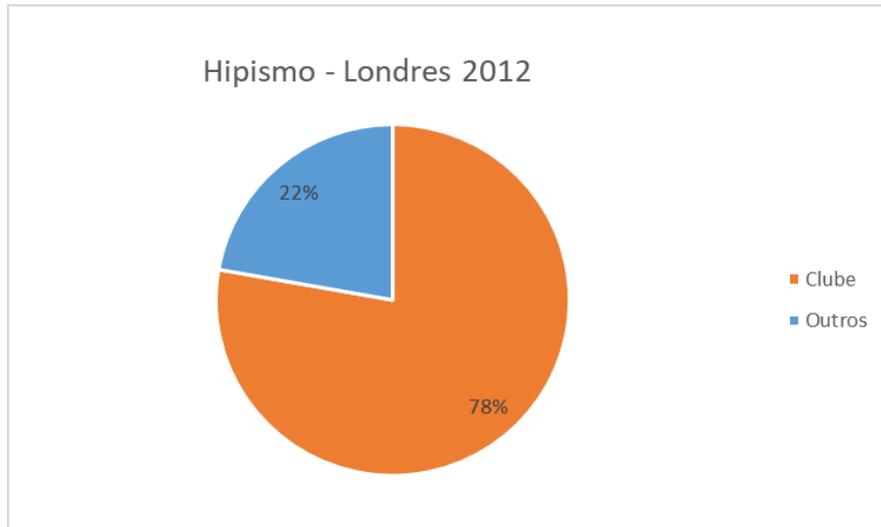
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 31 – Handebol – Tóquio 2020



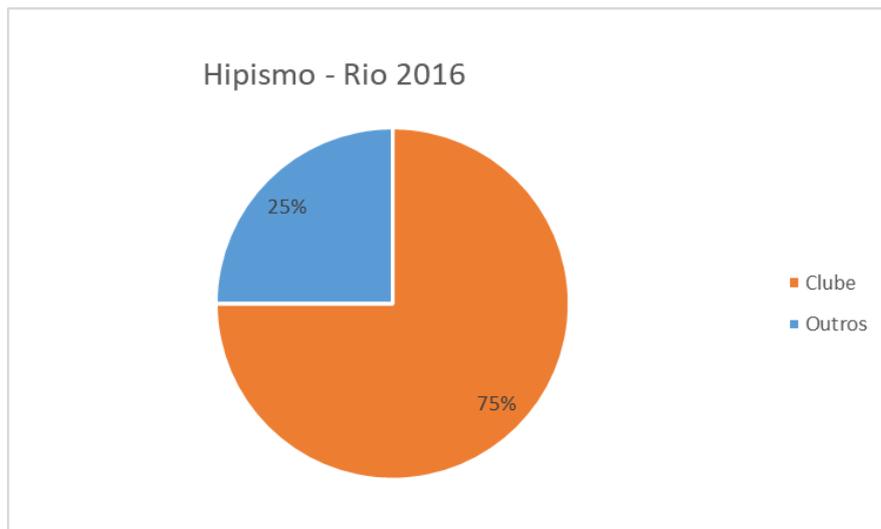
As Escolas se apresentaram nos três ciclos olímpicos como principal local de iniciação do Handebol; além disso, diante dos dados coletados, foi possível perceber que esse padrão não ocorre somente algumas regiões do Brasil, porque as escolas citadas pelos atletas estão espalhadas pelo País, dentre elas, o Colégio Santa Catarina de Novo Hamburgo, o Colégio Lourdinhas de João Pessoa, o Colégio Mater Amabilis de Guarulhos e a Escola Victório Américo Fontana, que faz parte da rede estadual de educação de São Paulo. Na categoria Projeto Social, foi citada a Vila Olímpica da Mangueira, a qual já possibilitou o contato esportivo de atletas do Atletismo e o Projeto Handebol Social de Campo Mourão (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 32 – Hipismo – Londres 2012



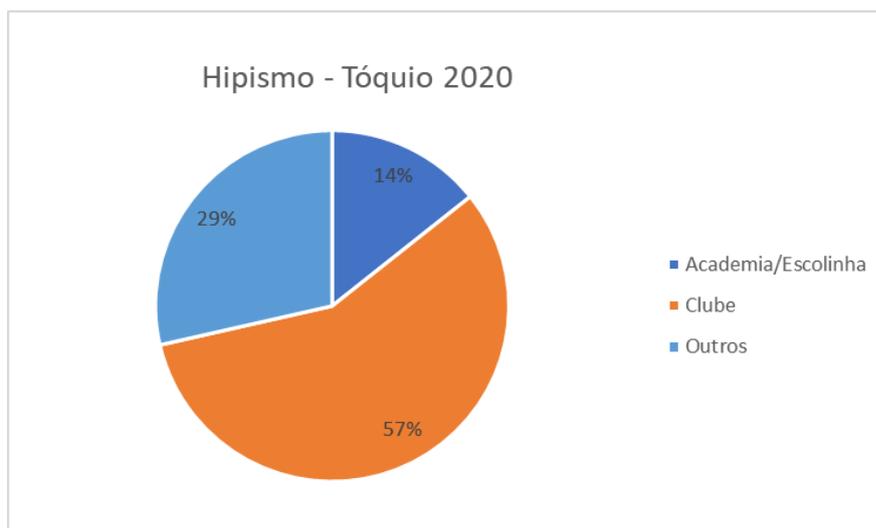
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 33 – Hipismo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

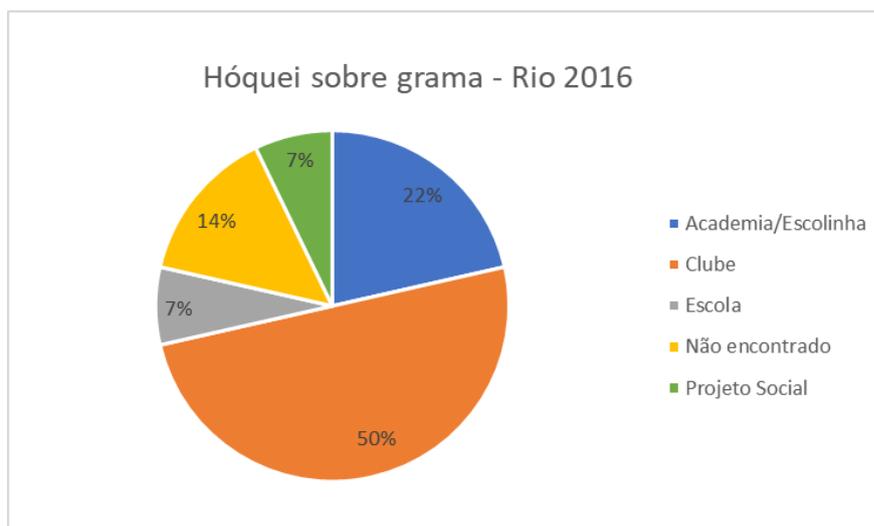
Gráfico 34 – Hipismo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

A maior parte dos atletas do Hipismo brasileiro tiveram contato com a modalidade em clubes de hípica ou até mesmo em Haras da família, no entanto há alguns casos em que o atleta olímpico iniciou sua prática por trabalhar nesses locais e ter a oportunidade, de alguma maneira, de praticar a equitação e, assim, descobrir um novo caminho para a vida profissional e até mesmo a pessoal. Dessa forma, destacamos que a categoria “Outros” se direciona a esses casos, que correspondem a um número considerável de atletas participantes nas três edições dos eventos olímpicos. A exemplo disso, um atleta de Tóquio 2021, cuja história familiar não tem qualquer tipo de ligação com cavalos, após comprar um equino, foi trabalhar em um estábulo na Bélgica, visando arrecadar fundos para o seu crescimento profissional na área da equitação. Em seguida, foi contratado por um cavaleiro brasileiro, que o trouxe de volta ao Brasil para que ele pudesse começar a treinar e se profissionalizar na modalidade. Depois disso, foi duas vezes vice-campeão brasileiro (OTD, 2021).

Gráfico 35 – Hóquei sobre grama – Rio 2016



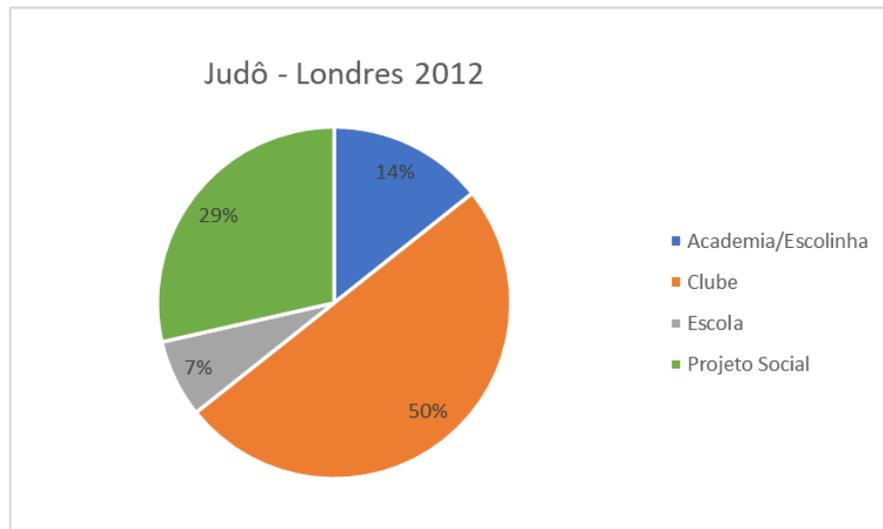
Fonte: dados da pesquisa.

Segundo o COB, a primeira participação brasileira nessa modalidade ocorreu apenas no Pré-Olímpico de Londres, no entanto a primeira aparição da seleção brasileira de Hóquei sobre Grama se deu apenas nos Jogos Rio 2016, já que, como o Brasil era país-sede da competição, suas seleções teriam direito assegurado para participar da competição; contudo, alguns pré-requisitos foram traçados pela Federação Internacional de Hóquei, dentre os quais somente a equipe masculina conseguiu cumprir as exigências. Até o momento, essa foi a única participação brasileira em competições da modalidade dentro do programa olímpico, desde a primeira aparição da modalidade nos Jogos de Amsterdã 1928, quando passou a contar para o quadro de medalhas. Sendo assim, não houve participação brasileira na modalidade nos Jogos de Tóquio 2021.

Apesar de os clubes se apresentarem como principal local de iniciação da modalidade, a Confederação Brasileira de Hóquei sobre grama criou, em 2017, o projeto “Tacada do Futuro”, cujo objetivo, segundo a própria confederação, era “investir nas categorias de base do hóquei brasileiro, fomentar o esporte no país e elevar o nível dos principais atletas de base que irão representar o Brasil, no futuro, em competições internacionais”. Outro caminho traçado pela Confederação para expansão da modalidade foi uma parceria estabelecida com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscando ampliação do esporte no âmbito universitário; além disso, a modalidade foi inserida na grade curricular do curso de Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos e passou a integrar outros programas da

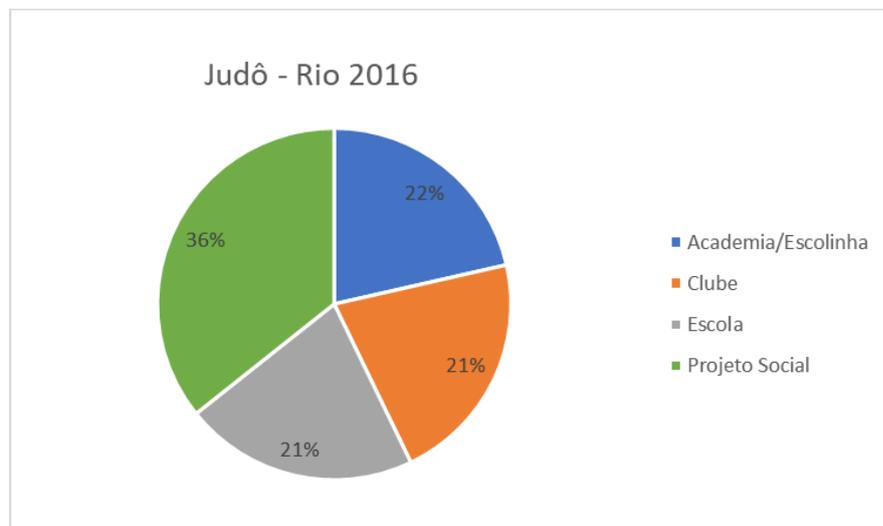
universidade, como o “Conhecendo a UFRJ”, que visa apresentar informações sobre os cursos aos interessados em estudar na universidade (CBHG, 2017; CHACON, 2021).

Gráfico 36 – Judô – Londres 2012



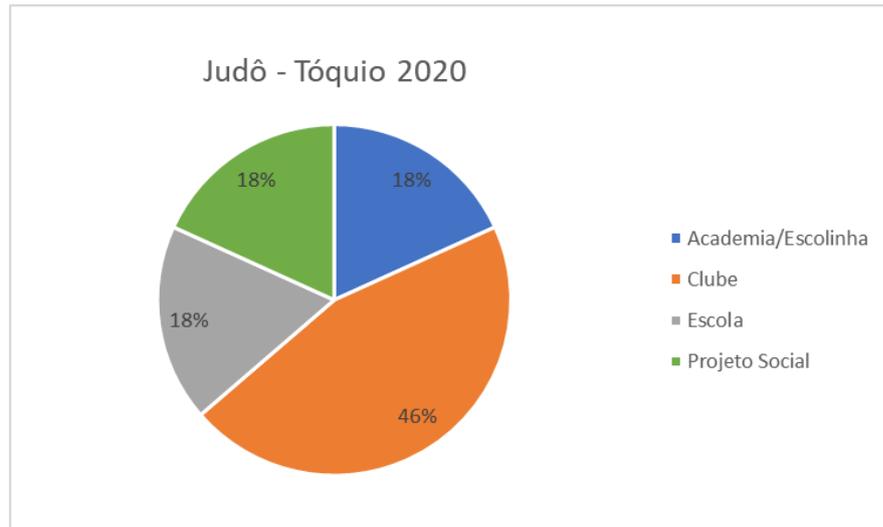
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 37 – Judô – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

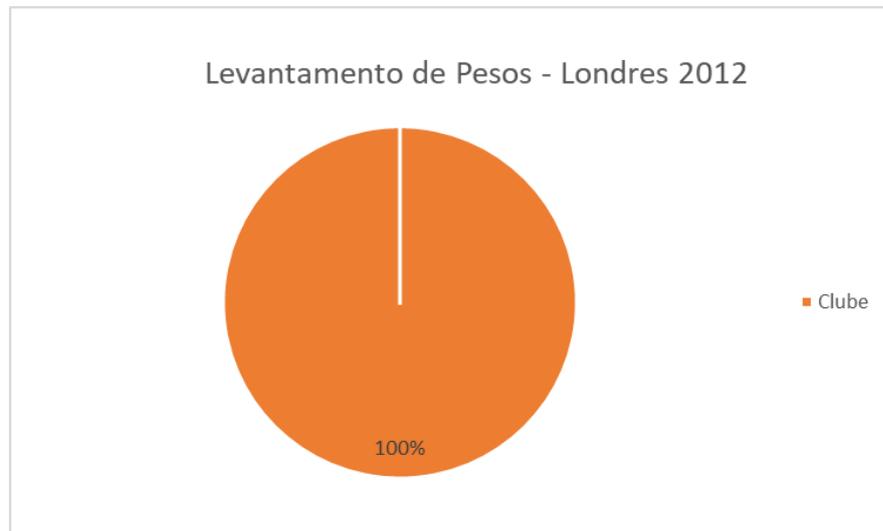
Gráfico 38 – Judô – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

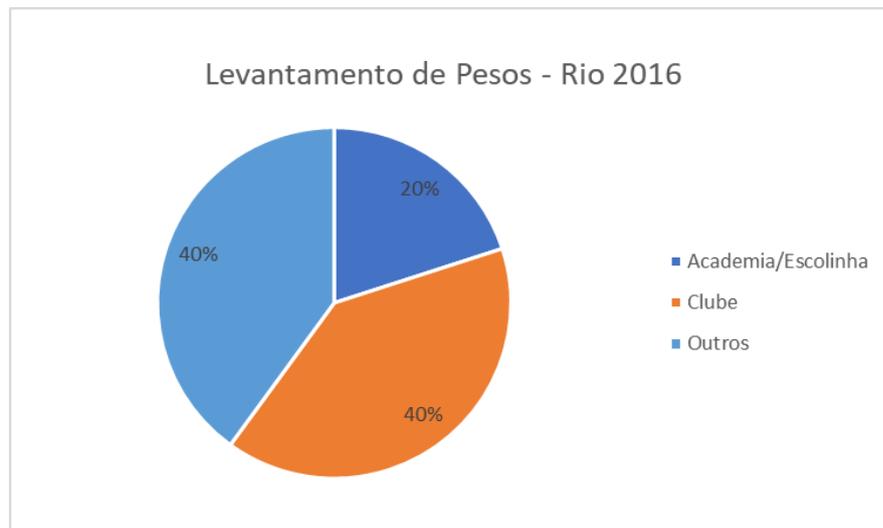
O perfil de iniciação do Judô brasileiro é bem variado, mesmo tendo o clube como predominante na descoberta de talentos, as outras instituições também têm sua parcela de importância. O primeiro destaque vai para os Projetos Sociais, que possibilitaram a iniciação de atletas na Zona Oeste do Rio de Janeiro, pelo projeto Reação, o Projeto Mãos Dadas, que oferecia aulas da modalidade em uma unidade escolar, como atividade extracurricular. Dentre os clubes, foram citados pelos atletas o Clube Sogipa, localizado em Porto Alegre, e o Clube MESC, localizado em São Bernardo do Campo. Uma das Escolas apresentadas como local de iniciação dos judocas está localizada na Tijuca, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro; a outra está em São Lourenço, São Paulo (COB, 2016).

Gráfico 39 – Levantamento de Pesos – Londres 2012



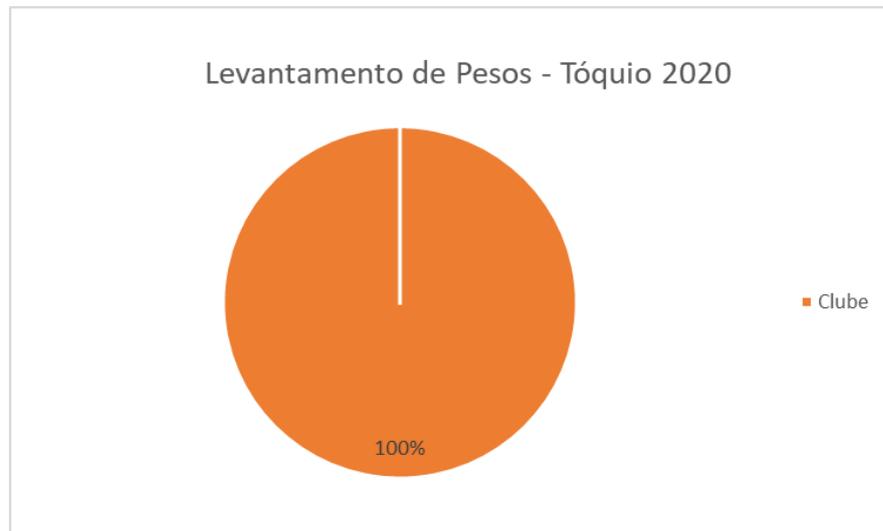
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 40 – Levantamento de Pesos – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

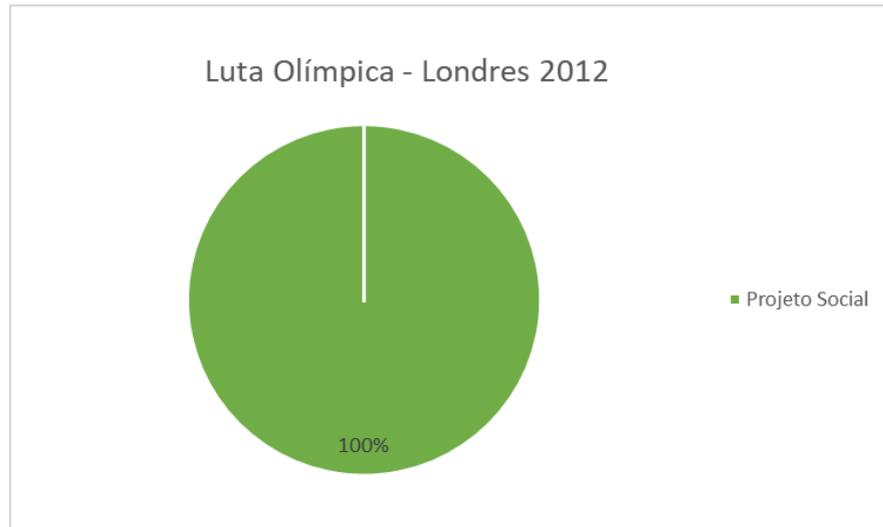
Gráfico 41 – Levantamento de Pesos – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

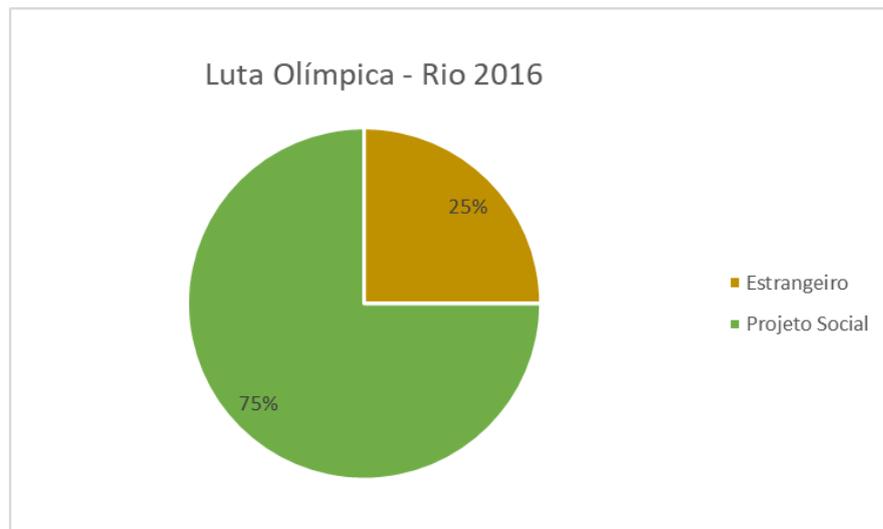
Um atleta da seleção brasileira de Levantamento de Peso Olímpico esteve presente nas três edições dos jogos analisadas neste estudo; em 2016, foi graças à escolha do presidente da Confederação Brasileira de Levantamento de Peso, pois não havia sido selecionada pela comissão técnica. Em Londres 2012 e Rio 2016, a equipe era composta por homens e mulheres; em Tóquio 2021, no entanto, somente as mulheres se classificaram para competir no evento. Além disso, há uma grande semelhança na história das duas competidoras dessa última edição olímpica, já que ambas nasceram em bairros da Baixada Fluminense, assim como iniciaram a prática no esporte, em si, pelo atletismo. Um Centro de Treinamento da Confederação Brasileira de LPO, instalado na Universidade Federal de Viçosa, também contribuiu para a iniciação esportiva de dois atletas, o que justifica o aparecimento da categoria “Outros” na iniciação da modalidade (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 42 – Luta Olímpica – Londres 2012



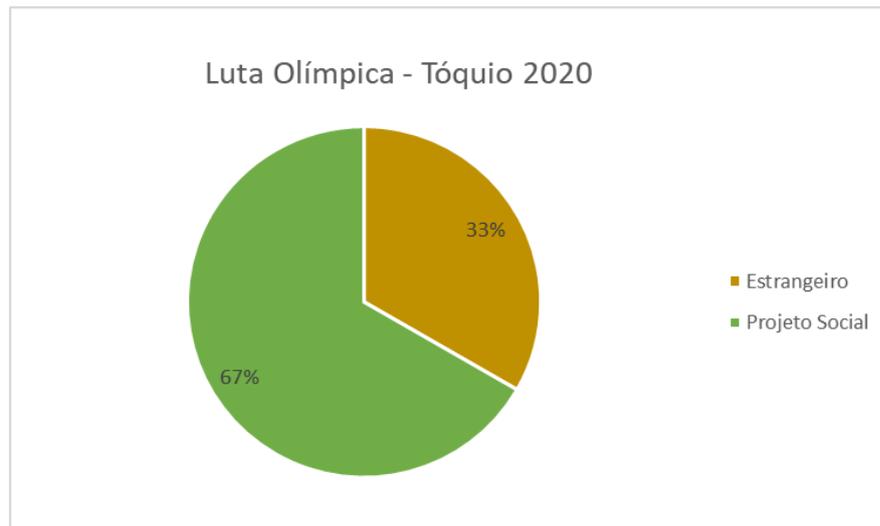
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 43 – Luta Olímpica – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

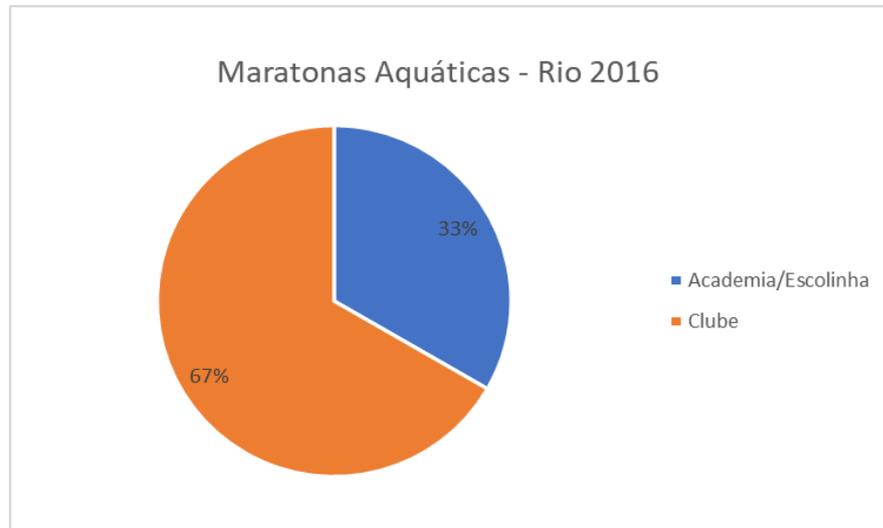
Gráfico 44 – Luta Olímpica – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

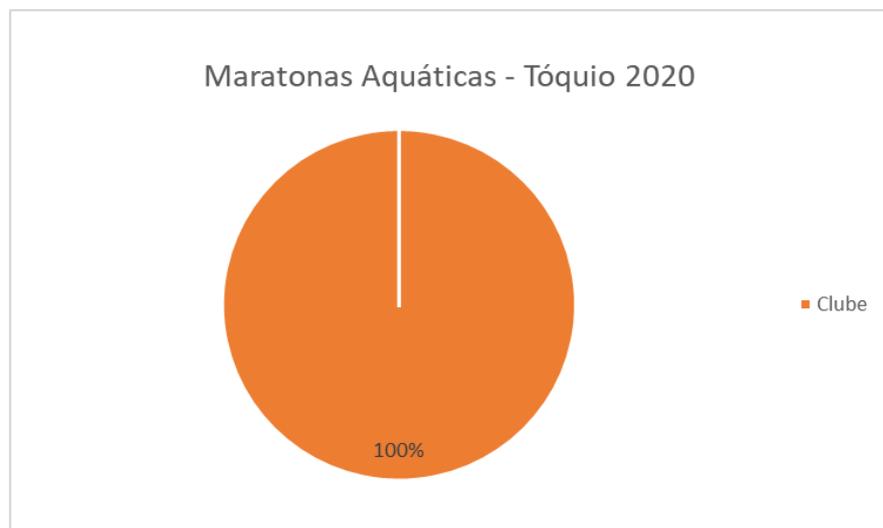
A Luta Olímpica brasileira se apresenta como uma modalidade hegemonicamente feminina, cuja equipe, em 2012, foi composta por apenas uma atleta, enquanto, na amostra deste estudo, tornou-se totalmente feminina, já que o representante do sexo masculino iniciou sua prática na modalidade fora do território nacional, caracterizando-se como “Estrangeiro”. Os projetos sociais que possibilitaram a inserção dessas atletas na Luta Olímpica estão localizados na região Sudeste do Brasil: um, em um centro olímpico de São Paulo; o outro, em um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, em Quintino. No entanto, uma dessas atletas teve o primeiro contato com o esporte por meio de outro tipo de luta, o Jiu-jitsu, e, por aconselhamento de um professor, foi para a Luta Olímpica buscando melhora nas técnicas e não saiu mais da modalidade que permitiu que ela chegasse aos Jogos Olímpicos (COB, 2012; COB, 2016; OTD, 2021; MRV, 2021).

Gráfico 45 – Maratonas Aquáticas – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 46 – Maratonas Aquáticas – Tóquio 2020

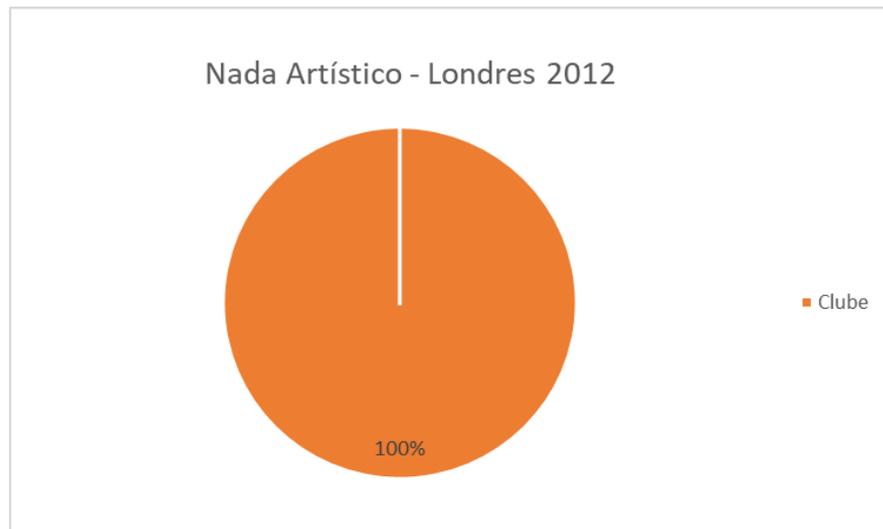


Fonte: dados da pesquisa.

Diante dos dados analisados, esta é mais uma das modalidades com predomínio feminino; foi somente na Rio 2016 que a modalidade teve um representante do sexo masculino. Para os atletas das Maratonas Aquáticas, o primeiro contato com o esporte veio da natação, em que buscavam provas de longa distância, o que os fez chegar aos Jogos Olímpicos representando as Maratonas. A participação da modalidade em Tóquio possibilitou que novas conquistas fossem

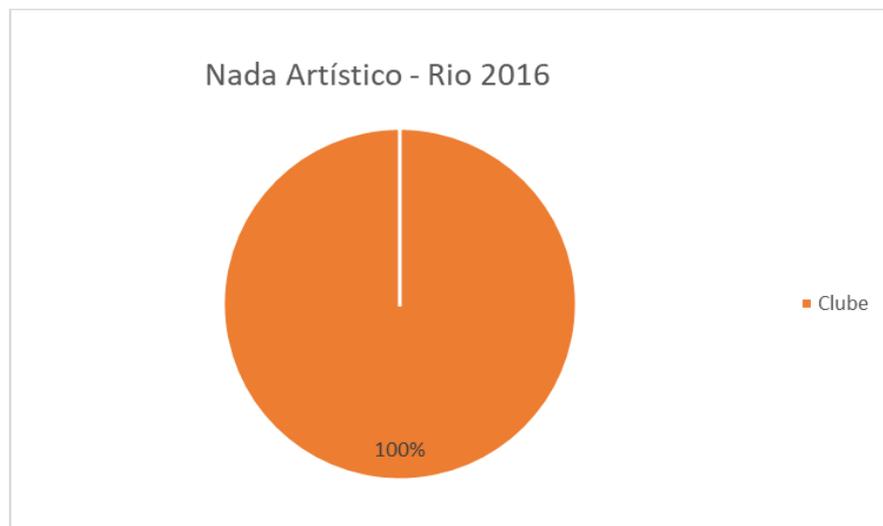
alcançadas, já que o Ouro tão almejado chegou, por meio de uma atleta que já havia tido a experiência olímpica em Pequim 2008 e na Rio 2016 (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 47 – Nado Artístico – Londres 2012



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 48 – Nado Artístico – Rio 2016

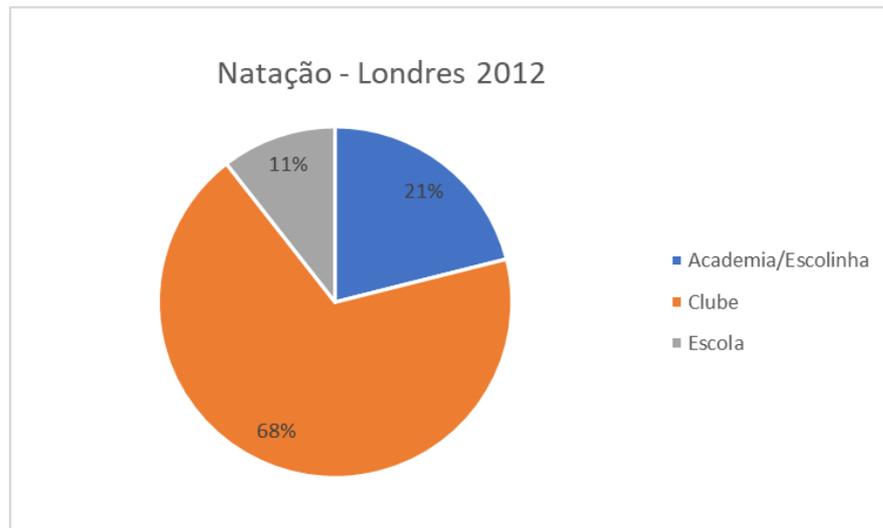


Fonte: dados da pesquisa.

Em vista dos dados apurados sobre o Nado Artístico, pudemos observar que as atletas brasileiras que participaram dos Jogos de Londres 2012, onde o Brasil competiu na categoria duplas, e do Rio 2016, em que foi possível participar com a equipe, caracterizam algumas outras modalidades esportivas como influentes na

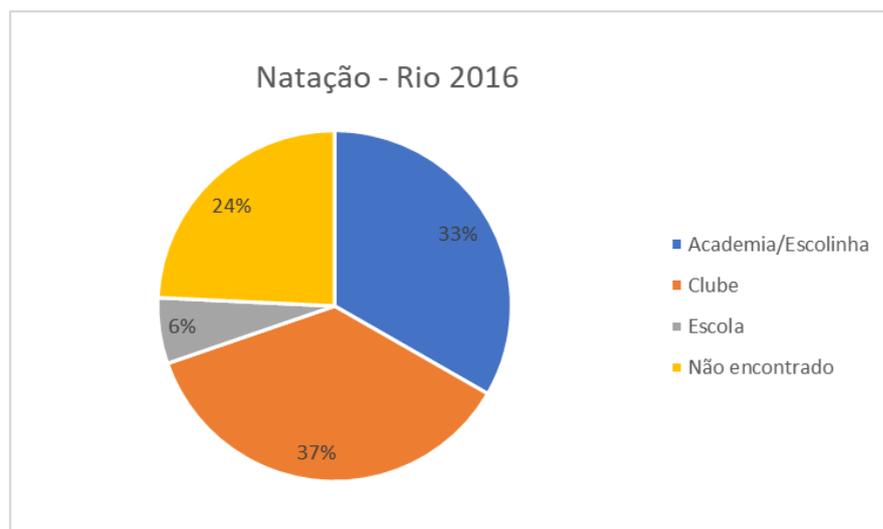
prática do Nado, sendo elas a Natação, que também se apresentou em outras modalidades aquáticas, a Ginástica Artística, por conta das acrobacias, que são elemento essencial nas duas modalidades, assim como a Ginástica Rítmica. Dois clubes foram citados como locais essenciais para a iniciação e a manutenção na modalidade, o Tijuca Tênis Clube e o Fluminense Football Club (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 49 – Natação – Londres 2012



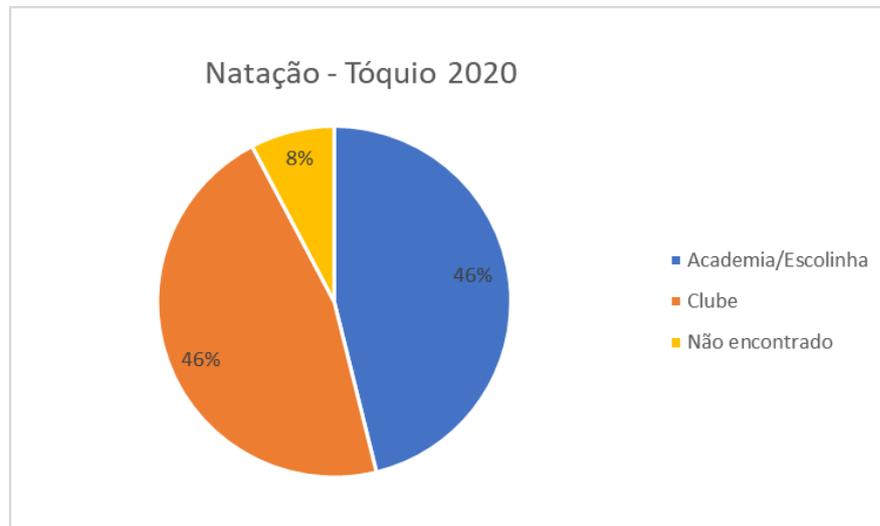
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 50 – Natação – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 51 – Natação – Tóquio 2020

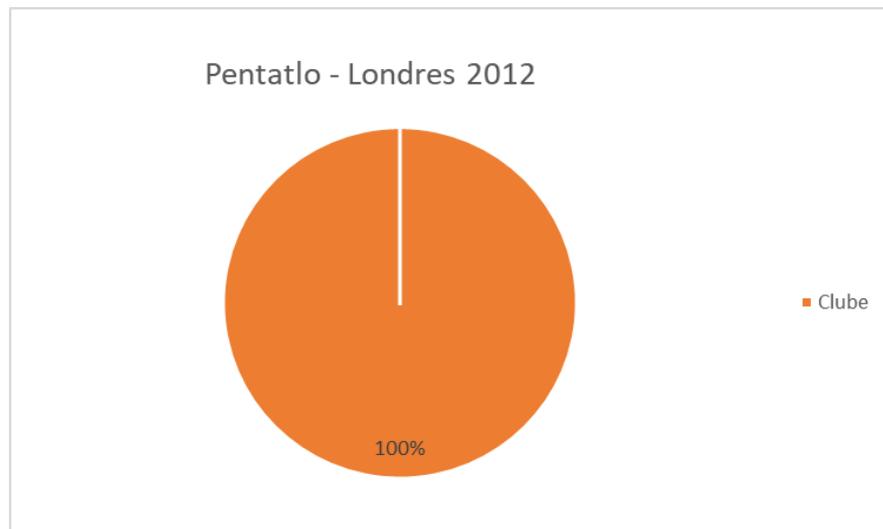


Fonte: dados da pesquisa.

Estabelecer o perfil dos nadadores brasileiros foi um tanto complicado, dada a dificuldade de conseguir contato com a Confederação de Desportos Aquáticos, assim como de buscar respostas além da justificativa para a iniciação esportiva na modalidade, já que muitos atletas relacionam esse fato às indicações médicas, buscando melhora nas enfermidades respiratórias. Diante disso, salientamos que não foram encontradas informações concretas sobre 10 atletas, ou seja, 13% da amostra da modalidade.

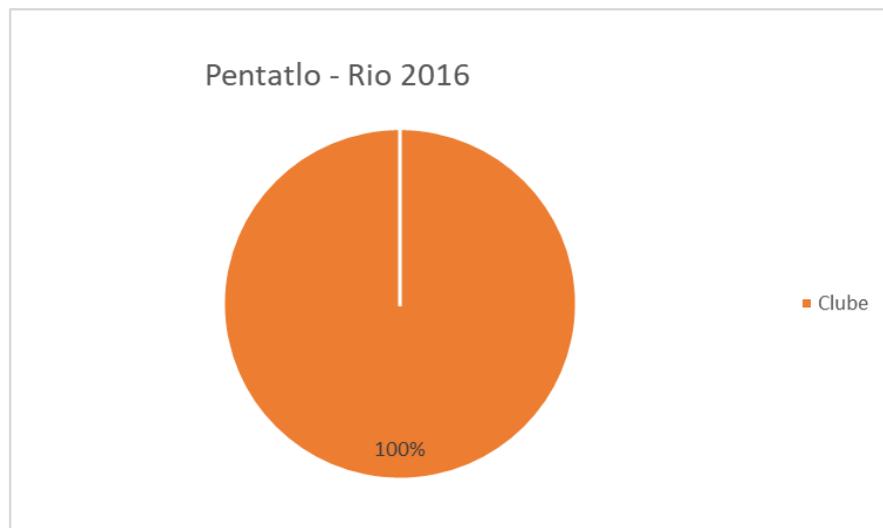
Dentre as Academias/Escolinhas, foram citadas a Academia Gota D'água, localizada em Belo Horizonte, a Escola de Natação Amaral, em Curitiba, a Academia Hedla Lopes, em Fortaleza e a Escolinha da Universidade Santa Cecília, em Santos, litoral paulista. Alguns Clubes foram citados: o Minas Tênis Clube, o Clube Português de Recife, o Clube do Remo de Belém e a AABB – Associação Atlética Banco do Brasil, sediada em Brasília (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 52 – Pentatlo – Londres 2012



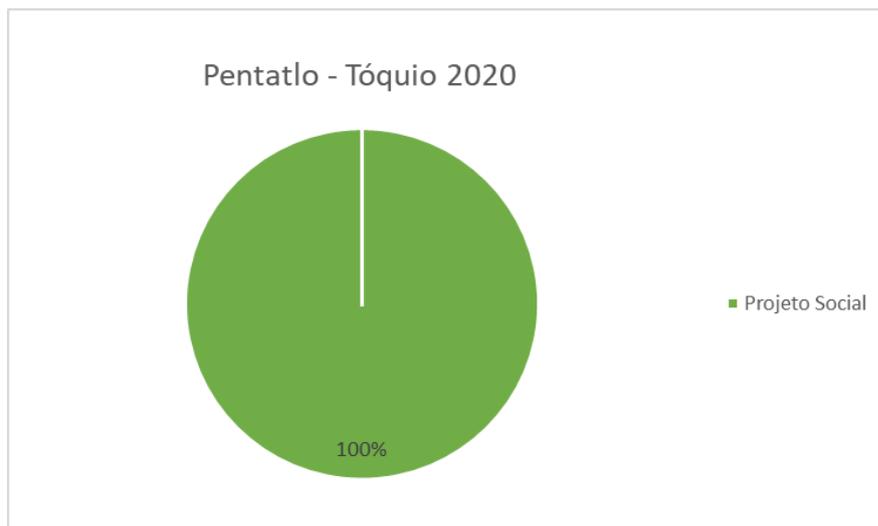
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 53 – Pentatlo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

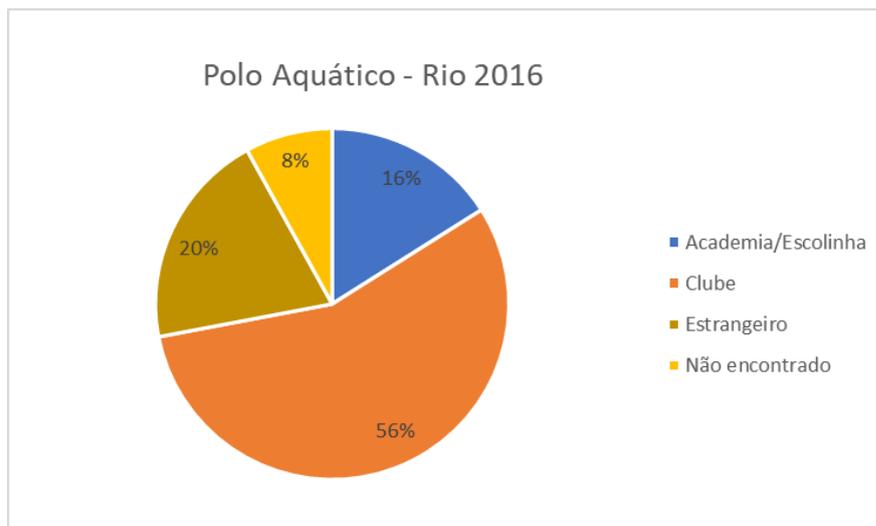
Gráfico 54 – Pentatlo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

Assim como em outras modalidades em que o meio aquático está presente, no Pentatlo, a Natação aparece como modalidade chave para a inicia o esportiva, sendo até destacada por alguns atletas como ponto forte no Pentatlo, por ser a origem de toda prática. Apesar da importância dos clubes nessa modalidade, o projeto da Confedera o Brasileira de Pentatlo Moderno, a qual visa a descoberta de novos talentos para a modalidade, tem hoje centros espalhados por todo o País. No Rio de Janeiro, por exemplo, encontra-se dentro do Complexo Esportivo de Deodoro, um dos primeiros centros a serem lançados pelo projeto, que iniciou suas atividades no Rio de Janeiro e em Recife (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 55 – Polo Aquático – Rio 2016

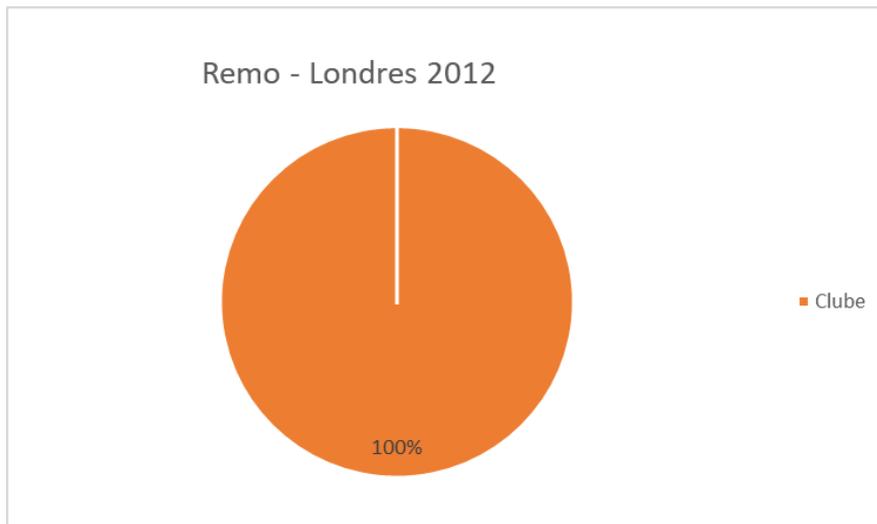


Fonte: dados da pesquisa.

Por ser país-sede, o Brasil garantiu vaga para as duas equipes de Polo Aquático; no entanto, nas outras duas edições olímpicas em que foi necessário o alcance de determinados resultados, nenhuma das equipes conseguiu garantir vaga para a participação da modalidade nos eventos. Como já poderia ser esperado, o Polo é uma modalidade com domínio dos clubes e escolinhas, pois tem particularidades em relação ao local de prática, assim como o material específico da modalidade, o que normalmente se encontra nesses locais, além da forte ligação com a natação, modalidade também citada por alguns atletas como a responsável pelo primeiro contato com os esportes aquáticos. Entre os clubes citados pelos atletas estão o Clube de Regatas Guanabara, o Tijuca Tênis Clube, o Clube Pinheiros, Clube de Regatas do Flamengo, e o Fluminense Football Club (COB, 2012; COB, 2016).

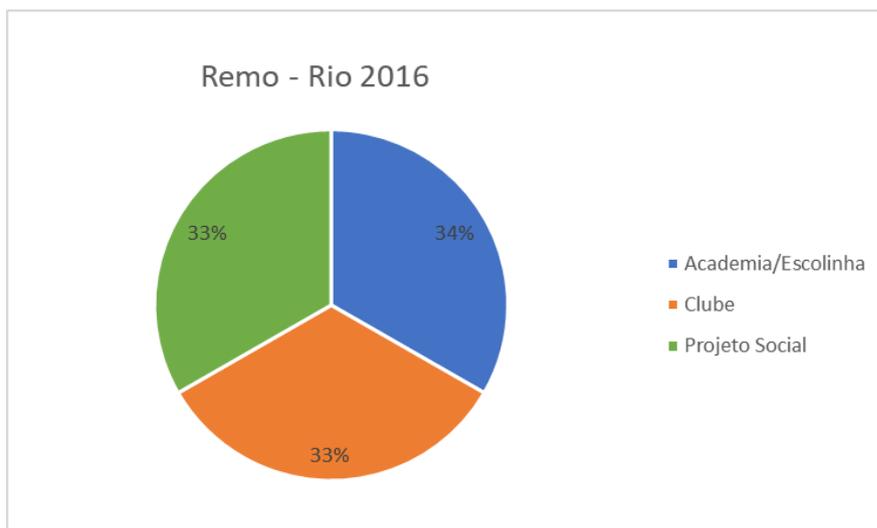
Um dado importante que merece menção é o fato de esses 20% de “Estrangeiros” estarem na equipe masculina, alguns dos quais foram alinhados nessa categoria por iniciarem a prática fora do Brasil ou por realmente não serem brasileiros natos (COB, 2016).

Gráfico 56 – Remo – Londres 2012



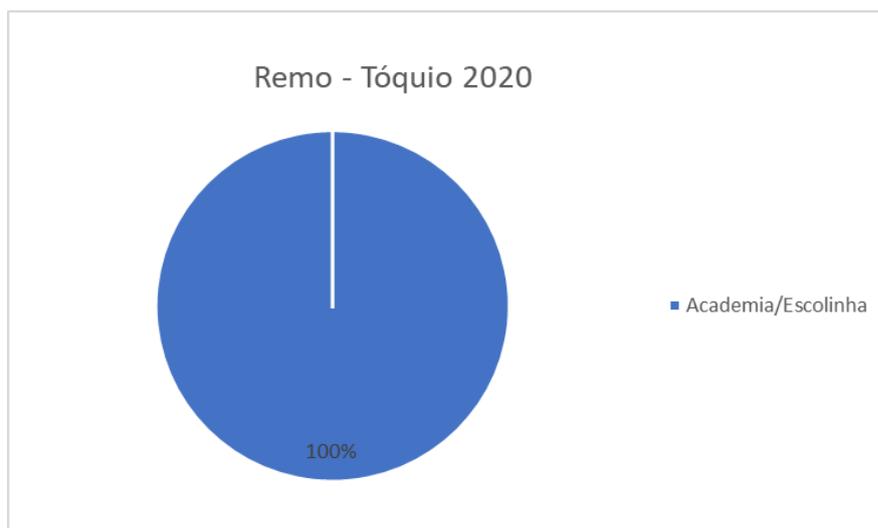
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 57 – Remo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

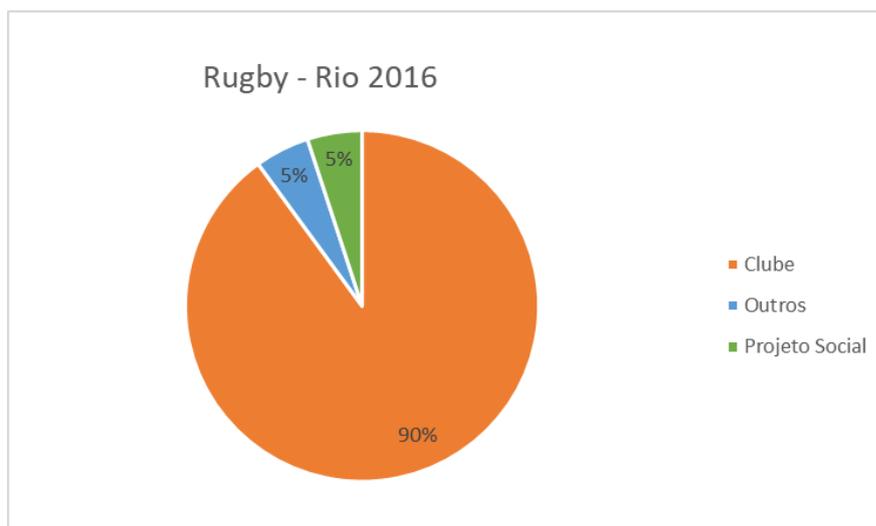
Gráfico 58 – Remo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

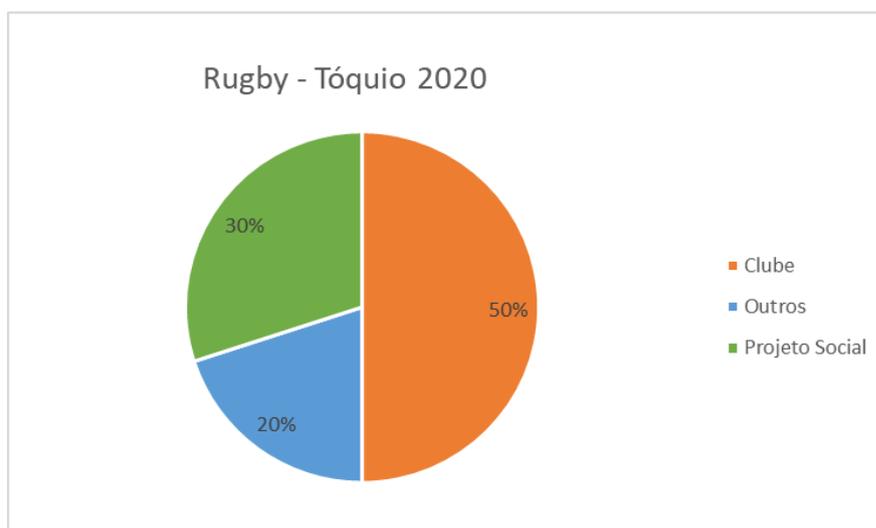
O Remo brasileiro está presente no Clube Botafogo de Futebol e Regatas e no Clube de Regatas Vasco da Gama. A atleta revelada pelo Vasco da Gama chegou ao clube para participar de uma seletiva para o time de Basquete, no entanto não foi selecionada para a modalidade; contudo, foi convidada pelo técnico de Remo para um teste na modalidade. Já no caso do Botafogo, dois atletas foram revelados pelo clube, iniciando a prática esportiva na escolinha de remo. De acordo com informações do próprio clube, o remo alvinegro é a maior potência brasileira da atualidade. Um detalhe interessante é o caso de um dos atletas que participaram de Londres 2012, o qual somou nessa edição dos Jogos Olímpicos sua quarta participação em eventos olímpicos: Sydney 2000, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012, recorde não alcançado até o momento por nenhum outro atleta da modalidade (COB, 2012; COB, 2016; BOTAFOGO, 2021).

Gráfico 59 – Rugby – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 60 – Rugby – Tóquio 2020

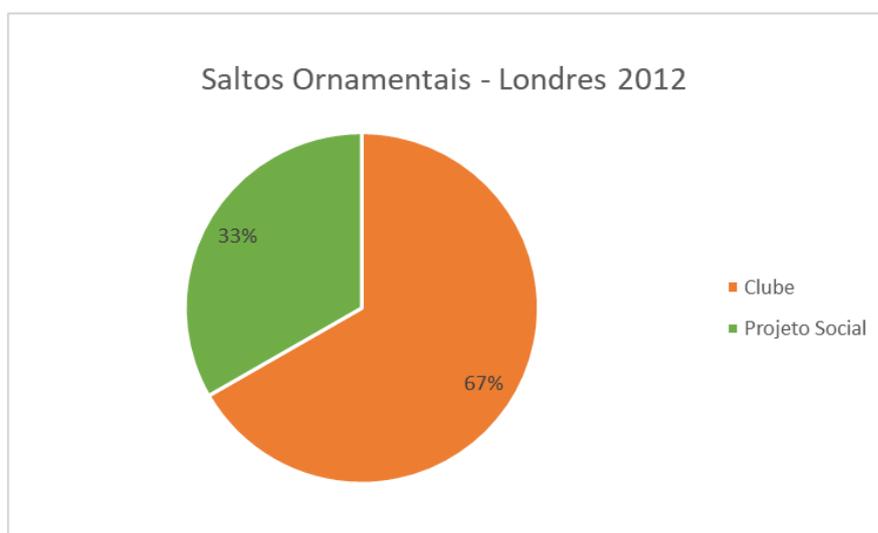


Fonte: dados da pesquisa.

O Rugby já havia estado no programa olímpico antes dos Jogos Rio 2016, no formato em que cada equipe tinha quinze jogadores; já em 2016, a modalidade entrou no formato Sevens, em que jogam sete jogadores de cada lado. Apesar de ser uma modalidade de Clube, Projetos Sociais como o Instituto Rugby para Todos, implementado na favela de Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo, fizeram a diferença na iniciação esportiva da modalidade, assim como o projeto “Aprendendo e jogando Rugby”, do São José Rugby, clube que também possibilitou a iniciação de atletas. Dentre os clubes citados, estão o São Paulo Athletic Clube, o Desterro de Santa Catarina, o Delta Rugby, o Niterói Rugby, o Recife Rugby, o Charrua Rugby

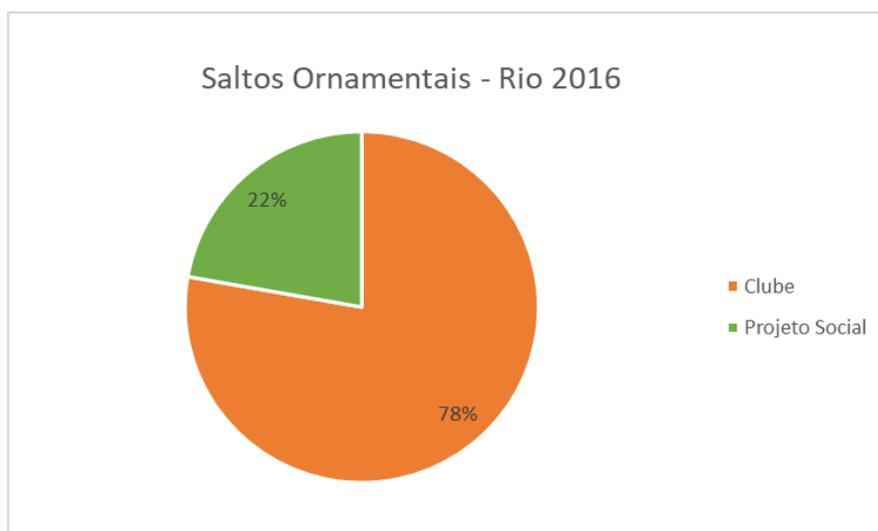
Clube, entre outros. Tanto na edição de 2016, quanto na edição de 2021, a categoria “Outros” esteve presente, já que nela foram alocados atletas que iniciaram sua prática por meio das universidades. Além disso, cinco atletas não participaram do estudo por terem iniciado a prática da modalidade fora do Brasil (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 61 – Saltos Ornamentais – Londres 2012



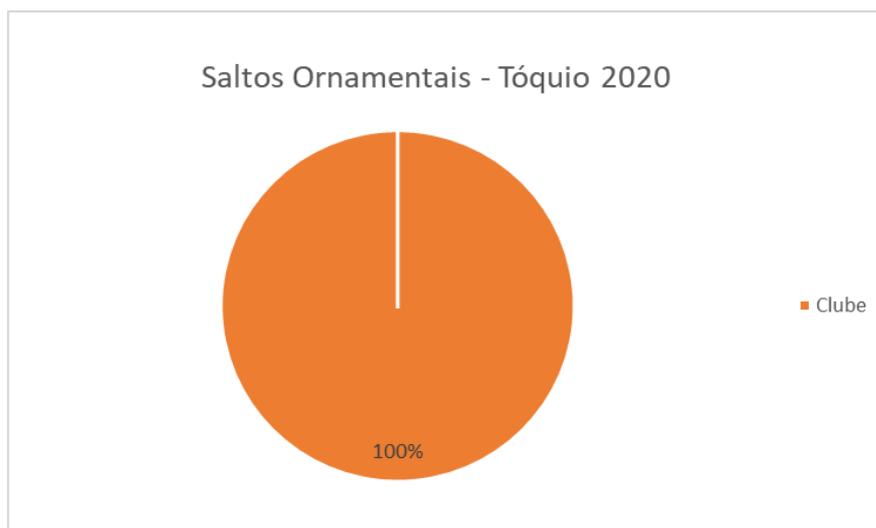
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 62 – Saltos Ornamentais – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 63 – Saltos Ornamentais – Tóquio 2020

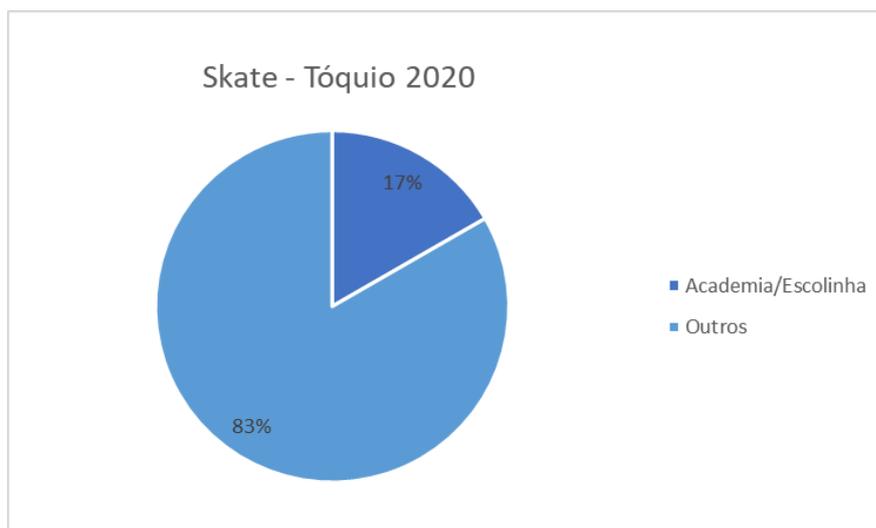


Fonte: dados da pesquisa.

O Distrito Federal teve participação importante na descoberta de talentos dos Saltos Ornamentais, visto que três atletas iniciaram sua prática esportiva nessa unidade da federação, dois dos quais estavam presentes nas edições de 2012 e 2016, e um em Tóquio. Um dos atletas participantes das edições de Londres e Rio começou a praticar por meio de um projeto da Secretaria de Esportes do Distrito Federal.

Caso curioso é o de um atleta que, anteriormente aos Saltos, era jogador de Futebol Society no Centro Olímpico do Gama - DF e foi convidado a participar de uma seletiva, na modalidade, por conta da forma como comemorava seus gols, fazendo saltos mortais, o que chamou a atenção do técnico de Saltos. Um outro ponto a ser destacado é a possível influência de outros esportes na prática desses atletas, visto que alguns praticaram ginástica artística e capoeira antes iniciar nas plataformas (COB, 2012; COB, 2016; OTD, 2021; G1, 2021).

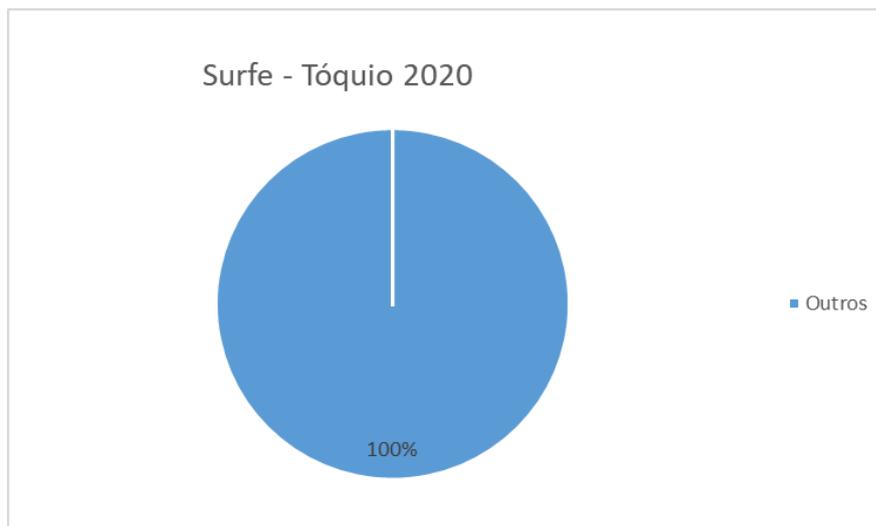
Gráfico 64 – Skate – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

O Skate passou a fazer parte do programa olímpico a partir dos Jogos de Tóquio 2021. Os dados coletados revelam que a maioria dos atletas brasileiros que competiram nessa edição dos Jogos tiveram seu primeiro contato com a modalidade a partir da infância e, ao ganharem a prancha com rodinhas para prática esportiva, destacaram em foram acrescentando manobras ao repertório, assim como a participação em competições nacionais e internacionais. Somente dois atletas comentaram a existência de algum tipo de instituição como local responsável por sua inserção na modalidade, dentre eles o Centro Poliesportiva de Vila Tesouro, local mantido pela Prefeitura de São José dos Campos (OTD, 2021).

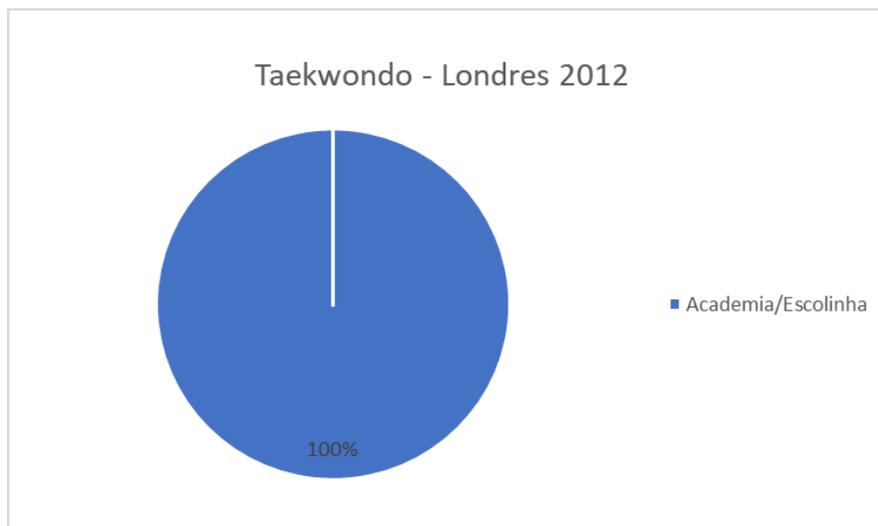
Gráfico 65 – Surfe – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

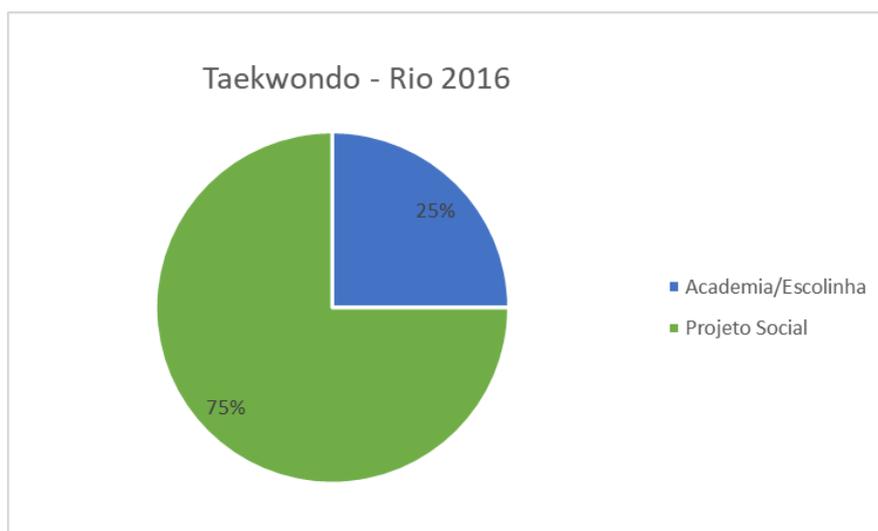
Assim como o Skate, os atletas brasileiros que competiram no Surfe em Tóquio 2021 não apontaram local ou instituição como responsável pelo início de sua carreira esportiva. Dos quatro atletas integrantes da equipe, somente três entraram no nicho delineado pela pesquisa, pois uma das representantes do time feminino iniciou sua prática no Havaí, tornando-a inapta para a análise proposta neste estudo. Destacamos, nesta modalidade, o apoio e a influência familiar para a sua prática, assim como a proximidade e a facilidade de acesso ao mar, mesmo que sem muitas condições financeiras para tal. A história de dois atletas começa sem o principal equipamento para a prática da modalidade, que vem somente após anos praticando em uma “tampa de isopor” ou em pedaços de madeira, por meio de doações (OTD, 2021).

Gráfico 66 – Taekwondo – Londres 2012



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 67 – Taekwondo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

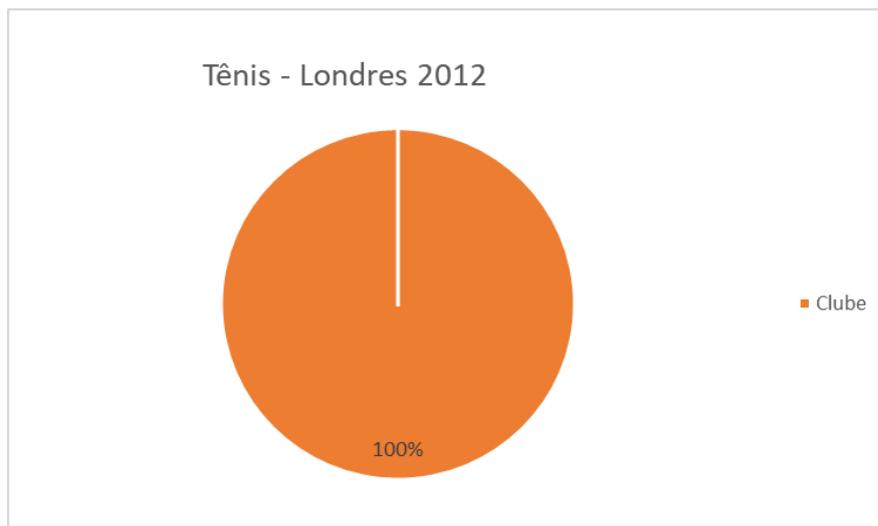
Gráfico 68 – Taekwondo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

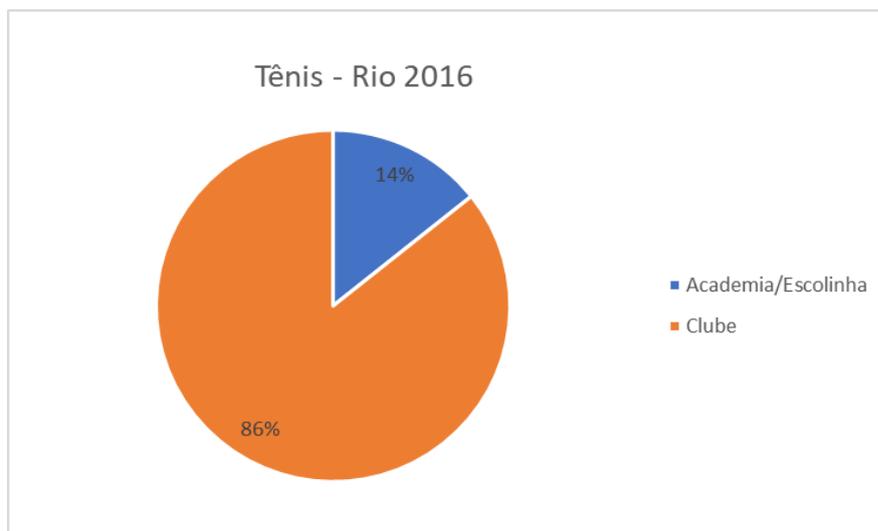
O Taekwondo brasileiro apresenta-se como uma modalidade em que os atletas vêm de diferentes instituições; no entanto, um fato que chamou atenção foi o aparecimento dos Projetos Sociais na equipe participante dos Jogos Rio 2016, pois foi somente nessa edição que esses locais possibilitaram a iniciação esportiva dos atletas da modalidade. Dentre os projetos, cito o Projeto Social “Nascidos para vencer, desistir jamais”, que existe desde 2011, na Zona Sul de Macapá. Outro local que possibilitou a iniciação esportiva no Taekwondo foi a Academia Diego TKD Team, localizada em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro. Infelizmente, um atleta que competiu em Tóquio 2021 não participou da pesquisa, pois, através de sua assessoria, recusou-se a dar informações acerca de sua iniciação esportiva; tampouco foi possível coletar esses dados em sites ou entrevistas do atleta (COB, 2016).

Gráfico 69 – Tênis – Londres 2012



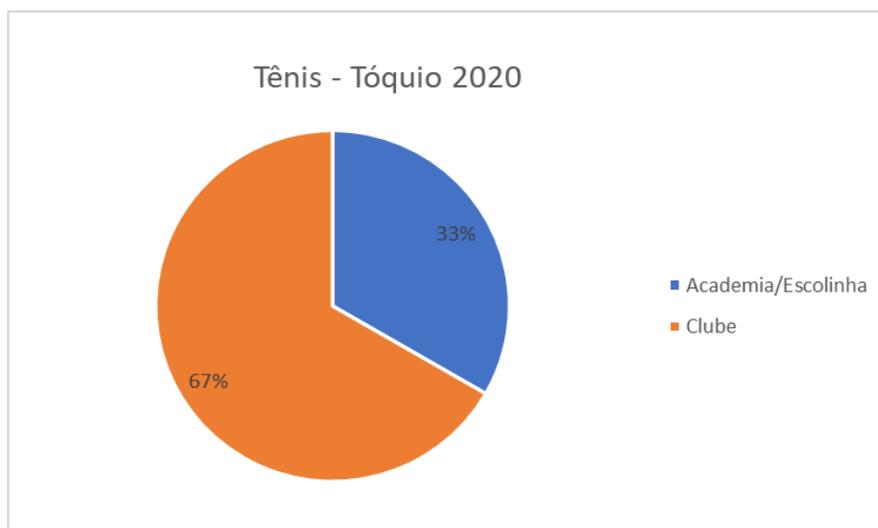
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 70 – Tênis – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

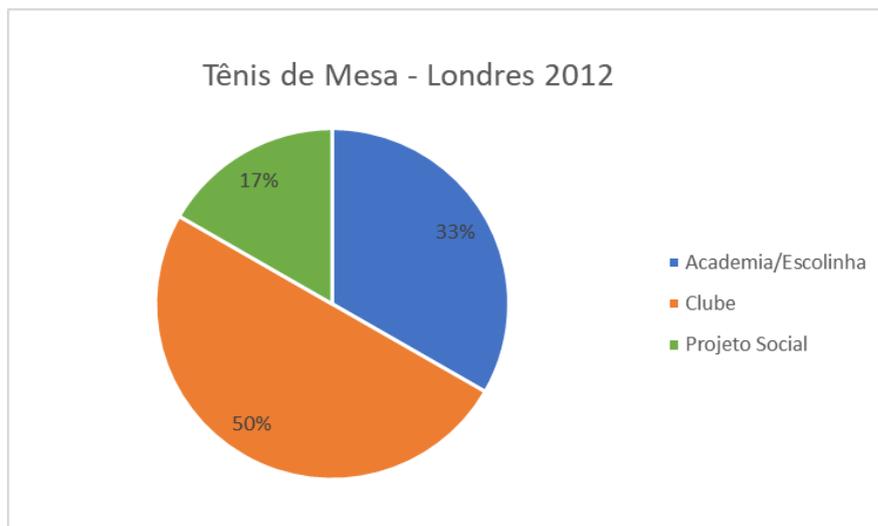
Gráfico 71 – Tênis – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

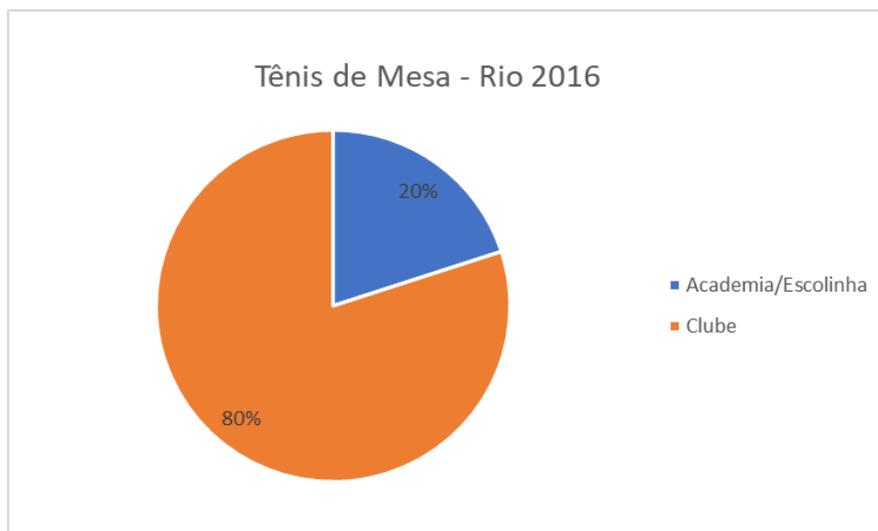
No que concerne a iniciação esportiva do Tênis brasileiro, é possível perceber que os clubes apresentam hegemonia, nas diversas regiões do País, além da grande influência familiar, uma vez que alguns iniciaram a prática também em escolinhas, na tentativa de seguir o exemplo de algum familiar que já praticava a modalidade. O caso diferenciado na modalidade é o de um atleta da Rio 2016, que desde o começo apresenta características bem específicas: o atleta inicialmente era pegador de bolinhas na Didier Rayon Academia de Tênis, localizada em Curitiba, região Sul do Brasil; após algum tempo de trabalho no local, somado ao interesse na modalidade, surgiu a oportunidade de treinar na escolinha desenvolvida na Academia (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 72 – Tênis de Mesa – Londres 2012



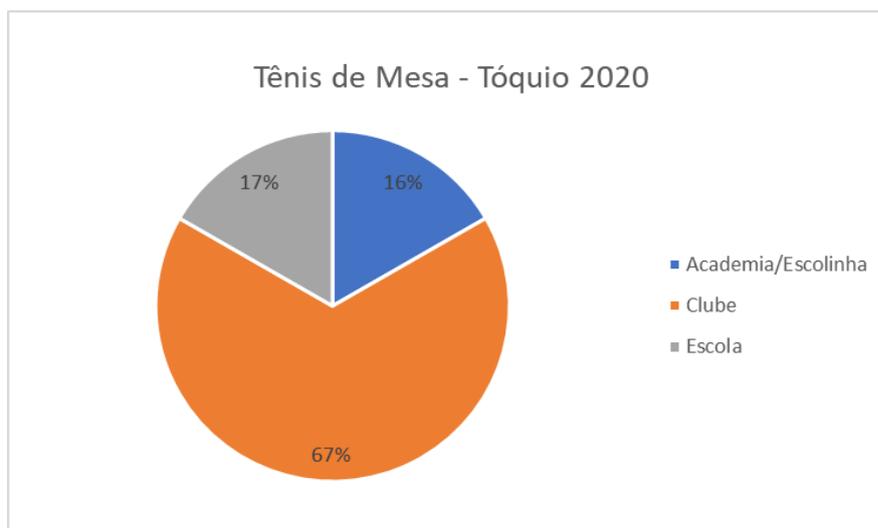
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 73 – Tênis de Mesa – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

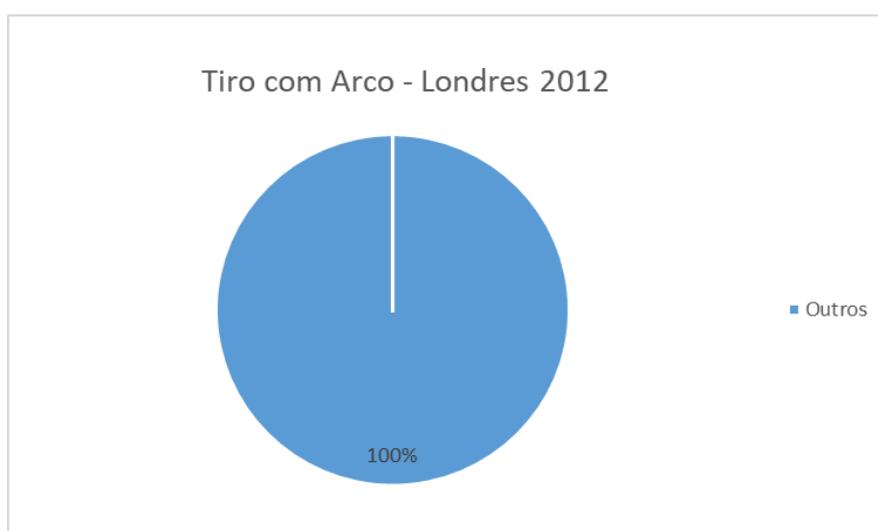
Gráfico 74 – Tênis de Mesa – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

Em Londres 2012, um atleta do Tênis de Mesa teve sua iniciação a partir de um Projeto Social, o qual corresponde à Vila Olímpica de Manaus, aonde o atleta havia chegado com o objetivo de se inscrever para as aulas de natação; no entanto, com a ausência do professor da modalidade, acabou optando pelo Tênis de Mesa. Além disso, em Tóquio 2021, uma escola localizada em São Caetano, região do ABC Paulista, evidenciou o caçula da seleção masculina (COB, 2012; OTD, 2021).

Gráfico 75 – Tiro com Arco – Londres 2012



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 76 – Tiro com Arco – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 77 – Tiro com Arco – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

A categoria “Outros” se apresenta com número expressivo na modalidade, pelo mesmo motivo da presença desta no Levantamento de Pesos, visto que Centros de Treinamento foram responsáveis pela iniciação esportiva de 78% dos atletas da modalidade: como o Centro de Treinamento de Maricá, no município da região metropolitana do Rio de Janeiro; a Federação Mineira de Arco e Flecha, localizada na capital do estado; e o Stand de Tiro com Arco, da Federação Paulista (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 78 – Tiro Esportivo – Londres 2012



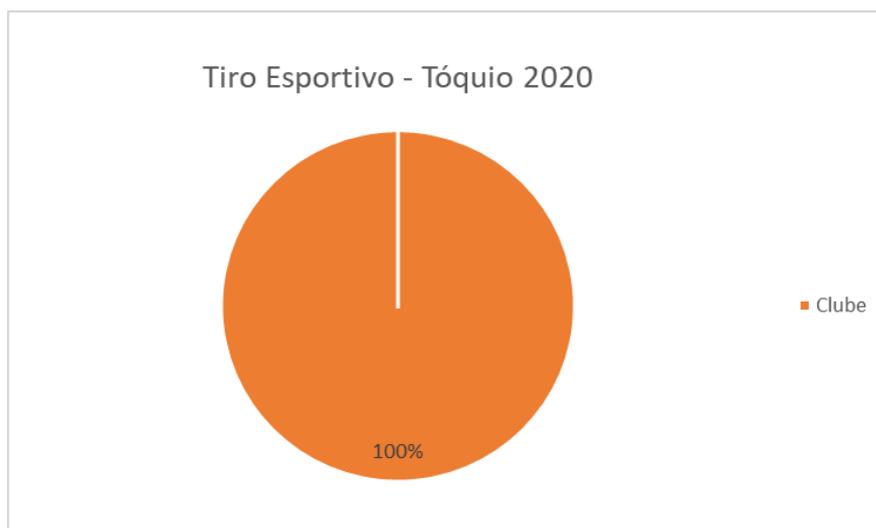
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 79 – Tiro Esportivo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

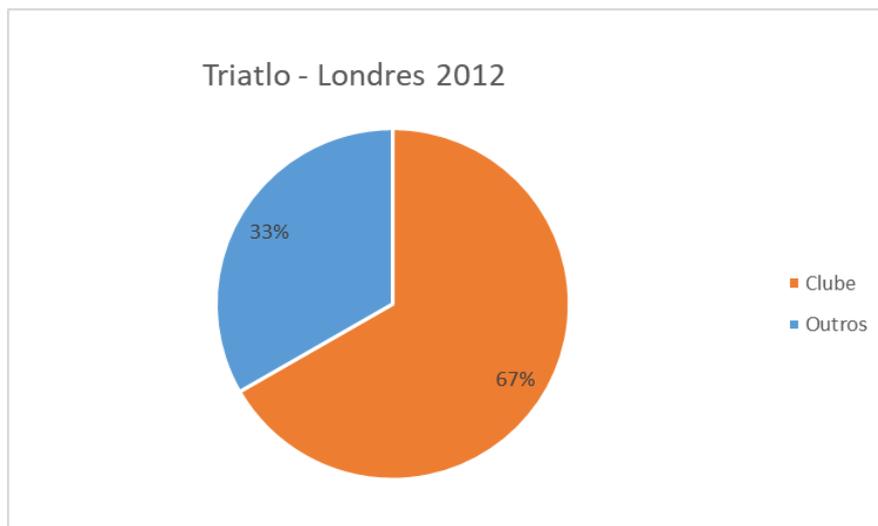
Gráfico 80– Tiro Esportivo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

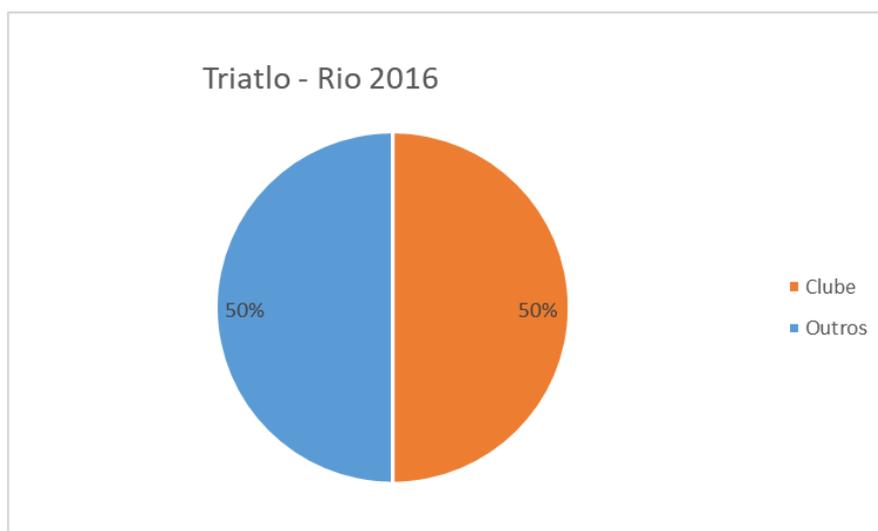
A iniciação esportiva do Tiro Esportivo brasileiro tem expressiva relação com as Forças Armadas, já que 50% dos dados encontrados corroboram o fato de que esses atletas tiveram seu primeiro contato com a modalidade após ingressarem nas academias militares. Infelizmente, não foi possível encontrar informações concretas acerca da iniciação de um atleta participante dos Jogos Rio 2016; no entanto, nessa mesma edição, surge uma curiosidade: um dos atletas, que iniciou sua prática através de um clube de tiro, chegou à modalidade sem a menor pretensão de rendimento, somente com o objetivo de aliviar o estresse gerado pelo parto de seu segundo filho (COB, 2016).

Gráfico 81 – Triatlo – Londres 2012



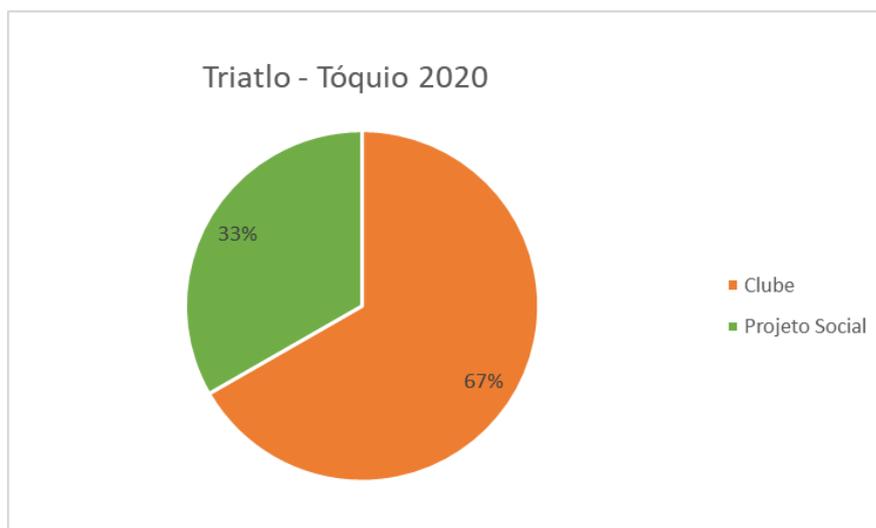
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 82 – Triatlo – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

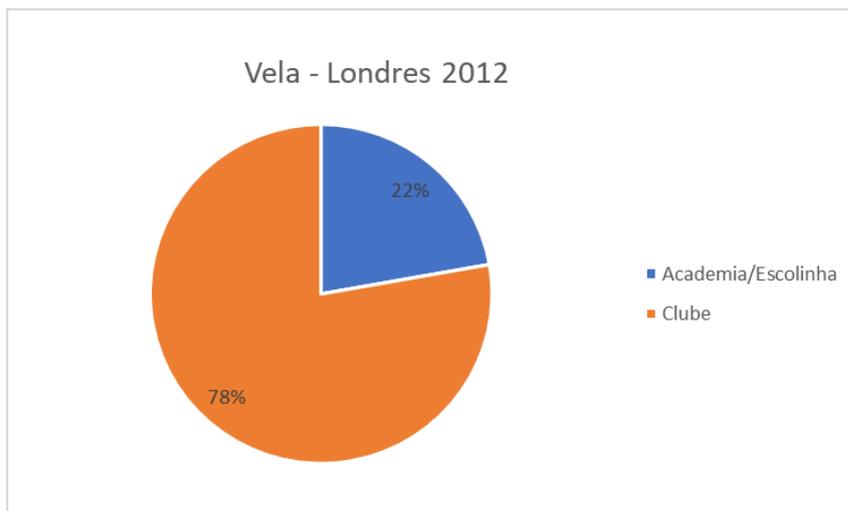
Gráfico 83 – Triatlo – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

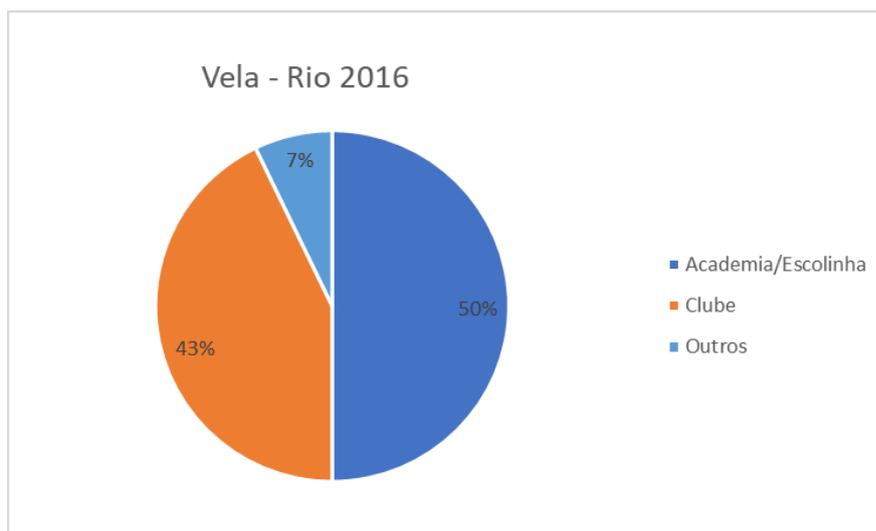
O Triatlo, assim como o Pentatlo, sofre forte influência da natação, que a maior parte dos atletas estabelece como seu ponto forte no momento competitivo. Somente um dos atletas participantes de Tóquio 2021 indicou a corrida como sua modalidade chave na prática do Triatlo. O Fluminense Football Club é citado como um dos locais que possibilitaram a iniciação dos atletas nessa modalidade olímpica, tal como o Centro de Treinamento de Vila Velha, que teve papel importante na prática esportiva, elencado na categoria “Outros”. O projeto social que apresentou o esporte ao outro competidor da última edição do evento olímpico foi o mantido pela Confederação Brasileira de Triatlo, no Ceará (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 84 – Vela – Londres 2012



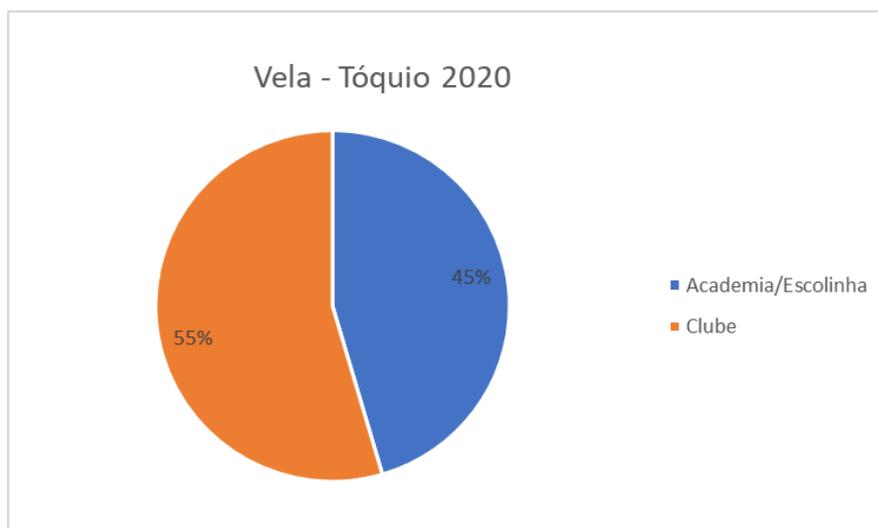
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 85 – Vela – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

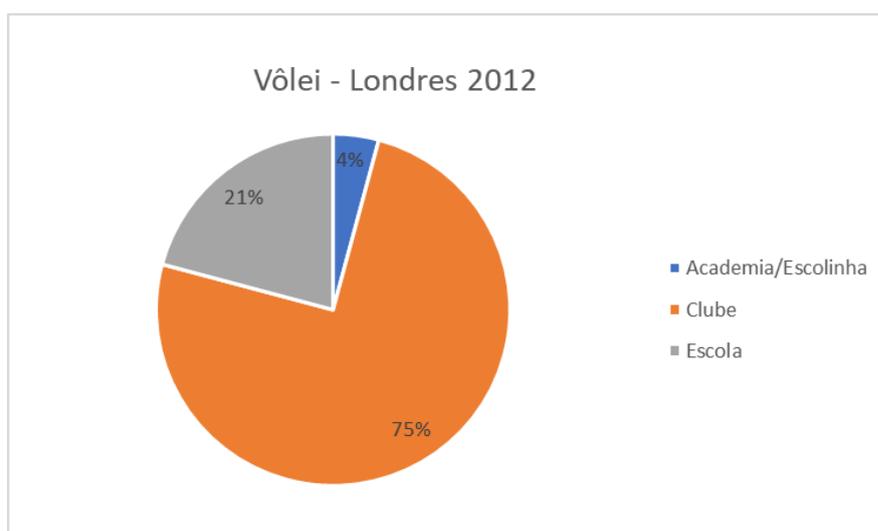
Gráfico 86 – Vela – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

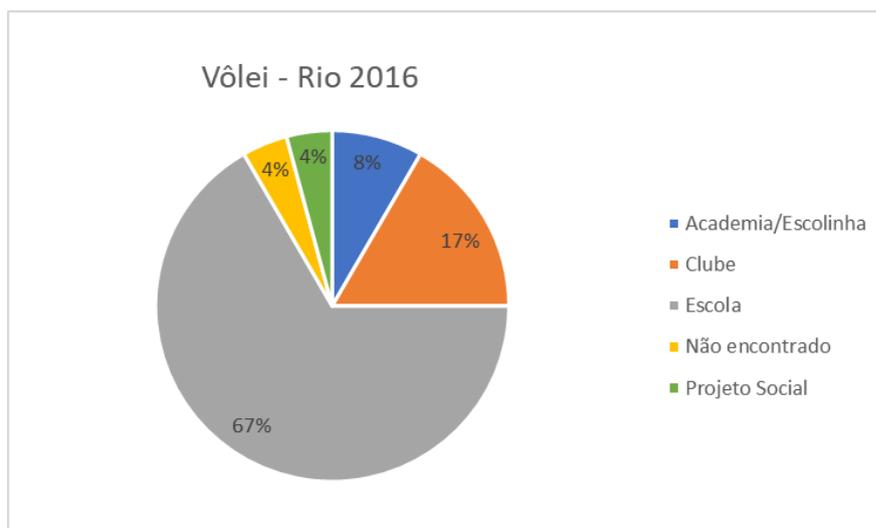
A Vela é uma modalidade em que os Clubes e as Escolinhas dividem o posto de maior facilitador na descoberta de talentos brasileiros. Somente em 2016, surge a categoria “Outros”, correspondendo à iniciação de um atleta que se refere ao seu ingresso na Marinha do Brasil como o ponto de partida para a sua prática na modalidade. Dentre os locais que possibilitaram que os atletas iniciassem na Vela estão o Clube Pinheiros, o Clube Veleiros do Sul, o late Clube do Rio de Janeiro, além da Represa de Guarapiranga, localizada na Zona Sul de São Paulo (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 87 – Vôlei – Londres 2012



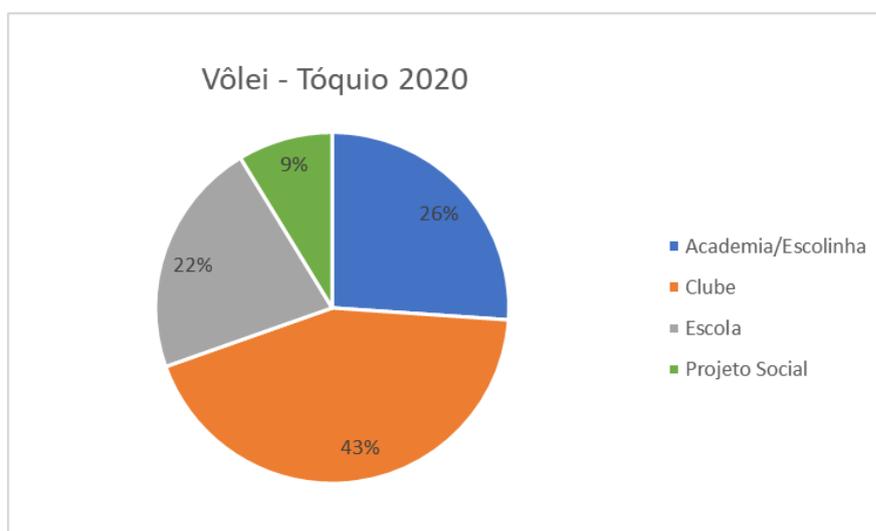
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 88 – Vôlei – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 89 – Vôlei – Tóquio 2020

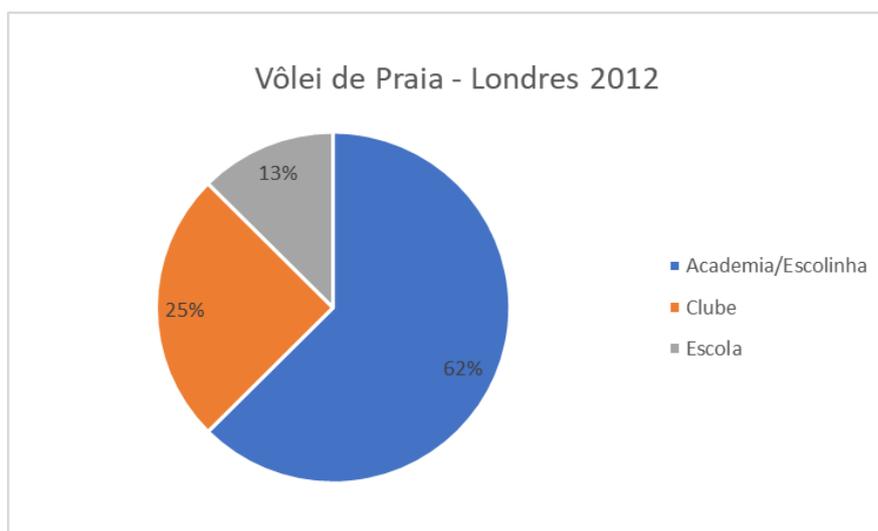


Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à iniciação do Voleibol brasileiro, não foi possível estabelecer um padrão do principal local de iniciação, já que nos três ciclos olímpicos houve uma espécie de “revezamento” quanto ao principal local de iniciação esportiva. Um atleta da Rio 2016 não teve seu local definido, por não terem sido encontradas informações, assim como um atleta de Tóquio 2021 não entrou na amostra do estudo por ter iniciado a prática em Cuba e, somente há alguns anos, ter se

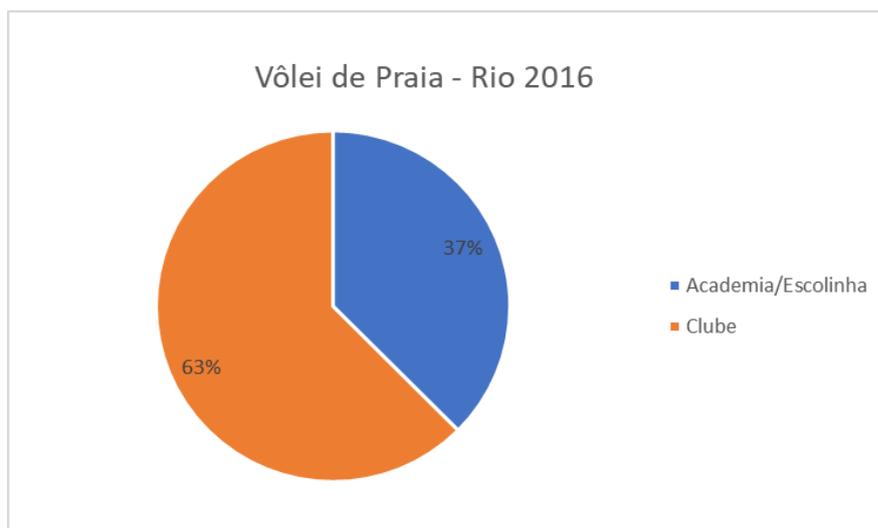
naturalizado brasileiro. Dentre os locais que possibilitaram a iniciação dos atletas da modalidade, podemos citar o clube mineiro Mackenzie; o Colégio Marista de Maceió; o Clube São Caetano, que é referência na modalidade; a Escolinha de Vôlei do Clube Sogipa, clube que também teve papel importante na iniciação do Judô brasileiro; a Escolinha do Botafogo Futebol e Regatas, instituição que possibilitou a descoberta de talentos para o Remo; a ULBRA Esportes, que já propiciou a iniciação de atletas olímpicos de outras gerações do vôlei na prática esportiva; além dos projetos sociais da Associação Joaçabense de Voleibol; o projeto mantido em Nova Trento, em Santa Catarina; e o projeto do treinador Tutão, na Praça da Glória em Contagem, Minas Gerais (COB, 2016; OTD, 2021).

Gráfico 90 – Vôlei de Praia – Londres 2012



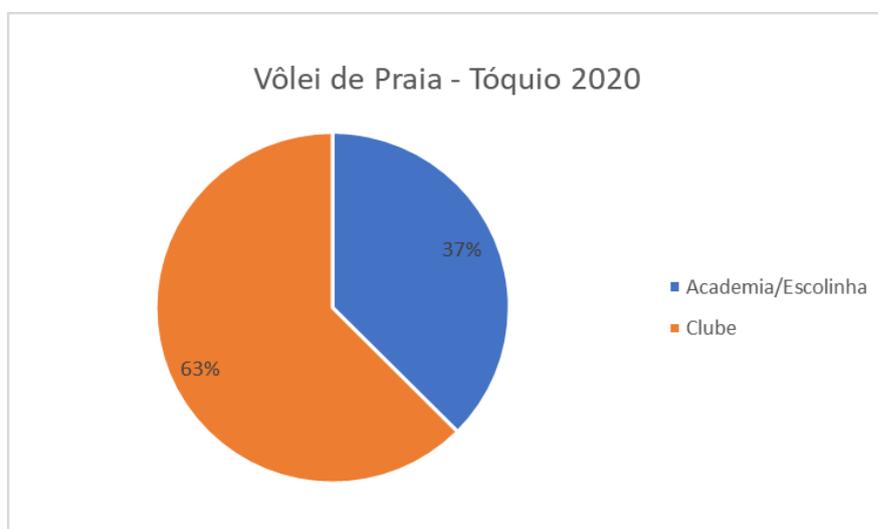
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 91 – Vôlei de Praia – Rio 2016



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 92 – Vôlei de Praia – Tóquio 2020



Fonte: dados da pesquisa.

Assim como houve relação na iniciação do Pentatlo, dos Saltos Ornamentais e do Triatlo com a Natação, no Vôlei de Praia não foi diferente, já que a maioria dos atletas desta modalidade tiveram o Voleibol como sua prática esportiva de origem, migrando posteriormente para as areias. Somente três atletas afirmaram ter iniciado diretamente nas praias, dentre estes o local que propiciou essa inicia o foi a

Escolinha Jorge Barros, localizada na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto os outros atletas citaram o late Clube de Brasília, o Tijuca Tennis Clube, o Fluminense Football Club, o Clube Alvares Cabral, além de convites feitos pela própria Confederação Brasileira de Voleibol para participar da modalidade em núcleos que foram distribuídos pelo Brasil, com o objetivo de difundir a modalidade.

3.2 Programa Bolsa Atleta

Em relação ao programa Bolsa Atleta, foram contabilizados como favorecidos os atletas que efetivamente receberam o valor proposto por essa política pública, pois o sistema de dados do Inteligência Esportiva, o qual foi consultado, somente considera como beneficiários aqueles que se enquadram em tal característica. No ciclo olímpico de Londres, havia uma restrição na concessão das bolsas. A partir da publicação da Lei 12.395/2011, os atletas poderiam participar do programa e receber concomitantemente auxílio financeiro de patrocinadores, possibilitando, assim, que o indivíduo obtivesse mais de uma fonte de recursos, fato que pode ter corroborado para que poucas bolsas fossem concedidas nos primeiros anos do ciclo olímpico.

3.2.1 Atletismo

Programa Bolsa Atleta

Dados comparativos por ciclo olímpico/paralímpico

Obs.: Considerando amostra entre os anos de 2013 e 2021

Ciclo Rio 2016 - Entre 2013 e 2016

Ciclo Tóquio 2020 - Entre 2017 e 2021

Quantidade de Bolsa

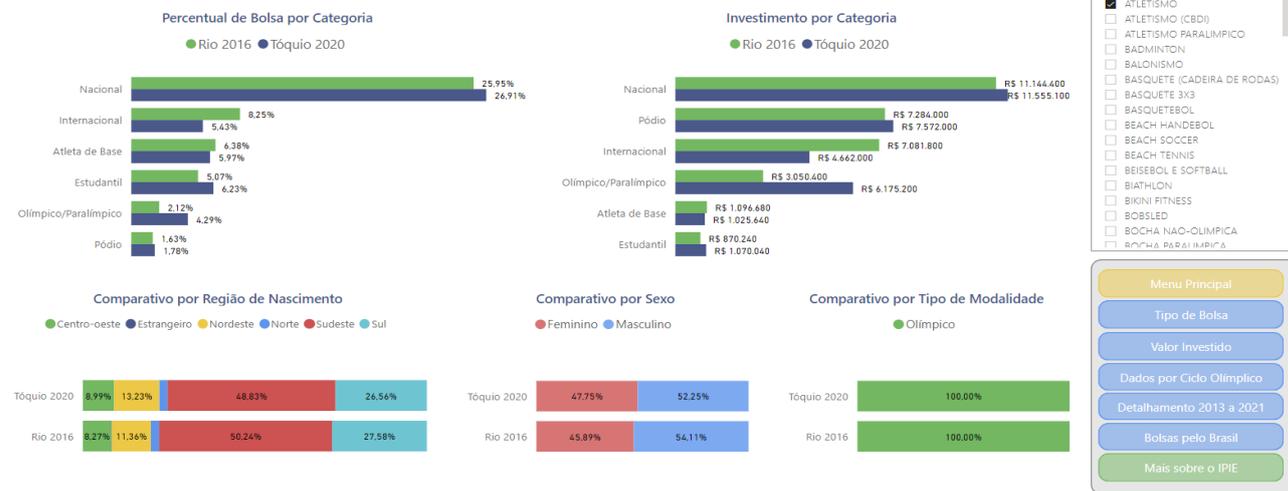
3869

Quantidade de Atletas

1756

Valor Investido

R\$ 62.587.500



Os dados acima se referem a todo valor investido no atletismo olímpico brasileiro durante os ciclos Rio 2016 e Tóquio 2020. Destacamos que competiram na modalidade, em 2012, 36 atletas, dos quais somente dois foram contemplados em 2009 e dois em 2010, ou seja, somente 6% dos atletas de Londres receberam. Houve um aumento significativo no número de bolsas em 2011, com quinze benefícios concedidos, chegando à marca de 42%, assim como em 2012, quando trinta dos competidores receberam o auxílio do programa (83% da delegação da modalidade). No ciclo de Londres, o Atletismo não alcançou o pódio em nenhuma das categorias em que competiu.

Durante a preparação para os Jogos Rio 2016, já pudemos observar um aumento no investimento feito diretamente nos atletas, em comparação com o ciclo anterior, Vale salientar que nessa edição olímpica houve uma convocação recorde da modalidade, com 67 competidores. Em 2013 e 2015, vinte e sete bolsas foram concedidas, contemplando 40% dos atletas. Já em 2014 e 2016, houve uma pequena redução: vinte e cinco e vinte e três, respectivamente. Em Tóquio 2020, a equipe de atletismo foi composta por 54 atletas, dos quais treze receberam bolsa em 2017, trinta e seis (67%) em 2018, quarenta e dois (78%) em 2019 e catorze em 2020. Nos Jogos Rio 2016, somente no Salto com Vara, o Atletismo subiu ao pódio.

Foi essa modalidade que possibilitou que o Brasil alcançasse uma medalha de bronze em Tóquio.

3.2.2 Badminton

Programa Bolsa Atleta

Dados comparativos por ciclo olímpico/paralímpico

Obs.: Considerando amostra entre os anos de 2013 e 2021

Ciclo Rio 2016 - Entre 2013 e 2016

Ciclo Tóquio 2020 - Entre 2017 e 2021

Quantidade de Bolsa

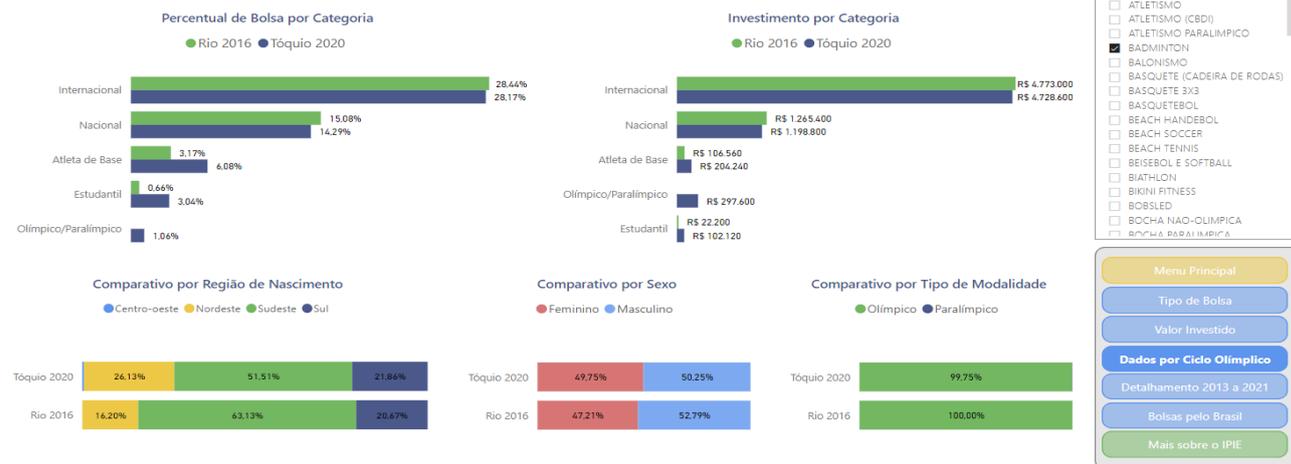
756

Quantidade de Atletas

277

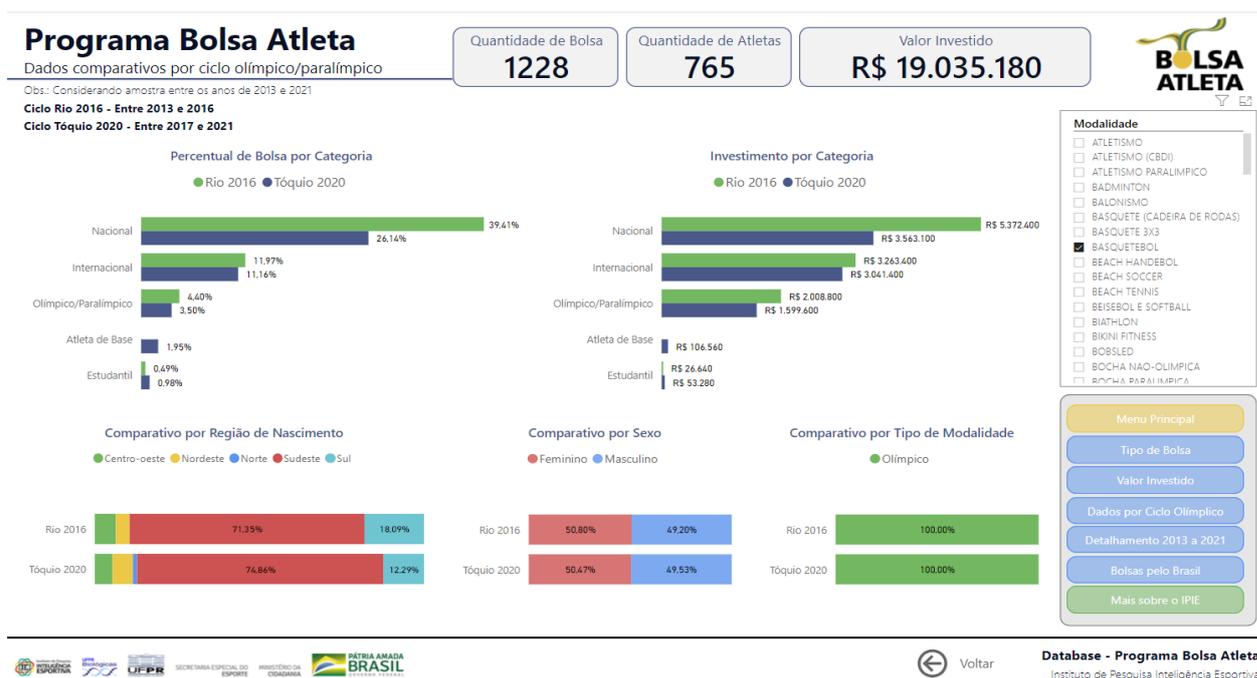
Valor Investido

R\$ 12.698.520



Assim como no gráfico do Atletismo, os valores acima descritos relatam o que foi investido na modalidade como um todo, em todas as categorias de bolsas e durante os dois ciclos olímpicos. No Badminton, o Brasil teve sua primeira participação somente nos Jogos Rio 2016, com dois representantes da modalidade, tanto em 2016, como em 2020, um do sexo feminino e um do sexo masculino (este atleta participou das duas edições). O fato de a equipe de Badminton brasileira ser pequena pode ter sido um facilitador para a concessão das bolsas aos atletas que participaram dos eventos olímpicos, já que toda a equipe foi contemplada pelo programa Bolsa Atleta, nas duas edições, embora em nenhuma destas tenha havido premiação com medalhas.

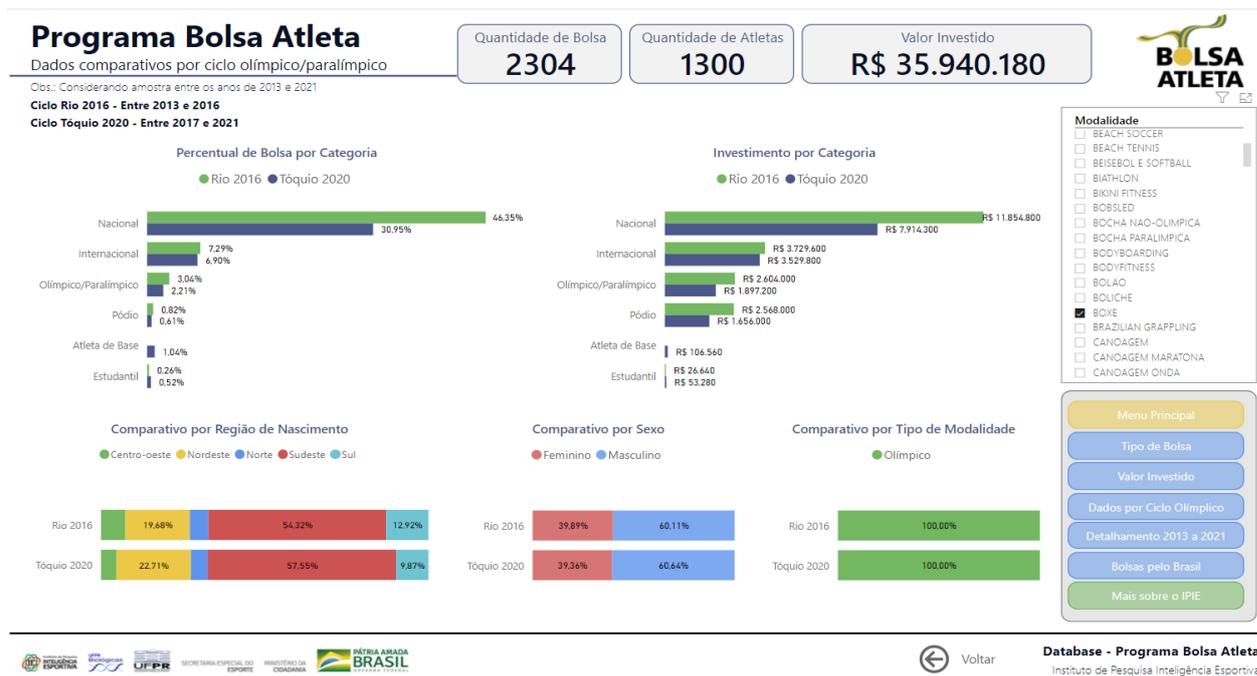
3.2.3 Basquete



O caso do Bolsa Atleta no basquete brasileiro se assemelha, de certo modo, ao Atletismo, já que as duas modalidades estiveram presentes em Londres 2012. Além disso, o número de bolsas concedidas a essa modalidade, assim como no Atletismo, também foi bem baixo nesse ciclo olímpico, não passando de 50% dos atletas da seleção no ano olímpico, ou seja, doze atletas receberam o benefício, visto que houve participação das equipes feminina e masculina. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, nenhum atleta foi contemplado, o que pode ser reflexo da regra que proibia atletas patrocinados de receberem o benefício.

Para o ciclo olímpico Rio 2016 o panorama muda um pouco, já que, em três dos anos que compõem o ciclo olímpico, o número de contemplados passa dos 50%, alcançando, em 2015, 79%, ou seja, dezenove atletas. Nessa edição dos jogos, também participaram as duas equipes, feminina e masculina. O ano que contemplou menos atletas foi 2013, com dez (40%). Já em 2014, foram catorze atletas (58%) e, em 2016, quinze foram contemplados (63%).

3.2.4 Boxe



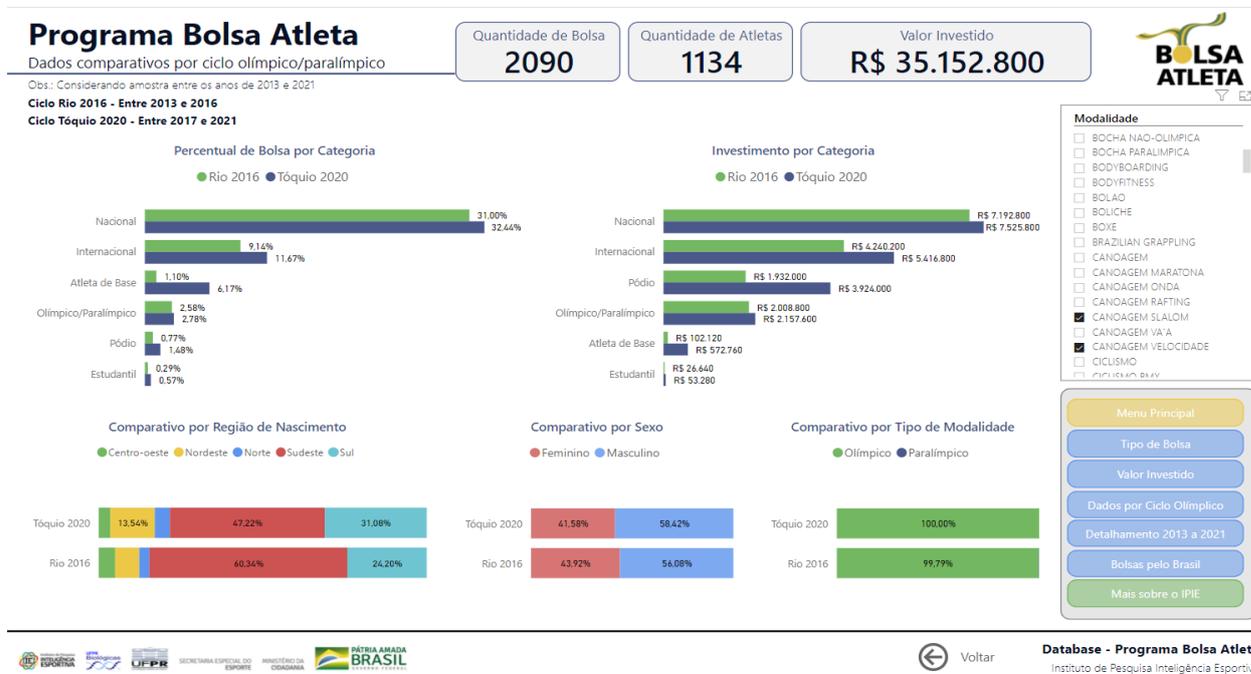
O boxe, assim como o Atletismo, esteve nas três edições olímpicas analisadas nesta pesquisa e mais uma vez o quadro acima relata os dados do programa Bolsa Atleta em relação a todas as bolsas concedidas à modalidade dentro dos ciclos de 2016 e 2020. Em Londres, o Brasil foi aos Jogos Olímpicos com dez atletas, dos quais foram todos contemplados pelo programa em 2011 e 2012. 2010, foi o ano de menor número de bolsas do ciclo, alcançando 80% dos atletas, ou seja, oito atletas, enquanto em 2009 somente um atleta não recebeu o benefício.

No ciclo Rio 2016, a seleção brasileira de boxe competiu com nove atletas. Somente nos anos de 2014 e 2016 a quantidade de bolsas concedidas não alcançou toda a equipe. Além disso, das oito bolsas em 2014, seis foram da categoria Pódio, enquanto em 2016 somente 44% dos atletas receberam. Em 2013 e 2015, os nove competidores foram contemplados com auxílio financeiro.

O time de boxe do Brasil em Tóquio foi composto por um número menor de atletas em comparação com as edições anteriores, porém um dado importante a ser notado é que ele foi formado por atletas estreados em eventos olímpicos. Alguns deles nem haviam participado de competições de menor escala, como os Jogos Panamericanos, o que mostra uma renovação na modalidade (OTD, 2021). Somente em 2019 todos os atletas foram contemplados pelo programa; em 2020, foram somente três bolsas, todas da categoria Pódio. Seguindo a linha de poucas bolsas,

no ano de 2018, 57% receberam, enquanto, em 2017, foram 71%, ou seja, cinco bolsas.

3.2.5 Canoagem



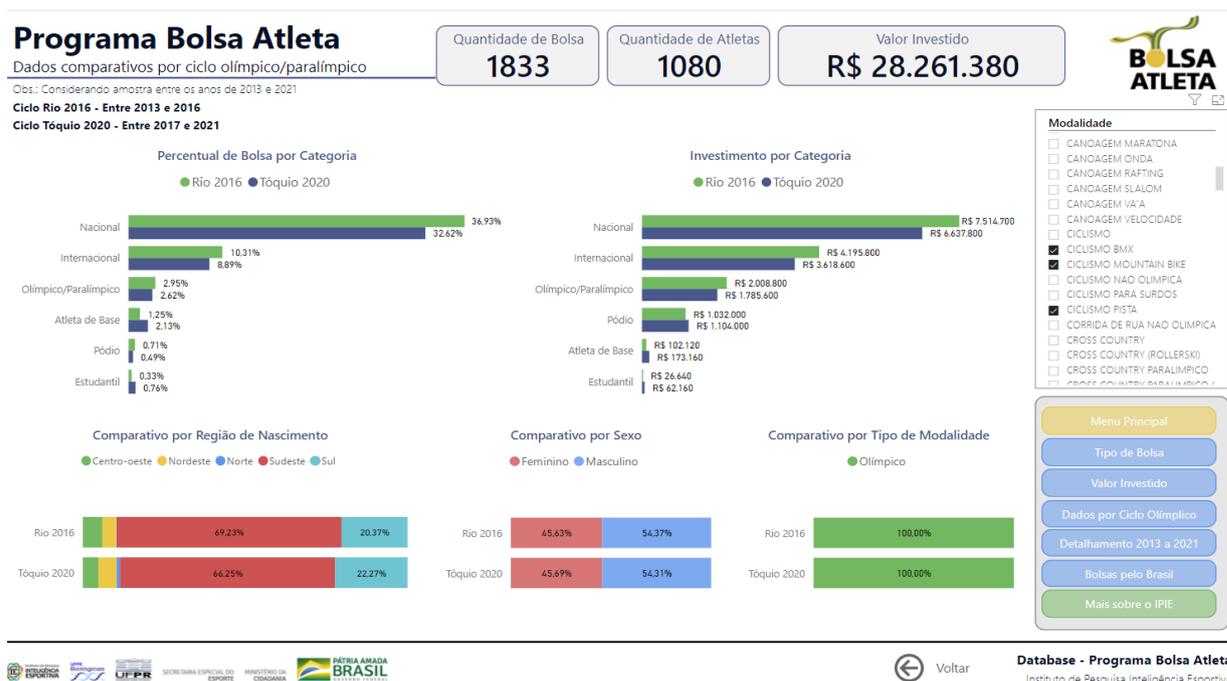
Para análise do Bolsa Atleta na Canoagem, acreditamos ter sido o melhor caminho unir as duas categorias em que o Brasil competiu nos três eventos olímpicos: Slalom e Velocidade. Em Londres 2012, competiram três atletas; e 2009 foi o único ano do ciclo que apresentou diferença no número de bolsas, visto que somente um competidor recebeu, enquanto nos outros anos foram contemplados 67%, ou seja, dois atletas.

Foi nos Jogos Rio 2016 que a Canoagem teve sua maior participação entre os três eventos, alcançando uma delegação de treze atletas. Nesse ciclo, foi possível perceber um aumento no número de bolsas, já que, somente em 2016, o total de bolsas esteve próximo de 75% dos atletas. Dessa forma, em 2013 houve 85% de contemplados; 92% em 2014 e 2015, sendo quatro da categoria Pódio; em 2016, 77%, sendo duas da mesma categoria. Dentre as bolsas Pódio concedidas ao longo do ciclo olímpico, algumas resultaram em medalhas na Rio 2016.

Em relação à edição anterior dos jogos, houve uma redução no número de competidores, assim como foi possível perceber um declínio no número de bolsas, visto que, em 2020, nenhum atleta recebeu o benefício. Em 2017, três dos cinco

competidores receberam; em 2018, quatro, ou seja, 80%; e em 2019, somente dois atletas. Percebe-se que, no ciclo anterior, nos últimos anos em que as bolsas chegaram aos atletas, a maior parte delas foi da categoria Pódio, fato que corrobora a manutenção dos resultados da modalidade, já que os atletas que receberam as bolsas dessa categoria também alcançaram medalhas nos Jogos de Tóquio.

3.2.6 Ciclismo

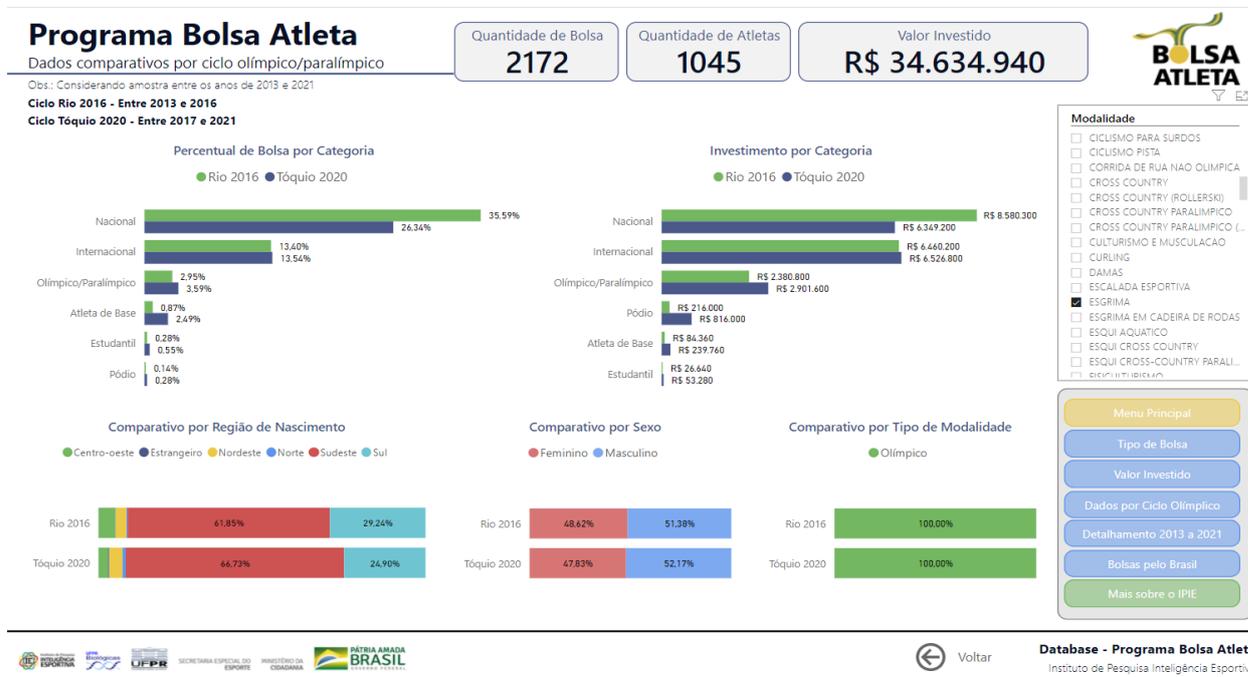


Assim como definido na modalidade anterior, no Ciclismo, decidimos combinar as categorias disputadas nos Jogos Olímpicos (BMX, MTB, Estrada e Pista), visando facilitar a coesão e a interpretação dos dados. Com a junção das categorias presentes na modalidade, a delegação de Londres chegou a nove atletas, dos quais somente um recebeu bolsa em 2009, 2010 e 2011. Em 2012, não foi muito diferente, já que dois atletas foram contemplados.

No Jogos Olímpicos do Rio, a equipe foi composta por dez atletas, e os valores do Bolsa Atleta se mantiveram baixos, não passando dos 50% em 2015. Em 2013 e 2014, quatro atletas foram apoiados pelo programa e, em 2016, somente três (30% do total). Para Tóquio, ocorreu uma redução na delegação, que contou com cinco competidores; no entanto, em nenhum dos anos do ciclo houve mais do que 60% de bolsas concedidas, valores referentes aos anos de 2018 e 2019. Já em

2017, um dos atletas foi beneficiado e, em 2020, assim como em 2012, dois participantes receberam bolsa.

3.2.7 Esgrima



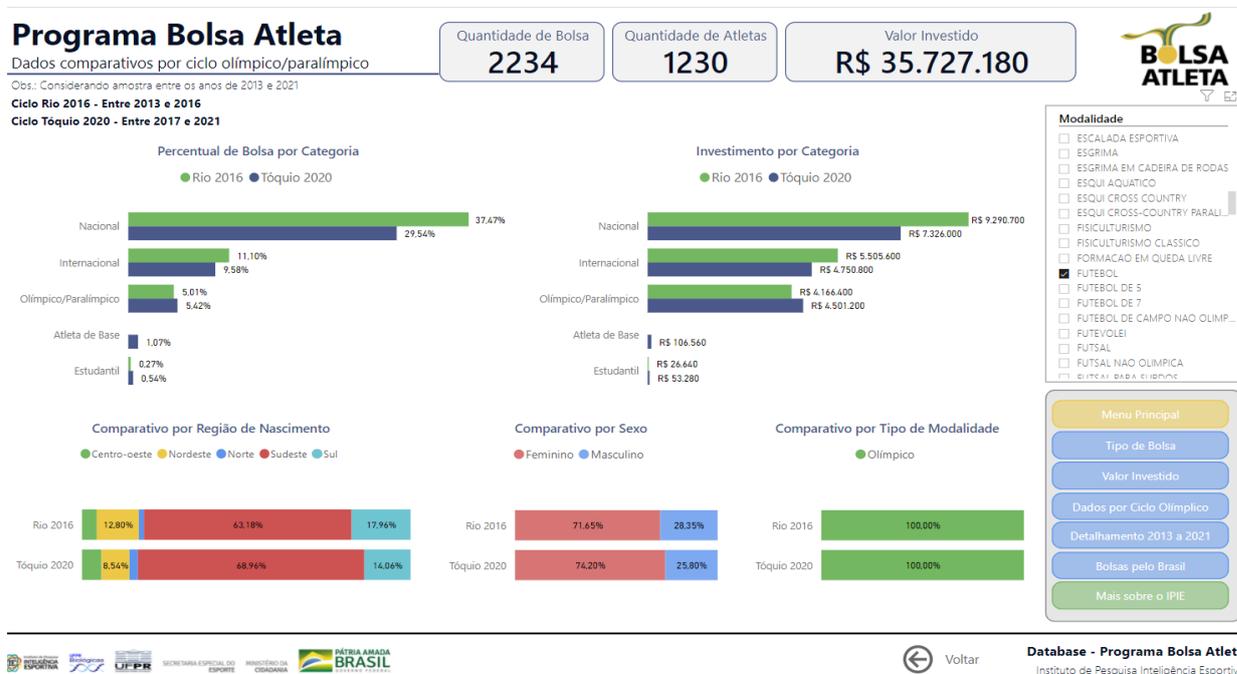
A Esgrima esteve nos Jogos de 2012 com uma equipe composta por três atletas, dos quais, na maior parte do ciclo, foram 100% contemplados pelo programa Bolsa Atleta, restando apenas o ano de 2009, quando 67% receberam bolsas (dois atletas).

Assim como muitas modalidades, a Esgrima classificou um número recorde de atletas para participar dos Jogos Rio 2016, possivelmente pelo fato de o Brasil ser país-sede. A delegação foi constituída por quinze atletas. O número de bolsas direcionadas aos atletas não deixou a desejar, visto que, durante o ciclo, em todos os anos o total de bolsas esteve acima dos 67%, menor valor registrado em Londres. Para 2014, houve um pequeno aumento, chegando a 73% (onze atletas); 2015 foi o ano em que mais bolsas foram concedidas (93% ou catorze competidores) e ocorreu uma pequena queda no ano olímpico (treze contemplados ou 87%).

Para Tóquio 2020, foi possível notar uma queda brusca no número de participantes em relação a 2016. Somente dois atletas participaram dessa edição e apenas em 2019 e 2020 os dois foram contemplados. Em 2017, nenhum dos atletas

recebeu o apoio financeiro do programa e, em 2018, um dos competidores foi contemplado com o auxílio governamental.

3.2.8 Futebol

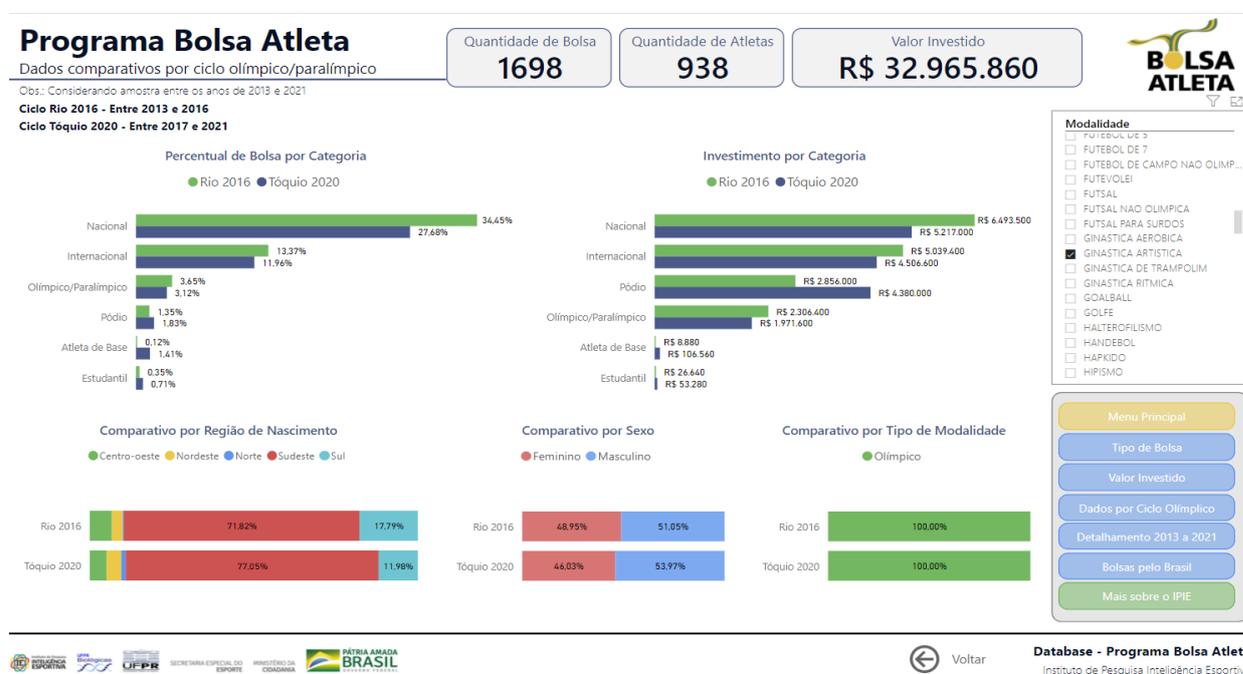


O Futebol apresenta um caso um tanto diferenciado com o programa Bolsa Atleta, visto que somente as seleções femininas foram contempladas pelo programa. No entanto, acreditamos que possa ter uma relação com o fato de os jogadores que compuseram as seleções masculinas fazerem parte de clubes de destaque no futebol brasileiro e mundial, muitas vezes recebendo ótimos salários. Desse modo, pode nem mesmo ter havido interesse em pleitear esse auxílio governamental, além de nenhum jogador do time masculino ter recebido bolsa em algum dos ciclos. Sendo assim, nesta modalidade serão destacados os valores de bolsas somente da seleção feminina. Para Londres e Rio, foram convocadas dezoito atletas em cada ciclo; para Tóquio, devido às questões relacionadas à Covid-19, foi autorizado que mais atletas compusessem a seleção, ou seja, estiveram nos jogos vinte e duas atletas.

No que tange o programa Bolsa Atleta para o ciclo de 2012 e 2016, pudemos perceber uma crescente no número de contempladas no ano olímpico, proporcionando apoio financeiro a mais atletas. Em 2009, cinco atletas receberam

bolsa; em 2010, 50% da equipe foi contemplada; em 2011, oito competidoras (44%) contaram com o benefício; e em 2012, 67% do time tiveram acesso ao valor das bolsas. No ciclo do Rio, em 2013, o Bolsa Atleta contemplou oito atletas; em 2014, nove; em 2015, catorze; e em 2016, quinze (83% da seleção olímpica feminina). O ciclo Tóquio 2020 teve ausência de bolsas no ano olímpico, porém nos outros três anos favoreceu mais de 45% das atletas. Em 2017, foram treze bolsas concedidas; em 2018, 64% das atletas foram beneficiárias do programa; e em 2019, onze atletas tiveram acesso ao benefício dessa política pública.

3.2.9 Ginástica Artística



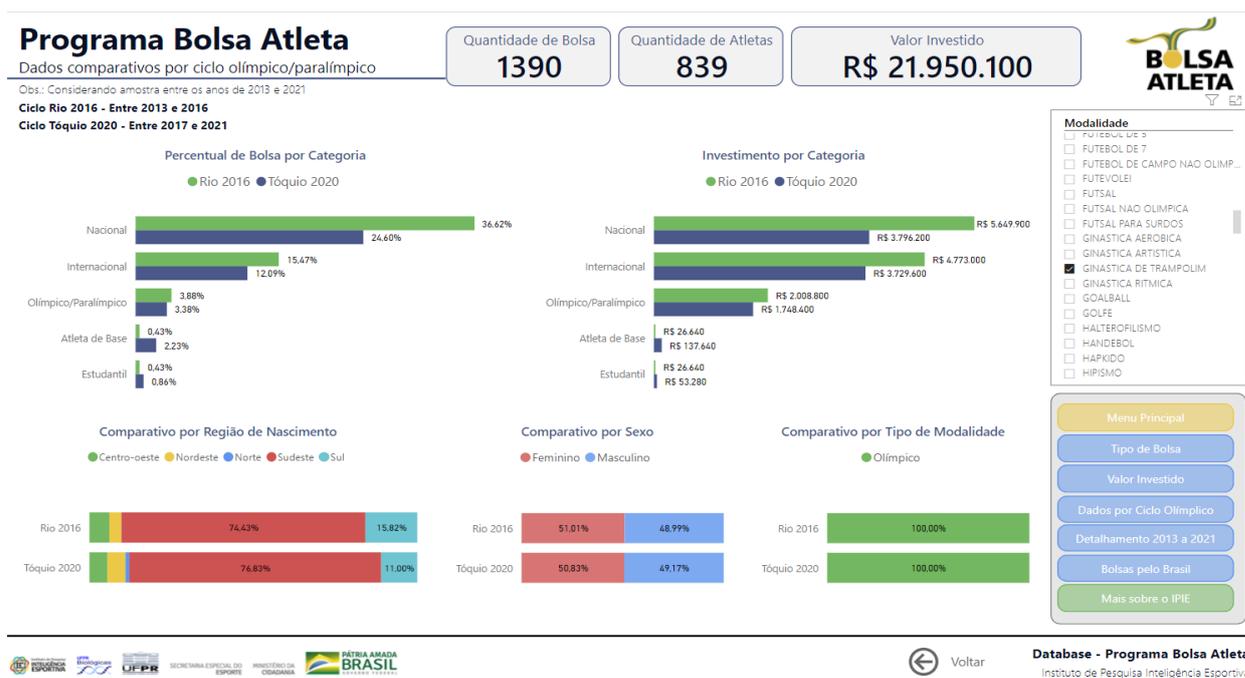
Desde os Jogos Olímpicos de Londres 2012, a Ginástica Artística manteve um número bem próximo de atletas convocados para participar do evento: oito em Londres, dez no Rio e sete em Tóquio. No que tange o Bolsa Atleta, no primeiro ciclo citado nesta pesquisa, a modalidade somente começou a ser contemplada em 2011, quando todos os atletas receberam bolsas; no entanto, em 2012, ocorreu uma queda significativa, visto que somente metade dos competidores teve acesso ao benefício.

No ciclo dos Jogos Rio 2016, somente no ano de 2013 não foram concedidas bolsas da categoria Pódio, e seis atletas foram contemplados (60% da equipe). Já

em 2014, das oito bolsas, metade foi designada aos atletas que se destacaram e alcançaram premiações em competições, assim como em 2015, quando cinco das nove bolsas obtidas pelos atletas também eram Pódio. No ano olímpico, somente três atletas foram contemplados com bolsas, mas todas elas correspondiam à categoria mais alta do programa.

A seleção brasileira de Ginástica Artística chegou a Tóquio com sete participantes. No caso das bolsas, todas as que foram recebidas pelos competidores foram Pódio, dentre elas a medalhista olímpica da modalidade, nessa edição dos jogos. Dessa forma, em 2017 foram contemplados quatro atletas; em 2018, 71% dos atletas receberam; porém, nos anos de 2019 e 2020, percebeu-se um declínio no número de bolsas: três e dois, respectivamente.

3.2.10 Ginástica de Trampolim



A Ginástica de Trampolim brasileira teve uma participação entre os três eventos olímpicos analisados neste estudo e somente um representante da modalidade nos Jogos Rio 2016, o qual foi contemplado pelo programa Bolsa Atleta de 2013 a 2015, não recebendo o apoio financeiro no ano em que ocorreram os Jogos Olímpicos.

3.2.11 Ginástica Rítmica



O conjunto de Ginástica Rítmica esteve presente nos Jogos Rio 2016 e Tóquio 2020, com seis e cinco atletas, respectivamente. No ciclo do Rio, somente em 2015 toda a equipe foi contemplada; em 2014, 83% ou cinco atletas receberam as bolsas, logo após o ano olímpico, o que possibilitou que quatro participantes obtivessem o auxílio do programa; por fim, em 2013, metade das competidoras puderam contar com o apoio financeiro.

Assim como na edição anterior, somente em um dos anos do ciclo todo o conjunto recebeu tal assistência, em 2019. Nos anos de 2017 e 2018, 60% das atletas puderam contar com o Bolsa Atleta e, infelizmente, como ocorreu em outras modalidades, em 2020 nenhuma das atletas foi contemplada com bolsa.

3.2.12 Golfe

Programa Bolsa Atleta

Dados comparativos por ciclo olímpico/paralímpico

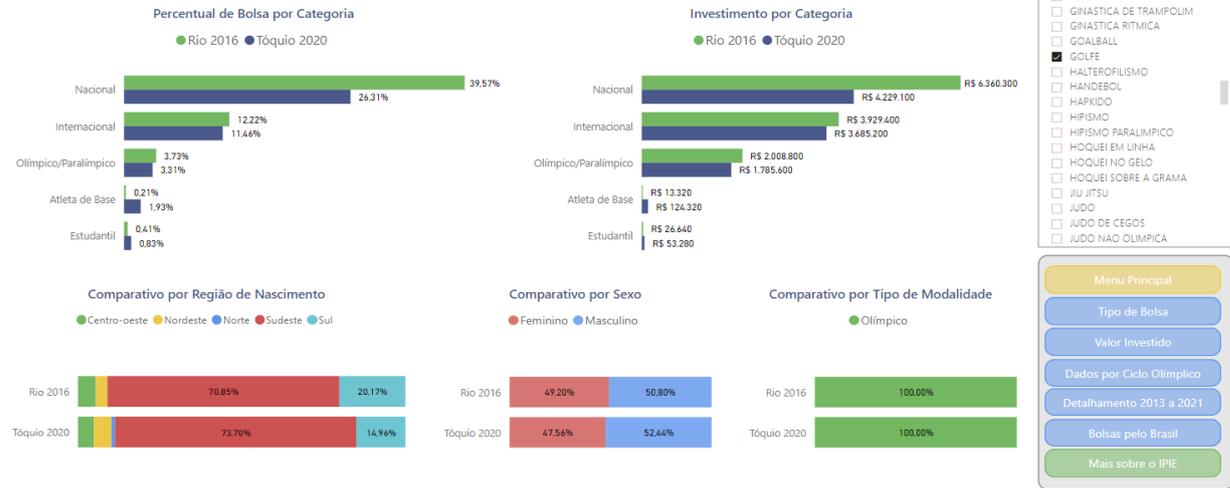
Quantidade de Bolsa 1448	Quantidade de Atletas 859	Valor Investido R\$ 22.215.960
------------------------------------	-------------------------------------	--



Obs.: Considerando amostra entre os anos de 2013 e 2021

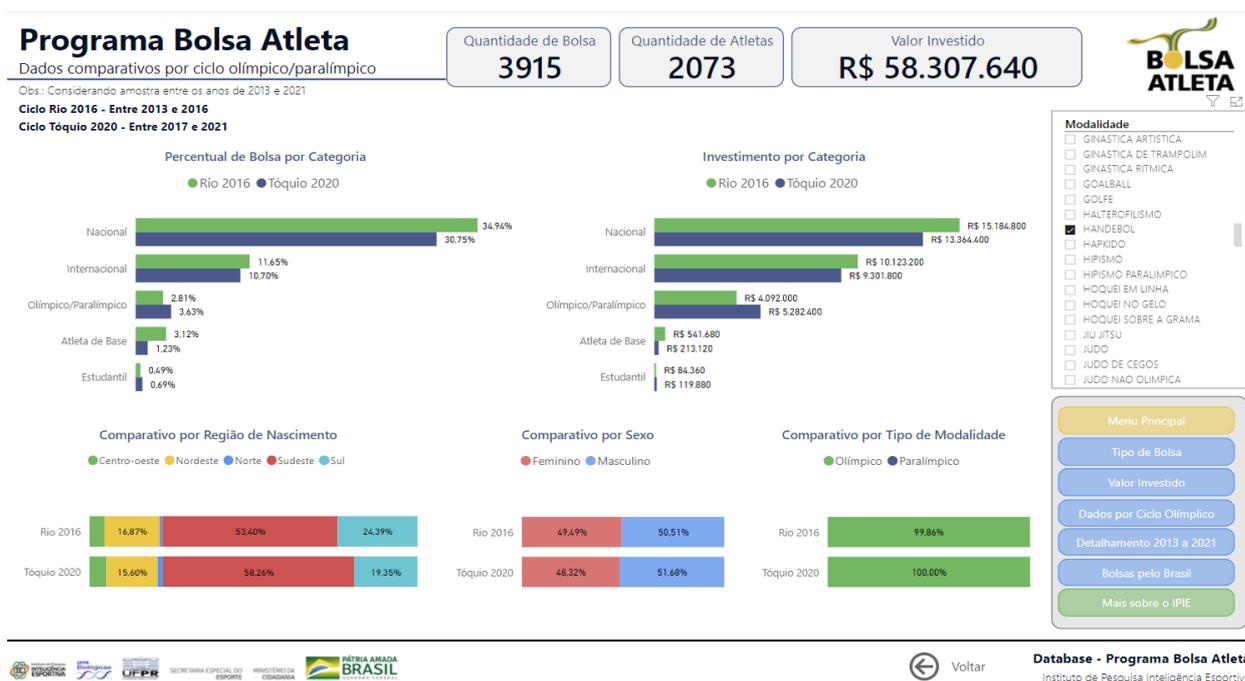
Ciclo Rio 2016 - Entre 2013 e 2016

Ciclo Tóquio 2020 - Entre 2017 e 2021



O Brasil somente teve participação nessa modalidade nos Jogos Rio 2016, com uma equipe pequena, composta por apenas três atletas, que somente foram contemplados em 2015 e 2016, não alcançando em nenhum momento 100% dos participantes; para 2015, foram dois atletas que receberam algum tipo de bolsa; em 2016, um atleta foi contemplado.

3.2.13 Handebol

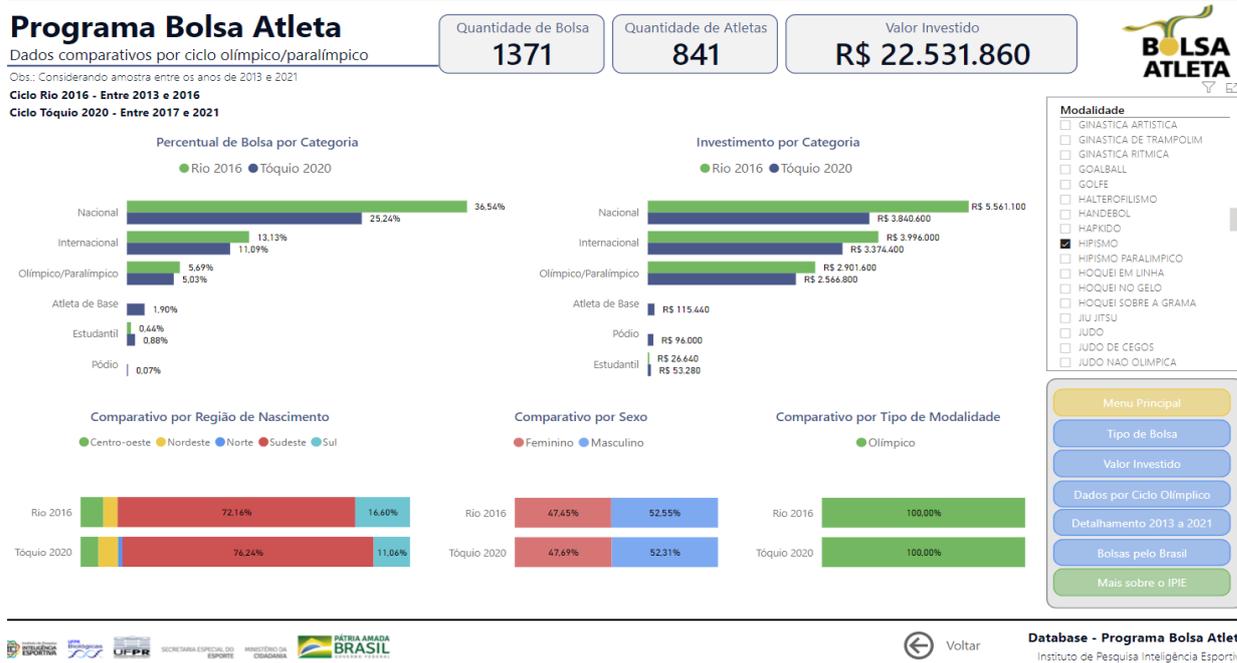


O Handebol brasileiro esteve presente nas três edições olímpicas, no entanto, somente em 2016 e 2020, estiveram as duas equipes, feminina e masculina. Em Londres, competiu apenas a seleção feminina, composta por catorze atletas, que em nenhum dos anos do ciclo olímpico foram totalmente contemplados pelo Bolsa Atleta. O número de bolsas durante o ciclo foi muito baixo, chegando a não se contemplar nenhum atleta em 2010. Em 2009 e em 2011, 7% receberam, mas o maior recebimento de bolsas aconteceu em 2012: 64% (nove atletas).

O panorama para Rio 2016 é totalmente diferente de Londres, desde a formação da delegação, que foi composta pelas duas equipes até a análise do Bolsa Atleta. Em todos os anos, houve uma manutenção na quantidade de bolsas: em 2013 e 2014, 86% dos atletas foram contemplados; em 2015 e 2016, 75%.

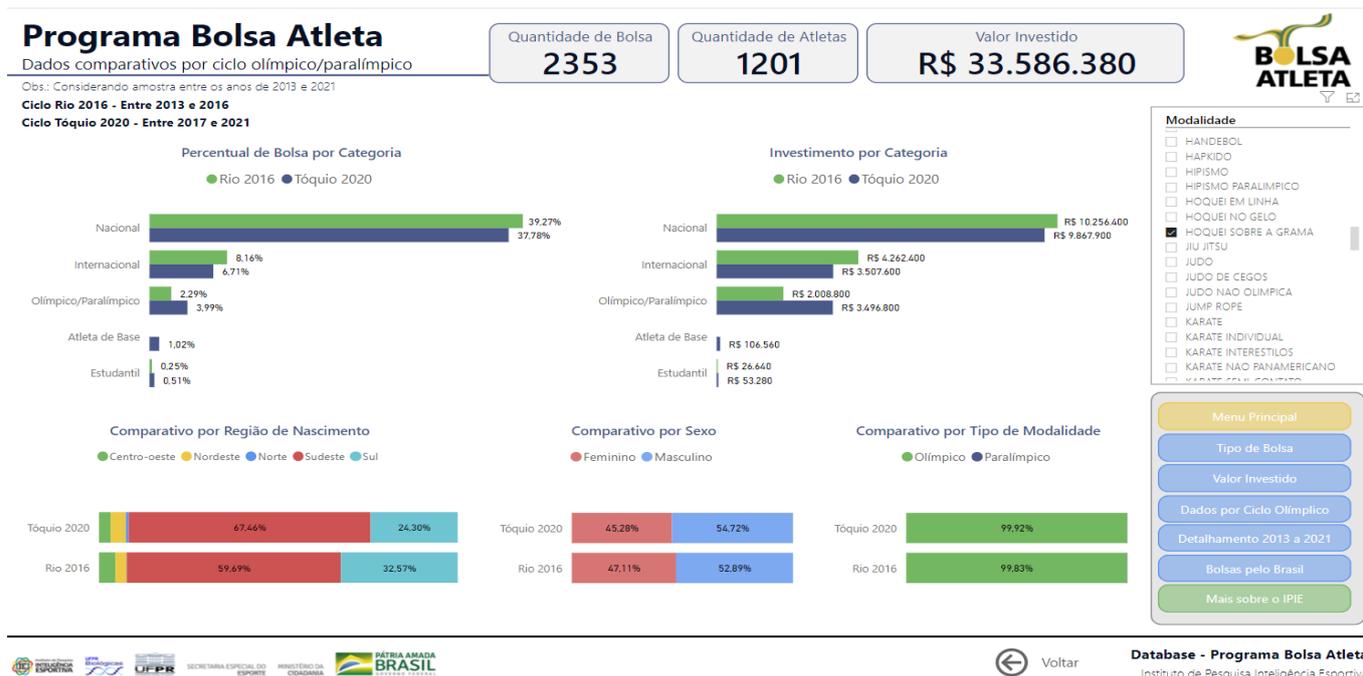
Devido às questões de saúde enfrentadas em todo o mundo, foi autorizado que mais jogadores fossem convocados para as equipes olímpicas; então, mesmo com as seleções feminina e masculina, assim como na Rio 2016, em Tóquio o Handebol teve uma delegação de trinta atletas. Quanto às bolsas, em relação ao ciclo de 2016, pudemos observar uma pequena queda, chegando a ter somente 57% de bolsas concedidas em 2015, além da ausência do auxílio no ano olímpico. Em 2017 e 2018, o acúmulo de bolsas ainda estava mais próximo do empregado nos anos do ciclo anterior, sendo 83% e 70%, respectivamente.

3.2.14 Hipismo



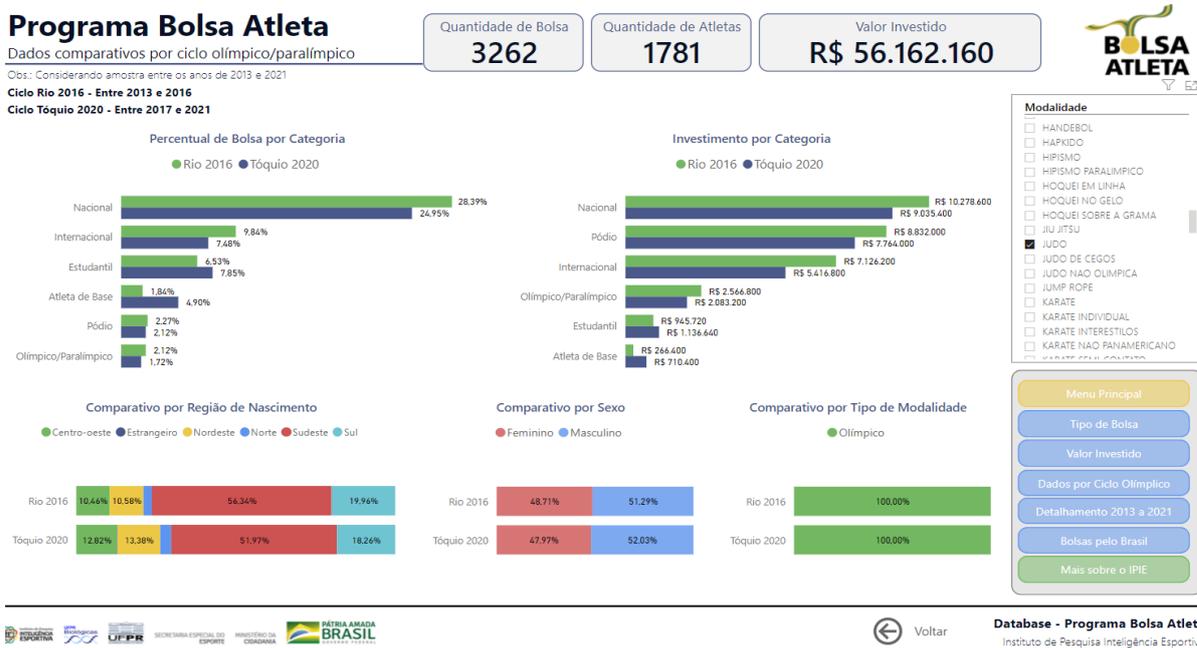
O caso do Bolsa Atleta no Hipismo brasileiro inicia-se com um panorama não muito favorável aos atletas, pois no ciclo de Londres somente dois atletas foram contemplados durante todo o ciclo, um em 2009 e outro em 2012. Para os Jogos Rio 2016, não notamos um crescimento de beneficiários do programa nessa modalidade, visto que os percentuais de bolsas concedidas não chegaram nem próximo dos 50%. O ano em que mais atletas puderam contar com o benefício foi 2015, com seis bolsas (38% dos atletas). Em 2013 e 2014, a mesma quantidade de competidores recebeu auxílio do Bolsa Atleta, cinco ou 31%. O ano olímpico apresentou o menor número de participantes que efetivamente receberam o apoio financeiro, somente quatro. No ciclo de Tóquio 2020, os primeiros anos apresentaram dados mais animadores, favorecendo 50% da equipe; no entanto, em 2019, houve uma queda, quando 33% (dois atletas) aparecem como beneficiários e, em 2020, nenhum atleta recebeu bolsa.

3.2.15 Hóquei sobre grama



Assim como outras modalidades, o Hóquei sobre grama brasileiro teve participação em uma das edições presentes nesta pesquisa, com a equipe masculina composta por dezoito jogadores. Durante os quatro anos, as bolsas não passaram de 67% de contemplados, valor que foi atingido em 2016; já em 2013, foi feito o registro de menor quantidade de bolsas (oito ou 44% dos atletas). Nos anos do meio do ciclo, 2014 e 2015, 56% e 50% receberam apoio do Bolsa Atleta, respectivamente.

3.2.16 Judô



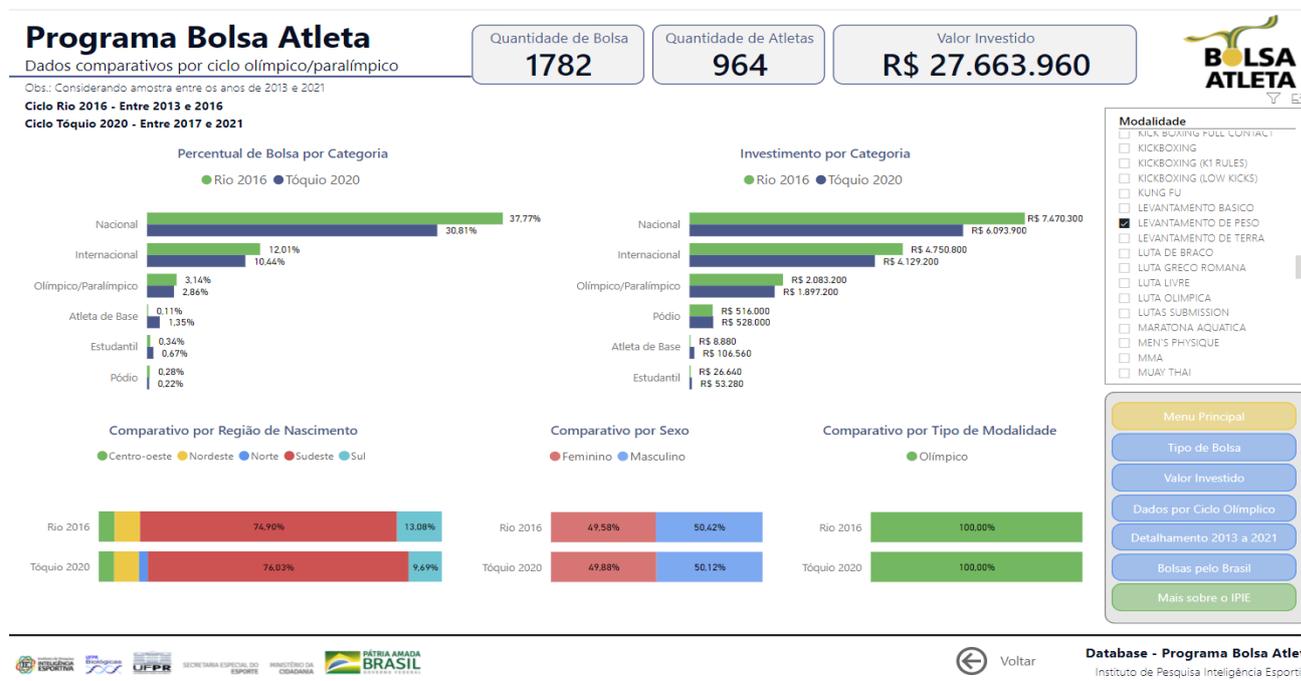
O Judô esteve presente nas competições dos três Jogos Olímpicos, tendo equipes com a quantidade de atletas muito semelhante: Londres e Rio, com catorze atletas; e Tóquio, com treze. No ciclo de 2012, o número de bolsas concedidas em 2009 e 2010 foi igual: seis atletas receberam. Para 2011, houve um aumento, possibilitando que dez dos catorze participantes ou 71% recebessem e em 2012 o valor da bolsa chegou a nove atletas.

O ciclo Rio 2016 foi o mais expressivo em relação ao número de contemplados, já que o ano com menor percentual de bolsas foi 2013, com 71%, seguido de 2016, com 79%. Em 2014 e 2015, todos os atletas receberam o apoio do programa. A maioria das bolsas entregues nos últimos três anos do ciclo foram da categoria Pódio, catorze em 2014, treze em 2015 e dez em 2016.

A maior parte da seleção brasileira de Judô pôde contar com o Bolsa Atleta durante todos os anos do ciclo de Tóquio, tendo baixa contribuição no primeiro e no último ano, com 62% ou 8 atletas contemplados. Em 2018 e 2019, a quantidade de bolsas também foi igual, dez bolsas para cada ano. Neste esporte, o Brasil chegou ao pódio nos três ciclos olímpicos, o que corrobora o fato de ser considerado como a modalidade esportiva individual que mais deu medalhas olímpicas ao País. Em Londres, foram quatro medalhas, além da primeira medalha feminina; no Rio, também foram conquistadas quatro medalhas, e uma delas possibilitou que uma

judoca fosse campeã mundial e olímpica na mesma categoria. Em Tóquio, os judocas brasileiros subiram ao pódio duas vezes (CBJ, 2021).

3.2.17 Levantamento de Peso

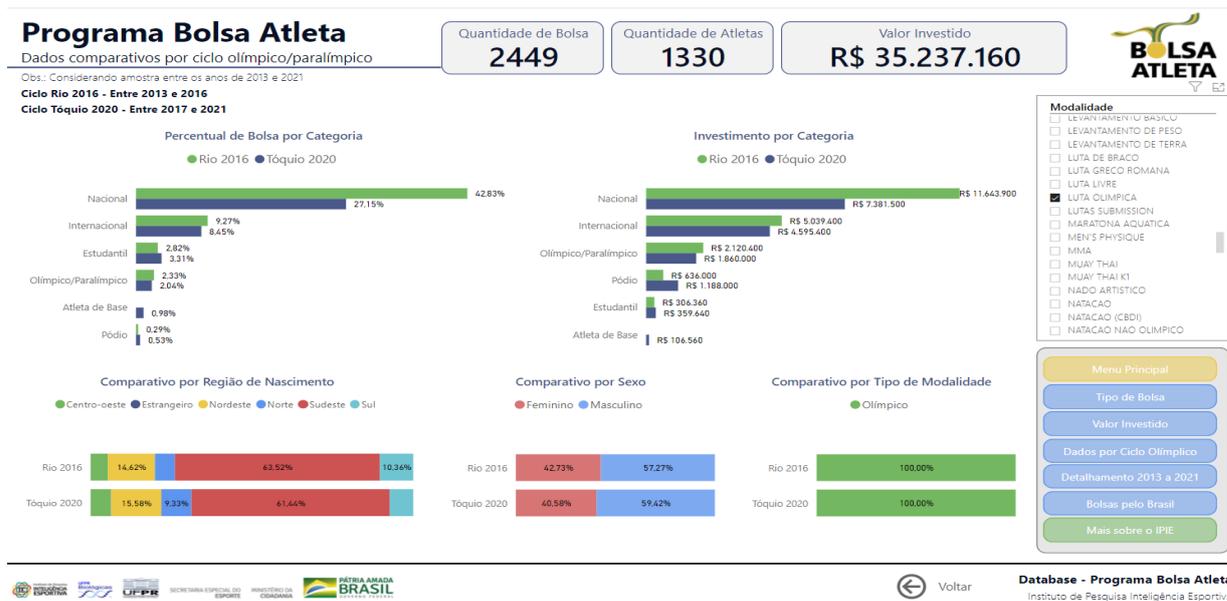


O Brasil foi representado no Levantamento de Peso em Londres 2012 e Tóquio por dois atletas em cada uma das edições, e na Rio 2016 por cinco competidores. Assim como relatado em outras modalidades, o Bolsa Atleta para Londres não iniciou sua contribuição no começo do ciclo, auxiliando 100% dos atletas dessa modalidade somente em 2011 e 2012.

Nos jogos do Rio, ocorreu não só um aumento no número de atletas, mas também no número de bolsas, que chegou a 100% de 2013 a 2015, sendo insuficiente em 2016, pelo fato de contemplar somente 40% da equipe. Dentre as bolsas desse ciclo, a categoria Pódio aparece com uma boa quantidade: duas em 2014 e três em 2015.

Assim como no caso do Judô, para os atletas de Tóquio, o programa contemplou mais atletas nos anos do meio do ciclo, 2018 e 2019 dois atletas tendo uma Pódio em 2019 e 2017 e em 2020 apenas um, com um pódio no ano olímpico.

3.2.18 Luta Olímpica

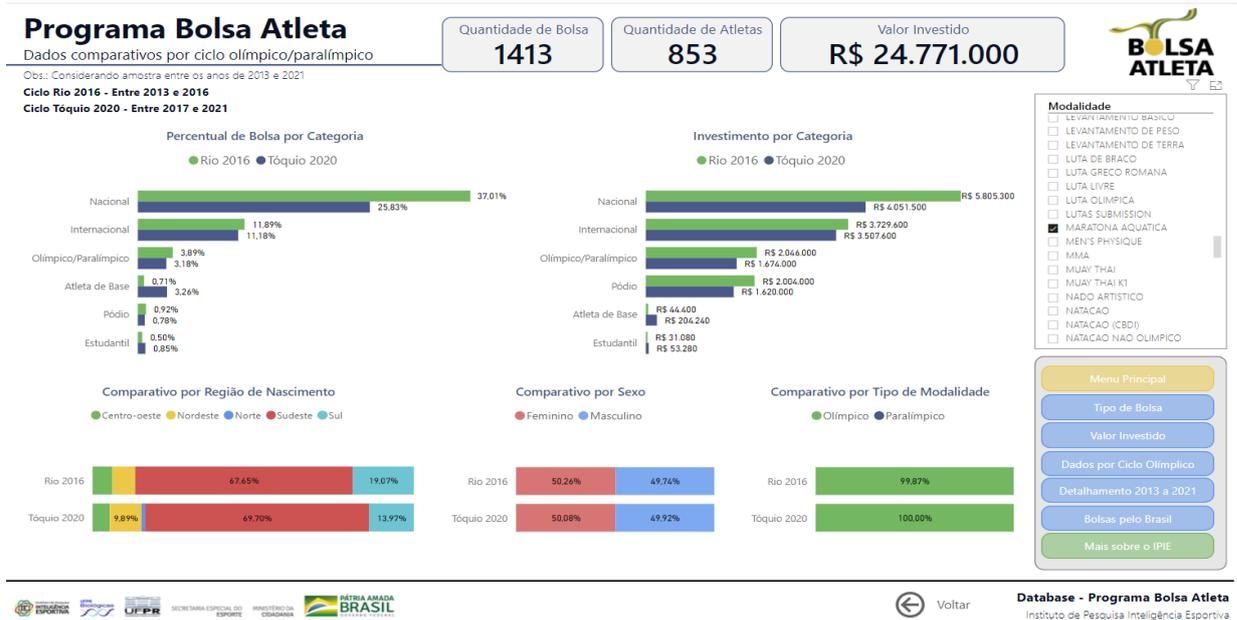


Tal como a maior parte das modalidades já citadas, a Luta Olímpica participou de todos os eventos olímpicos analisados neste estudo, levando para o Rio o maior número de atletas dentre as três edições, ou seja, uma delegação de cinco atletas. Em Londres, tivemos a menor quantidade de competidores (um atleta); em Tóquio, foram três.

Em relação ao programa Bolsa Atleta, em Londres, o único atleta que competiu recebeu o benefício financeiro durante todo o ciclo. Já na Rio 2016, mesmo com o aumento de participantes, foram concedidas bolsas a quase todos da equipe. O ano com menor contribuição foi 2015, quando dois atletas foram contemplados; nos anos de 2013, 2014 e 2016, 60% receberam o auxílio; duas bolsas tiveram pódio em 2014 e uma em 2016.

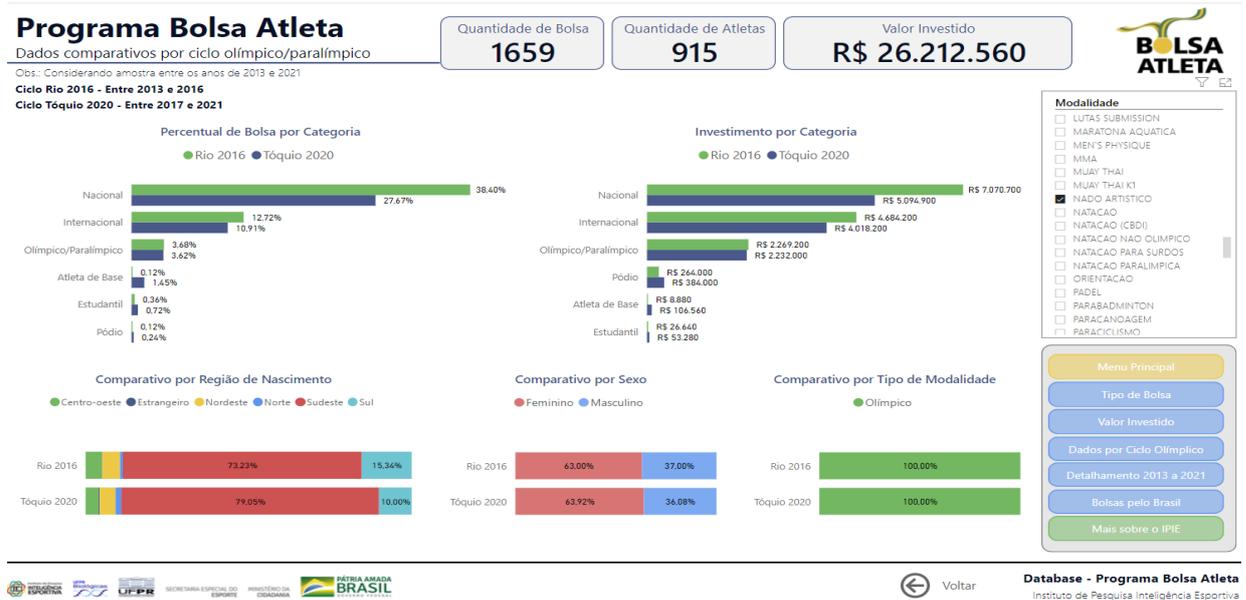
Nesta modalidade, o ciclo de Tóquio não foi muito representativo, uma vez que em 2017 nenhum atleta efetivamente recebeu o incentivo do governo. Em 2018 e 2020, somente um atleta foi contemplado com a bolsa Pódio, assim como em 2019, quando uma das duas bolsas era desta mesma categoria.

3.2.19 Maratonas Aquáticas



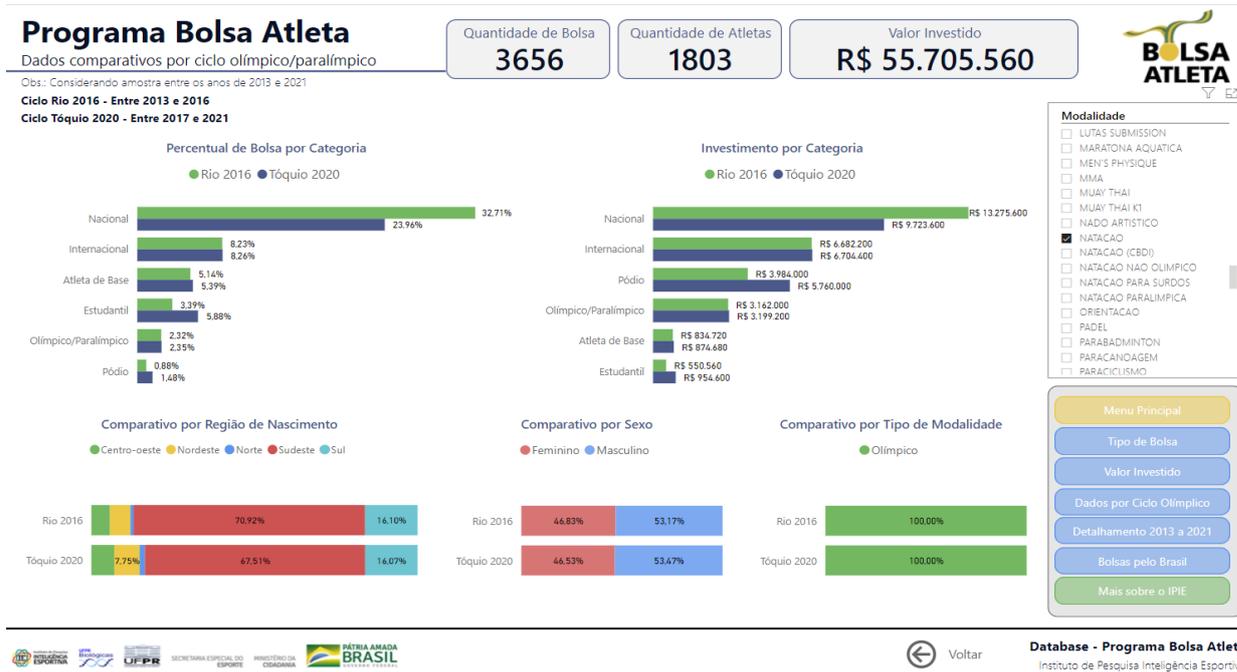
As Maratonas Aquáticas entraram no programa olímpico nos Jogos de Pequim 2008, mas a primeira participação válida do Brasil na modalidade ocorreu em 2016, pois em Londres 2012 a atleta que havia sido escalada para competir acabou sendo desqualificada. Dessa forma, nos ateremos aos dados do Bolsa Atleta dos Jogos Rio 2016 e Tóquio 2020. Em 2016, três atletas representaram nosso país, os quais puderam contar com as bolsas de 2013 a 2015, no entanto notou-se um declínio para o ano de 2016, pois foi concedida bolsa a apenas um atleta. Em 2014, duas das bolsas eram Pódio e no ano olímpico a única bolsa também era; essas bolsas foram direcionadas à primeira medalhista brasileira na história da modalidade. Em Tóquio, tivemos uma atleta que foi contemplada durante todo o ciclo com a bolsa Pódio, representando o Brasil também no local mais alto do pódio.

3.2.20 Nado Artístico



O Nado Artístico se apresentou nas edições de Londres 2012 com uma dupla e de Rio 2016 com a equipe composta por nove atletas, não se classificando nenhuma atleta para Tóquio 2020. O Bolsa Atleta inicia o ciclo de Londres beneficiando uma das atletas; em 2010, não há distribuição de bolsas a nenhuma das competidoras, no entanto, nos anos de 2011 e 2012, as duas competidoras foram contempladas. Já para Rio 2016, os dados encontrados refletem um panorama mais animador para a modalidade, visto que os valores são superiores a 67% de contemplados. Inicia-se o ciclo olímpico beneficiando 78% do time, chegando a 100% em 2014 e 2015; em 2016, evidencia-se um declínio, mas que, mesmo assim, possibilita a concessão de bolsas à maior parte das atletas: seis (67%).

3.2.21 Natação



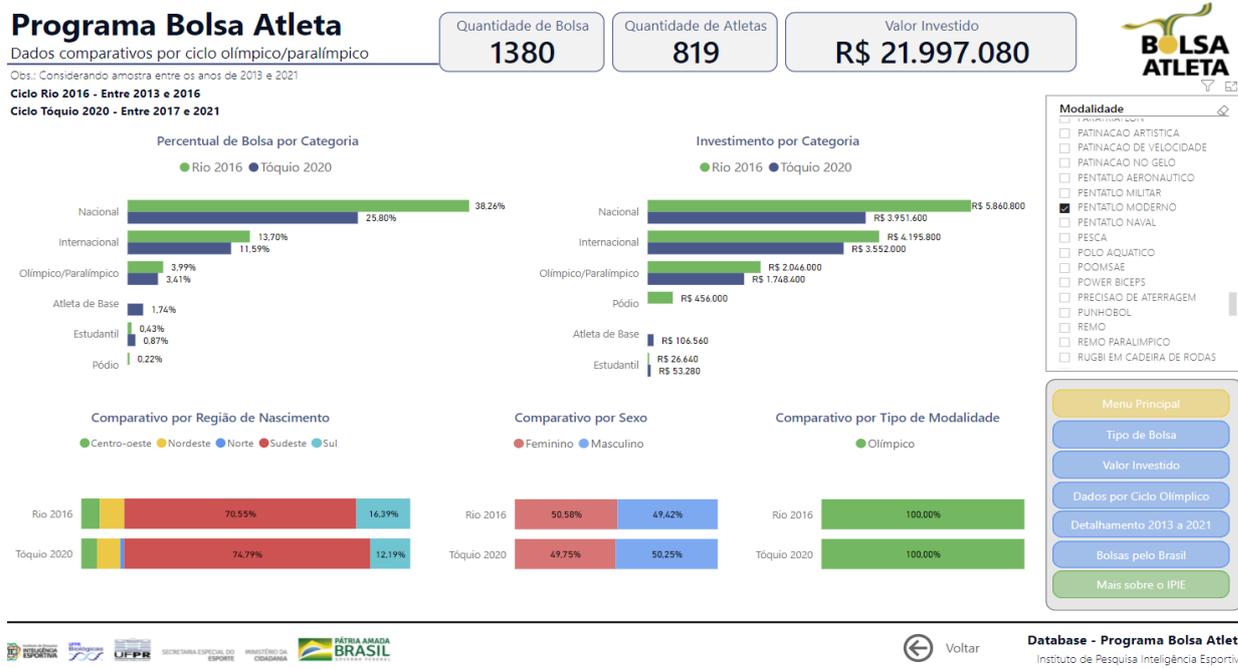
Diante dos dados coletados sobre o programa Bolsa Atleta em relação a Natação para o ciclo de Londres 2012, notou-se um padrão de crescimento no processo de concessão de bolsas aos atletas, visto que, em 2009, nenhum atleta foi contemplado; em 2010, um atleta recebeu o benefício; em 2011, 40% tiveram o apoio do programa; e, no ano olímpico, ocorreu a maior contribuição aos atletas: 75% (quinze atletas).

Os números da Rio 2016 mantiveram uma constância, entre 67% e 79%. No primeiro ano do ciclo, vinte e quatro atletas receberam bolsas; em 2014, 79% dos competidores foram apoiados pelo programa, além disso, sete bolsas foram da categoria Pódio. Em 2015, o percentual de bolsas se manteve o mesmo do ano anterior, porém houve um aumento no número de bolsas Pódio: doze, das vinte e seis concedidas. O ano de 2016 foi o que contemplou menos atletas: vinte e dois (67%).

Para Tóquio, os valores referentes às bolsas não apresentou um equilíbrio, já que flutuou entre 42% e 73%, sendo o maior percentual no primeiro ano do ciclo e o menor no ano olímpico. Em 2018, quatorze dos vinte e seis participantes dos jogos puderam contar com o auxílio financeiro e, em 2019, 69% tiveram acesso ao valor da bolsa. Nesse ciclo, assim como no Rio 2016, as bolsas da categoria Pódio

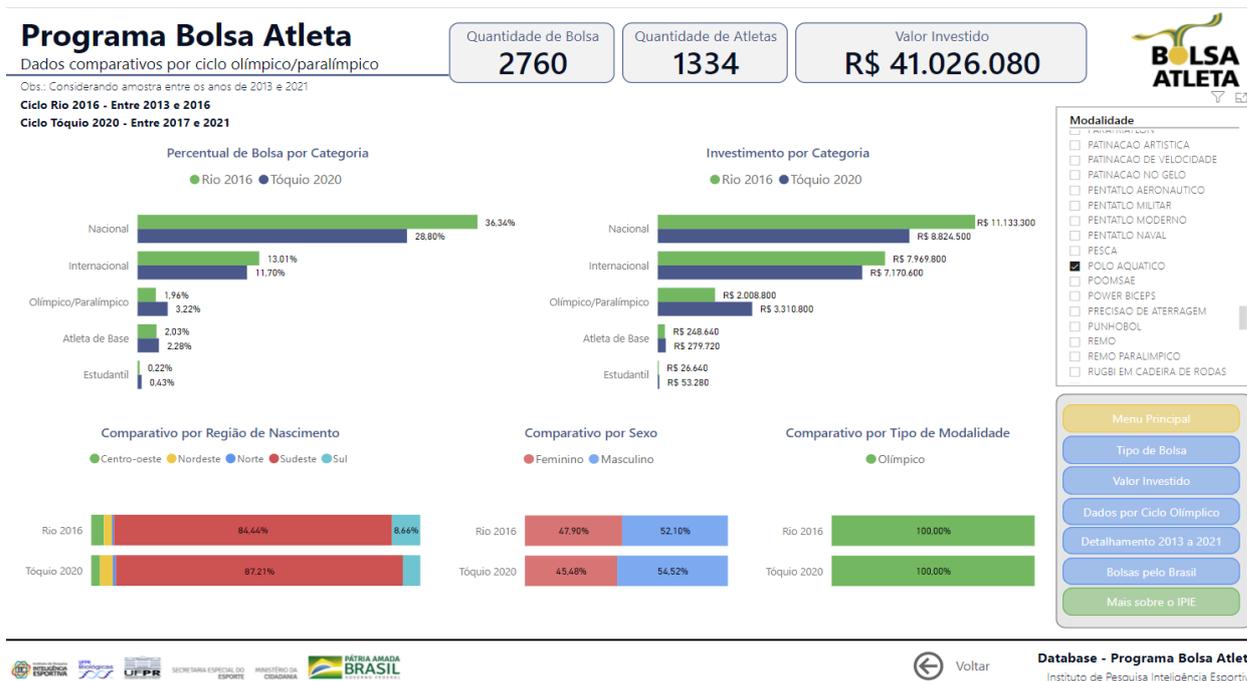
estiveram em evidência, sendo sete em 2017, seis em 2018, dez em 2019 e onze em 2020.

3.2.22 Pentatlo Moderno



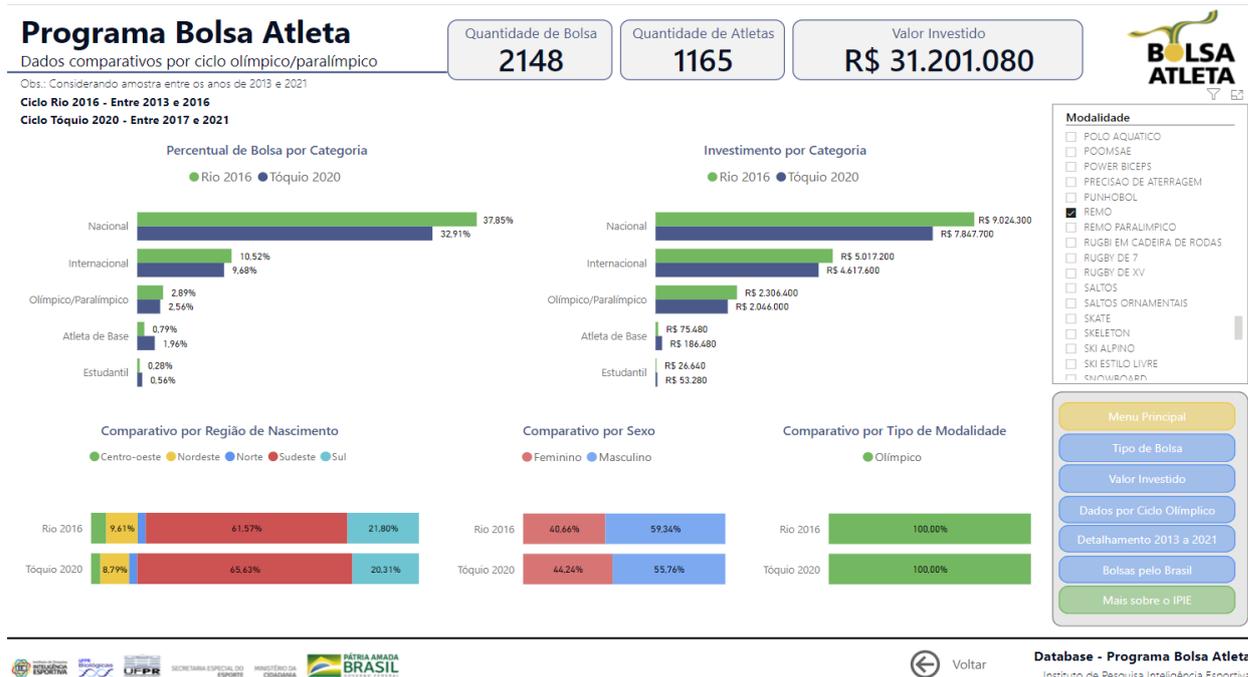
O Pentatlo Moderno é uma modalidade individual na qual, em nenhuma das edições dos Jogos aqui analisadas, o Brasil teve mais do que dois representantes. Em Londres, a competidora brasileira recebeu aporte financeiro do Bolsa Atleta durante todo o ciclo, assim como os dois atletas que participaram da Rio 2016. O panorama dessa política pública apresenta mudanças na concessão das bolsas para esta modalidade no ciclo de Tóquio, onde, nos anos de 2019 e 2020, a única participante do Time Brasil no Pentatlo não recebeu o incentivo financeiro.

3.2.23 Polo Aquático



Dentre as informações dos Jogos Olímpicos contidas nesta pesquisa, o Polo Aquático teve participação somente nos Jogos Rio 2016, com as equipes feminina e masculina. As informações encontradas no banco de dados do programa Inteligência Esportiva retratam a modalidade como uma das que mais receberam apoio do Bolsa Atleta, já que, nos quatro anos do ciclo olímpico, manteve números de concessão de bolsas acima dos 80%. Foram convocados para competir na modalidade vinte e seis atletas, no entanto cinco foram excluídos da pesquisa por terem iniciado a prática esportiva em outro país ou por realmente serem estrangeiros. Sendo assim, em 2013, dezessete atletas foram beneficiados; em 2014, tivemos vinte contemplados; e nos anos finais do ciclo olímpico, os vinte e um atletas participantes da pesquisa puderam contar com o apoio do Bolsa Atleta.

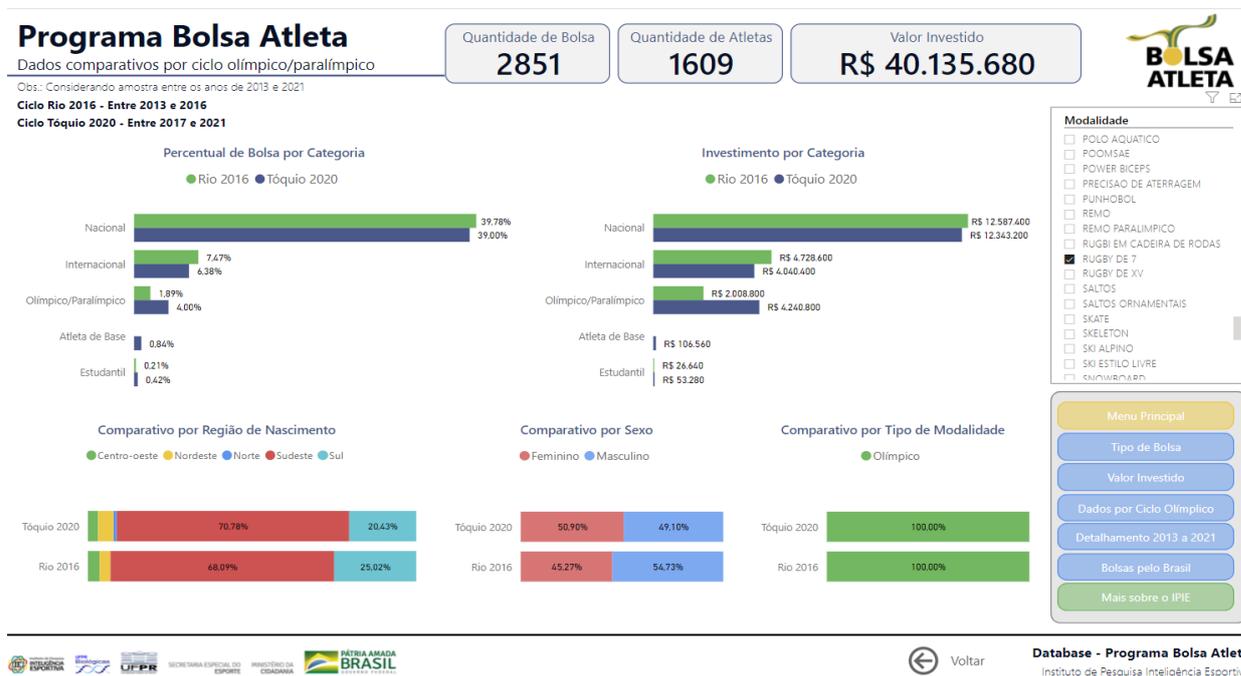
3.2.24 Remo



O Remo do Brasil esteve presente nos Jogos de Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2021, o que possibilitou uma coleta de informações do programa Bolsa Atleta referente às três edições olímpicas. No ciclo de 2012, a modalidade foi contemplada pelo programa em todos os anos, no entanto, com quantidades variadas. 2009 e 2012 foram os anos com menor quantidade, o primeiro com 50% e o segundo com 75%. Já em 2010 e 2011, toda a equipe recebeu o apoio do programa.

Nos Jogos Rio 2016, o Remo manteve o número de competidores de Londres, contudo o mesmo não ocorreu com as bolsas, que chegaram próximas aos números do ciclo anterior só em 2016, quando três atletas efetivamente receberam o benefício. Em Tóquio, o Remo brasileiro foi representado por um atleta, que foi contemplado pelo Bolsa Atleta durante os três primeiros anos do ciclo olímpico, não o recebendo somente em 2020.

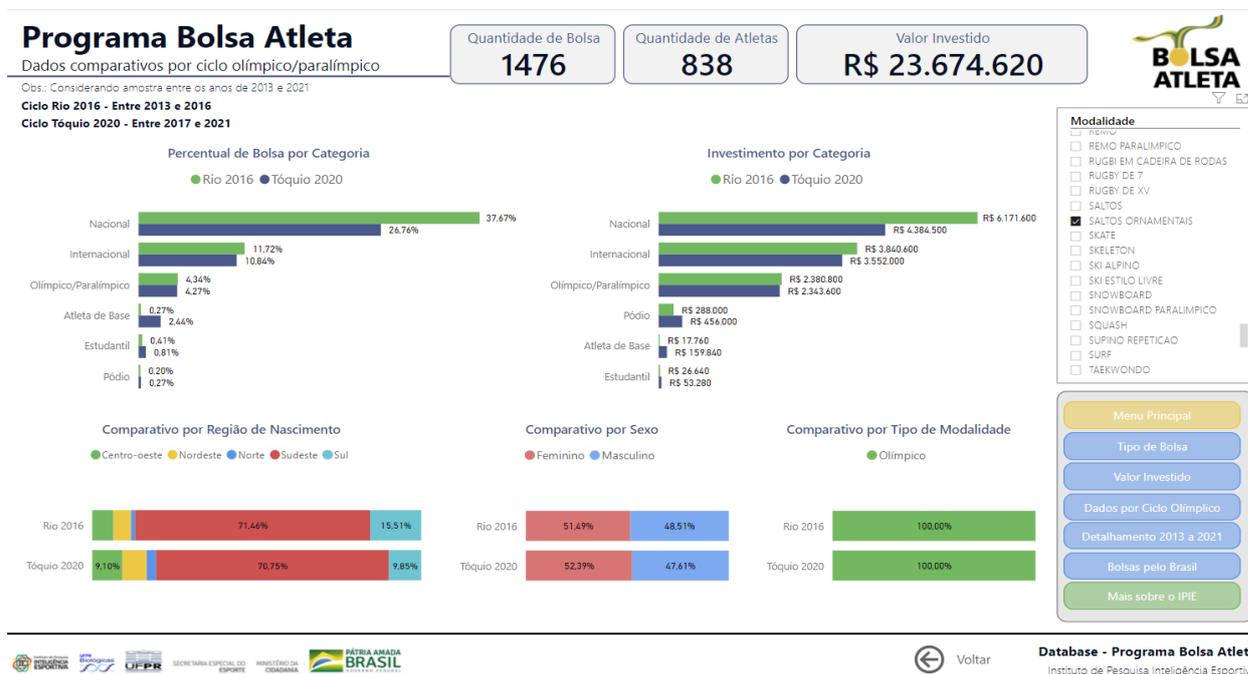
3.2.25 Rugby 7



O Brasil teve sua primeira participação em eventos olímpicos com o Rugby nos Jogos Rio 2016, com as equipes feminina e masculina. Após a aplicação dos critérios de exclusão, chegou-se a dez participantes da modalidade nesse evento, para comentar sobre o Bolsa Atleta. Inicialmente, a quantidade de bolsas não foi alta, atingindo somente 30% dos atletas; no entanto, nos últimos três anos do ciclo, esse valor teve um aumento considerável, contemplando treze atletas, ou seja, 65% em 2014, aumentando mais um pouco em 2015, beneficiando 80% da equipe; em 2016, contaram com o benefício quinze atletas (75%).

Em Tóquio, esteve somente o time feminino de Rugby, que não foi contemplado com nenhuma bolsa no ano olímpico. Para 2017 e 2018, a quantidade de bolsas foi muito semelhante: 58% para o primeiro e 50% para o segundo. 2019 foi o ano em que a maior parte das atletas obteve tal auxílio governamental: dez competidoras (83%).

3.2.26 Saltos Ornamentais

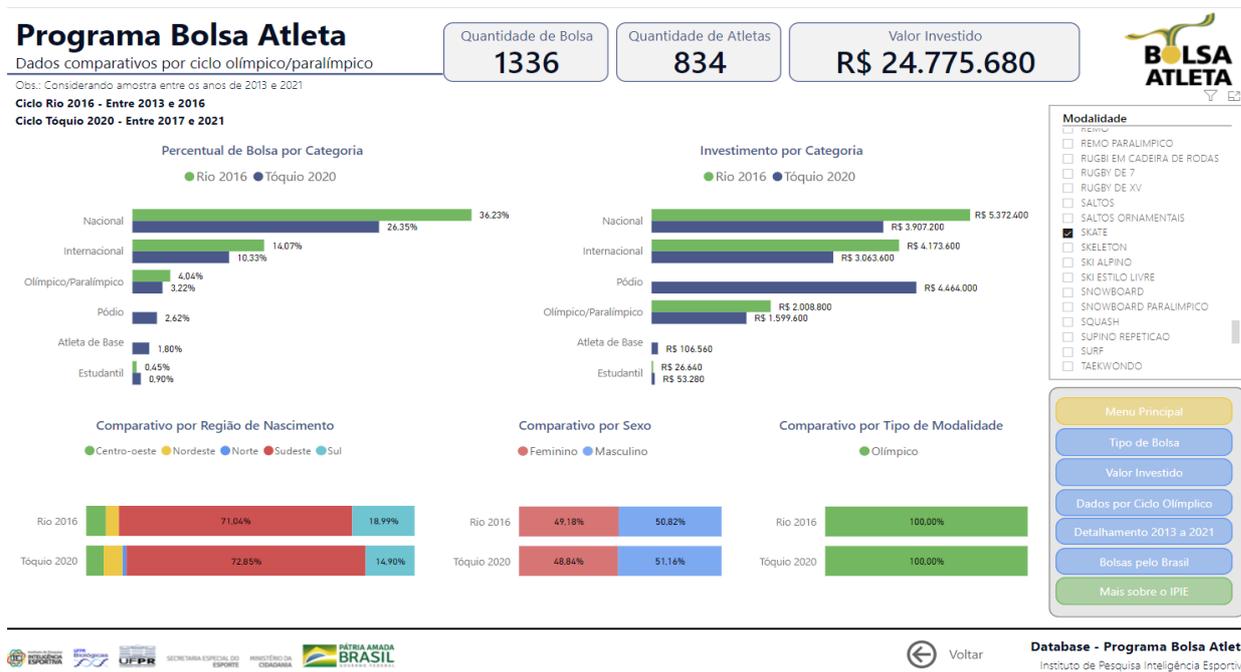


O caso do Bolsa Atleta nos Saltos Ornamentais esteve entre as modalidades em que, em nenhum dos ciclos, houve menos de 60% de contemplados. Para Londres, a modalidade levou três atletas; somente no ano olímpico todos receberam bolsas. Nos anos anteriores, 2009, 2010 e 2011, 67% dos competidores brasileiros puderam contar com o apoio do programa.

Assim como o que ocorreu em outras modalidades, nos Jogos Rio 2016 mais atletas representaram o Brasil nas provas dos Saltos Ornamentais: nove atletas puderam competir. As bolsas mantiveram o padrão já apresentado em Londres, visto que, em 2013, 2015 e 2016, somente um atleta deixou de ser contemplado e, em 2014, toda a equipe foi beneficiada.

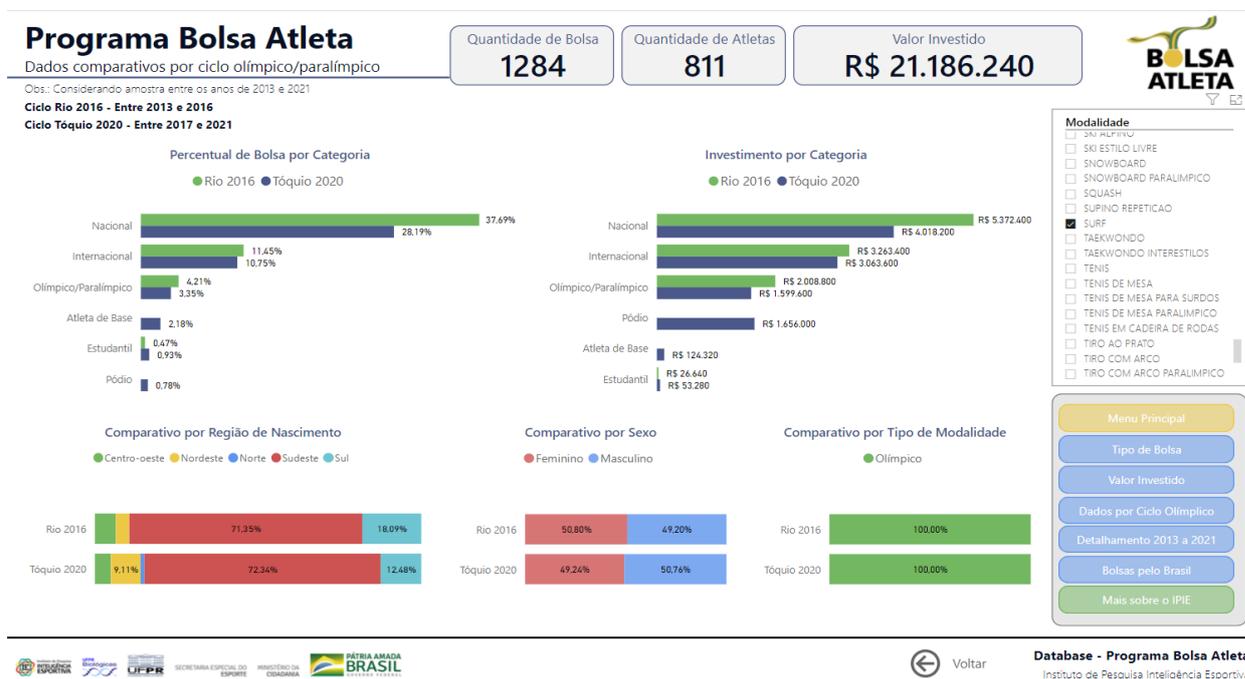
Para Tóquio, houve uma redução no número de atletas participantes, no entanto o número de contemplados se manteve acima dos 75% até o ano dos jogos, quando nenhum atleta foi apoiado pelo Bolsa Atleta. Em relação aos dados mais específicos da modalidade, foi possível compulsar que, em 2017, os quatro atletas que compunham o time dos Saltos foram contemplados; já em 2018 e 2019, o apoio governamental chegou a 75% dos atletas da modalidade.

3.2.27 Skate



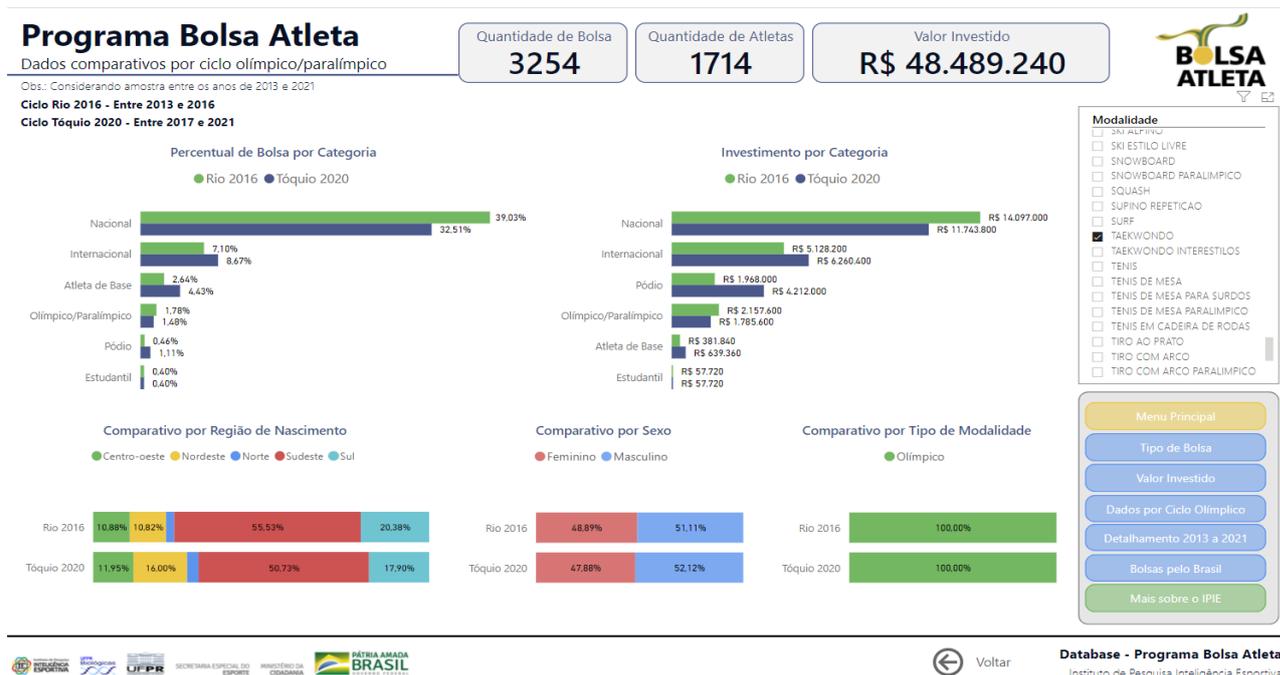
O Skate teve sua estreia em eventos olímpicos nos Jogos de Tóquio 2020, e o Brasil, já nessa edição, apresentou uma delegação com números expressivos, totalizando doze atletas. Durante o ciclo Tóquio 2020, nenhum atleta foi contemplado em 2017; já em 2018, o apoio à equipe iniciou-se com 58%, subindo nos anos seguintes para 75%. Nesse período, todos os benefícios concedidos foram da categoria Pódio. Um fato importante a ser destacado é que, nesta análise, são considerados contemplados os atletas que efetivamente receberam o valor do investimento do programa. Dessa forma, uma das medalhistas da modalidade não recebeu nenhuma bolsa durante o ciclo olímpico por não cumprir um dos requisitos contidos no edital do Bolsa Atleta: ter 14 anos de idade para pleitear a bolsa. O outro medalhista do time de Skate brasileiro recebeu o apoio financeiro nos três últimos anos do ciclo.

3.2.28 Surfe



O Surfe, assim como o Skate e a Escalada, estreou no programa olímpico em Tóquio 2020, quando o Brasil foi representado na modalidade por quatro atletas. No entanto, um deles não entrou no nicho desta pesquisa, por ter iniciado a prática esportiva fora do país, o que nos leva aos dados de três atletas. Dentre os quatro anos do ciclo, somente houve concessão de bolsas nos anos de 2019 e 2020, para 100% dos competidores. Tais atletas já apresentavam resultados expressivos em outras competições da modalidade, fato que contribuiu para que todas as bolsas concedidas fossem da categoria Pódio, tal como o resultado obtido nos Jogos Olímpicos, em que um dos atletas contemplados conquistou a medalha de ouro no evento.

3.2.29 Taekwondo

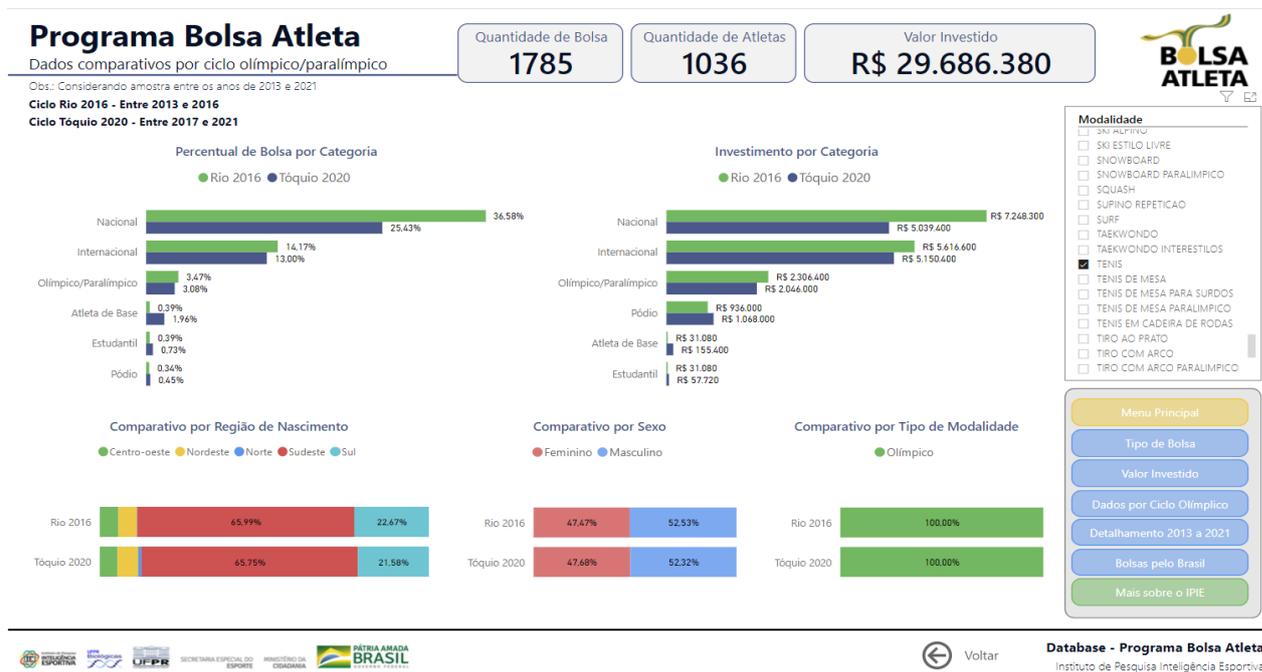


O Taekwondo representou o Brasil em todas as edições dos Jogos Olímpicos analisadas neste estudo, tendo em 2012 dois atletas, em 2016 quatro e em 2020 três competidores. No que tange o programa Bolsa Atleta, o ciclo de Londres não foi o melhor dentre as outras modalidades individuais já citadas, pois houve concessão de bolsa somente no ano olímpico e, mesmo assim, não contemplou toda equipe, ou seja, apenas um atleta recebeu a bolsa.

Tal como ocorreu com o número de competidores, podemos dizer que houve um aumento na quantidade de bolsas no ciclo Rio 2016, visto que quatro atletas competiram em um dos anos do ciclo e 100% do time receberam o benefício. Detalhando os dados encontrados, em 2013, dois atletas foram contemplados; em 2014, toda a equipe pôde contar com o auxílio financeiro dado pelo programa; em 2015 e 2016, 75% ou três competidores receberam o apoio de tal política pública. Nos anos de 2014, 2015 e 2016, dentre as bolsas concedidas em cada ano, duas foram da categoria Pódio.

Em Tóquio, três atletas representaram o Brasil, e, em todos os anos do ciclo, dois atletas foram beneficiários do Bolsa Atleta. Nesse ciclo, a categoria Pódio esteve presente em três dos quatro anos, contemplando um atleta em 2018 e em 2019, atingindo os dois contemplados do programa em 2020.

3.2.30 Tênis

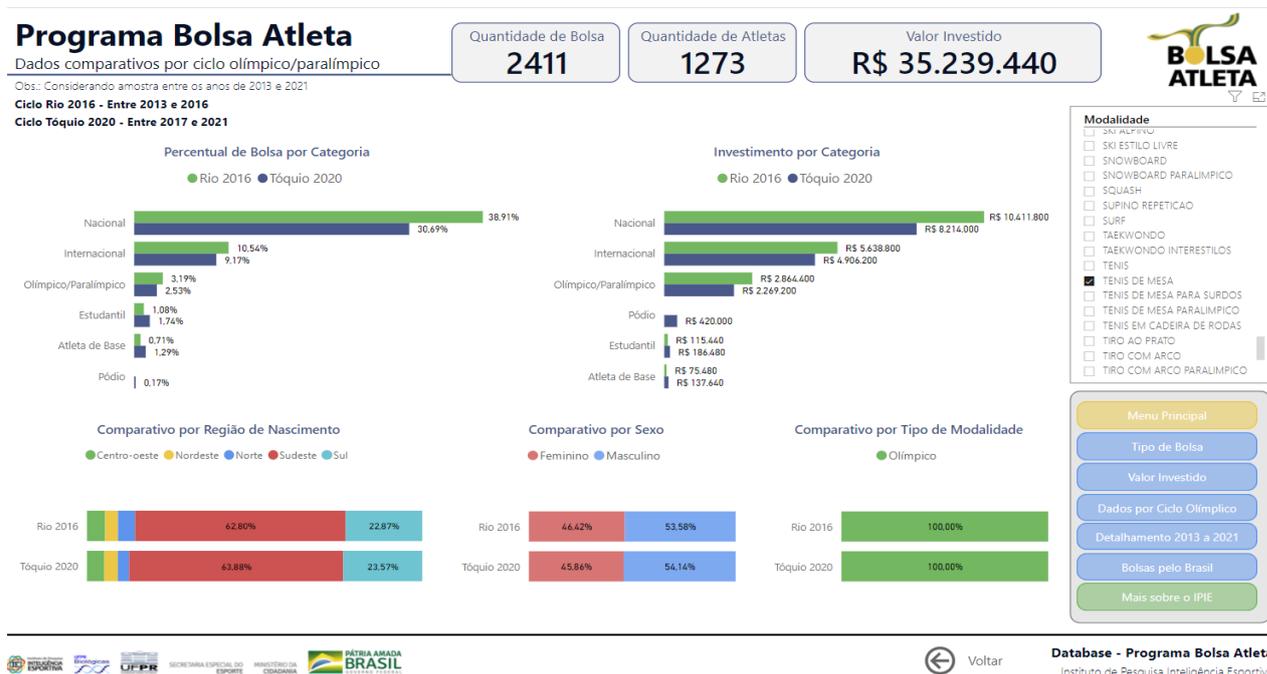


Houve participação do Tênis em 2012, 2016 e 2020, com equipes em que o número de atletas não teve grandes variações: quatro, sete e seis, respectivamente. Para Londres, nos dois primeiros anos do ciclo, não houve concessão de bolsas aos atletas que competiram pelo Brasil, somente em 2011 e 2012, com um padrão crescente de bolsas, quando 75% foram beneficiados no primeiro e 100%, no segundo.

Nos Jogos de 2016, em todos os anos do ciclo olímpico houve atletas beneficiados, com o menor percentual, próximo de 57%, em 2013, chegando ao máximo de contemplados no ano de 2015, já que 86% (seis competidores) contaram com o apoio do programa. Os anos de 2014 e 2016 possibilitaram ao mesmo número de atletas o recebimento das bolsas (71%).

Diferente de Londres 2012, em que os primeiros anos não contemplaram atletas, os participantes do evento em Tóquio deixaram de receber o auxílio financeiro no ano olímpico, registrando apenas três anos de efetividade de tal política pública em relação aos atletas dessa modalidade. Além disso, a quantidade de bolsas não foi tão expressiva, beneficiando 50% do time de Tênis em 2018 e 2019, tendo o maior percentual de beneficiários do Bolsa Atleta em 2017: 67% (quatro competidores).

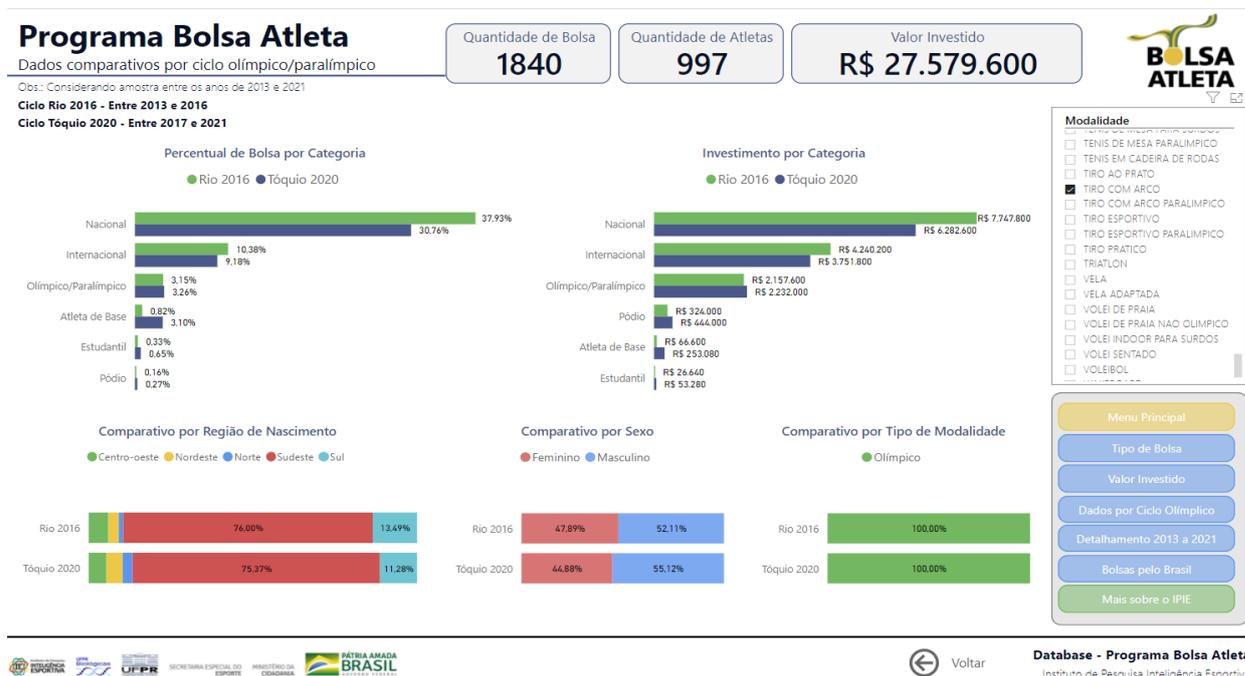
3.2.31 Tênis de Mesa



O Tênis de Mesa representou o Brasil, assim como a maioria das modalidades, nos três eventos olímpicos tratados neste estudo, com um padrão de participantes um pouco diferente, uma vez que sua maior delegação esteve em Tóquio e não no Rio, como ocorreu em outras modalidades. Competiram em 2012 seis atletas; em 2016, cinco; e em 2020, oito. Em relação ao Bolsa Atleta, o primeiro ciclo olímpico apresentou um crescimento no número de bolsas a cada ano, começando com 33% em 2009, alcançando 67% em 2010 e mantendo a quantidade nos dois últimos anos, chegando a 83% (cinco atletas contemplados).

Nos Jogos Rio 2016, os números de bolsas estiveram altos em todos os anos, e somente o primeiro ano apresentou um valor diferente, alcançando 80% dos competidores; nos anos seguintes, todos receberam o auxílio do programa. Como já citado, em Tóquio, houve um aumento no número de participantes, no entanto as bolsas não mantiveram o alcance de 2016. No último ano do ciclo, nenhum atleta recebeu bolsa e, nos outros, o percentual de contemplados não passou de 88%, ou seja, em 2017, sete bolsas chegaram aos atletas, enquanto em 2018 e 2019, seis componentes do time de Tênis de Mesa receberam o apoio financeiro.

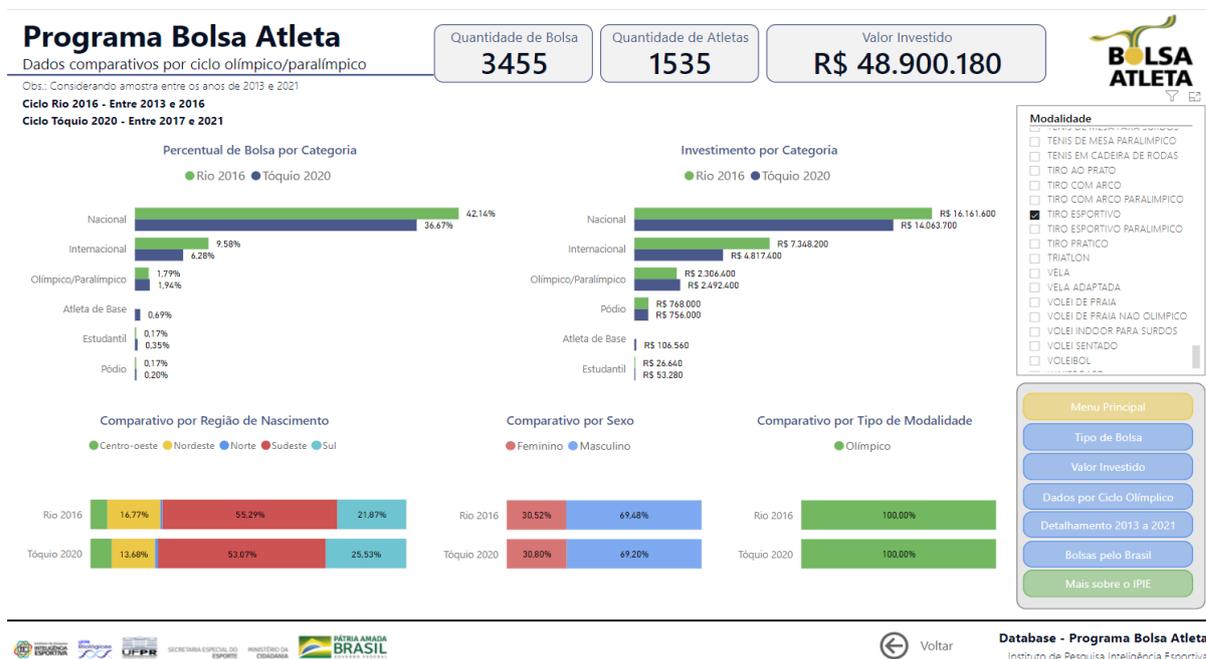
3.2.32 Tiro com Arco



O Tiro com Arco, assim como o caso da maior parte das modalidades já comentadas, apresentou um salto no número de participantes na edição dos Jogos Rio 2016, quando seis atletas puderam representar a modalidade no evento; já em Londres 2012, houve a participação de um atleta; e em Tóquio 2020, foram dois. O programa Bolsa Atleta apresenta-se na modalidade com números impressionantes, visto que em nenhum dos ciclos houve ausência de concessão, mantendo-se os percentuais acima de 50% nos doze anos que foram analisados.

Como já citado, em Londres, o único competidor brasileiro recebeu o auxílio do programa em todos os anos do ciclo. Para 2016, o ano com menor quantidade de bolsas foi o próprio ano olímpico, beneficiando 67% dos atletas. Em 2013 e 2014, cinco atletas puderam contar com o apoio dessa política pública e, em 2015, todos os atletas foram contemplados. Assim como na edição anterior, em Tóquio, o ano em que ocorreu o evento foi o que apresentou menor quantidade de bolsas, beneficiando um dos competidores, enquanto nos anos anteriores toda a equipe da modalidade foi contemplada.

3.2.33 Tiro Esportivo

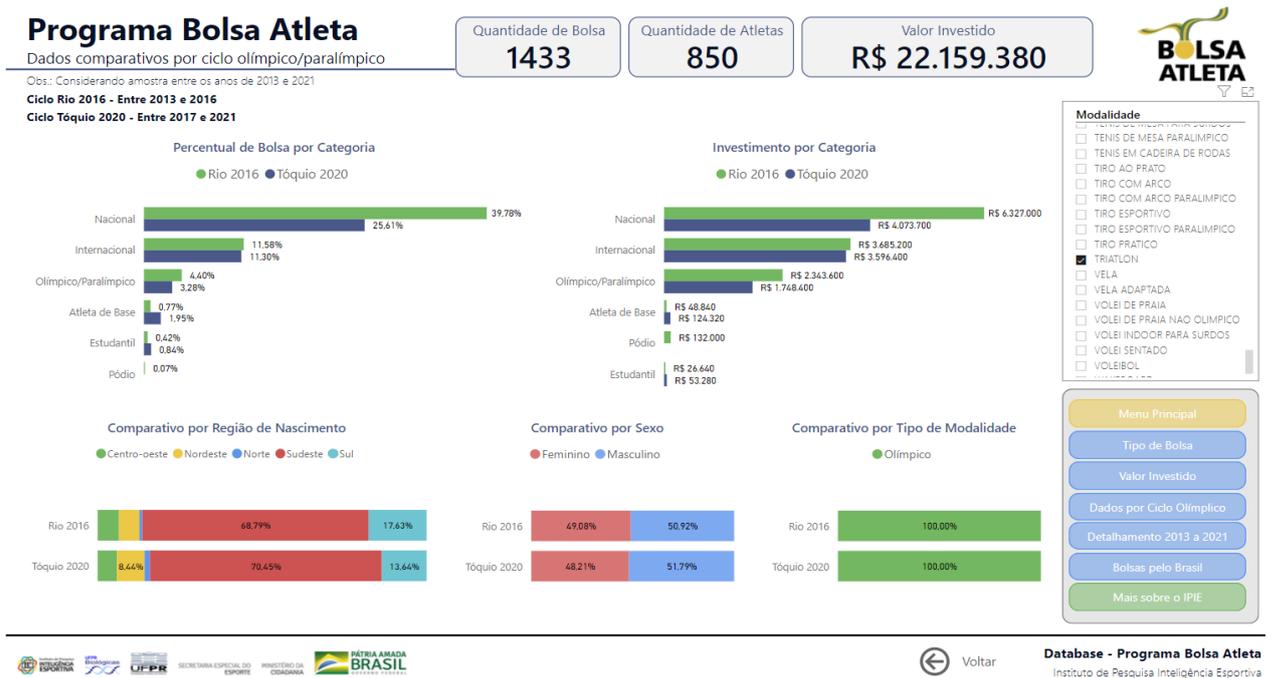


O Tiro Esportivo representou o Brasil nas três edições olímpicas analisadas neste estudo. As delegações apresentaram variações no que tange a quantidade de competidores, por conta dos Jogos Rio 2016, já que em Londres competiram dois atletas e em Tóquio um atleta. Em 2016, um número bem superior de atletas esteve presente nas competições: nove. O programa Bolsa Atleta, em 2012, beneficiou toda a equipe durante todo o ciclo olímpico.

Nos Jogos Olímpicos Rio 2016, revela-se uma curva em relação aos dados do programa, já que há uma crescente no número de bolsas de acordo com a passagem dos anos; no entanto, no ano olímpico, ocorre uma queda. Dessa forma, sinalizamos que, em 2013, 44% dos atletas foram beneficiados; em 2014, 56%; em 2015, 67% (seis atletas); em 2016, o percentual retorna aos 56%.

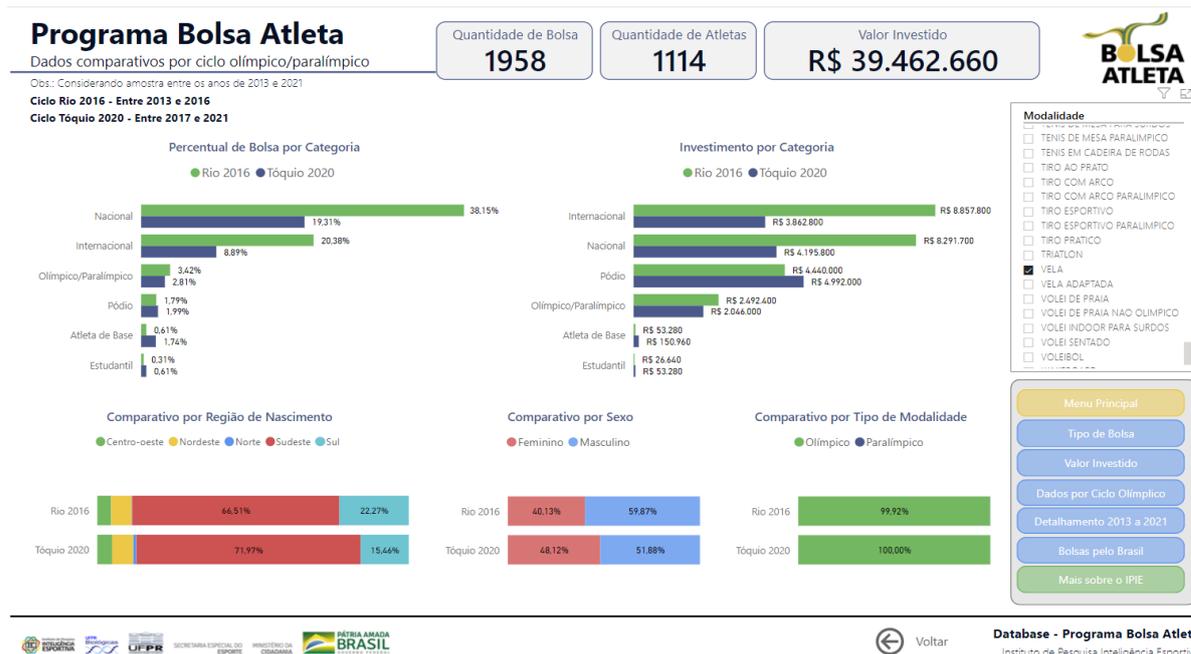
Em Tóquio, os números não tiveram um perfil animador, pois, mesmo com apenas um competidor, não houve concessão do benefício a ele durante todo o ciclo. Foi somente no ano de 2019 que o competidor brasileiro recebeu efetivamente o valor da bolsa.

3.2.34 Triatlo



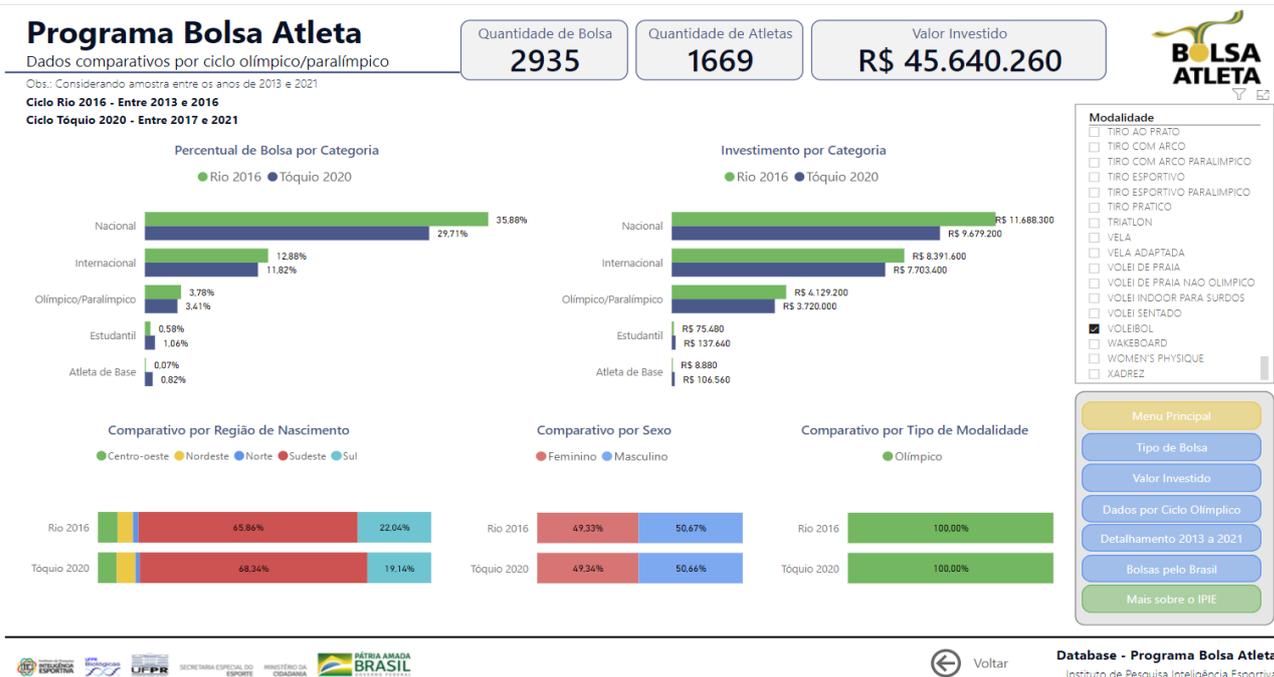
O caso do Bolsa Atleta no Triatlo apresenta, dentro dos três ciclos olímpicos, dois anos de ausência de bolsas (2016 e 2020); porém, os dois primeiros anos de Londres 2012 possibilitaram que apenas um dos três representantes recebesse o apoio do programa. Já em 2011 e 2012, todos foram contemplados. Para o ciclo olímpico Rio 2016 e Tóquio 2020, nos anos em que ocorreu a concessão das bolsas, podemos considerar que tal distribuição foi satisfatória, atingindo, em 2013, 2015, 2017, 2018 e 2019, 100% dos atletas e, em 2014, 50%.

3.2.35 Vela



Diante dos dados obtidos acerca da participação da Vela nos Jogos Olímpicos, foi possível perceber que, em relação à quantidade de atletas participantes, não existiu uma variação muito grande, visto que, de Londres para o Rio, houve um aumento de nove para quinze atletas, enquanto a diferença para Tóquio foi de dois atletas a menos. As variações apresentaram-se nos dados do Bolsa Atleta entre os ciclos olímpicos, já que, desde o ciclo de 2012, no primeiro ano três atletas foram contemplados (33%); no segundo, dois (22%); no terceiro, cinco (56%); e no último, novamente três.

Nos anos que compuseram o ciclo Rio 2016, as bolsas não chegaram a todos os atletas em nenhum dos anos. O ano que mais se aproximou do total de competidores foi 2014, com 87% de contemplados, seguido por 2015, com 80%; 2016, 67%; e 2013, 53% (oito dos quinze participantes). Em Tóquio, os valores se aproximam mais do que pode ser visto em 2016, pois os números dos anos em que ocorreram os eventos foram bem próximos, ou seja, 67% em 2016 e 62% em 2020. Em 2017 e 2018, foram concedidas 77% em cada ano; em 2019, 69%.

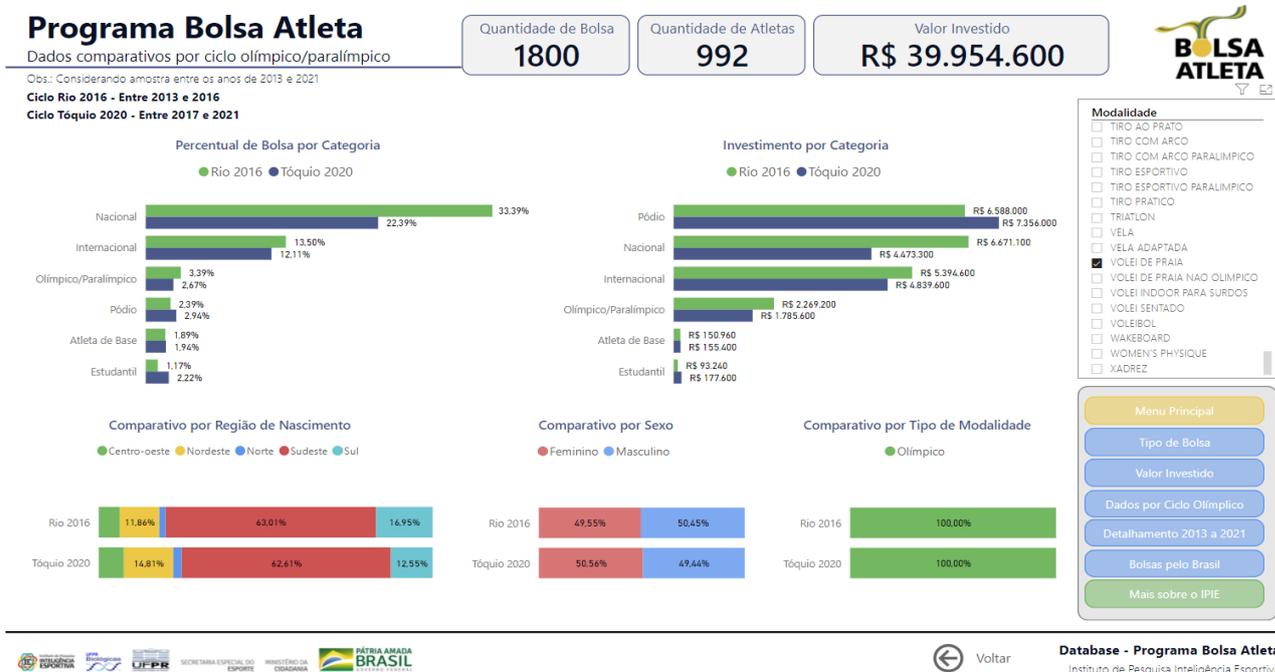
3.2.36 Vôlei

O Vôlei, como uma modalidade coletiva, apresenta uma manutenção no número de competidores, justamente por haver a obrigatoriedade de seguir o regulamento específico da modalidade no momento da convocação. Dessa forma, somente em 2012 o número de atletas foi diferente (vinte e seis); em 2016 e 2020, foram vinte e quatro. Durante os dois primeiros de Londres, nenhum atleta foi contemplado; além disso, esse ciclo não apresentou resultados significativos no que tange o Bolsa Atleta, já que, nos dois anos em que houve beneficiários, os percentuais ficaram abaixo dos 50%; em 2011, um atleta recebeu bolsa; e em 2012, somente doze, ou seja, menos da metade da equipe que esteve na competição.

O ciclo Rio 2016 foi o que apresentou maiores números em relação à concessão de bolsas, beneficiando em todos os anos acima de 60% do time de Voleibol. Os anos com menos bolsas foram 2013 e 2014, com quinze (63%), seguidos de 2016, com dezessete; e no ano de 2015, vinte atletas foram contemplados, totalizando 83%. Para Tóquio 2020, os valores encontrados acerca do programa não foram tão expressivos como no ciclo de 2016, no entanto não estiveram próximos dos dados referentes a Londres; a única semelhança foi a ausência de bolsas em 2020. Durante os três anos em que os atletas receberam o apoio dessa política pública, mantiveram-se próximo dos 50%, com variações para

mais ou para menos, possibilitando o acesso ao benefício a 50% dos atletas em 2017, 42% (dez) em 2018 e 54% em 2019.

3.2.37 Vôlei de Praia



No que diz respeito ao programa Bolsa Atleta e o Vôlei de Praia, no ciclo de Londres, os dados não foram nem um pouco animadores, já que, no único ano do ciclo em que houve apoio à modalidade, somente um atleta foi contemplado. Para Rio 2016, foi possível observar um crescimento significativo, pois, diferente de 2012, em todos os anos as bolsas beneficiaram um número muito maior de atletas: 50% (menor valor) em 2016, 100% em 2013 e 2015; e 88% (sete dos oito que compuseram a equipe) em 2014.

No ciclo de Tóquio, deu-se um equilíbrio em relação aos ciclos anteriores, visto que, dos quatro anos, dois contemplaram 100% dos participantes: 2017 e 2018. Tal como outras modalidades individuais, a maior parte das bolsas concedidas foi da categoria Pódio. Em 2013, foram sete das oito atribuídas, todas as bolsas dos anos de 2014, 2015 e 2016 eram dessa categoria e, em 2017 e 2018, seis das oito também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs descrever e debater sobre o cenário das políticas públicas destinadas aos atletas olímpicos, tal como, buscar entender onde surgem esses talentos esportivos brasileiros, visando assim contribuir para o norteamento, a criação e a implementação de políticas públicas para o esporte nos “celeiros” específicos de cada modalidade. Acreditamos que, para uma iniciação esportiva de qualidade, um ponto essencial é entender que o esporte pode não se encerrar na prática do movimento, mas também nas questões sociais, além do apoio das políticas públicas visando uma facilitação desse processo, que, se implementadas nesses “celeiros”, podem realmente exercer o papel ao qual foram destinadas.

Segundo Alexandrino (2019), no Brasil, os clubes encontram-se como uma referência de treinamento, pois o esporte escolar brasileiro é fraco, fato que corrobora com os resultados encontrados nesta pesquisa, segundo os quais somente no Atletismo, Basquete, Futebol, Handebol e Vôlei essa instituição aparece com números expressivos na iniciação esportiva de nossos atletas. Pode haver uma base dessas modalidades por conta da aproximação dos conteúdos trabalhados nas aulas de educação física. Levando em conta os três últimos ciclos, os clubes aparecem como principal agente formador de atletas na maioria das modalidades, possivelmente por haver uma facilidade por parte dos clubes em desenvolver a capacidade de seus atletas se comparados a outras instituições, devido aos objetivos traçados por cada instituição, já que neste o foco principal é a formação de atletas, enquanto na escola, por exemplo, pode predominar a busca pelo completo processo formativo do indivíduo, secundarizando acertadamente a preocupação na descoberta de talentos em uma perspectiva da educação formal..

A educação física escolar é um importante e necessário meio de introdução ao esporte, pois, além de democrática, é através dela que muitas crianças terão seu primeiro contato com o esporte; diante disso, a escola evidenciou a prática esportiva para o segundo maior grupo de atletas. Contudo, é sabido que grande parte das escolas brasileiras não têm infraestrutura adequada para a prática desportiva, o que dificulta a implementação do espaço escolar não formal como um *locus* para a descoberta de talentos sistematizada.

A baixa expressão dessa instituição no cenário olímpico brasileiro pode ser explicada pela distância cultural entre escola e alto rendimento no País, diferente de outras nações que utilizam o ambiente da escola como principal meio de descoberta de talentos. A exemplo disso, pode ser notada a força do esporte escolar e universitário norte-americano, que conta com uma grande infraestrutura.

No entanto, mesmo com todas essas questões, o projeto dos Jogos Escolares da Juventude, atual Jogos da Juventude, desenvolvido pelo COB, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do esporte de base, tem possibilitado que atletas de modalidades mais populares no ambiente escolar, como Handebol, Vôlei e Atletismo, sejam notados, gerando possibilidades para a descoberta de talentos. Acreditamos que os esportes que mais aparecem nas escolas representam um conteúdo extremamente utilizado pelos professores de educação física, que acaba por potencializar o reconhecimento das mesmas modalidades para grande parte dos estudantes brasileiros.

As academias/escolinhas possibilitaram que a maioria dos atletas de Futebol, Ginástica Artística, Natação e Lutas iniciassem a prática do esporte, possivelmente pelo fato de possuírem mais estrutura destinada especificamente ao ensino dos esportes, voltando-se assim para a descoberta de talentos. Todavia, relacionando especificamente o Futebol, destacamos o processo de urbanização dos grandes centros do País, já que as escolinhas de futebol podem ter surgido da necessidade de “criar” locais para a prática da modalidade, que anteriormente podia ser praticada em terrenos baldios espalhados pelas cidades. No caso das lutas, acreditamos que sua inserção em academias se deva ao fato de não exigirem uma infraestrutura tão espaçosa para treino quanto a maioria dos esportes, além do material individual de cada atleta, criando assim um espaço de mais fácil acesso aos interessados na modalidade.

Os projetos sociais são outros locais que possibilitaram a prática da modalidade esportiva que levou nossos atletas até os Jogos Olímpicos, dentre os quais se encontram tanto os de cunho não governamental como os que recebem algum tipo de auxílio ou que são de iniciativas do próprio governo. Um projeto de política pública que está presente na iniciação esportiva de alguns atletas são as Vilas Olímpicas, as quais, segundo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ajudam na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, além de promover a

descoberta de talentos esportivos. As Vilas da Mangueira, do Salgueiro, de Duque de Caxias e de Manaus possibilitaram a iniciação de atletas de diferentes modalidades, como o Atletismo, o Basquete, o Handebol e o Tênis de Mesa (PCRJ, 2021).

A categoria “Outros” surge nas modalidades não tão tradicionais da cultura brasileira ou até mesmo que não necessitam de ambientes muito específicos para a sua prática. Quanto ao Skate, por exemplo, a maior parte dos nossos atletas iniciaram a prática simplesmente pelo fato de terem ganhado de presente o principal material necessário para a prática e estiveram em ruas e praças praticando as manobras e aprendendo com os próprios praticantes da modalidade. Já no Hipismo, isso ocorre pelo fato de muitos competidores iniciarem suas práticas nos Haras da família e até mesmo por terem trabalhado nesses locais.

A participação brasileira esteve em evolução durante os três últimos eventos olímpicos, visto que, desde Londres 2012, participou em cada uma das edições de mais finais e conquistou mais medalhas. Em Londres foram dezessete, em nove modalidades, ou seja, três ouros, cinco pratas e nove bronzes. As medalhas vieram do Judô, Ginástica Artística, Vôlei feminino e masculino, Vôlei de Praia feminino e masculino, Natação, Boxe, Futebol masculino, Vela e uma medalha de bronze inédita no Pentatlo Moderno.

Nos Jogos Rio 2016, o Brasil teve uma participação melhor do que em 2012, chegando a dezenove medalhas, sendo sete ouros, seis pratas e seis bronzes. As modalidades que subiram ao pódio foram Judô, Atletismo – Salto com Vara, Vôlei de Praia masculino e feminino, Futebol masculino, Vôlei masculino, Ginástica Artística, Canoagem, Tiro Esportivo, Taekwondo, Maratonas Aquáticas e Boxe, que conquistou o primeiro ouro da história da modalidade em eventos olímpicos.

Em Tóquio, o desempenho brasileiro mais uma vez foi melhor do que na edição anterior, conquistando vinte e uma medalhas, dentre elas quatro nas duas modalidades que estrearam nos Jogos Olímpicos. Foram sete medalhas de ouro, seis de prata e oito de bronze, distribuídas em doze modalidades: Ginástica Artística, Skate, Surfe, Vela, Vôlei feminino, Boxe, Maratonas Aquáticas, Canoagem, Futebol masculino, Natação, Judô e Atletismo – Salto com Vara e 400m com barreiras.

O programa Bolsa Atleta tem sido citado como um importante fator de apoio na carreira esportiva dos atletas olímpicos brasileiros desde a sua criação, no entanto cabe ressaltar que se apresentou nesta pesquisa não como um estímulo à iniciação e formação de novos atletas, mas sim como um meio de manutenção daqueles que se destacam no âmbito competitivo, visto que o principal critério de concessão do benefício está relacionado a atletas que já possuem uma carreira sedimentada, composta por resultados expressivos na sua categoria e modalidade, ou seja, aqueles que possuem melhores performances.

Além disso, até para esses atletas, a concessão das bolsas pode ser afetada por conta de uma outra política pública citada neste estudo, a Lei Agnelo Piva, já que, segundo COB (2019), os valores recebidos pelo próprio comitê são repassados às confederações para chegar até os atletas, caracterizando esses recursos como essenciais para a preparação deles para as competições esportivas como os Jogos Olímpicos. No entanto, em um relato feito por atletas do Levantamento de Peso, foi sinalizado que, entre o fim de um ciclo e o início de outro, a situação financeira fica complicada, visto que há atrasos nos pagamentos destinados aos atletas, portanto, em alguns momentos, é necessário que o atleta custeie passagens e estadias para a participação em algumas competições. A questão que surge é: se esse atleta não tiver condições financeiras de arcar com tais custos, a sua participação nessas competições possivelmente comprometerá a inserção no edital de seleção para a concessão do Bolsa Atleta (COB, 2019; DRUMMOND, 2017).

No ciclo de 2020, por exemplo, a maior parte das bolsas concedidas foram Pódio, ou seja, algumas modalidades individuais receberam o apoio do programa. Acresce-se o fato de que somente pode ser pleiteada por indivíduos que alcançaram o pódio em alguma competição classificada como de grande importância para a modalidade, seguida das categorias Olímpica, Internacional e Nacional.

Dentre os atletas participantes da Rio 2016 que alcançaram o pódio em suas modalidades, 80% da delegação de Tóquio 2020 também foi beneficiada em algum momento por tal iniciativa; além disso, 75% dos medalhistas brasileiros são bolsistas do programa Bolsa Atleta, ou seja, 31 atletas foram contemplados. Vale destacar que somente o ouro do Futebol masculino não recebeu auxílio do programa do governo. Um caso interessante sobre uma beneficiária do ciclo de Tóquio está no fato de a atleta ter sido contemplada não pela modalidade em que competiu em

2020, o Ciclismo, mas por uma outra dos Jogos Olímpicos de Inverno, justamente porque não é permitido que sejam acumuladas bolsas pelo mesmo atleta. Uma outra situação interessante é que a medalhista ta Ryssa Keal, do Skate, não foi contemplada pelo programa por não cumprir um dos requisitos básicos do edital de concessão, já que tinha 13 anos no momento da competição, e não os exigidos 14 anos ou mais para pleitear o benefício (AGÊNCIA BRASIL, 2021; INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2021).

Segundo texto publicado no site do Globo Esporte, a delegação brasileira em Tóquio foi composta por 309 atletas, todavia 42% dos atletas não possuem patrocínio e 11% não têm o esporte como sua principal profissão, além de 13% terem feito *vaquinhas* para conseguir participar do evento. Tais dados podem reforçar a importância de políticas públicas de Estado, não somente de caráter emergencial, visando reduzir as limitações e a desorganização no sistema de formação esportiva do País, já que essas questões podem afetar direta ou indiretamente a performance do atleta, dificultando que este seja contemplado pelo maior programa de incentivo financeiro dedicado ao esporte brasileiro. No entanto, alguns dos atletas favorecidos por tal política vivem com menos R\$2 mil (19%) ou até mesmo com menos de R\$1 mil (8%) por mês, o que pode inviabilizar a sua manutenção na prática esportiva (GLOBO ESPORTE, 2021).

Diante dos dados, pudemos perceber um padrão de investimento no esporte brasileiro com maior ênfase nos atletas que já estão no “ápice” do alto rendimento e garantindo medalhas. No Futebol feminino e no Rugby, por exemplo, algumas atletas que competiram receberam bolsas da categoria Nacional ou Internacional ao longo do ciclo olímpico. Além disso, não há uma manutenção dos valores investidos em cada ciclo ou ano olímpico, uma vez que os investimentos, em sua maioria, não são lineares – haja vista alguns dos contemplados do programa Bolsa Atleta terem o apoio em apenas um ou dois anos do ciclo ou em algum momento da carreira. Outro fator a ser destacado é a possibilidade de esses investimentos estarem atrelados às condições vigentes do governo, que, por variarem, acarretam interrupção ou redução no número de bolsas dentro do ciclo olímpico.

Portanto, acreditamos que a permanência desse tipo de política poderá sinalizar se sua criação faz parte de uma política que pode ser mais desenvolvida e conseqüentemente gerar mais desenvolvimento, assim como consideramos serem

necessários novos estudos acerca dessa política pública, visando uma avaliação mais profunda e a elaboração de novas propostas que possibilitem realmente fomentar a formação de novos talentos; caso contrário, concluir-se-á tratar-se apenas de uma necessidade eleitoreira momentânea de atender as demandas oriundas da realização de mega eventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, já que, para o ciclo de Tóquio, o Bolsa Atleta sofreu uma redução de 17% em seu orçamento, em relação ao ciclo anterior. Desde a sua criação, em 2005, houve aumentos de 100% a 200% no orçamento do programa até 2014, quando tal tendência começou a mudar, até chegar a 2020 concedendo somente bolsas da categoria Pódio, reduzindo assim a possibilidade de apoio financeiro aos atletas das modalidades individuais (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2021).

No entanto, o desempenho de um atleta em um evento olímpico não deve ser somente baseado no aspecto financeiro, por mais impactante que este seja, já que, para uma trajetória de sucesso, diversos fatores podem interferir: nutrição, apoio técnico, espaços destinados ao treinamento, aspectos emocionais e motivacionais, como o descrito pelo método SPLISS 2.0 para a formação de uma nação olímpica, que sinaliza também a importância da integração ciência e prática, além da atualização das comissões técnicas. Tal fato corrobora alguns dos resultados obtidos em Tóquio 2020, quando atletas não contemplados pelo Bolsa Atleta durante todo o ciclo chegaram ao Pódio – no Tênis, por exemplo, em que uma das medalhistas não recebeu qualquer tipo de bolsa, e no Vôlei de Praia, que não foi contemplado no ano olímpico, mas conquistou medalha.

Diante dos dados até aqui apresentados, concluímos que as políticas públicas voltadas ao esporte são essenciais para um país que busca tornar-se uma potência olímpica. Contudo, a condição para tornar-se uma nação olímpica não reside nesse tipo de investimento, mas sim na percepção de que os fatores que envolvem a melhora da qualidade de vida de toda uma população são mais contundentes para o acesso ao esporte e ao lazer: saúde, moradia, educação, segurança, tecnologia, dentre outros. Dessa forma, o avanço da performance na obtenção de medalhas será um reflexo do desenvolvimento da nação como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA de boxe que formou 3 medalhistas olímpicos sofre com falta de apoio. **Folha de S Paulo**, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/esporte/2021/08/academia-de-boxe-que-formou-3-medalhistas-olimpicos-sofre-com-falta-de-apoio.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.
- AGÊNCIA BRASIL. **Bolsa Atleta contempla 80% da delegação brasileira em Tóquio**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2021-07/bolsa-atleta-contempla-80-da-delegacao-brasileira-em-toquio>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. *In*: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.
- AMARAL, C. M. dos S.; BASTOS, F. C. Pesquisa científica e inovação. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F.C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016. v. 1, p. 175-196.
- AMORIM, Karla Patrícia Cardoso. Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1033-1040, 2019.
- ANDRÉ NETO. Formação de atletas no Brasil é precária. Clubes brasileiros não oferecem o apoio necessário a seus esportistas. **Agência Universitária de Notícias USP**, 23 jul. 2019. Disponível em: <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2019/07/23/formacao-de-atletas-no-brasil-e-precaria/>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- ANUNCIAÇÃO, Francielly Nascimento *et al.* O panorama do atletismo no Programa “Bolsa-atleta”: uma análise entre os anos de 2011 a 2013. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 2, p. 57-68, 2017.
- ARAÚJO, Laís Záu Serpa de. Aspectos éticos da pesquisa científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 17, p. 57-63, 2003.
- BALL, Donald W. Olympic Games Competition: Structural Correlates of National Success. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 13, p. 186-200, 1972.
- BARBERO, J. I. Introduccion. *In*: **Materiales de Sociologia del Deporte**. Madrid: La Piqueta, 1993.
- BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Suporte financeiro. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016, v. 1, p. 175-196.
- BERNARD, Andrew B.; BUSSE, Meghan R. Who wins the Olympic Games: economic resources and medal totals. **The Review of Economics and Statistics**, MIT Press, v. 86, n.1, p. 413-417, 2004.
- BICHARA, J. **COB reforça a importância da Lei Agnelo/Piva para o esporte nacional**. 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/cob-reforca-a-importancia-da-lei-agnelo-piva-para-o-esporte-nacional/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BÖHME, M. T. S. *et al.* Sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos. *In:* BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F.C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016, v. 1, p. 175-196.

BÖHME, M. T. S. Talento esportivo. *In:* GAYA, Adroaldo; MARQUES, Antonio; TANI, Go. (org.). **Desporto para crianças e jovens** - razões e finalidades. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 235-249.

BÖHME, M. T. Talento esportivo I: aspectos teóricos. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 8, n. 2, p. 90-100, jul./dez. 1994.

BOUZAS, J. C. M.; GIANNICHI, R. S. **Avaliação e prescrição de atividade física**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 1996.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma contribuição. Vitória: UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

BRASIL **Lei n. 10.264, de 16 de julho de 2001**. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.051, de 8 de dezembro de 2014**. Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir a não violação de regras antidoping como requisito adicional a ser cumprido por atletas candidatos ao benefício e instituir penalidade aos bolsistas que violarem as regras antidoping. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13051.htm. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975**- Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1975]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm. Acesso em: 29 abril 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004**. Institui a Bolsa-Atleta. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891compilado.htm. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 876, de 15 de maio de 2019**. Dispõe sobre a alteração do nome do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) para "Estação Cidadania - Cultura" e do nome do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) para "Estação Cidadania - Esporte" e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n.94, 17 maio 2019. Seção I, p. 8.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1941]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 28 abril 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.056, de 19 de janeiro de 1939**. Institui a Comissão Nacional de Desportos. [Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1939]., Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1056-19-janeiro-1939-349204-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 abril 2020.

BRASIL estreia com vitória no badminton nas Olimpíadas de Tóquio. **Gov.br.**, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/07/brasil-estreia-com-vitoria-no-badminton-nas-olimpiadas-de-toquio>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Jogos Escolares da Juventude terão seis atletas olímpicos como embaixadores em Natal**. 15 jan. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/jogos-escolares-da-juventude-terao-seis-atletas-olimpicos-como-embaixadores-em-natal. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Esporte. **Implementar Centro de Iniciação ao Esporte ou Estação Cidadania – Esporte**. 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/implementar-centro-de-iniciacao-ao-esporte-ou-estacao-cidadania-esporte>. Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Esporte. **Ministério do Esporte desenvolve projeto do Talento Esportivo**. 12 set. 2004. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/210-noticias-snelis/41645-ministerio-do-esporte-desenvolve-projeto-do-talento-esportivo>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Esporte. **Programa Segundo Tempo**. 15 ago. 2019. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>. Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Esporte. **Legislação – Bolsa-A atleta**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta/legislacao-1>. Acesso em 01 maio 2020.

BROHM, J. M. Tesis sobre el deporte. *In: MATERIALES de sociologia del deporte*. Madri: La Piqueta, 1993.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese de Doutorado.

CAMARGO, Philipe Rocha de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Políticas públicas para o esporte: o programa bolsa-atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 1, 2017.

- CARL, K. **Talentsuche, talentauswahl und talentförderung**. Schorndorf: Hofmann-Verlag, 1988. *apud* BÖHME, M. T. Talento esportivo I: aspectos teóricos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 90-100, jul./dez. 1994
- CARNAVAL, P. E. **Medidas e avaliação em ciências do esporte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
- CARRAVETTA, Elio. As relações econômicas do esporte com as mudanças sociais e culturais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 52-55, 1996.
- CARVALHO, César Machado *et al.* **Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil**. 2013.
- CARZOLA, PIETRO; CARZOLA, L. M. *Deporte y estado*. Madri: Editorial Labor, 1979.
- CELLARD, André *et al.* A análise documental. *In: POUPART, J. et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 295, p. 2010-2013.
- CENTRO Miécimo da Silva recebe melhorias para sediar competições do Pan Rio 2007. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/especial/miecimo.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.
- COB. **O Brasil nos jogos**. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/participacoes>. Acesso em: 02 maio 2020.
- COLANTONIO, E. Detecção, seleção e promoção de talento esportivo: Considerações sobre a natação. **R. bras. Ci e Mov.**, 2007, v. 15, n. 1. p. 127-135.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. **Gestão 2017/2025**. Olímpico. Disponível em: <https://cbj.com.br/olimpico/>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- CORRÊA, A. J. *et al.* Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa-atleta” (2005-2011). **Pensar a prática**, v. 17, n. 4, 2014.
- CORRÊA, Amanda Jorge. **A autonomia da vontade das confederações esportivas no programa bolsa-atleta: análise da legislação e suas relações**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2016.
- COSTA, G. **História olímpica do Brasil tem brigas, erro de digitação e viagem de navio**. 05 ago. 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/08/historia-olimpica-do-brasil-tem-brigas-erro-de-digitacao-e-viagem-na-3-classe.html#:~:text=O%20Brasil%20terminou%20as%20Olimp%C3%ADadas,que%20viajariam%20aos%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 02 maio 2020.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. *et al.* **Talented teenagers: the roots of success & failure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CUNHA, R. S. P.; FERNANDES FILHO, J. Identificação do perfil dermatoglífico, Somato típico e das qualidades físicas básicas da equipe brasileira feminina de esgrima. **Fitness & Performance Journal**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 34-44, 2005.
- CUNHA, Vinicius de Faria. **Jogada de craque? Fatores críticos que levam empresas públicas a patrocinarem o esporte**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2012.

DE BOSSCHER, V. *et al.* A gestão do esporte de alto rendimento em nível nacional: O modelo SPLISS. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016, v. 1, p. 175-196.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M.; SHIBLI, S. A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting success. **European Sport Management Quarterly**, 2006, v. 6, n. 2, p.185-215.

DE BOSSCHER, V. *et al.* Successful elite sport policies: an international comparison of the sports policy factors leading to international sporting success (SPLISS 2.0) in 15 nations. **Meyer & Meyer Sport**, 2015.

DIAS, Ricardo de Melo; CORRÊA, Daniel Alves. Aspectos importantes no processo detecção e orientação de talentos esportivos e a contribuição da estatística Z neste contexto. **Conexões**, v. 13, n. 2, p. 166-184, 2015.

DIAS, Yuri Rafael *et al.* O Judô no programa governamental Bolsa-Atleta: a distribuição espacial dos bolsistas (2011-2013). **Pensar a Prática**, v. 19, n. 1, 2016.

DNA do time Brasil - Bolsa Atleta contempla 80% da delegação brasileira em Tóquio. **Globo Esporte**. Disponível em: <https://interativos.globoesporte.globo.com/olimpiadas/materia/dna-do-time-brasil>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DRUMMOND, Ivan. Seis meses após a Olimpíada no Rio, atletas mineiros vivem quadro de instabilidade. **Estado de Minas**, 27 fev. 2017. Disponível em: https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/mais-esportes/2017/02/27/noticia_maisesportes,386178/passada-a-olimpiada-do-sonho-a-incerteza.shtml. Acesso em: 12 nov. 2021.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos Ebape.br**, v. 11, n. 3, p. 402-418, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAYA, Adroaldo. **Rede de Centros de Excelência Esportiva CENESP**. 2003. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/rede-centros-excelencia-esportiva-150-cenesp/>. Acesso em: 8 abr. 2020,

GAYA, Adroaldo. **Projeto descoberta do talento esportivo**: uma proposta para identificação de crianças e adolescentes com níveis superiores de desempenho motor. 2005. LUME Repositório Digital. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/170446>. Acesso em: 08 abr. 2020,

GEBARA, A. História do esporte - novas abordagens. *In*: PRONI, M.; LUCENA, R. **Esporte história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 5-29.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Editora Record, 1997.
- GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidades e talentos**: um conceito de inclusão. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- HELAL, R. **O que é sociologia do esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HOFFMANN, Robert; GING, Lee Chew; RAMASAMY, Bala. Olympic success and ASEAN countries: economic analysis and policy implications. **Journal of Sports Economics**, v. 5, p. 262-276, 2004.
- HOULIHAN, B. **Sport, policy and politics**: a comparative analysis. New York: Routledge, 2001.
- JOGADORAS de basquete levam espírito olímpico a jovens de comunidade. *Jornal do Brasil*, 12 jan. 2016. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2016/01/12/jogadoras-de-basquete-levam-espirito-olimpico-a-jovens-de-comunidade.html>. Acesso em: 10 out. 2021.
- JOHNSON, Daniel K. N.; ALI, Ayfer. A tale of two seasons: participation and medal count at the Summer and Winter Olympic Games. **Social Science Quarterly**, v. 85, n. 4, p. 974-993, 2004.
- KANETA, C. N. *et al.* Desenvolvimento e suporte para técnicos. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016. v. 1, p. 175-196.
- KISS, M. A. P. D. *et al.* Desempenho e talento esportivos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 89-100, 2004.
- LANARO FILHO, P; BÖHME, M. T. S. Detecção, seleção e promoção de talentos esportivos em ginástica rítmica desportiva: um estudo de revisão. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 154-68, jul./dez. 2001.
- LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.
- LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MANHÃES, E. D. **Políticas de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MARIN, A. B. **Rio 2016**: Maria Lenk, a 1ª brasileira a participar dos Jogos Olímpicos. 22 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/rio-2016-maria-lenk-1-brasileira-participar-dos-jogos-olimpicos-17828942>. Acesso em: 02 maio 2020.
- MARTIN, D. **Handbuch kinder - und jugendtraining**. Schorndorf: Hofman, 1999.
- MASSA, M.; BÖHME, M.T.S.; SILVA, L. R. R.; UEZU, R. Análise de referenciais cineantropométricos de atletas de voleibol masculino envolvidos em processos de promoção de talentos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 2003, v. 2, n. 2, p.101-113.
- MASSA, M.; TANAKA, N. I.; BERTI, A. F.; BÖHME, M. T. S.; MASSA, I. C. M. Análises univariadas e multivariadas na classificação de atletas de voleibol

masculino. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 131-145, jul./dez. 1999.

MATIAS, Wagner Barbosa *et al.* A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues; OLIVEIRA, Luís Carlos de; ARAÚJO, Timóteo Leandro de. Há ciência na detecção de talentos? **Diagn. tratamento**, p. 196-199, 2007.

MAZZEI, L. C.; AMARAL, C. M. dos S. Estruturas para treinamento e competições (instalações esportivas). *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento** - fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016. v. 1, p. 175-196.

MAZZEI, L. C.; SILVA JUNIOR, G.O da. Competições nacionais e internacionais. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016, v. 1, p. 175-196.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. Governança, organização e estrutura de políticas para o esporte. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016. v. 1, p. 175-196.

MENDONÇA, Marcela Teixeira de *et al.* Formação e desenvolvimento de talentos esportivos no handebol masculino. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 1, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

NODARI JUNIOR, R. J.; FIN, G. **Dermatoglifia**: impressões digitais como marca genética e de desenvolvimento fetal. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2016.

NOGUEIRA, M.; BOJIKIAN, L. P.; SANTOS, A. L. P.; MAIELO, V. P. Suporte para atletas e pós-carreira. *In*: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (org.). **Esporte de alto rendimento**. Fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016, v. 1, p. 175-196.

PAIVA NETO, Francisco Timbó de; MOURÃO, Danielle Félix Arruda. Impressões sobre a dermatoglifia na detecção de talentos esportivos. **Arquivos em Movimento**, v. 12, n. 1, p. 106-118, 2016.

PAOLI, Próspero Brum. **Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Gama Filho, 2007.

PRIMEIRO medalhista do Brasil na Olimpíada do Rio, Felipe Wu está fora da final do tiro em Tóquio. **Ge – Globo.com**, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/google/amp/olimpiadas/noticia/primeiro-medalhista-do-brasil-na-olimpiada-do-rio-felipe-wu-esta-fora-da-final-do-tiro-em-toquio.ghtml> - Globo.com. Acesso em: 17 out. 2021.

PROJETO Vilas Olímpicas. Disponível em: <https://esporteeducacao.org.br/projetos/projeto-vilas-olimpicas/>. Acesso em: 10 out. 2021.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações**: revista de ciências sociais, Londrina, PR, v. 18, n. 1, jan./jun. 2013, p. 55-653.

REIS, R. E.; MORAES E SILVA, M.; FIGUERÔA, K. M.; ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M. Diez años del programa federal “Bolsa Atleta”: una descripción de las modalidades paralímpicas. **Pensar en Movimiento**: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud, San José, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2016.

RIZZI, A. E. K.; MARCELINO, P. C. Algumas premissas sobre os estudos em dermatoglifia no esporte e nas áreas da saúde. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano, v. 18, 2014.

ROBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

ROSSETTO JUNIOR, A. J.; BORIN, M. E. S. Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista de Gestão e Negócios do esporte**, v. 2, p. 154-172, 2017.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 130-143, 2002.

RUBIO, Kátia. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 55-68, 2010.

RUBIO, Katia. **Atletas olímpicos brasileiros**. [S.l.]: Editora SESI-Serviço Social da Indústria, 2015.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (org.). **Políticas públicas**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2007. v. 2. 289 p.

SETO, G.; PITOMBO, J. P. Academia em Salvador torna a Bahia o berço do boxe brasileiro há doze anos. **Folha de São Paulo**, 12 ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1802374-academia-em-salvador-torna-a-bahia-o-berco-do-boxe-brasileiro-ha-doze-anos.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA FILHO, F. J. *et al.* Participação esportiva. In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, FC. (org.). **Esporte de alto rendimento** - fatores críticos de sucesso, gestão e identificação de talentos. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2016. v. 1, p. 175-196.

SILVA, G. M. G. **Talento esportivo**: um estudo dos indicadores somatomotores na seleção de jovens escolares. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUSA, Ana Paula Moreira de; RIZZO, Deyvid Tenner Souza; SILVA, Vanilda Espindola da. A dermatoglifia na educação física escolar e sua relação com o esporte e a saúde: um estudo de caso no estado de Mato Grosso do Sul. **Temas em Educação e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 229-241, 2018.

TUBINO, M. **Política Nacional de Esporte**. Centro Esportivo Virtual, 1999.
Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

TUBINO, Manoel. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o estado joga a favor do privado:** as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, SP: [s.n], 2005.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.